FACULDADE DE ENGENHARIA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A MARCA DE PORTUGAL

Semântica Primitiva das Armas Nacionais e alguns dos seus Aspectos Sintácticos e Pragmáticos

Carlos Carvalho da Fonte

Mestrado em Design Industrial

Porto, Março de 2009

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A MARCA DE PORTUGAL
Semântica Primitiva das Armas Nacionais e alguns dos seus Aspectos Sintácticos e Pragmáticos

Carlos Carvalho da Fonte

Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques e em Design Industrial pela Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de mestre em Design Industrial

Dissertação realizada sob a supervisão do Professor Doutor José Manuel da Silva Bártolo da Escola Superior de Artes e Design e do Professor Doutor José Augusto Pereira de Sotto Mayor Pizarro do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto, Março de 2009

Resumo

Os símbolos territoriais são uma componente fundamental da auto-estima dos povos. Herdados da heráldica medieval primitiva têm sido numerosíssimos os trabalhos objectivando a sua explicação. Esta linguagem visual, com interface idiomática no caso das modalidades falantes ou dos *rébus*, merecia ser explorada pela Semiótica Aplicada, dado ainda existir algum desacordo sobre o tratamento semântico da imagem.

A dissertação utiliza essas raízes heráldicas como domínio privilegiado da interacção entre a linguagem e a representação visual. Como aplicação mais importante pretende descobrir a intenção semântica primitiva das armas de Portugal, baseando-se no estudo analítico desse domínio.

Construiu-se um modelo matemático para avaliar a aceitação da semelhança fonética entre vocábulos, segundo uma variável nomeada parofonia. Formulou-se a seguir uma hipótese sobre a admissibilidade da parofonia no domínio investigado. De um universo amostral de 771 traços heráldicos europeus, simples e compostos, foi seleccionada uma amostra de 86 brasões, 72% deles incluídos em armoriais dos séculos XIII e XIV, usados como fontes para a colecta de dados. As amostras foram analisadas quantitativa e qualitativamente.

Foi possível aceitar a hipótese formulada, tanto na generalidade do domínio como no objecto específico de estudo. Definiu-se a organização semiótica do sistema e detectaram-se numerosos fenómenos de interacção entre 48 línguas europeias e as imagens heráldicas. Obtiveram-se ainda propostas inéditas de resolução parófona para a semântica das armas primitivas de Portugal e para todos os 86 brasões da amostra.

A tese aperfeiçoou significativamente a compreensão das componentes visuais e linguísticas na Heráldica europeia, de modo a tornar possível uma síntese organizativa. Potencializou-se a criação de novas estruturas de organização da marca de Portugal e ficou constituída uma plataforma de trabalho para a investigação posterior no campo da Semiótica aplicada ao Design.

Palavras-chave: Design, Heráldica, Semiótica, Linguística, Europa.

Abstract

Territorial symbols are a main component of nations' self-esteem. Rooted into primitive medieval heraldry, a great deal of writing was produced in the past to explain them. This visual language with vernacular interface, in the case of canting arms and rebuses, deserved an exploration using Applied Semiotics, as some disagreement remains on the treatment of image semantics.

The thesis uses these heraldic foundations as a privileged domain of interaction between language and image. The main application subject is to explain the primitive meaning of the Portuguese coat-of-arms, using the domain's analytical study.

A mathematical model was built, in order to evaluate and accept phonetic resemblance among words, according to a variable called parophony. A hypothesis followed appropriately to evaluate the parophony acceptance in the domain under investigation. A sampling universe of 771 European heraldic features, simple and multiple, produced a sample of 86 coats-of-arms, 72% of them from 13th and 14th centuries armorials used as source for data collection. The samples were submitted to quantitative and qualitative analysis.

It was possible to accept the hypothesis, both generally in the domain and particularly in the application subject. The semiotic organization of the system was characterized and numerous interaction phenomena detected between heraldic features and 48 European languages. Original parophonic semantic propositions were made for the Portuguese coat-of-arms and for all the 86 samples.

A significant improvement was achieved in the understanding of visual and linguistic components of European Heraldry, enabling its structural synthesis. The inception of a new organizing framework for the Portuguese brand was made possible and a working basis was established for consecutive investigation in the field of Semiotics applied to Design.

Keywords: Design, Heraldry, Semiotics, Linguistics, Europe.

Prefácio

Motivações

Depois de ter sido obrigado a abandonar, por razões alheias à minha vontade, o desenvolvimento da dissertação que se seguiu ao curso de mestrado em Engenharia do Produto na COPPE-UFRJ em 1978[1], ficou sempre o desejo de vir a concluir o que os anos da minha juventude não permitiram. Desde esses anos mudou a Engenharia, mudou o Design, eu próprio não sou o mesmo de então. Foi, portanto, com algum entusiasmo, que me atrevi a agarrar a oportunidade de voltar aos bancos escolares. Não só pela boa causa de completar o que iniciei, mas também para travar conhecimento com as novidades que os anos foram acrescentando às matérias do meu interesse.

Em 1974 a Semiótica era ensinada na cadeira de Teoria da Informação da ESDI-UERJ[2], onde obtive a graduação em Design Industrial. Muitos desenvolvimentos ocorreram também neste campo do conhecimento, particularmente nas aplicações e na estruturação teórica. Pouco se tem feito, contudo, na aplicação à História, em particular na História de Portugal, tema que me interessa desde há muito, cultivado no tempo vago das ocupações profissionais. A História, pela complexidade de assuntos que divergem nas aproximações, no tempo, nas culturas e na geografia, tem a aliciante de permitir que se esteja na dianteira investigativa de um determinado tema, se circunscrito apropriadamente.

Tratamentos superficiais da Semiótica aplicada à Heráldica foram escritos por Franz-Paul Langhans e Augusto Ferreira do Amaral[3]. É Michel Pastoureau, eminente investigador dos assuntos heráldicos, quem propõe um direccionamento mais incisivo:

> "*Il faudrait tenter une sémiologie des images, faire des statistiques sur les fréquences des figures et des couleurs (quelle est, par exemple, la part du bestiaire dans l'emblématique d'État? Pourquoi le rouge recule-t-il au profit du bleu entre le XIV*^{e} *et le XX*^{e} *siècle?), reconstituer les codes et les systèmes, évaluer à son juste niveau l'influence - partout considérable - du système héraldique*"[4].

Congregar as componentes dos meus interesses pessoais – Design, Semiótica, História, Linguística e Matemática – num só trabalho seria uma tarefa difícil, mas que espero ter levado a termo com resultados satisfatórios.

Definição do Tema

O Homem é fundamentalmente um ser de percepção linear. A atenção pode concentrar-se em um assunto de cada vez, limitada pelos órgãos sensoriais. Actividades simultâneas prejudicam-se umas às outras ou têm um rendimento muito desequilibrado[5]. O discurso sincrónico, que não

[1] Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[2] Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
[3] Respectivamente em (LANGHANS, 1974, pp. 9–33) e (AMARAL, 1975, pp. 25–36).
[4] Ver (PASTOUREAU, 1986, p. 69).
[5] Testemunho o exemplo invulgar de uma professora que conseguia escrever em simultâneo com ambas as mãos.

o canto coral, é entendido como ruído perturbador se não nos concentrarmos, e talvez isso não chegue. A concorrência de sentidos distintos não altera a argumentação. Ouvir uma peça musical desconhecida enquanto se estuda é bem possível; menos praticável é repetir alguns compassos *a posteriori* e mais tarde sair-se bem nos exames. Haverá uma diferença entre ver e olhar, escutar e ouvir.

Os idiomas acompanham essa linearidade. A emissão das cordas vocais é um encadeamento sequencial de sons inteligíveis[6]. Logo, também as palavras escritas se sucedem umas às outras. As trocas de posição podem dar lugar à mudança de sentido, ao desentendimento ou à ininteligibilidade. Do mesmo tipo são todos os sistemas de escrita, uma vez apreendidos, pois nascem das línguas faladas e exercitam-se nela em cada ser humano. Antes da alfabetização examina-se cada carácter como um desenho: admiramos a sua regularidade formal, a repetição mais ou menos frequente, a similaridade estilística com os outros glifos[7]. Da direita para a esquerda, de baixo para cima, não importa o sentido, o gozo é similar[8].

Já o *reconhecer* cada letra equivale a nem sequer examiná-la mas, de relance, associá-la a um significado fonético[9]. À medida que a alfabetização avança chegamos ao limiar da dimensionalidade nula, a uma dimensão fraccionária. Não é preciso analisar letras e palavras isoladas, apenas ...lemos. Pelo princípio do menor esforço e da economia de meios desenvolve-se a caligrafia, ao fim e ao cabo uma linha torta desenhada pela pena. Tanto quanto era necessário para atender ao mesmo agregado dimensional do código. Essa dimensão única advém da codificação e não da mancha de texto em si, o qual poderia muito bem ser escrito numa única linha, por muito comprida que fosse. É possível camuflar mensagens paralelas, escondidas no corpo do texto pela ordem dos caracteres, *1D*, por meio das suas coordenadas cartesianas, *2D*, ou eventualmente acrescentando-lhe a numeração das páginas em que se encontram, *3D*. Mesmo os cegos e os surdos aprendem a ler. Tudo isso mostra com clareza que o código semiótico é apenas uma ferramenta, aperfeiçoada pelo uso, pela adaptação e pelas aptidões específicas do ser humano[10].

As imagens visuais, por contraste, são naturalmente bidimensionais. Mesmo os volumes que se estendem pelo nosso campo visual, são descodificados em *2D* pelos nossos olhos, que simulam a profundidade pela visão binocular e por outros fenómenos associados. O friso decorativo repete sem cessar um motivo único, sem que seja necessária uma interpretação das unidades. Uma linha desenhada terá, em qualquer caso, uma espessura e um comprimento – um ponto será um círculo, um quadrado, uma mancha. O código sequencial é inexistente a este nível, do contrário recairíamos na situação anterior, porque essa sequência seria um equivalente da linguagem.

Gozam da propriedade comutativa: a ordem em que se lê o código não altera significativamente a descodificação. A organização é não linear. Escolhemos, ou somos induzidos a escolher, um motivo inicial, passamos a outro, talvez até nem completemos o exame, se estivermos satisfeitos com a informação adquirida. Encontramo-nos mais uma vez em território fractal. Ao contrário da fractalidade geométrica esta é decrescente, ou seja, passa de uma dimensão maior para outra menor, e dinâmica, uma vez que é controlada pela percepção humana. Ademais, cada uma das unidades possui forma, cor e textura[11]. Cada forma, dentro de cada intencionalidade conceptual, pode ter atitudes, orientações, replicações. As cores têm os seus matizes, tons e cromatismos. A textura pode aparecer como brilho, sujidade, porosidade, padrão.

---

[6] Exceptuando-se algumas interjeições, ênfases, acidentes sonoros.

[7] Chamou-lhes alguém minha conhecida "um exército de formigas".

[8] Refere Anne-Marie Christin: "*What is truly novel and groundbreaking in the development of the alphabet was not that it* ***represented*** *speech, but rather that it made speech* ***visible***", grifo original, ver (CHRISTIN, 2002, p. 10).

[9] A existência dos sinais gráficos: til, circunflexo, acentos, não implica bidimensionalidade já que são interpretados juntamente com a letra num único sinal utilitário.

[10] Contradizendo, de certo modo, Anne-Marie Christin, que parece limitar a ideia do alfabeto ao sentido da visão. Ver o parágrafo anterior.

[11] Textura definida no sentido bidimensional: padrão diminuto e uniforme, não no sentido táctil tridimensional.

Mas no que se refere ao tratamento da linguagem como algo independente da imagem, tudo poderá resumir-se a uma questão dimensional. A arbitrariedade do código poderá, na verdade, não se tratar de uma certeza científica, mas apenas de uma constatação. Refere-se, directamente ou não, ao corpo principal da linguagem escrita, mesmo para os mais antigos em existência. Ninguém pode dizer, e muito menos provar, se houve ou não uma cadeia de eventos a partir da base lógica genésica, por exemplo, onomatopeica ou metonímica, desencadeando a extensão e a diferenciação das línguas. As codificações modernas tendem à máxima eficiência, como ocorre na prática do código Morse e se estabelece na prolífica Teoria da Informação de Shannon[12]. Mas não existe um só tipo de eficiência, o que é mais simples para nós seria inimaginável há oitocentos anos, enquanto que, por exemplo, as técnicas hiperespecializadas dos artesãos medievais não se podem repetir hoje.

Existe uma classe mais elementar, intermédia entre os códigos escritos e os códigos visuais. Caracteriza-se pela simplicidade das imagens e a associação a uma ideia específica, limitada e bem determinada, uma espécie de linguagem imagética. As marcas, os logótipos, os sinais de trânsito, os brasões de armas pertencem a essa categoria. A Heráldica apresenta outras características que a tornam ainda mais interessante. A invenção do sistema está suficientemente próxima no tempo para que se disponha de um *corpus* considerável, porém adequadamente longínqua para que não viesse a sofrer as influências artificializadas das modernas técnicas de comunicação[13]. Difundida e conservada pelas camadas privilegiadas da população dá-nos, por este motivo, a oportunidade de estabelecer o ambiente sócio-cultural e até deslindar cada situação em particular, deixada em testemunho. Faustino Menéndez-Pidal descreve enfaticamente a riqueza desse modo de expressão:

> "*En todas las épocas y en todas las civilizaciones han existido signos distintivos o emblemas, porque responden a una necesidad connatural del hombre. El sistema heráldico, así considerado, constituye un grupo más, el propio del occidente europeo medieval; sin embargo, se destaca entre todos por su notablemente mayor perfección y desarrollo, que se corresponden con su gran difusión y permanencia. Ninguno de los demás grupos alcanzó tal amplitud y variedad -prácticamente ilimitadas- del repertorio de formas, no obstante coherentes y por eso susceptibles de combinación mutua, constituyendo así un sistema*"[14].

O paralelo com a aparição da escrita é evidente. Não se sabe muito sobre a infância desta, dada a maior distância cronológica. A Heráldica poderá ser uma ferramenta que nos ajude a compreendê-la. A codificação dos brasões de armas não deve ser encarada como um conjunto de regras decorativas sem significado coerente, ou como um método de reconhecimento das divisões sociais. Isso foi aquilo no que se transformou: por obsolescência da utilidade mnemónica, por conjunção com outras associações desejáveis ou imaginárias, por afastamento de outras, tornadas inconvenientes. Maurice Keen assinala que não é fácil despojarmo-nos dos hábitos culturais, baseados na palavra e no raciocínio, para compreender em todo o seu alcance o valor da imagem na Idade Média[15].

O facto de algo representar, alguma outra coisa que não ela mesma *para alguém* conduz-nos sempre ao campo da Semiótica. E isso não se limita à representação superficial[16]. O superconjunto de todas as representações possíveis pode, não por si, mas pelo nosso entendimento, criar subcon-

[12] Ver (SHANNON, 1948, pp. 379–423 e 623–656).

[13] Só em França existem cerca de trezentas mil impressões sigilares medievais (PASTOUREAU, 1986, p. 83).

[14] Ver (NAVASCUÉS, 1993, p. 16).

[15] Maurice Keen citado em (NAVASCUÉS, 1993, p. 35).

[16] Que, por vezes, leva a desenvolvimentos surpreendentes, em que o nosso entendimento ultrapassa a forma individual do carácter, dada a velocidade com que descodificamos, por exemplo, o alfabeto. Por outro lado, um livro não é apenas um símbolo da cultura através das manchas de tinta sobre o substrato em papel. Tornou-se uma parte fundamental da própria cultura. É a cultura. Passa a representá-la de outra maneira, não só como ideia mas como objecto.

juntos homogéneos, primariamente através dos meios expressivos e receptivos que os sustentam e aproveitam. Essa compreensão "inata", na verdade condicionada por um grupo de factores comuns aos receptores – cultura, língua, clima, etc. – vai regular códigos mais formalizados que irão permitir o desenvolvimento, a realimentação e a extensão de cada subconjunto em sistemas semióticos.

Objectivos e Âmbito

Utilizaremos o sistema de identificação pessoal dos brasões como objecto do nosso estudo. Permitirá desenvolver a compreensão da interface que possui com o sistema semiótico da escrita, abrindo o caminho à investigação nos sistemas ainda mais dependentes da imagem, em duas ou três dimensões. Depois de entender como funciona a máquina semiótica da Heráldica, procuraremos descobrir, como tema central da nossa dissertação, qual o significado dos elementos primitivos das armas nacionais, os escudetes e os besantes[17].

Não será necessário preocupar-nos, pelo menos no corpo principal da tese, com as interpretações distintas das originais, se é que podemos fazer essa distinção *a priori* de modo claro. Interessa-nos a vontade do criador em ser entendido de maneira específica, numa classe de interpretações possíveis. Buscamos assim o caminho do codificador até o símbolo e não o trajecto deste até o interpretante. A Semiótica, é bem verdade, tem-se destacado nas suas análises pela abordagem divergente. De uma realidade visual ou literária existente derivam inúmeros conceitos, interpretações e presumíveis intencionalidades. Não é significativo, nesses casos, saber ou intuir quais os objectivos expressos do emissor, até porque os contextos, o receptor e as ambientações produzirão uma ideia muito boa daqueles. Há contudo situações em que a Semiótica poderia actuar no sentido inverso, em particular na classe da já referida linguagem imagética. Sabendo-se que uma ideia inicial é bem determinada pelos seus traços, mas desconhecida na intencionalidade, teria algum interesse investigar os métodos que conduzissem à sua descoberta. É o que nos propomos fazer nesta dissertação, de uma forma muito direccionada.

Os limites cronológicos ficarão estabelecidos para os dois primeiros reinados em Portugal, o de D. Afonso Henriques, de 1139 a 1185 e o de D. Sancho I, de 1185 a 1211. Isso não quer dizer que nos limitaremos a investigar dentro desse período, apenas o tomamos como esfera de influência entre a criação do escudo português e os seus antecedentes e consequentes imediatos. Os limites geográficos estritos são, obviamente, o território português àquela altura, mas recorreremos à afinidade de culturas na Península Ibérica e no resto da Europa, sempre que for útil. Deveremos, por fim, limitar o nosso estudo aos brasões territoriais, novamente com a liberdade de pesquisar outros fenómenos similares contemporâneos àqueles, desde que não desviem a dissertação do seu rumo. A metodologia específica, definições operacionais e classificações bem como as fontes, serão tratadas em pormenor nos capítulos Metodologia de Análise e Análise dos Dados Amostrais.

Dificuldades Principais

Não fazíamos a menor ideia das dificuldades que se atravessariam no caminho desta investigação. Com a ingénua ideia de já possuir uma "resolução" para o problema particular em estudo, empreendemos o nosso caminho através da proposição desta tese em Outubro de 2007. Já só no fim do período regulamentar, um ano depois, é que foi possível aplicar com êxito a metodologia, entretanto desenvolvida, ao caso das armas primitivas de Portugal. Os meses subsequentes foram dedicados a estabelecer e justificar esses resultados e ao ingrato trabalho de reescrever boa parte do que se tinha por concluído.

[17] Ver o conceito de máquina semiótica em (BÁRTOLO, 2007, p. 12).

As fontes secundárias que nos propúnhamos estudar não existiam nas bibliotecas portuguesas, senão em número muito limitado e longe do nosso alcance. O mesmo acontecia com léxicos, dicionários, etimologias e fonéticas históricas de uma parte considerável das quarenta e oito línguas utilizadas. O embaraço resolveu-se com o recurso à Internet, essa magnífica enciclopédia virtual moderna, sem que para isso, fosse necessário abdicar da nossa ambição e dos deveres de amplitude, rigor e profundidade a que estávamos sujeitos.

Não domino, como é óbvio, os idiomas que fui progressivamente acrescentando à argumentação. Também não imaginávamos utilizar tantos e nem sequer acreditávamos que a Linguística constituísse uma parte tão importante do estudo. Muitas vezes foi impossível saber qual a versão fonética medieval dos vocábulos analisados, mas não acreditamos que existam, em algumas dessas línguas, obras de referência exaustivas sobre o assunto. Os objectivos da tese e as insuficiências linguísticas impediam, é certo, uma análise tão completa como a que se exigia no antepenúltimo capítulo, a Resolução do Problema. Conseguimos contornar as dificuldades através da repetição sequencial de juízos visuais e linguísticos, com o favorecimento da nossa inclinação profissional para os primeiros.

Por fim, o tratamento dos dados, pela dimensão e complexidade do empreendimento por um lado, pela influência nos resultados a encontrar por outro, implicou um cuidado excepcional na categorização e subsequente contagem. Muitas foram as horas dedicadas à construção metódica desse arcabouço investigativo, da qual usámos uma ínfima décima parte, mas que permanece para o que possa suceder ao nosso esforço. Um trabalho aborrecido, a que não faltaram erros, desacertos e correcções, mas fundamental para o sucesso da dissertação.

Agradecimentos

Devemos testemunhar a nossa gratidão, neste merecido primeiro lugar, aos nossos orientadores. Ainda é relativamente incomum tentar reunir campos de conhecimento tão díspares. Seria necessário escolher personalidades de referência, dentre os dois assuntos capitais da dissertação, que tivessem a autoridade, a ousadia e a disponibilidade necesárias para levar a bom termo a tarefa e obter, como pensamos ter obtido, os resultados ambicionados. Além de tudo, num assunto tão polémico e discutido como as armas nacionais, impunha-se encontrar um justo equilíbrio entre a especulação e os factos, sem o que a atenção dos leitores poderia desviar-se das propostas avançadas para questões acessórias.

Agradecemos pois, sensibilizados, ao Professor Doutor José Augusto Pizarro, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e ao Professor Doutor José Manuel Bártolo, da Escola Superior de Artes e Design. Pelo tempo e energia que dedicaram à nossa tese, à coragem revelada ao admitir o tema no quadro do Mestrado em Design Industrial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pelo sábio e oportuno aconselhamento e incentivo. Permitimo-nos fazer através deles, nestes tempos conturbados, uma homenagem aos professores portugueses, que tanto nos oferecem sem olhar ao que lhes damos em retribuição.

Ao Professor Doutor António Torres Marques, para além do prazer de ouvir os seus ensinamentos em aula, elogiamos o espírito inovador e desassombrado, sem o que não seria possível, como Director do Curso de Mestrado na altura da submissão da proposta de dissertação, acolher o nosso tema de pesquisa. Ao Professor Doutor Jorge Lino Alves, também nosso mestre e actual Director do Curso, agradecemos a continuação daquele indispensável sustentáculo e a simpatia com que nos tem recebido. Ao Professor Doutor Francisco Freitas, da Secção de Automação, Instrumentação e Controlo, com quem privámos durante anos de relação profissional, endereçamos uma palavra de agradecimento muito especial. Deveu-se a ele o primeiro impulso à nossa candidatura a este Mestrado e a recomendação para seguirmos adiante em fins de 2006.

À Professora Doutora Maria Cristina Cunha da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, devo os primeiros contactos naquela prestigiosa instituição e o encaminhamento à pessoa do nosso orientador em Heráldica. Ao Professor Aldemir Maia Batissaco estou obrigado pelas primeiras noções de uma abordagem científica da História e não é possível deixar fora das nossas lembranças o Professor Doutor Washington Dias Lessa que há mais de quarenta anos falava-nos daquela nova matéria, a Semiótica, com o perturbante exemplo da "mapoteca alada". Mencionamos ainda o Professor Doutor José Bernardino Duarte pela atenção e conselhos dados.

Valerá a pena referir também aqui os investigadores que têm vindo a escrever um inacreditável volume de informação sobre a heráldica portuguesa ao correr dos anos. Foi a partir das minhas visitas ao Real Gabinete Português de Leitura que travei conhecimento com muitos deles, despertando-me o interesse pela sua questão magna. Muito do trabalho aqui feito deve-se aos recursos materiais e humanos das Bibliotecas Públicas Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia, das Bibliotecas da Faculdade de Letras e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a quem expressamos a nossa gratidão. À comunidade de utilizadores da Internet, cuja extensa contribuição é mencionada apenas brevemente nas Referências, ficamos reconhecidos.

Devo agradecer também aos familiares, amigos, conhecidos e desconhecidos a quem recorremos, ou que pacientemente toleraram as nossas extravagâncias dissertativas, desculpando-nos com as que talvez devêssemos ter mencionado de modo explícito. À família, em particular aos meus filhos mais novos, Rodrigo e Priscila, deixo ficar este testemunho das horas que deixei de lhes dedicar e que, por certo, lhes farão falta. Acrescento um obrigado especial à minha esposa Conceição e ao meu filho Leonardo, que na recta final da entrega prestaram-me um inestimável auxílio nas tarefas de secretariado e de aprovisionamento. À minha mãe, Capitolina, pela paciência deste longo período de afastamento e pelas orações que me dedicou, obrigado.

Finalmente, ao povo português, que já cá estava antes de haver Portugal e Europa, *Colimbria* e *Portucale*, Afonsos e Sanchos, alfabetos e brasões, a estes habitantes do Rosto da Europa, que carinhosamente nos acolheram ao regressarmos há quase trinta anos, onde agora nos honramos de ser incluídos, dedicamos esta tese.

Índice

Resumo . . . 3
Abstract . . . 5

Prefácio **7**
Motivações . . . 7
Definição do Tema . . . 7
Objectivos e Âmbito . . . 10
Dificuldades Principais . . . 10
Agradecimentos . . . 11

Lista de Figuras **16**

Lista de Tabelas **19**

Siglas, Símbolos e Abreviaturas **21**

1 Introdução **25**
1.1 Da Linguagem à Imagem . . . 25
1.1.1 A Escrita Medieval . . . 25
1.1.2 Antecedentes da Heráldica . . . 27
1.1.3 Origens e Evolução da Heráldica . . . 29
1.2 Organização da Dissertação . . . 30

2 Estado da Arte **31**
2.1 Enquadramento . . . 31
2.2 Teorias e Crítica . . . 32
2.2.1 Escudetes e Besantes . . . 32
2.2.2 Cruz . . . 35
2.2.3 Escudo . . . 37
2.2.4 Carbúnculo . . . 38
2.2.5 Esmaltes . . . 40
2.2.6 Outros . . . 40
2.3 A Lenda de Ourique . . . 41

3 Metodologia de Análise **45**
3.1 Enquadramento . . . 45
3.2 Hipótese . . . 46
3.2.1 Variáveis . . . 46
3.2.2 Medidores . . . 47
CARACTERIZAÇÃO DOS FENÓMENOS . . . 48
MODELO FONÉTICO . . . 49

ESTABELECIMENTO DO LIMIAR 51
INDICAÇÕES PRÁTICAS 52
3.2.3 Estabelecimento da Hipótese 54
3.3 Procedimentos 55
3.3.1 Amostragem 55
3.3.2 Colecta e Análise dos Dados 57

4 Análise Sintáctica 59
4.1 Enquadramento 59
4.2 Análise 60
4.2.1 Figuras e Formas 60
4.2.2 Configuração e Orientação 61
4.2.3 Dimensão e Substrato 63
4.2.4 Planos 65
4.2.5 Cor 66
4.2.6 Posição 68
4.2.7 Número 68
4.2.8 Disposição 71
4.3 Conclusões Preliminares 74

5 Análise dos Dados Amostrais 75
5.1 Enquadramento 75
5.2 Colecta de Dados 76
5.3 Caracterização Amostral 78
5.4 Análise Quantitativa 79
5.4.1 Referente 79
5.4.2 Denominante 83
5.4.3 Designante 84
5.4.4 Significante 85
5.5 Análise Qualitativa 86
5.5.1 Referente 87
5.5.2 Designação Directa e Armas de Transmissão 87
5.5.3 Metonímia do Referente 88
5.5.4 Denominante 90
5.5.5 Verbalização 90
5.5.6 Acomodação 91
CONJUNÇÃO 92
ACRÉSCIMO 92
SUPRESSÃO 92
TRANSPOSIÇÃO 93
TRANSFORMAÇÃO 93
AFINIDADE 94
5.5.7 Sematização 94
COMPOSIÇÃO 95
METONIMIZAÇÃO 96
5.5.8 Designante 96
BOTÂNICA 97
ZOOLOGIA 97
NOTORIEDADES 98

ARQUITECTURA . . . 98
ASTRONOMIA . . . 98
METEOROLOGIA . . . 98
TOPONÍMIA . . . 99
MATERIAIS . . . 99
SINAIS . . . 99
OUTROS SUBSTANTIVOS . . . 100
GEOMETRIA . . . 100
COLORAÇÕES . . . 100
QUANTIDADES . . . 102
ACÇÕES . . . 103
5.5.9 Significante . . . 103
5.5.10 Traços Significantes . . . 104
NÚMERO . . . 104
ESMALTES . . . 104
FORROS . . . 104
LOCALIZAÇÕES . . . 105
DISPOSIÇÕES . . . 105
SEPARAÇÕES . . . 105
FIGURAÇÕES . . . 106
ATITUDES . . . 107
ORIENTAÇÃO . . . 107
5.5.11 Interacção . . . 107
5.5.12 Anomalias . . . 108
TROCA . . . 109
REDUÇÃO . . . 110
5.5.13 Complementação . . . 111
5.5.14 Transmigração . . . 112
5.6 Conclusões Preliminares . . . 114

6 Resolução do Problema 117
6.1 Enquadramento . . . 117
6.2 Paralelos Geográficos e Jurisdicionais . . . 123
6.3 Referentes e suas Metonímias . . . 124
6.4 Verbalizações, Acomodações e Sematizações . . . 125
6.4.1 Colimbria . . . 125
VERBALIZAÇÃO . . . 125
ACOMODAÇÃO . . . 125
SEMATIZAÇÃO . . . 130
6.4.2 Mondeci . . . 131
ACOMODAÇÃO . . . 131
SEMATIZAÇÃO . . . 134
6.4.3 Portucalis . . . 134
VERBALIZAÇÃO . . . 134
ACOMODAÇÃO . . . 135
SEMATIZAÇÃO . . . 137
6.5 Conclusões Preliminares . . . 142

7 Pragmática e Justificações **145**
7.1 Enquadramento . . . 145
7.2 A Etimologia de Brasão . . . 145
7.3 Correlações Heráldicas . . . 146
7.4 A Lenda de Ourique . . . 146
7.5 Duas Estátuas de D. Afonso Henriques . . . 148
7.6 O Nome do Infante . . . 149
7.7 Os Morabitinos de D. Sancho I . . . 150
7.8 O Escudo de Santa Cruz de Coimbra . . . 151
7.9 Dois Documentos de Santa Cruz de Coimbra . . . 151
7.10 Os Selos Reais . . . 153
7.11 O Sistema de Medidas . . . 153
7.12 A Heráldica Familiar . . . 154
7.12.1 Sousa . . . 154
7.12.2 Bragança . . . 155
7.12.3 Maia . . . 155
7.12.4 Baião . . . 156
7.12.5 Riba Douro . . . 156
7.13 Afinidades Municipais . . . 156
7.13.1 Cidade do Porto . . . 157
7.13.2 Cidade de Guimarães . . . 157
7.13.3 Cidade de Coimbra . . . 158
7.13.4 Cidade de Lisboa . . . 159
7.14 As Alcunhas . . . 159
7.15 Os Pelourinhos . . . 161
7.16 A Torre de Belém . . . 163

8 Conclusões **165**

Lista de Referências **167**

A Universo Amostral **175**

B Brasões **195**

Índice Remissivo **209**

Lista de Figuras

1.1 *[I]n n(omi)ne patris etfilii etsp(iri)c(tus) s(an)cti* 26

2.1 Contra-selo da Condessa D. Matilde de Flandres (1189) 31
2.2 Sinal atribuído a D. Afonso Henriques (1183) 33
2.3 Sinais rodados de D. Sancho I (1189) 34
2.4 Sinal rodado de D. Sancho I (1207) 35
2.5 Sinais de identificação manuscritos (de 882 e 1092) 37
2.6 Escudo de Santa Cruz de Coimbra e adarga (séc. XIII) 39
2.7 Chave de abóbada medieval com as Chagas de Cristo 43

4.1 Pedra de armas de Portugal (1262) 64
4.2 Pormenor de lagar medieval no *Apocalipse do Lorvão* 66
4.3 Composição em elementos inteiros 71
4.4 Disposições simétricas de escudetes 1–3–1 74

7.1 Mosaico da cúpula do Mausoléu de Galla Placida (séc. V) 147
7.2 Estátuas medievais de D. Afonso Henriques 148
7.3 Morabitino de D. Sancho I (séc. XII) 150
7.4 Escudo do cadeiral de Santa Cruz de Coimbra (séc. XVI) 151
7.5 Inicial D iluminada com as armas de Portugal (séc. XIII) 152
7.6 Inicial P iluminada com as armas de Portugal (sécs. XV-XVI) 152
7.7 Armas dos Sousa (1243) 155
7.8 Desenho do selo de Pedro Garcia 156
7.9 Armas da Cidade do Porto (1813) 157
7.10 Imagem de Nossa Senhora da Oliveira (séc. XIV) 158
7.11 Selo do Concelho de Coimbra (1291) 158
7.12 Estátua da Rainha Santa Teresa 159
7.13 Brasão da Cidade de Lisboa (1336) 159
7.14 Brasão de Aragão 160
7.15 Pelourinho do Ladário (séc. XVII) 162
7.16 Pelourinho de Elvas (séc. XVI) 163
7.17 Pelourinho de Alverca do Ribatejo (séc. XVI) 163
7.18 Três guaritas da Torre de Belém (séc. XVI) 163
7.19 Pátio da Torre de Belém (séc. XVI) 164

Lista de Tabelas

1 Siglas, símbolos e abreviaturas (I) 22
2 Siglas, símbolos e abreviaturas (II) 23
3 Siglas, símbolos e abreviaturas (III) 24

1.1 Sinais de validação e tipos de escrita medieval 27

3.1 Metaplasmos da língua portuguesa 49
3.2 Cálculo do índice de discrição k para *Sagremor* $\overset{\pi}{\sim}$ *Sycomore* 53
3.3 Alguns dos primeiros armoriais medievais 56

4.1 Número de besantes nos selos reais 70

6.1 Índices de discrição para *Colimbria* 129
6.2 Índices de discrição para *Mondeci* 133
6.3 Índices de discrição para *Portucalis* (I) 138
6.4 Índices de discrição para *Portucalis* (II) 139
6.5 Índices de discrição para *Portucalis* (III) 140

A.1 Universo amostral (I) 176
A.2 Universo amostral (II) 177
A.3 Universo amostral (III) 178
A.4 Universo amostral (IV) 179
A.5 Universo amostral (V) 180
A.6 Universo amostral (VI) 181
A.7 Universo amostral (VII) 182
A.8 Universo amostral (VIII) 183
A.9 Universo amostral (IX) 184
A.10 Universo amostral (X) 185
A.11 Universo amostral (XI) 186
A.12 Universo amostral (XII) 187
A.13 Universo amostral (XIII) 188
A.14 Universo amostral (XIV) 189
A.15 Universo amostral (XV) 190
A.16 Universo amostral (XVI) 191
A.17 Universo amostral (XVII) 192
A.18 Universo amostral (XVIII) 193

B.1 Brasões referidos na análise dos dados (I) 197
B.2 Brasões referidos na análise dos dados (II) 199
B.3 Brasões referidos na análise dos dados (III) 201
B.4 Brasões referidos na análise dos dados (IV) 203

B.5 Brasões referidos na análise dos dados (V) 205
B.6 Brasões referidos na análise dos dados (VI) 207

Siglas, Símbolos e Abreviaturas

Tabela 1: Siglas, símbolos e abreviaturas (I)

Abr[a]	Explicação	P.	Abr[a]	Explicação	P.
#	numeral (Anexo A)	176	2D	bidimensional	8
%	por cento	3	3D	tridimensional	8
↑	orientação para cima	73	a.C.	antes de Cristo	27
⇓	desde (período)	27	A.D.B.	Arquivo Distrital de Braga	148
↓	orientação para baixo	73	Abr.	Abril	172
⟵	ver resultados parciais	52	abr[a]	abreviatura	22
←	orientação à esquerda	73	Add	*Liber Additamentorum*	87
⟶	ver resultados parciais	130	adj.	adjectivo	145
→	orientação à direita	73	Alb	albanês (Anexo A)	193
⇒	implica	52	Ale	alemão (Anexo A)	176
×	*versus*, comparado a	72	ALE	Alemanha (Tabela 3.3)	56
×	multiplicado por	52	ale.	alemão para	89
/	fim de linha manuscrita	152	Ano	anglo-normando (Anexo A)	176
÷	dividido por	87	ano.	anglo-normando para	90
+	concatenado a	53	Ara	aragonês (Anexo A)	176
+	somado a	51	ara.	aragonês para	160
-	sem dados (Anexo A)	180	arv.	árvore	149
−	subtraído de	51	Ast	asturiano (Anexo A)	177
–	ausência, separação	27	B	Botânica (Anexo A)	176
_	morfema	50	Bal	*Balliol Roll*	88
(omi)	letras manuscritas abreviadas	26	Bas	basco (Anexo A)	183
[I]	inicial manuscrita	26	bas.	basco para	100
[s.l.]	*sine loco*	169	BEL	Bélgica (Tabela 3.3)	56
[s.n.]	*sine nomine*	167	Bie	bielorrusso (Anexo A)	178
Ø	sem armorial atribuído	89	Big	*Rôle d'Arms Bigot*	95
Σ	somatório	51	Bos	bósnio (Anexo A)	179
$\overset{\iota}{\chi}$	*Christi*	148	bos.	bósnio para	113
$\overset{\pi}{\sim}$	é parófono a	52	Bre	bretão (Anexo A)	177
>	evolução fonética	49	bre.	bretão para	98
>	maior do que	54	Bul	búlgaro (Anexo A)	179
≥	maior ou igual a	53	bul.	búlgaro para	110
<...>	endereço Internet	167	Bxa	baixo-alemão (Anexo A)	186
≤	menor ou igual a	53	bxa.	baixo-alemão para	101
=	armas de transmissão (Anexo A)	176	*c*	coeficiente de carácter	50
=	igual	50	C	coloração (Anexo A)	176
[...]	interrupção	26	Cae	*Caerlaverock's Roll*	87
...	etc.	62	Cam	*Rôle de Tournoi de Cambrai*	87
§	sinal (Anexo A)	176	cap.	capítulo	28
º	Astronomia (Anexo A)	176	Cas	castelhano (Anexo A)	179
1D	unidimensional	8	cas.	castelhano para	109

Tabela 2: Siglas, símbolos e abreviaturas (II)

Abr[a]	Explicação	P.	Abr[a]	Explicação	P.
Cat	catalão (Anexo A)	176	Gae	gaélico (Anexo A)	177
cat.	catalão para	106	gae.	gaélico para	87
Caz	cazaque (Anexo A)	184	Gal	*Galloway Roll*	56
Cdn	*Camden Roll*	87	gav.	gaveta	148
Cha	*Charles' Roll*	88	Gel	*Codex Gelre*	56
Che	checo (Anexo A)	177	Geo	*St. George's Roll*	88
che.	checo para	93	Glg	galego (Anexo A)	182
Cho	*Rôle de Tournoi de Chauvency*	56	Glo	*Glover's Roll*	88
C[o]	Condado	197	Gls	galês (Anexo A)	182
cód.	códice	39	gls.	galês para	89
Col	*Collins' Roll*	102	Gre	grego (Anexo A)	176
Com	*Rôle de Tournoi de Compiègne*	92	gre.	grego para	28
CR	escrita carolina	27	GT	escrita gótica	27
Cro	croata (Anexo A)	180	H	Homem (Anexo A)	176
d	designante	48	Her	*Herald's Roll*	87
D	denominante	48	Hol	holandês (Anexo A)	179
D.	Dom, Dona	10	hol.	holandês para	49
Der	*Dering Roll*	95	Hun	húngaro (Anexo A)	181
Dez.	Dezembro	167	hun.	húngaro para	100
Din	dinamarquês (Anexo A)	181	I	Meteorologia (Anexo A)	176
din.	dinamarquês para	103	Ing	inglês (Anexo A)	177
D[o]	Ducado	197	ing.	inglês para	43
doc.	documento	26	IPA	*International Phonetic Alphabet*	90
docs.	documentos	34	Irl	irlandês (Anexo A)	184
e.g.	*exempli gratia*	72	irl.	irlandês para	93
ed.	edição, editor	41	Isl	islandês (Anexo A)	184
est.	estampa	34	Ita	italiano (Anexo A)	176
et al.	*et alii*	45	ita.	italiano para	94
etc.	*et cætera*	10	j	n[o] de transformações parofónicas	51
f.	fólio	65	Jan.	Janeiro	167
F[a]	fantasia	201	Js	*Livro de Josias*	32
Fal	*Falkirk's Roll*	87	Jul.	Julho	173
fasc.	fascículo	171	Jun.	Junho	172
fig.	figura	26	Jz	*Livro dos Juízes*	32
Fin	finlandês (Anexo A)	189	k	índice de discrição	50
fls.	fólios	26	Lat	latim (Anexo A)	176
Fra	francês (Anexo A)	176	lat.	latim para	89
FRA	França (Tabela 3.3)	56	Leb	*Armorial Le Breton*	87
fra.	francês para	87	Leo	leonês (Anexo A)	185
G	Geometria (Anexo A)	176	leo.	leonês para	101

Tabela 3: Siglas, símbolos e abreviaturas (III)

Abrª	Explicação	P.	Abrª	Explicação	P.
Let	letão (Anexo A)	185	r.	recto	152
Lig	lígure (Anexo A)	182	RC	rodado clássico	27
lit.	literalmente	93	REU	Reino Unido (Tabela 3.3)	56
liv.	livro	65	RF	rodado de fantasia	27
Ltn	lituano (Anexo A)	185	Rmc	romanche (Anexo A)	185
ltn.	lituano para	108	Rom	romeno (Anexo A)	187
Lux	luxemburguês (Anexo A)	186	Rus	russo (Anexo A)	189
lux.	luxemburguês para	95	S	outro substantivo (Anexo A)	176
m.	maço	148	S.	São, Santo	40
Man	*Codex Manesse*	90	SC	selo de cera	27
Mar	*Lord Marshall's Roll*	87	séc.	século	39
Mar.	Março	167	Ser	sérvio (Anexo A)	176
max	valor máximo entre *a* e *b*	51	Set.	Setembro	167
MD	escrita minúscula diplomática	27	Sl	*Livro dos Salmos*	151
Mns	manês (Anexo A)	186	SN	sinal não rodado	27
mns.	manês para	96	Sor	sorábio (Anexo A)	177
Mº	Mosteiro	34	SP	selo de chumbo	27
ms.	manuscrito(s)	152	ss.	seguintes	41
Mt	*Evangelho de São Mateus*	152	Sti	*Stirling Roll*	56
n	quantidade, número	62	Sue	sueco (Anexo A)	191
N	material (Anexo A)	176	sue.	sueco para	96
n_D	nº de caracteres do denominante	51	t	coeficiente de transposição	51
n_d	nº de caracteres do designante	51	T	Toponímia (Anexo A)	177
nº	número	32	T.T.	Torre do Tombo	146
Nor	norueguês (Anexo A)	187	U	Arquitectura (Anexo A)	176
nor.	norueguês para	113	Ucr	ucraniano (Anexo A)	182
Nrm	normando (Anexo A)	189	V	acção (Anexo A)	176
Oci	occitano (Anexo A)	176	v.	verso	65
Ofl	*Rôle d'Armes de l'Ost de Flandre*	56	var.	variedade	113
Out.	Outubro	172	Ver	*Armorial du Heraut Vermandois*	88
p	coeficiente de posição	51	vol.	volume	36
P	notoriedade (Anexo A)	177	VS	escrita visigótica	27
p.	página	7	VT	escrita visigótica de transição	27
$p1$	tipo de simetria plana simples	63	Wal	*Walford's Roll*	87
Plo	*Rôle d'Armes de l'Ost de Ploërmel*	56	Wij	*Wijnbergen-Wappenrolle*	76
Pol	polaco (Anexo A)	179	Z	Zoologia (Anexo A)	176
pol.	polaco para	89	Zur	*Züricher Wappenrolle*	89
pp.	páginas	7			

Capítulo 1

Introdução

1.1 Da Linguagem à Imagem

Iniciamos a nossa dissertação com os fundamentos do problema que nos aventurámos a abordar. Dada a dificuldade do tema, a infinidade de trabalhos realizados por outros autores e o carácter multidisciplinar da argumentação, preferimos alongar para o próximo capítulo do Estado da Arte a correspondência com estudos similares. Será contudo neste capítulo que se procurará exemplificar uma progressiva interacção entre a escrita e a expressão visual nos documentos na Idade Média, desaguando na sua manifestação mais expressiva, a Heráldica. Entre uma e outra haverá, decerto, outros pontos de contacto que procuraremos tratar a jusante, sendo para isso imprescindível que conheçamos com algum rigor aquelas manifestações a montante.

1.1.1 A Escrita Medieval

A necessidade de validar documentos com sinais e artefactos resulta da inadaptação entre o tempo de vida dos interessados, mortais como indivíduos e sobrevivos como instituições, e o espaço de tempo em que os diplomas tinham efeito, prolongado pela transmissão sucessória destes, regulada pelo Direito. Era necessário, antes de mais, que se reunissem na *actio*, presentes as autoridades do lugar, enunciassem ao que vinham, que estavam todos de acordo, seguindo-se os actos solenes de comprometimento. No futuro, ao desejar-se alguma clarificação, consultavam-se as partes envolvidas, valendo os juramentos entre eles próprios. De modo a divulgar o conhecimento do acto, facilitando-se a conservação dos nomes comprometidos, especialmente para as instituições, com propriedades longínquas e numerosos enfiteutas, reduzia-se a escrito, no *conscriptio*, o que se acordara de viva voz.

Uma vez falecida uma das partes ou desvanecida a memória, os seus herdeiros dispunham de pouca ou nenhuma sustentação para reivindicar os seus direitos, à medida que os anos passavam. Começou-se a incluir por essa razão, na parte inferior do substrato, uma subscrição dos nomes; tanto dos que tinham testemunhado a *actio*, como dos que haviam assistido à leitura desse texto final, o *mundum*, rascunhado na *minuta*. Testemunhas, confirmantes e por inerência o executante, por vezes apenas este, alargam assim as garantias, pelo seu estatuto na sociedade ou por não serem partes interessadas. As sanções previstas para os incumpridores, de ordinário com fundamento religioso, incluem-se no texto; mais uma segurança[1].

Com o advento dos selos é possível uma certificação ainda maior. Reproduzidos a partir de

[1] Ver (GUERRA, 2003, pp. 179–193).

uma matriz, a custo cinzelada em negativo, acompanha o seu utilizador para onde vá. Apesar de ser possível falsificá-la, na prática seria dificílimo acompanhar as particularidades associadas a cada execução matricial. Sem querer dizer que mesmo hoje não existam situações dúbias para os investigadores. Enfatiza Maria Cristina Cunha que é: "[...] o principal modo de validação dos documentos, porque permanecia como garantia de autenticidade do acto mesmo após a morte da(s) pessoa(s) que o haviam subscrito e das testemunhas nele indicadas"[2].

Figura 1.1: *[I]n n(omi)ne patris etfilii etsp(iri)c(tus) s(an)cti*

O documento em si era manuscrito laboriosamente por um artífice especializado, o escriba, segundo os usos do tempo e lugar, de acordo com a aprendizagem a que se tinha submetido. Aos diversos tipos de letras, evoluindo durante séculos: visigótica, carolina, gótica, etc. juntam-se as peculiaridades locais: visigótica lombarda ou merovíngia, a uncial bizantina e a semi-uncial insular. Às características regionais devemos juntar os estilos pessoais, os instrumentos de escrita e o seu estado, a perícia, a idade ou os hábitos do escrivão, a azáfama do *scriptorium*, etc. Mas acima de tudo, o que distingue a escrita medieval da nossa, apesar de usarem as duas o mesmo sistema alfabético, são as abreviaturas, nexos, modificações, sinais, sobreposições, monogramas, ligaturas, enlaçamentos, letras encravadas ou inclusas, uma miscelânea de codificações secundárias, enfim[3].

Escrever e saber ler era então, e ainda hoje é, para os que se dedicam à paleografia, uma exigente arte intelectual. A ânsia de economia na mancha textual produzia textos quase taquigráficos, a expensas do desenvolvimento de um outro sistema de escrita, paralelo ao alfabeto, ver a Figura 1.1 *supra*[4]. Sistema com raízes profundas na Antiguidade, vejam-se as notas tironianas dos romanos.

Não podemos aplicar a esse universo, quanto mais não fosse pela distância cultural, as mesmas considerações simbólicas que aplicamos aos tempos modernos. A Idade Média, no que se refere à escrita não é uma civilização dos símbolos no mesmo sentido que nós. Multiplicou-os, adaptou-os, embelezou-os, está mais desenvolvida e mais eficiente, à sua maneira, por muito que nos custe constatá-lo. Nós, da cultura tipográfica, soubemos democratizar o sistema, à custa da sua simplificação. Como consequência, estes procedimentos também interagiram com os modos de pensar medievos. Tudo e todos têm uma função e um lugar bem determinado na sociedade, a mobilidade é limitada. Cada traço, ângulo, volta ou posição dos elementos caligráficos conserva um intento, decifrável para quem os conheça. Não poderia deixar de se passar o mesmo com a heráldica primitiva.

Rearranjámos alguns dados disponíveis sobre os métodos de validação na Tabela 1.1 à p. 27, alinhando-os com outros, referentes à evolução dos vários géneros de escrita, para os primeiros soberanos portugueses[5]. Essas componentes apareciam associadas e os modos de pensar gráficos e formais devem se ter inter-relacionado e transmitido. Ambas as amostras são pequenas, a primeira em especial. É pouco o que se pode extrair mas destacamos a transição mais acentuada da visigótica para a carolina a partir da passagem de D. Afonso Henriques a Rei de Portugal. É também no reinado excepcionalmente longo do filho de D. Teresa que se nota uma grande diversidade de processos, difícil de avaliar na completa extensão cronológica, pela falta de dados a partir de 1179.

[2] Ver (CUNHA, 2005, p. 150).
[3] Ver (SANTOS, 1994).
[4] Original na T.T., Livro Santo, fls. 28–28v, Doc. 11. Ver (VENTURA; FARIA, 1990, pp. 126–127).
[5] Ver (TOVAR, 1937, pp. 570, 575) e (SANTOS, 1994, Fig. 2, p. 518).

Tabela 1.1: Sinais de validação e tipos de escrita medieval

	Ano	**SN**	**RF**	**RC**	**SC**	**SP**	***VS***	***VT***	***CR***	***GT***	***MD***
Teresa	1114 ⇓	SN					*vs*	*VT*	*cr*		
Teresa	1120 ⇓	SN					*vs*	*VT*	*cr*	*gt*	
Afonso	1130 ⇓	SN			sc			*VT*	*cr*	*gt*	
Afonso	1139 ⇓	SN						*VT*	*cr*	*gt*	
Afonso I	1140 ⇓	SN						*vt*	*CR*	*gt*	
Afonso I	1142 ⇓	SN	RF					*vt*	*CR*	*gt*	
Afonso I	1150 ⇓	SN	RF					*vt*	*CR*	*gt*	*md*
Afonso I	1160 ⇓	SN	RF					*vt*	*CR*	*gt*	*md*
Afonso I	1161 ⇓	SN	RF	RC				*vt*	*CR*	*gt*	*md*
Afonso I	1170 ⇓	SN	RF	RC				*vt*	*cr*	*GT*	
Afonso I	1180 ⇓	SN	RF	RC				–	–	–	–
Sancho I	1185 ⇓			RC	SC			–	–	–	–
Afonso II	1211 ⇓			RC	sc	SP		–	–	–	–
Sancho II	1223 ⇓			RC	SC			–	–	–	–
Afonso III	1248 ⇓			RC	SC	sp		–	–	–	–

	Sinais de Validação		**Tipos de Escrita**
SN	Sinal não rodado	*VS*	Visigótica
RF	Rodado de fantasia	*VT*	Visigótica de transição
RC	Rodado clássico	*CR*	Carolina
SC	Selo de cera	*GT*	Gótica
SP	Selo de chumbo	*MD*	Minúscula diplomática
sc	(duvidoso)	*gt*	(menos frequente)

Essa variedade acentua-se logo antes de conhecermos os mais seguros e abundantes exemplos da heráldica portuguesa.

1.1.2 Antecedentes da Heráldica

É muito antiga a ideia de associar uma imagem a um indivíduo. De facto, as primeiras dessas representações coincidem com o aparecimento das técnicas que as tornaram possíveis. Algures no tempo passa-se do genérico ao específico; já é possível distinguir características próprias, talvez identificando uma personalidade, um ofício, uma hierarquização. A capacidade de abstracção não acompanharia a rusticidade dos traços. O indistinguível resulta da tecnologia incipiente e não necessariamente da síntese do mundo conhecido. O mamute, o veado, o guerreiro são exemplos que se devem ver como individualidades e não como classes de entidades.

A observação da própria sombra, a pegada na areia, um reflexo na água são impressões mais ou menos fugazes de um outro eu; não sobrevivem senão pela repetição do fenómeno. No limite, não estará ausente a intencionalidade, uma vez descoberta a causa do efeito, mas falta-lhe a criatividade. Será contudo impossível negar um forte carácter de personalização nas impressões palmares conhecidas desde o Neolítico[6]. Aqui o acaso deverá ter estado presente pelo uso dos dedos nos

[6] De 10000 a 3500 a.C. Ver (CHRISTIN, 2002, p. 11).

desenhos. Dedos que sem dúvida ficaram impressos indevidamente algures, conduzindo à ideia de reproduzir a própria mão. Será porventura o mais longe que documentaremos um homem que inventou, apreciou e talvez transmitiu aos outros o conceito de que – Aquilo sou eu próprio!

Os milhares de placas de xisto achadas no Sul de Portugal datam-se entre 3000 e 2500 a.C., do Neolítico Tardio ao Calcolítico. Inicialmente interpretadas como representações da Deusa Mãe, foi proposto tratarem-se de identificações individuais, correlacionadas com a geografia, a ascendência e o clã de cada indivíduo. Em algumas o número de gerações a partir do fundador do clã, é dado pela quantidade de faixas gravadas sobre a pedra. Note-se que as placas são diferentes umas das outras, ideia análoga ao uso exclusivista dos brasões. A confirmar-se a teoria, seriam as primeiras representações conhecidas deste género[7].

Outros factores potencializam as associações: o tempo (uma batalha), o espaço (uma paisagem), as estações (neve), a luz (asterismos), a meteorologia (chuva), o habitat (uma baleia), o risco (uma cascavel). O mesmo desenho pode dar lugar a interpretações distintas[8]. Conquanto seja relativamente fácil propalar a posse por sobreposição associativa simples, marcando-se o gado, por exemplo, um tal método não poderá ser eficaz tratando-se de uma cidade ou de um reino. A dimensão física e a dispersão destes patrimónios conduzem à necessidade de uma expressão desmaterializadora. É inevitável a transformação em concreto do que está ausente ou é intangível: as contagens, os demónios, o mau-olhado, a colheita abundante.

Os espartanos tornaram famoso o lambda sobre o *aspis*. Na Esparta clássica usava-se aquela defesa de madeira, frequentemente pintada com um "Λ"[9]. Já a infantaria ateniense se identificava com a coruja, um atributo de Atena, a deusa patronal da cidade. Ademais, os sinais de oleiro e marcas lapidares, presentes desde a Antiguidade, mostram que aquela associação não interessava apenas aos estratos superiores e às instituições da sociedade. A demanda da retribuição do trabalho conduziu, por certo, a tais modos de referenciamento.

Surgiu a necessidade de identificação associada ao património, este, por sua vez, unido à sucessão dentro do âmbito doméstico. As siglas poveiras, sistema usado por famílias de pescadores na Póvoa de Varzim, a evidenciar o filho mais novo, são um exemplo próximo[10]. Comparações feitas com sistemas idênticos, usados em tempos medievais na região escandinava, e os estudos que apontam para uma ligação genética dessas populações permitem arriscar a suposição de uma origem pré-nacional e pré-heráldica ou, se mais tardia, independente da influência armorial.

O selo, servindo de marca pessoal e alardeando a propriedade, é anterior à escrita. Já existia na Mesopotâmia há 6000 anos. Mencionado na Bíblia, usava-se nas missivas ou documentos oficiais; equivalia de algum modo à assinatura. Em Roma difundiu-se o uso de anéis sigilares privilegiando a portabilidade. O uso do selo mantém-se mas perde o carácter privado. Torna-se prerrogativa real e apenas no século X vai perdendo essa exclusividade e vulgariza-se pelos séculos XII e XIII[11].

Antes de existir a Heráldica, os grandes senhores feudais mandam fazer selos e moedas com *emblemas* transmitidos hereditariamente[12]. Além disso usavam bandeiras e insígnias de outro género, porque ligadas à propriedade e não à família, mas transmissíveis como aqueles, aproveitadas mais tarde em função disso[13]. Em Portugal nada parece restar dessa fase intermédia, se chegou a existir. Conjectura-se, argumentando com armas posteriores, similares e aparentadas, como as que

[7] Ver (LILLIOS, 2008).
[8] Ver (BOAS, 1955, Cap. V - Symbolism, pp. 88–143).
[9] De $\Lambda\alpha\kappa\epsilon\delta\alpha\iota\mu\omega\nu\iota\alpha$ (gre. Lacedemónia).
[10] Ver (FILGUEIRAS, 1966).
[11] Ver (PASTOUREAU, 1986, p. 72).
[12] Emblema: qualquer representação visual a identificar uma personalidade.
[13] Ver (PASTOUREAU, 1986, p. 101).

derivariam dos de Riba Douro[14].

1.1.3 Origens e Evolução da Heráldica

Um novo conceito de linhagem e o reforço da influência dos laços de parentesco irão transformar o até então alargado entendimento da família na Europa. Os vínculos à autoridade real passam a desequilibrar a balança do poder, em desfavor da estruturação familiar aristocratizada. A propriedade feudal da terra e a sua defesa, o castelo, constituem-se numa nova forma de poder[15].

Atenuam-se as diferenças de pormenor nas insígnias, tendendo a regularizar cada um dos motivos expressivos utilizados[16]. Nasce uma identidade mais específica pelo século XII. Grupos fazem-se reconhecer no interior da sociedade e os indivíduos dentro destes. Devem mostrar que ocupam os seus lugares na hierarquia social.

Os brasões surgem na Europa Ocidental, no segundo terço do século XII. Atendem à função de identificar os guerreiros, tornados irreconhecíveis pela aparição dos elmos fechados e o desenvolvimento da cota de malhas; para isso pintam imagens sobre os escudos. São provavelmente a fusão dos outros sistemas emblemáticos já existentes: moedas, selos, vestimentas, insígnias vexilares. O uso hereditário nas famílias impõe-se no século XIII[17]. Os testemunhos iniciais são escassos. Até 1200 contabilizaram-se em França cento e sessenta brasões de armas distintos. Documentam-se por meio de selos, principalmente, mas também por miniaturas iluminadas de manuscritos, pedras tumulares, objectos artísticos e utilitários[18].

Associam-se ou competem com outros tipos de marcas, em geral mais antigas, revigorando-as – de famílias, artesãos, mercadores – marcas de uso e hierárquicas. A civilização medieval é uma civilização da marca. Todo o lugar, construção, móvel, objecto, ferramenta, instrumento ou animal traz, de algum modo, uma marca. Poucas ou nenhumas regras de composição, cores escassas, apenas esquemas visuais que se transmitem segundo hábitos imutáveis. Invadem o universo material, ainda mais do que os brasões, e abrangem toda a escala social. O uso dessas marcas, de cariz colectivo, concentrava-se grosseiramente a leste de uma linha imaginária Bruges-Génova. Como a religião, mas na vida material quotidiana, têm um papel de ordenamento, de classificação e de controlo[19].

Os brasões são marcas de reconhecimento, na origem individuais e feudais, logo colectivas e familiares. Mostram a identidade do portador, equivalendo ao nome. Passam rapidamente do domínio militar ao civil, às mulheres nobres, aos prelados. Ultrapassam mesmo a barreira da aristocracia e estendem-se no século XIII aos burgueses, artesãos, camponeses e clérigos. Mais tarde às vilas, às corporações, às instituições jurídicas e religiosas. Surgem de início entre o Loire e o Reno. Daí passam sem demora ao noroeste da Europa, alcançam a França meridional, a Península Ibérica, o norte da Itália, a actual Suíça, as zonas orientais do Sacro Império e a Escandinávia entre a primeira metade do século XIII e o início do século XIV[20].

[14] Ver (TÁVORA, 1984, pp. 39–60).
[15] Ver (NORTON, 2004, pp. 43–45).
[16] Ver (NORTON, 2004, p. 41).
[17] Ver (PASTOUREAU, 1986, pp. 89 e 54).
[18] Ver (PASTOUREAU, 1986, pp. 90–92).
[19] Ver (PASTOUREAU, 1986, pp. 56 e 57).
[20] Ver (PASTOUREAU, 1986, p. 55).

1.2 Organização da Dissertação

A dissertação foi dividida em oito capítulos. Em quase todos introduzimos um texto inicial de enquadramento, que ajudasse à compreensão global do assunto a tratar, já que este trabalho será lido por especialistas em matérias muito diferentes. Acrescentámos também conclusões preliminares ao termo de alguns, auxiliando à fundamentação das suas consequências no texto posterior. Comentamos sucintamente os sete capítulos que se seguem a este:

- Estado da Arte: o relacionamento do tema central desta tese com outras investigações efectuadas anteriormente foi transferido para um capítulo próprio, imediato a este: O Estado da Arte. A enorme quantidade de fontes documentais, livros, artigos e teorias, que há séculos se escrevem sobre o assunto, aconselharia uma abordagem de maior fôlego, incompatível com a brevidade habitualmente recomendada para uma introdução. De qualquer modo, testemunham-se apenas as teorias mais aceites ou aquelas que sejam úteis à nossa abordagem do problema.
- Metodologia de Análise: neste capítulo são abordados os procedimentos necessários para a organização dos raciocínios dedutivos. Descreve-se a parofonia heráldica como variável, caracterizam-se os fenómenos a analisar, cria-se uma modelização fonética para estabelecer os limites de validação, estabelecendo-se, por fim, a hipótese. Listam-se as fontes em que se baseou a amostragem, a colecta e a análise de dados.
- Análise Sintáctica: capítulo dedicado a descrever a arquitectura visual do escudo de armas português, sua documentação e as diferentes versões que foram aparecendo. São feitas considerações sobre as figurações; posições, orientações, configurações, disposições e número dos elementos básicos; dissecam-se os planos de representação e as cores. Analisam-se ainda as possibilidades combinatórias dos elementos repetidos que ali aparecem – escudetes e besantes.
- Análise dos Dados Amostrais: a partir de uma série de critérios, escolhem-se 86 brasões distintos de um total de 771 entradas recolhidas como universo amostral. Procede-se ao seu tratamento quanto à quantidade e à qualidade, numa abordagem mista, tendencialmente qualitativa. Estrutura-se uma organização comum e determinam-se características modais individualizadas, através do estudo desses oitenta e seis exemplares.
- Resolução do Problema: aplicam-se os conhecimentos obtidos na análise dos dados amostrais à questão da semântica primitiva das armas nacionais. Usam-se os métodos preconizados na metodologia de análise. Finalmente, enuncia-se uma solução para o problema.
- Pragmática e Justificações: procura-se provar a correcção dos juízos emitidos na resolução do problema posto no objectivo da dissertação pelos acontecimentos a jusante da génese da representação visual. Acrescentam-se outras proposições baseadas nesses factos, de modo a promover o interesse em investigações que poderão complementar a tarefa desta dissertação no futuro.
- Conclusões: sintetizam-se os resultados mais importantes dos vários capítulos e listam-se as novas questões suscitadas ou carentes de reformulação. Sugerem-se caminhos possíveis para prosseguir o trabalho resultante da pesquisa.

Capítulo 2

Estado da Arte

2.1 Enquadramento

A heráldica portuguesa, tema nuclear da dissertação, parece nascer com o escudo dos nossos primeiros reis. Começámos por supor que o motivo por detrás da resolução de projectar um escudo de armas próprio seria a emulação dos seus congéneres ibéricos ou dos sogros, já armoriados, em Sabóia e Aragão. Em alguma ocasião lhes terá ocorrido que o rodado ou selo primitivos a apor num tratado, armistício, arras ou outro documento bilateral, não estaria em igualdade de condições com o brasão da contraparte, substancialmente diferente. Oportuno seria o casamento em 1184 da Infanta D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda de Sabóia, com Filipe da Alsácia, Conde de Flandres. O dote prodigioso e a notícia do matrimónio por vários cronistas levam a crer que terá sido magnífico[1]. Filipe I foi dos primeiros senhores europeus a usar armas no centro de maior difusão heráldica. O seu brasão permaneceria solitário durante as bodas?

Figura 2.1: Contra-selo da Condessa D. Matilde de Flandres (1189)

Um dos testemunhos iniciais das armas portuguesas é o contra-selo daquela D. Teresa[2] apenso

[1] Ver (BAUBETA, 1988, pp. 201–205).
[2] Cognominada em Flandres Mahaut ou Matilde.

a um diploma de 1189, ver a Figura 2.1, à p. 31[3]. Outro, um selo de cera vermelha do ano anterior, pertencia ao irmão Sancho[4]. O seu pai pouco sobreviveu ao casamento, vindo a falecer em Dezembro de 1185. Aqueles selos, sem diferenças, conforme o costume da época, identificavam os filhos, com certeza, mas não é perfeitamente claro se identificavam o Rei Fundador.

Para este trabalho, focalizado nos reinados dos primeiros Afonsos e Sanchos, em particular nos dos dois primeiros, não será necessário avançar em demasia pela evolução da Heráldica. O período estudado coincide com os seus primórdios: estamos longe de uma abrangência social e geográfica plena, as regras não parecem rígidas, mesmo a documentação é escassa.

2.2 Teorias e Crítica

2.2.1 Escudetes e Besantes

Num contexto abstraído das influências culturais, levando-se em conta uma hierarquia apenas visual, os pregos da cruz, num plano mais próximo do observador, precederiam as chagas. Mas o facto é que por se tratar de Jesus Cristo, passam a ter uma importância muito secundária, representando-se às vezes desencravados, nunca onde foram postos, a não ser quando é possível mostrarem-se ambos. Imagem tão fortemente enraizada que, mesmo num sinal de 1092, Leite de Vasconcellos aponta com razão, a nosso ver, os pontos ali incluídos como as cinco chagas, ver a Figura 2.5, à p. 37[5].

O Barão Pinoteau aproximou-se bastante das nossas premissas ambientais ao reconhecer a grande influência dos assuntos religiosos no século XII[6]. Recusa os trinta dinheiros de Judas como tema das armas do rei, por infamantes e os cinco escudos dos reis mouros inimigos, porque o nosso rei deveria poder almejar emblemas próprios[7]. Defende ainda que os cinco escudos são os dos reis amorreus que atacaram Gabaon, segundo o livro de Josué e que os besantes são pedras de granizo[8]

Essa proposta tem o mérito de dar mais uma dimensão aos besantes, convertendo-os em pedras ou, na versão francesa da Bíblia, granizo[9]. Não explica, entretanto, a desvinculação à figura do rei ou ao reino que governava, a não ser através da devoção religiosa comum à Europa cristã. Também não oferece esclarecimentos sobre como os escudos, ausentes da narrativa, deverão incorporar-se nas armas portuguesas, socorrendo-se de diversos outros trechos bíblicos que os mencionam.

Logo a seguir aventa a hipótese de também poderem tratar-se de estrelas, uma ajuda de Deus, passando ao livro dos Juízes (Jz 15,20), com as mesmas insuficiências. Em todo o caso, cremos que poderá ter alguma sustentação quando diz que a lenda celeste na origem das armas de Portugal seria uma falsidade factual mas verdadeira no espírito, ao comparar-se o auxílio divino que recebeu à que assumiu a forma de granizo para Josué.

Parece enganar-se, todavia, quando atribui à *Vita Theotonii* uma oração a anteceder a Batalha de Ourique, aludindo aos mesmos Josué e Gabaon[10]. Na verdade, ela precederia a expedição contra

[3] Figura adaptada de (TÁVORA, 1988, p. 74). Ver ainda (DEMAY, 1873, Vol I, nº 141, p. 25).

[4] Ver (TÁVORA, 1988, p. 74) e (TOVAR, 1937, p. 572).

[5] Ver (VASCONCELLOS, 1928, p. 15).

[6] Diz: "*Je n'ai pas honte de rabâcher ces évidences depuis des années, car l'homme du XIIe siècle connassait la Vulgate et les Pères de l'Eglise qui formaient le fondement de sa culture*", ver (PINOTEAU, 1989, p. 427).

[7] Contestado por João Abreu Lima, que os enquadra na simbologia da Paixão (LIMA, 1998, pp. 32–33).

[8] "Os cinco reis amorreus [...] reuniram-se, subiram com os seus exércitos, cercaram e atacaram Gabaon. [...] Enquanto eles fugiam diante de Israel, na descida de Bet-Horon, Javé mandou do céu uma forte chuva de pedras grandes, que matou os inimigos até Azeca" (Js 10,5.11).

[9] Na *Vulgata* está *lapides magnos*.

[10] Documento dos fins do século XII.

Santarém em 1147, oito anos depois do suposto: "[...] relativamente a Santarém. Querendo o rei, efectivamente, atacar essa cidade [...] pediu-lhe empenhadamente que nesse dia com os irmãos fizesse oração de comunidade por ele e partiu". O parágrafo seguinte refere-se a Ourique e, de modo indirecto, ao acto de orar na generalidade, quando diz: "Não há dúvida de que assim fez ele quando, no campo de Ourique, derrotou cinco reis dos infiéis [...]"[11].

Considerar os besantes pelo seu valor total, no caso cinquenta e cinco, é uma ideia do Major Ismael Spínola. Julga o autor serem estas as cinquenta e cinco esferas da *Metafísica* de Aristóteles, que o autor associa à *Alma do Mundo* platónica. Precede portanto Pinoteau na tridimensionalidade daqueles, enveredando por uma explicação baseada na ambientação filosófica que aos anteriores reúne Plotino, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. As interpretações geométricas que desenvolve carecem de nexo ao objecto da representação e, não o fazendo, afastam-se dos usos da heráldica primitiva[12].

Figura 2.2: Sinal atribuído a D. Afonso Henriques (1183)

Um sinal datável de 1183 mostra doze escudetes a irradiar em simetria do centro por quatro grupos de três com, presumivelmente, cinco besantes em cada um, ver a Figura 2.2[13]. Estimamos que a presença de cinco besantes nos escudetes ao invés de um semeado, os doze escudetes em vez de cinco, a interrupção da orla pelos escudetes, a ligação dos escudetes entre si, a orientação invertida dos três escudetes inferiores, o desequilíbrio na distribuição dos caracteres da legenda, as referências inusitadas nos quadrantes: *Pax*, *Lux*, *Rex*, *Lex*; um *Portugalensium* desdobrado na escassa meia-orla, são incongruências suficientes para desestimular a sua aceitação por vários estudiosos, mesmo em se tratando de um possível esboço de armas. Abreu Lima observa atentamente que o Padre Avelino de Jesus da Costa não o incluiu no seu estudo (COSTA, 1992)[14].

A Trindade Coelho, por sua vez, ocorreu uma cruz azul fixada ao escudo por meio de pregos e que estes, ao decomporem-se os materiais, ficassem a integrar a composição, bem como os restos da cruz, agora transformados em escudetes[15]. Não restando dúvidas de que a ideia era uma novidade, parece improvável que pudesse usar-se como insígnia pessoal[16]. Nem existem inter-

[11] Ver (NASCIMENTO, 1998, p. 189).
[12] Ver (SPÍNOLA, 1960, pp. 475–476).
[13] Ver (MATOS, 1939, p. 47).
[14] Ver (LIMA, 1998, p. 22).
[15] Ver (COELHO, 1908, pp. 203–204): "Que esta apposição se fez em cinco grupos de onze dinheiros, prova-o o sello de D. Sancho. E é mesmo de boa regra o carregarem-se as cruzes com cinco peças ou cinco grupos de peças iguaes. Mas como realisaria D. Affonso Henriques, praticamente, a representação dos besantes sobre as duas tiras de couro azul que constituiam a cruz do seu escudo? Naturalmente, pregando sobre ellas, no numero desejado, taxas ou prégos de prata, como então se usava na ornamentação de objectos de couro. Se considerarmos a vida movimentada d'este monarcha, a longa serie das suas campanhas e o seu provavel orgulho em usar armas que testemunhassem – pela propria ruina – dos mil combates em que ficaram victoriosas, poderemos concluir, sem esforço, que, ao termo da carreira militar de D. Affonso deveria estar muito damnificado o seu escudo. O couro azul teria naturalmente desapparecido nos logares em que não estava protegido pelos prégos, e o aspecto geral do escudo seria perfeitamente igual ao do sello de D. Sancho".
[16] Ideia retomada e defendida pelo Marquês de São Payo (SÃO PAYO, 1971).

rupções significativas no contacto das primeiras três gerações régias que justifiquem uma adopção "ingénua", em que se tomasse o acidental por tradicional.

O que levaria a recorrer-se a um número tão elevado de pregos, concentrados em zonas específicas, frontais e não ocultos na borda do escudo, se o propósito era apenas decorativo? Não o sendo, presumir-se-ia a escolha de um metal mais eficiente, o ferro forjado, ele também sujeito à passagem do tempo e só representável pelo *argent* no caso de terem sido estanhados. O uso utilitário favoreceria também, não tiras de couro, mas um revestimento completo, pintado, destinado a absorver os impactos e isolar as intempéries, prejudicando assim aquele método de fixação hipotético. Se isso não bastasse, o início e alastramento da decomposição orgânica da pele deveria situar-se naqueles lugares em que o tanino tivesse menor efeito. A região coberta de pregos abriria feridas até ao interior do curtido, expondo-o a contactar metal, madeira, humidade, microorganismos; a sofrer variações térmicas, além de tensões mecânicas favorecedoras do apodrecimento. Deveria essa parte, portanto, perder o couro em primeiro lugar ou pelo menos retalhar-se. Acrescente-se que, pela dimensão aparente das cabeças dos "pregos", a extensão que lhe corresponderia teria ultrapassado a espessura do escudo. Caso se tratassem de tachas, apontariam para o uso ornamental, recaindo no que já foi dito . E por quê não seria usada a eficientíssima cola animal, conhecida desde a Antiguidade?

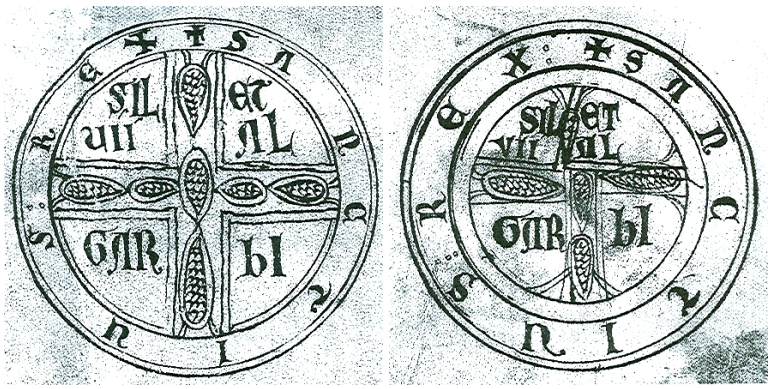


Figura 2.3: Sinais rodados de D. Sancho I (1189)

A atribuição de um significado territorial, Silves e Algarve, é proposta por João Abreu Lima, ao analisar sinais rodados de Sancho I que referem estes topónimos explicitamente, e acrescenta num deles dois escudetes laterais deitados aos já existentes, ver a Figura 2.3[17]. Não tece considerações sobre as outras regiões, reino(s) ou cidades do país e o que pudessem significar, nessa óptica, os outros escudetes. Observe-se que o sinal, além destas anomalias, também traz o escudete inferior voltado para fora, com as concavidades escamosas no seu interior a acompanhar o sentido dos outros seis. O sinal à direita da Figura 2.3 também refere *SILVII ET ALGARBI*, mas desta vez com cinco besantes.

O Conde de Tovar propõe uma origem geométrica para os escudetes com base nos intervalos das hastes da cruz nos rodados, a partir de 1153, aquando da sua evolução para uma cruz arqueada[18], ver a Figura 2.4, à p. 35[19]. A isso podem ser contrapostas a orientação uniforme destes "escudetes", todos voltados para o centro; a inclinação do eixo da virtual cruz, indiscutível no alinhamento obrigatório dos sinais com o corpo dos textos diplomáticos, e a inexistência do quinto elemento. Merece atenção, contudo, como possível inspiração para ideias formais que levassem às consequências apontadas pelo autor.

[17] Original na T.T., Mº de Santa Cruz de Coimbra, M. 2, Docs. 2 e 4, adaptado de (LIMA, 1998, p. 23).
[18] Ver (TOVAR, 1937, p. 568).
[19] Original na T.T., Sé de Viseu, M. 1, Doc. 8. Adaptada de (COSTA, 1992, Est. XIV).

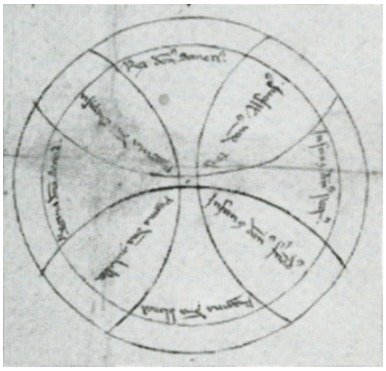


Figura 2.4: Sinal rodado de D. Sancho I (1207)

José Mattoso defende o epitáfio que precedeu o actual, no túmulo manuelino de Afonso Henriques em Coimbra. Parecem deslocadas, no século XII, as referências a Júlio César e Alexandre Magno ao exaltar-se o falecido[20]. Reconhecemos, porém, a erudição dos monges de Santa Cruz.

Admitindo-se que a inscrição fosse feita logo após a morte do rei, também não lhe podemos dar um carácter determinativo no que se refere aos escudetes. Sendo transparente a forma do texto: "[...] *quod crucis hic tutor fuerit necnon cruce tutus, ipsius clypeo crux clypeata docet*"[21]. Será possível dizer o mesmo do conteúdo?

O *clypeus* era um escudo de forma redonda e começamos pela dúvida de saber se a *crux clypeata* não seria afinal a designação de uma cruz de besantes sobre uma outra cruz, azul, antes que aparecessem os escudetes, como se viu proposto mais acima. O mesmo termo, *clypeus*, pode ser empregado, em condições muito particulares, por similaridade, para designar a abóbada celeste ou o disco solar. Mas se a referência aos *clypei* designava escudos amendoados, isso tampouco quererá dizer que fossem escudetes o que estava nas armas de Afonso I. Poderiam nomear outras formas assemelhadas que o texto, por hábito, elegância ou censura não referisse directamente. Sucedeu mais tarde o mesmo com besantes alheios, utilizados como referência vocabular, sem que na origem dos pequenos círculos dourados de cada brasão houvesse o sentido de moedas bizantinas.

2.2.2 Cruz

Os pontos de vista tradicionais são de que a cruz, mostrando "[...] a preocupação espiritual da época"[22], não estaria demasiado afastada dos simbolismos discutidos anteriormente. Consoante as opiniões, herança do cruzado D. Henrique ou de seu filho, com mais ou menos acrescentos, guardaria apenas a disposição, uma vez perdido o desenho prévio.

Na verdade não há nada de substancial na documentação dessa presumível cruz. A começar pelo recurso muito frequente àquele símbolo cristão nas moedas, sinais e rodados, de mais a mais num meio belicoso que se contrapunha aos muçulmanos. Dificílimo seria distinguir entre um símbolo de motivação religiosa e o mesmo símbolo tomado pessoalmente. O que nos surge, por exemplo, na narração da conquista de Lisboa é uma referência indirecta, talvez metafórica, no sermão de um sacerdote: "[...] Adorai a Cristo Nosso Senhor que neste madeiro da cruz redentora

[20] Não a achámos no *corpus* da completíssima relação de Mário Barroca (BARROCA, 2000) que inclui testemunhos desaparecidos.

[21] "Que foi defensor da cruz e protegido pela cruz, assinala-o a cruz formada de escudos, no seu próprio escudo", in José Antunes (1999). Ver (MATTOSO, 2007, pp. 170–171).

[22] Ver (MATOS, 1939, pp. 44–52).

vos estende as mãos e os pés para vossa salvação e glória! Se não hesitardes, com esta bandeira vencereis"[23].

Ao entrarem na cidade o texto é mais claro:

> "Indo à frente o arcebispo[24] e os bispos com a bandeira da cruz do Senhor, entraram depois os nossos chefes, juntamente com o rei [...], o estandarte da cruz redentora foi visto por todos, colocado no mais alto do castelo, em sinal de submissão da cidade [...]"[25].

O Marquês de Abrantes é de opinião que essa cruz dizia respeito a uma relíquia da Vera Cruz presa na haste da bandeira e não ao seu desenho[26], contradizendo Pinoteau, a quem bastaria o ambiente da época e a personalidade do armigerado para justificá-la, manifestos no empreendimento em cruzada que submeteu Lisboa[27].

É interessante notar que o episcopado de Braga, bem como as dioceses inglesas, não utilizaram o símbolo da cruz para validar os documentos, contrariamente aos demais bispos europeus. Em Portucale os condes, a começar por D. Henrique, usavam a cruz como sinal, fosse deles próprios ou o comum à cultura cristã. Os prelados bracarenses parecem preferir a subscrição e a róbora, o selo é pouco frequente, provavelmente pelo pequeno número de diplomas que nos restaram. Mas uma confirmação e uma doação de 1145 descrevem-se como seladas e da segunda ainda resta o cordão lináceo de suspensão[28].

Nesse ano era bispo D. João Peculiar. Teriam os selos características heráldicas? O de D. João, adornado com uma águia num documento de 1145, a autenticar a divisão das rendas da diocese de Braga, é mencionado numa pública-forma de 1328; os bispos de Lisboa e de Lamego também já tinham selos por essa altura[29]: D. Mendo, que viria a ser bispo de Lamego, e D. Pedro[30], depois bispo do Porto, foram cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra e acompanharam a Roma o Primaz das Espanhas[31].

Quanto à orientação dos escudetes laterais, tombados, fugindo a uma arrumação homogénea, explicada pelo Marquês de Abrantes, derivaria do desejo de igualar o comprimento dos braços da cruz, malgrado a infracção às regras de brasonamento, a custo aplicáveis tão cedo, ousamos nós dizer[32]. Da mesma opinião é João Abreu Lima acreditando que "[...] muito dificilmente e sem fantasias se poderá encontrar outra origem para os escudetes laterais deitados que se não relacione directa e exclusivamente com uma cruz anterior"[33].

O rodado que referimos por último na sub-secção anterior exibe um braço superior da cruz de traçado desastroso, ver a Figura 2.3, à p. 34. O rebordo da haste está inclinado acentuadamente para a direita, nascendo a aresta interna na aresta externa da haste que corresponde ao braço inferior, com que deveria estar alinhado. A haste propriamente dita deixa de existir, mantendo-se aquele único rebordo, apesar de haver espaço suficiente para ela e para a legendagem *ET AL.* O escudete, porventura traçado a seguir, aninha-se no exíguo espaço que lhe cabia. Estabelece-se, à

[23] Ver (OLIVEIRA, 1936, p. 96).
[24] D. João Peculiar.
[25] Ver (OLIVEIRA, 1936, pp. 106–107).
[26] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 62).
[27] Ver (PINOTEAU, 1989, p. 434).
[28] Ver (CUNHA, 2005, pp. 147–148).
[29] Ver (SERRÃO, 1961-1971, Sigilografia).
[30] D. Pedro Pitões.
[31] Ver (CUNHA, 1989, Vol. II, p. 63).
[32] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 80).
[33] Ver (LIMA, 1998, pp. 22–23).

mesma, fora do alinhamento e parece visivelmente menor. O rebordo superior das hastes horizontais atravessa o interior do escudete direito, deixando um garrancho a sobressair na orla. A solução mais simples seria interromper a tarefa, raspar o pergaminho e voltar a executar o desenho noutro local. Por razões desconhecidas isso nunca foi feito. Seriam as legendas e escudetes feitas por uns e as linhas rectas traçadas por outros, tendo o primeiro ido à sua vida e o infeliz desenhador deixado ao "desenrascanço"? Teriam sido acrescentadas de imediato ou muitos anos depois? São as hipóteses que parecem ajustar-se melhor à disposição dos elementos, em especial a segunda. Assim sendo, estariam em causa todos os acrescentos cruciformes daqueles sinais, sucedendo o mesmo aos escudetes suplementares.

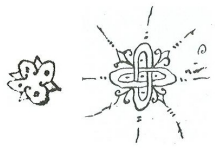


Figura 2.5: Sinais de identificação manuscritos (de 882 e 1092)

Os sinais não rodados, por vezes exuberantes no desenho, frequentes nos documentos de D. Afonso Henriques, deverão ser levados em consideração com algum cuidado. Serão repetidos por outros utilizadores no futuro, em particular tabeliães. Mas a característica decoração foliácea que os cercava não poderá ter nenhuma explicação próxima no tempo. É trivial na mesma época em outros territórios e contextos. Podemos seguir o seu rasto em Portugal até, pelo menos, ao século IX, é comprovado por aquele que integrava a carta de fundação da igreja de Lardosa no concelho de Penafiel em 882, ver a Figura 2.5 à esquerda[34], ou aquele do presbítero *Ordonius* de 1092, ver a Figura 2.5 à direita[35].

2.2.3 Escudo

A área em que se representam as armas, pouco significativa na maioria dos casos, terá neste, de Portugal, um interesse acrescido. Serão os escudetes representações em ponto menor do escudo? A resposta tem sido tendencialmente afirmativa, fazendo-se notar a similaridade das duas formas. Não obstante, seria possível que esse entendimento, no princípio, afectasse o próprio desenho. O que era igual por similaridade passaria assim a uma identidade absoluta, excepto pela dimensão.

A verdade é que não há grandes polémicas sobre essa parte do brasão português. Entende-se que sendo o escudo um substrato, esgotaria assim as suas capacidades funcionais. Nem sequer se lhe dá a possibilidade de herdar algum pormenor dos cinco elementos escutiformes do interior. Como o papel de desenho o escudo deveria ser neutro. Representava a própria base ideológica da Heráldica. Apesar disso, nada garante que os contornos dos "escudetes" não aparecessem fora do escudo ou sobre um outro substrato (sinal, selo, etc.), antes de estarem sobre os meios de defesa dos nossos reis. Numa fase primitiva a normativa dos armoriais ainda não está cristalizada.

Desde o seu início, por cerca de quatrocentos anos, repetiram os escudetes e o escudo que os envolvia, um contorno semelhante aos escudos normandos, ditos amendoados; já obsoletos como arma defensiva no século XIII. Em *Da Origem das Armas de Portugal* cita-se Pinoteau: "[...] *car si la dynastie portugaise est attaché à une forme d'écu archaïque, c'est probablement dû au fait qu'on désirait copier un modèle «sacré» et tout indique que cette originalité provient tout*

[34] Adaptada de (SANTOS, 1994, Est. 1, pp. 311–313), original na T.T., M^{o} de Cete, M. 1, Doc. 1.

[35] Adaptada de (VASCONCELLOS, 1928, p. 15 e Est. I, Fig. 1), original na T.T., ver (DIPLOMATA ET CHARTAE, 1867-(1873), n° 783).

bonnement d'un répétition des écus des rois (sic) *Alphonse Ier, visibles à Sainte-Croix de Coimbre* [...]"[36]. Também observa que nenhum outro soberano europeu actuou desta forma: "[...] *ce que souligne l'importance que les Portugais apportaient à ces monuments et souvenirs des temps anciens*"[37].

Ambos os autores convergem no sentido de dar ao escudo de Santa Cruz de Coimbra, ver *infra*, um lugar primacial na busca das origens proto-heráldicas das armas de Afonso Henriques, que evoluiriam por simplificação para os cinco escudetes em *campo* de prata[38].

2.2.4 Carbúnculo

Existia em Santa Cruz de Coimbra um escudo que a tradição atribuiu a D. Afonso I. Não se chega a perceber se haveria ou não um outro escudo de D. Sancho I, já que se publicaram desenhos semelhantes mas distintos dos dois monarcas[39]. Cremos que seria apenas um, desdobrado pela imaginação dos cronistas. O que distingue aquele(s) escudo(s) ou pavês(es), como dizem alguns, é a presença de oito raios simétricos em cruz e aspa, aplicados a uma cercadura com o aspecto dos raios, dispondo de oito escudetes besantados no meio daqueles raios e mais um central. Orientam-se com a maior largura para o exterior, excepto os do raio vertical virados para cima, trazendo ainda um género de reforços ou escudetes em ponto menor nas secções livres da cercadura entre os raios[40]. Tem sido hábito associá-lo ao *carbúnculo* da heráldica, ver a Figura 2.6 à esquerda, p. 39[41].

É interessante que se considere tardia a Lenda de Ourique, com base nas primeiras notícias dos fins do século XIV e que, por contraste, não se façam considerações semelhantes sobre o escudo coimbrão, o qual só no cadeiral de Santa Cruz e no *Livro do Senhor D. Duarte*[42], ou seja, quase cento e cinquenta anos depois daquelas referências, começa a descrever-se. Ainda mais porque o escudo era um objecto bem presente fisicamente, enquanto que a Lenda, uma narrativa, era de frágil e abstracta constituição[43]. No contexto da tese todas as alusões a um carbúnculo pretendem derivar dessa peça.

Uma nota de rodapé do Marquês de Abrantes faz notar[44], como Pinoteau, que o escudo descrito em *Epitome de las Historias Portuguesas*[45], para mais de ser amendoado, traz no chefe uma reentrância que se julgou ser uma invenção do desenhista, ou então cópia fiel da ruína que os anos impuseram, ver ainda a Figura 2.6 à esquerda. Seria, além disso, de considerar que o executante, tido como seguro na expressão escrita, também o fosse na cópia do substrato, ou seja: que aquele

---

[36] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 67).

[37] Ver (PINOTEAU, 1989, pp. 421–422).

[38] Campo: área sobre todo o escudo e sob os carregamentos.

[39] Manuel de Faria e Sousa deriva daí as armas dos Eça, de ascendência real.

[40] "*Yo siẽto,que el ser azules los cinco mayores escudetes en campo blãco, i estar puestos en forma de Cruz,fue en observãcia del escudo de su padre:los quatro menores,que estan en figura quadrada,son los quatro esquadrones cõ q' en aquella forma acometio los Moros en Orique:los diez menores que ha de aver en la circunferencia ligados con un cordon(aunq̃ al cortar se olvidaron dos) con los nueve de dentro contando dos vezes el de enmedio, hazen veinte,que son los Reyes vencidos en aquella batalla.Los treze puntos,que tiene cada uno,los treze mil Portugueses que llevava:i conforme al numero que las historias dan a los infieles son veinte vezes treze mil. El aver dividido en cinco mayores la Cruz,tradicion es cõstante ser en memoria de las cinco llagas de Christo, que vio puesto en la Cruz; i tambien avria respeto a los cinco mayores Reyes de los vencidos*", ver (SOUSA, 1673, pp. 28–29).

[41] Adaptada de (GANDRA, 2002, p. 155).

[42] Trata-se do Duque de Guimarães, neto de El-Rei D. Manuel I.

[43] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 70).

[44] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 68).

[45] Publicado em 1628.

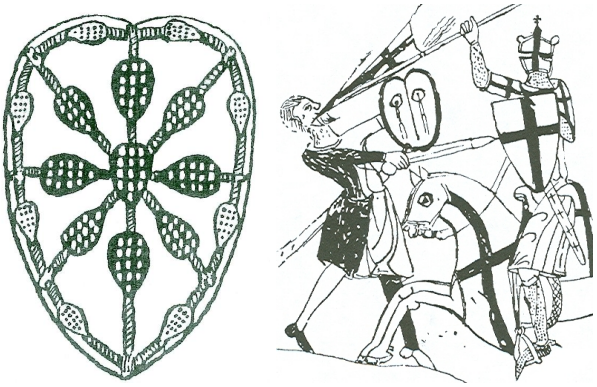


Figura 2.6: Escudo de Santa Cruz de Coimbra e adarga (séc. XIII)

"formato tão estranho" fosse a forma original do escudo. E é aí que vamos encontrar uma explicação bastante abrangente do problema.

Dentre os vários tipos de escudos medievais usados na Península, há um que se ajusta perfeitamente àquela imagem, ver a Figura 2.6 à direita, p. 39[46]. A adarga, introduzida pelos mouros a partir do norte de África. Camões ajuda-nos a referi-la, ao elogiar os feitos de Vasco da Gama[47]:

> "Andão pela ribeira alua arenosa,
> Os belicosos Mouros acenando,
> Com a adarga,& co a astea perigosa"

O *Tesouro Heráldico de Portugal* na entrada correspondente discorre: "[...] *adarga* ou Escudo africano, era uma espécie de escudo feito de coiros duplicados, grudados e cosidos uns aos outros, de figura oval, ou de coração, com um bico agudo no meio; pela parte interior, no meio de duas asas; na 1ª, entra o braço esquerdo, e na 2ª se empunha a mão. Era usada pelos soldados montados"[48]. Subentende-se assim que o escudo não pertenceria a D. Afonso Henriques mas antes ao inimigo, em coerência com algumas versões da *Lenda*. Por isso não foi o modelo para o escudo em pedra que está sobre a sepultura daquele rei, como estranha João Abreu Lima; ou então porque, afastando-se dos usos quinhentistas, não permitiriam uma associação imediata à dinastia reinante[49].

A grande dificuldade é que as adargas só aparecem na Europa já passado o século XII e numa forma redonda de início. Podemos ver um exemplar praticamente igual ao da *Epitome* numa cópia do século XIII das *Cantigas de Santa Maria*. Não seriam necessários quaisquer pregos ou reforços, uma vez que era todo feito em couro. Mas provavelmente o pavês seria apenas uma cópia daquelas adargas, feita em madeira revestida de couro, como relata António Caetano de Sousa:

> "Na Sacristia de Santa Cruz de Coimbra está o Escudo com que pelejava, que he de pao, cuberto de couro pintado, dentro de huma caixa com alguns pregos de ferro: nelle se não divisa já a pintura das Armas pela sua antiguidade; com tudo por fóra do caixilho, que tambem he antigo, se achaõ pintadas as Armas na sobredita fórma esculpidas"[50].

[46] Original na Biblioteca do Escorial, Cód. 2 III, 14. Adaptada de (LIMA, 1998, p. 16).
[47] Ver (CAMÕES, 1572, Canto I, 87, 1–3).
[48] Ver (BANDEIRA, 1985, p. 24, Adarga).
[49] Ver (LIMA, 1998, p. 19).
[50] Ver (SOUSA, 1946-1955, Tomo I, pp. 35–36), publicado em 1735.

Jamais saberemos se era cópia de outro original, conduzindo às mesmas conclusões, ou uma criação inédita, precoce ou tardia[51]. Não fica porém inteiramente invalidado o carbúnculo porque, este poderá ter sido reprodução fiel de testemunhos hoje desconhecidos. A complexidade, o inusitado e inortodoxo da composição fazem supô-lo.

2.2.5 Esmaltes

Não dispomos de nenhuma representação com esmaltes contemporânea aos nossos primeiros reis, mas nada faz duvidar que fossem outros. Francisco de Simas Azevedo dá-nos a notícia de um pingente metálico de um peitoral de cavalo, com as cinco quinas sobre escudetes peninsulares, os laterais deitados, com vestígios de esmalte azul. A catalogação do Museu do Instituto de Valência de D. Juan, onde se encontra, data-o do século XII, o que parece ao autor excessivamente recuado, sugerindo uma datação para os fins do século XIII[52]. Neste caso seria contemporâneo às cores de Portugal que aparecem no *Armorial Wijnbergen* e ambos estariam entre as fontes mais antigas das cores portuguesas. Aparecem também, desde a primeira metade do século XIV, nas armas do Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, em sua capela[53].

Quanto à combinação azul e prata, lembra Pinoteau que Faria e Sousa, na sua *Epitome*, apontava para a origem da primeira nas armas do Ducado de Borgonha, ascendência do Conde D. Henrique, continuando com a ressalva de que ficavam por explicar a ausência do ouro e do vermelho borguinhões. Está de acordo com uma raiz estrangeira para o azul, e mais especificamente da mesma nacionalidade que a sua[54]. As ligações genealógicas à casa real de França seriam uma razão plausível, como o são para outras casas a ela ligadas. A passagem à conclusão seguinte é um tanto surpreendente: "[...] *il faut admettre que le bleu ou l'azur est éminemment français, associé à l'or et même à l'argent ou au blanc*"[55]. Esse "*et même*" quererá dizer que, afinal, não se deve dar grande importância aos dois metais individualmente? As alusões aos uniformes franceses, às quebras heráldicas e às bandeiras da marinha mercante e do rei são pouco adaptáveis ao nosso caso porque D. Henrique veio para Portugal duzentos anos antes desses usos.

Concordamos que "É nitidamente perceptível, através da leitura dos termos iniciais de muitos dos diplomas da sua chancelaria, que a linha de ascendência a que o Rei D. Afonso I emprestava maior importância, era a de sua Mãe. Pelo que quase se pode dizer – e não seríamos os primeiros a fazê-lo, com referência a este ponto – que a ascendência capetíngea de D. Afonso I era por este considerada de importância muito secundária"[56]. A orfandade precoce de Afonso Henriques deve ter contribuído para apagar a influência de uma cultura estrangeira que poderia ter condicionado, para além do resto, as suas percepções da heráldica.

2.2.6 Outros

O escudo nacional português continuou a evoluir ao correr dos séculos, até atingir a forma que conhecemos. Adaptou-se-lhe uma bordadura de castelos pela subida ao trono de D. Afonso III (1248–1279), o seu escudo pessoal e diferenciador, lembrando as armas da mãe, Urraca de

[51] Talvez extraviado na alegada viagem até Alcácer-Quibir com D. Sebastião (ALBUQUERQUE, 1886).
[52] Ver (AZEVEDO, 1962, p. 181).
[53] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 69).
[54] Ver (PINOTEAU, 1989, pp. 437–442).
[55] Ver (PINOTEAU, 1989, p. 440).
[56] Ver (TÁVORA, 1982-1983, p. 63).

Castela[57]. Alguns autores têm atribuído esses castelos ao Reino do Algarve. Quanto a nós, encontramos a questão bem resolvida.

O timbre, elemento heráldico visível no reino de D. Fernando I (1367–1383), uma serpe alada no topo das armas, é mais tarde interpretada como um dragão. Os dois anjos tenentes, apoios laterais do escudo, identificados com S. Gabriel e S. Rafael, testemunham-se desde D. Dinis (1279–1325). Os quatro lises verdes da Cruz da Ordem de Avis, a entremear quatro castelos, desaparecidos com D. João II (1481–1495), são um acréscimo do mestre daquela ordem e fundador de uma nova dinastia, D. João I (1385–1433). A esfera armilar, empresa pessoal de D. Manuel I (1495–1521), ainda como Infante, voltou a adoptar-se mais tarde, na República, e antes disso por D. João VI (1816–1826), no Reino Unido e nas armas do Brasil Imperial[58]. Outras componentes secundárias desapareceram com a República.

Nenhum destes será abordado sistematicamente nesta dissertação por se afastarem dos objectivos e pressupostos cronológicos por nós estabelecidos. É de notar, porém, que o aparecimento de cada um poderá ter sido condicionado pelas partes já existentes. A precedência temporal foi impondo a ocultação da esfera armilar, a orla dos castelos e o deslocamento da serpe[59]. Sejam quais forem os seus significados, autónomos ou não, pertencem todos à mesma estrutura sintáctica.

2.3 A Lenda de Ourique

Embora ainda existam defensores dos pontos de vista mais conservadores sobre as armas portuguesas, estes perderam sustentação a partir da crítica de Alexandre Herculano, geradora de paixões exacerbadas no século XIX[60]. Observa-se entretanto que mesmo as versões mais antigas estão longe de coincidir. A coerência comum a todas, atacada de raiz por Herculano, é referirem-se à *Lenda de Ourique* aonde iam entroncar.

Os *Annales Portucalenses Veteres*, escritos pouco depois de 1168, são a crónica mais antiga sobre Ourique: após a datação e a referência ao lugar nomeia apenas um rei mouro, Esmar, que foge vencido. A *Vida de S. Teotónio*, composta pouco depois da morte do santo que ocorreu em 1162, mas com acrescentos de fins do século XII, fala do auxílio divino, de combatentes africanos e de cinco reis, que se juntaram à "incontável multidão"[61]. Cerca de vinte anos mais tarde, próximo à morte de Afonso I, nos *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis* a notícia é mais extensa: ao rei Esmar e aos de África uniram-se outros dos termos de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja (cinco cidades, portanto) e que o sobrinho do rei Ali é capturado[62]. Não se fazem até então alusões à heráldica do rei.

Começando o século XIV, na *IV Crónica Breve de Santa Cruz*, reproduzindo a *Crónica Galego-Portuguesa de Espanha e Portugal* a história assume aspectos de maior relevância para a nossa dissertação: "E despois houve batalha em nos campos d'Ourique e venceu-a. E dês ali em diante se chamou el-rei Dom Afonso de Portugal, e entom tomou por armas as cinco quinas"[63]. Mais tarde, surge a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, escrita por D. Pedro, Conde de Barcelos, que

[57] Ver (SÃO PAYO, 1960, pp. 101–106) e (SÃO PAYO, 1973, pp. 213–224).

[58] Todos esses elementos analisados por Manuel Artur Norton, respectivamente: (NORTON, 2004, pp. 316–321, 321–324, 313–314, 315–316 e 323–324).

[59] Chegam a aparecer, num papel timbrado, dois dragões, a ladear o escudo.

[60] Dúvidas já enunciadas, no século anterior, por Luís António Vernei no seu *Verdadeiro Método de Estudar* (CALAFATE; CARDOSO, 2006, pp. 204 e ss.).

[61] José Mattoso pensa que esta parte da *Vida* deva ter sido alterada.

[62] Ver (MATTOSO, 2007, pp. 157–166).

[63] In *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, p. 113, ed. Fernando V. P. da Fonseca, 1995, citado por (MATTOSO, 2007, pp. 167–168).

desenvolve a menção anterior: "[...] ataa o campo d'Ourique, honde achou el rey Ismar que a esta sazõ era rey da Estremadura cõ cinquo reys que o viinhã buscar, [...] Mas, antes que entrasse ẽna batalha, conta a estoria que os seus que o alçarom por rey. [...] E despois que os reys forõ vẽcidos, como dissemos, el rey dom Affonso de Portugal, por memoria daquelle boo aqueecimẽto que lhe Deus dera, pos no seu pendom cinquo escudos por aquelles cinquo reys e poseos em cruz por renẽbrança da cruz de Nosso Senhor Jhesu Christo. E pos em cada hũu escudo XXX dinheiros, por memoria daquelles XXX dinheiros por que Judas vendeo Jhesu Christo"[64]. Logo, em 1380, encontra-se o discurso feito em Paris pelo bispo de Lisboa, D. Martinho de Zamora[65].

Dessas ideias, em vigor por mais de quinhentos anos, destacamos: os escudetes que poderiam ser as chagas de Jesus, as feridas de D. Afonso Henriques ou os escudos dos cinco reis mouros derrotados na batalha; a cruz, o instrumento do suplício de Cristo; os besantes, as trinta moedas de prata dadas a Judas pela traição ao Nazareno, cantados em *Os Lusíadas* [66]:

"Ia fica vencedor o Lusitano
Recolhendo os trofeos & presa rica,
Desbaratado & roto o Mauro Hispano,
Tres dias o gram Rei no campo fica:
Aqui pinta no branco escudo vfano,
Que agora esta victoria certifica:
Cinco escudos azues esclarecidos,
Em sinal destes cinco Reis vencidos.

E nestes cinco escudos pinta os trinta
Dinheiros, porque Deos fora vendido,
Escreuendo a memoria em varia tinta,
Daquelle de quem foy fauorecido,
Em cada hum dos cinco , cinco pinta,
Porque assi fica o numero comprido:
Contando duas vezes o do meio,
Dos cinco azues que em Cruz pintando veio".

Sem adentrarmos a suposição literal do milagre, essas interpretações teriam cabimento se pensarmos na sociedade profundamente religiosa do século XII. O ponto de vista de Abreu Lima faz sobressair alguma incoerência investigativa que os ambientes contemporâneos nos impõem a todos, como há dois séculos, mas agora com outras condicionantes: "Não se entende que a documentação existente, que diz respeito às armas dos reis de Portugal e manifesta uma ideia e uma convicção ao tempo generalizadas, seja sistematicamente posta de lado, quando, ao mesmo tempo, é aproveitada naqueles passos que interessam a pontos de vista que a contradizem. [...] se foi com a lenda que se concebeu e evoluiu o ordenamento das armas do Reino, elas não deixam, por esta razão, de pertencer ao mundo das realidades e, assim, de constituir a sua própria realidade"[67] É necessário, portanto, abertura epistemológica ao analisar-se um mito e *O Mito*, como se preconiza num plano

[64] In *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, pp. 224–225, ed. Luís F. L. Cintra, 1990, citado por (MATTOSO, 2007, p. 168).

[65] No trecho em que o refere: "*Propter quod rex noster facit quinque scuta in modum crucis cum quinque ictibus, in quolibet scuto in asulio et albo, pro eo quod in bello vitorioso in quo obtinuyt contra infinitos Sarracenos in campo de Eurrique inventa sunt in corpore regis quinque ictus in modum crucis*". Por isso o nosso rei fez cinco escudos arranjados em cruz com cinco chagas, em cada escudo em azul e branco, pois na batalha vitoriosa que travou contra inúmeros sarracenos em campo de Ourique descobriram-se cinco chagas no corpo do rei dispostas em cruz. (VALOIS, 1891, pp. 511–512).

[66] Ver (CAMÕES, 1572, Canto III, 53–54).

[67] Ver (LIMA, 1998, p. 2).

mais teórico, para se não afirmar, demasiado extensivamente, como Roland Barthes, que "o mito não poderia surgir da natureza das coisas"[68].

Mattoso aconselha: "[...] convém explicar o que deve o historiador fazer quando se depara com uma situação como esta, em que a muralha mítica aparece diante dele em toda a sua espessura, e com tal força, que oculta por completo o facto real de que nasceu [...] é difícil isolar o acontecimento em si mesmo da leitura que dele se fez depois, sobretudo quando passou a servir de base a construções ideológicas reelaboradas ao longo de vários séculos para reforçarem convicções colectivas dotadas de uma grande carga emotiva [...] o historiador não tem de contar mitos, mas de interpretar factos [...] Mas o mito pode também ser significativo, na condição de o usarmos para compreender a percepção posterior dos factos que lhe deram origem, e de não tentarmos transformá-lo em história"[69].

As versões da *Lenda de Ourique* que dizem derivar-se o número de escudetes dos cinco reis mouros vencidos, também não escapam à crítica neste pormenor, porque descrevem na realidade cinco mais um, o que perfaz seis, como já se leu à p. 41: "[...] honde achou el rey Jsmar que assa sazom era rey da Estremadura com cinquo reys [...]".

Existe ainda incongruência na disposição *1–3–1* das chagas – duas nos pés, duas nas mãos e a torácica da lança de Longino – feitas numa cruz mas não em cruz. Mais sentido teria o arranjo *2 –1–2*, aliás visto em inúmeras imagens medievais, chagas em vermelho, cor do sangue, ver a Figura 2.7[70]. As formas vão pelo mesmo caminho: os escudetes assemelham-se a escudos e os besantes a ... besantes. Quatro das chagas poderiam ser circulares, mas não a perfurada pela Lança do Destino; essa dissemelhança aplica-se também aos escudetes, contudo sem quaisquer afinidades formais, excluídas as possíveis simplificações estilísticas.

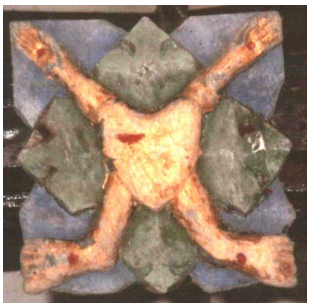


Figura 2.7: Chave de abóbada medieval com as Chagas de Cristo

Não sabemos até que ponto esses juízos possam ter sido influenciados pelos arautos que vieram de Inglaterra em meados do século XIV[71]. São ingleses os *hurts* ou os *wounds*[72], arruelas heráldicas de cor azul e púrpura respectivamente[73].

Podemos tentar resumir a ossatura das diversas *Lendas de Ourique*:

- Afonso Henriques tem uma revelação;
- Cristo aparece-lhe no céu[74];
- Reis mouros apresentam-se ao combate;

[68] Citado em (SILVA; ARAÚJO, 2006, pp. 178–182).
[69] Ver (MATTOSO, 2007, pp. 159–160).
[70] Adaptada de (CYTÛN,), tecto da Igreja de São Tudno em Gales.
[71] Ver (NORTON, 2004, p. 159).
[72] *Hurt* (ing. contusão), *wound* ou *golpe* (ing. ferida ou chaga).
[73] Ver (DICTIONARY OF HERALDRY, 1997, p. 59).
[74] A ele e só a ele, acrescentamos nós.

- A batalha termina e o rei sai vitorioso;
- As armas são adoptadas em função disso;
- O brasão traz cinco escudos em cruz e moedas dentro deles.

Capítulo 3

Metodologia de Análise

3.1 Enquadramento

Desejando-se conhecer as razões por trás da concepção dos besantes e escudetes de Portugal, seria aconselhável seguir um método bem adequado às suas especificidades. Já que se trata de um trabalho marcadamente multidisciplinar, a metodologia deveria ser simples, compreensível pelas partes e adaptável. Sem favorecer esta ou aquela abordagem, procurámos seguir a estrutura habitual de uma investigação científica, preconizada por Sampieri, Collado e Lucio numa metodologia voltada para as Ciências Sociais[1]. De uma forma geral e nas disciplinas específicas da Semiótica e da História, a quem caberá discutir os procedimentos e resultados objectivos desta tese, obtivemos inspiração nos juízos expressos pelos nossos ilustres orientadores[2].

Prescindimos deste espaço para descrever analiticamente o objecto, além do que já se avançou no Estado da Arte. Decidimos, por isso, acrescentar um capítulo Análise Sintáctica, vizinho a esta Metodologia de Análise. O assunto foi examinado à luz de variadas opiniões, o que gerou uma proporcional abundância de pontos a considerar, de tal modo que o espaço disponível tornou-se inadequado. Outrossim não poderíamos iniciar a busca analítica do nosso "por quê" sem antes equacionar "o quê". Algo de parecido irá passar-se com a semântica, pois as conjecturas de terceiros também resenham-se adequadamente no Estado da Arte. As nossas próprias, consequentes à hipótese de trabalho, procurando satisfazer a igual profusão de interrogações por responder, conviriam a um espaço menos acanhado do que uma secção dedicada à análise de dados. Dividimos em dois, para esse fim, o capítulo Semântica, consecutivo à Análise Sintáctica.

Saliente-se neste estudo a existência de problemas de índole geral: uma descrição manuseável de armas falantes, o seu âmbito de acção, importância e estruturação; e outros de natureza restrita, subconjunto e aplicação dos primeiros, relativos à heráldica de Portugal. Os de natureza ampla serão abordados metodologicamente neste capitulo, os demais à medida que as questões específicas se apresentem.

Quanto ao modelo de investigação escolhemos uma focalização mista, tendencialmente qualitativa, não ocorrendo experimentos[3]. Será possível tirar ilações quantitativas pela repetição de uma mesma característica, mas não estamos certos de quantas e quais dessas características existirão ao todo. Em trabalhos futuros, já melhor definidas as propriedades do sistema, será possível aproveitar os resultados para encetar uma abordagem estatística melhor fundamentada.

[1] Ver (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).
[2] Manifestos parcialmente em (PIZARRO, 1999, Cap. I e II) e (BÁRTOLO, 2007, Introdução).
[3] Ver (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, pp. 152 e ss.).

O critério para avaliar a hipótese abster-se-á, numa primeira passagem, de limites quantitativos estritamente definidos; não sabemos com rigor a extensão do que iremos encontrar. Será necessário empregar a capacidade de interpretação das imagens, inerente à vocação dos *designers* e fortalecida neste Mestrado, compreender o ambiente histórico e sócio-cultural em que estão situadas, relacionar interactivamente a descrição visual com possíveis interpretações linguísticas, estimar a coerência dos resultados rejeitando o irrazoável, retornando-se ao ponto de partida sempre que necessário.

Favorecemos uma aproximação exploratório-descritiva. Num primeiro fôlego procede-se à inspecção simples usando-se os critérios escolhidos. Aproveitando-se as explorações isoladas do *corpus* já realizadas por outros investigadores, pode-se tentar uma ordenação lógica acessória dos dados por redireccionamento, de modo a identificar analogias até então insuspeitas.

3.2 Hipótese

3.2.1 Variáveis

O conceito de *arma falante*, fundamental para os objectivos da dissertação, é claro para um heraldista, mas carente de mais alguma explicação aos neófitos[4]. Uma tentativa de definição completa exigiria muito esforço e papel, simplificadamente, trata-se de uma analogia entre a imagem e o nome representados no brasão[5]. Associou-se, por exemplo, o desenho do móvel heráldico *leão* ao vizinho Reino de Leão porque havia uma analogia fonética entre os dois. O conceito repete-se noutros territórios e famílias da Europa medieval.

As armas falantes não têm fronteiras interpretativas claramente delimitadas, ou melhor, são deixadas ao julgamento de cada um, conduzindo a alguma indecisão determinativa. Um outro conceito de maior amplitude, o *rébus*, usa recursos como o aproveitamento de várias palavras ou apenas de parte delas, privilegiando por vezes o ajustamento do som; é particularmente adverso aos formalismos textuais, à ortoépia e à ortografia[6].

Talvez pela liberdade especificativa variam muito as estatísticas, não só com as costumeiras variáveis de tempo e lugar mas também com os autores. Após estudar dois armoriais do século XIV Michel Regnier conclui: "*Après avoir étudié les patronymes et les armoiries, nous pouvons essayer de repérer les armes parlantes: à peu près 5% dans chacun des armoriaux, en notant que certaines ont pu nous échapper*", parecendo contrapor-se ao "*grand nombre*" avançado por Pastoureau[7]. Da análise que computámos dos armoriais mais antigos constituiriam entre 10 a 15% do total da heráldica medieval. Complementa-se com os 30% relativos às armas ditas herdadas ou transmitidas, o que deixa os 60% restantes para as outras explicações, mais subjectivas ou incertas.

Adoptámos, em vez de armas falantes, um conceito análogo, que passaremos a chamar de *parofonia* heráldica, abrangendo as noções de armas falantes e *rébus*, apropriando-se de conceitos

[4] Também chamadas armas de cifra, ver (BANDEIRA, 1985, p. 36, Armas de cifra).

[5] Pastoureau descreve-as com mais pormenor: "*Les armes parlantes sont celles dans lesquelles certaines éléments (figures, cimier, supports, plus rarement couleurs et brisures) sont en relation avec le nom de celui qui en fait usage. Ce nom peut être le nom de famille (cas le plus fréquent), le nom de baptême, un sobriquet ou pour les possesseurs de fiefs un vocable terrien. La relation peut être directe* [...]*, phonétique* [...]*, constituée par un rébus* [...] *ou bien tout à fait allusive* [...]*. Cette relation peut se faire dans les langues dialectales ou être construite sur des termes aujourd'hui difficilement compréhensibles*", ver (PASTOUREAU, 2003, pp. 251–252).

[6] Do francês *rébus* "*1512 «équivoque, mot pris dans un autre sens que celui qui est naturel»*", ver (ATILF: CNRS, 2009, rébus).

[7] Ver (REGNIER, 1997, p. 79) e (PASTOUREAU, 1986, p. 106).

referentes à pronúncia semelhante das palavras: homonímia, homofonia, paronímia, trocadilho e paronomásia, todas com tolerâncias e extensões desiguais, que definimos assim[8]:

> Parofonia heráldica: associação, por correspondência fonética, entre a designação de um ou mais elementos visuais heráldicos originais, o *designante*, e a denominação, directa ou indirecta, do referente do brasão, o *denominante*.

A outra variável envolvida na formulação da hipótese – o brasonamento – exemplificado nas primitivas armas de Portugal, foi suficientemente descrita no Estado da Arte. Trata-se de uma variável porque é aquilo que deve ser equacionado com "armas falantes" para chegarmos a uma proposição lógica. Na verdade, a sua "variação" depende da História ou da nossa ignorância. As armas originais coincidem com um momento definido e são constantes na forma, cabendo-lhe a mais adequada função de sujeito[9].

3.2.2 Medidores

O contexto linguístico-cultural em que as representações heráldicas vão aparecendo é desigual. Influenciam-no os idiomas, o vocabulário, as pronúncias, os regionalismos, as declinações, as invasões, o comércio, a religião, etc. No já exemplificado *leão-Leão*, poderíamos mencionar o par *león-León*, ou talvez *león-Legio*, quem sabe *leo-Legio*, ou ainda os equivalentes no romance da altura. É impossível criar um instrumento de medida confiável que atenda a todas as disparidades. Construiremos outro, menos ambicioso, que se possa utilizar com a língua portuguesa e facilmente extensível a outras.

Com a parofonia dilatamos a abrangência em alguns pontos, limitando-a noutros, deixando em aberto a definição de uma escala gradativa, eliminando a dificuldade de dois conceitos vagos em coexistência. Essa escala teria, num extremo, a situação óptima em que tanto o denominante como o designante partilhariam a mesma sonoridade, como *león-León*. Estabelecido o zero escalar, resta fundamentar apenas o limite superior aceitável.

Essa outra extremidade poderia tentar responder ao desejo de saber, em cada caso, se a intenção do autor era a de uma parofonia ou se esta resultava de um acaso. Questão dificílima; nada nos poderá revelar o que se passava na imaginação de uma pessoa morta há centenas de anos. Os autores dos brasões seriam muito diferentes, cultural e individualmente; o que pareceria aceitável para uns passaria a inimaginável ou execrável para outros. Até poderia existir uma correlação perfeitamente admissível e o criador não se ter apercebido logo disso. Ou permitirem-se várias correlações sem que venhamos a saber qual a preferida.

É preciso também acautelar o estatuto de coerência temporal do desenho, ou seja, que os elementos heráldicos considerados digam respeito a uma dada ocasião de génese, em sincronia com o objecto. No escudo de Portugal, imaginando que haja parofonia, devem tratar-se em separado os besantes e os lises da Cruz de Avis na Segunda Dinastia. Devemos limitar-nos, por consequência, aos efeitos visíveis após a criação. Os vestígios históricos irão ajudar a decidir da intencionalidade ou, mais certamente, do reconhecimento da associação. Trata-se então de verificar a afinidade fonética entre denominante e designante.

Até que ponto será razoável supor que exista uma relação de parofonia entre dois vocábulos? Ao sabor do capricho humano, como vimos, é impraticável descortinar regras inamovíveis a mon-

[8] Parofonia: do grego $\pi\alpha\rho\alpha$ (ao lado de) e $\phi\omega\nu\eta$ (voz).

[9] Ver (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, pp. 121, 153 e ss.).

tante, mas não abandonamos por isso a fundamentação e o rigor a que estamos obrigados. Para os fins que nos interessam arquitectámos três etapas[10]:

1. Isolar os fenómenos envolvidos;
2. Combiná-los e qualificá-los através de um modelo fonético;
3. Estabelecer um limiar de aceitação ou rejeição.

CARACTERIZAÇÃO DOS FENÓMENOS

O primeiro passo é o de adoptar critérios que nos permitam identificar e caracterizar as diferenças fundamentais entre uma e outra palavra em confronto. Os fenómenos da mutação dos sons linguísticos, no tempo e em cada ambiente particular, são estudados pela Fonética Histórica através dos *metaplasmos*, que aceitaremos como paradigma de validação. Assim, para cada língua, só deveria ser aceite o que os casos metaplasmáticos correspondentes prevêem ou, alternativamente, as transformações similares. Neste momento não é possível saber até que ponto as armas ditas falantes ou *rébus* seriam influenciadas apenas pelos fonemas ou se os caracteres usados na sua escrita também possam fazer parte de um fenómeno mais complexo, só o tempo e a experiência poderão nos esclarecer. Os metaplasmos principais do Português encontram-se na Tabela 3.1 à p. 49.

É possível classificá-los por correlação com os lexemas que adoptámos: denominante D e designante d, posicionados segundo as correspondências mais evidentes dos caracteres e fonemas[11]:

Acréscimo de fonema em d, inexistente na mesma posição em D;

Eliminação de fonema em d, existente na mesma posição em D;

Alteração de fonema em d, correspondente a outro na mesma posição em D;

Transposição de fonema em d existente noutra posição em D.

Deve-se notar que o objecto da investigação não é a evolução vocabular, como é habitual acontecer na Fonética. Supõe-se sim, existir um par, ou pares, de palavras diferentes, a analisar quanto à parofonia, num contexto heráldico medieval. Em consequência não há um sentido obrigatório de evolução mas uma presunção de anterioridade, nebulosa no estado inicial da investigação. O denominante, que não seria obrigatoriamente o nome do território, influencia o desenho e daí até mesmo o designante, ou ainda o designante poderia ser escolhido de modo a evidenciar uma relação que se pretendesse destacar[12]. Impõe-se que façamos variar um deles: preferimos a designação do desenho brasonado. Cada uma das palavras não será, por obrigação, fixa, dada a instabilidade ortográfica de então causada pela transição dos romances, pela forte regionalização e pelo iletrismo. Recomenda-se o estudo caso a caso da variabilidade dentro dos âmbitos geográfico e temporal considerados, repetindo-se o processo quando indispensável.

Atendendo aos usos conhecidos, poderão existir morfemas separáveis ou desprezáveis, aquando da transformação parófona. Se desconhecemos a intenção do codificador será problemático saber qual dessas partes foi utilizada, mas revelou-se incomum desprezar um morfema intermédio

[10] Ver (MISCHKE, 1984, pp. 217 e ss.).

[11] Como se exemplifica na Tabela 3.2, à p. 53.

[12] Pastoureau lembra a profusão de águias e leões nos territórios afectos e desafectos ao Sacro Império: "*Le lion et l'aigle - animaux les plus utilisés - sont parfois (mais pas toujours) chargés d'une signification politique: l'aigle étant l'emblème des vassaux ou partisans de l'empereur, le lion, celui de ses adversaires*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 55).

Tabela 3.1: Metaplasmos da língua portuguesa

Metaplasmo	**Exemplo**
Prótese	scutu > **e**scudo
Aglutinação	**a l**agoa > **al**agoa
Epêntese	registu > regist**r**o
Suarabácti	blatta > b**a**rata
Paragoge	ante > ante**s**
Aférese	**a**cume > gume
Deglutinação	**a**potheca > (a) bodega
Síncope	ma**l**u > mau
Haplologia	bon**da**doso > bondoso
Apócope	mar**e** > mar
Crase	p**ee** > pé
Elisão	d**e e**x de > desde
Metátese	p**ro** > p**or**
Hipértese	ca-p**i**-o > ca**i**-bo
Hiperbibasmo	**l**imite > lim**i**te
Apofonia	b**a**rba > imb**e**rbe
Assimilação	pe**r**sona > pe**ss**oa
Dissimilação	**li**liu > **lí**rio
Consonantização	**u**ita > **v**ida
Vocalização	mu**l**tu > mu**i**to
Nasalização	b**onu** > b**om**
Desnasalização	l**una** > l**ua**
Monotongação	p**œ**na > p**e**na
Assibilação	capi**ti**a > cabe**ç**a
Ditongação	le**o**ne > le**ão**
Metafonia	d**e**bita > d**í**vida
Palatalização	**pl**uvia > **ch**uva
Sonorização	lu**p**u > lo**b**o
Ensurdecimento	**g**ente > **x**ente

ou inicial. Uma vez reconhecida a cisão, apenas as partes em correspondência serão analisadas. Logo, em *Portugal – Porta Galha* compararemos *Porta* com *Portu* e *Galha* com *gal*. Em *Zeeland* despreza-se se o *land*, desenhando-se apenas a ondulação de *Zee*[13].

MODELO FONÉTICO

Tentaremos no segundo passo modelizar matematicamente uma regra, que inclua a hierarquização dos fenómenos metaplasmáticos: acréscimos, eliminações, alterações, transposições. Ajudará a estimar o limite do aceitável para um par de palavras no contexto mencionado, aplicável à língua portuguesa, mas tendo em mente a maior parte da armaria medieval europeia. Não se está, contudo, em condições de refinar cada efeito individual, até porque variam com o contexto. Sabemos por intuição que estas palavras não devem ser demasiado diferentes e que, idealmente,

[13] Do holandês *Zee* (hol. mar).

deverão ser iguais. Os vocábulos usados podem variar desde dois caracteres até cerca de trinta, se contarmos com as palavras compostas.

Dada a escassez da ocorrência de armas falantes em território português até ao século XIV, proporemos apenas o modelo, válido na especialidade, aplicando-o ao objecto desta pesquisa, aguardando que o tempo se encarregue de melhor definir os parâmetros introduzidos. O nosso modelo terá alguma semelhança com alguns algoritmos linguísticos existentes para a língua inglesa como o *Soundex* ou o *Daitch–Mokotoff Soundex*. Apenas não procuramos na intenção inicial, como estes, comparar e indexar foneticamente antropónimos modernos mas, por uma indexação interna ao modelo, decidir sobre a aceitação da comparabilidade entre duas palavras no universo heráldico medieval primitivo. Conceitos informáticos como a Distância de Hamming ou a Distância de Levenshtein limitam-se a cadeias de caracteres, sem estarem obrigados a considerar as interferências culturais.

Quanto mais discrepâncias fonéticas houver, menor a similaridade entre denominante e designante, logo, maior o valor assumido pelo nosso medidor, a que atribuímos o nome de *índice de discrição* e representamos pela letra k. Essas alterações, tipificadas em *transposições*[14], eliminações e acréscimos, reunidos os dois últimos em *substituições*, devem reflectir o seu efeito numericamente, posicionando-se no numerador da expressão resultante, dada a sua variação directa com k.

Quando houver substituição de fonemas adopta-se então *o coeficiente de carácter*, representado pela letra c[15]. O valor de c será sempre igual à unidade, salvo nos casos de suficiente similaridade fonética, em que se tomará um coeficiente $c = 0,5$. São casos de similaridade os pares[16]: (*p,b*), (*t,d*), (*q,g*), (*c,g*), (*m,n*), (*b,v*), (*f,v*), (*c,z*), (*ç,z*), (*s,z*), (*x,s*), (*x,ç*), (*l,u*), (*l,r*), (*j,x*), (*g,x*), (*i,j*), (*u,v*) etc. Também os dígrafos e encontros: (*ti,ci*), (*lh,li*), (*nh,ni*), (*r,rr*), (*s,ss*), (*z,ss*), (*x,ss*), (*g,ch*), (*j,ch*), (*x,ch*), (*ôo,o*) e análogos além de mudas como (*h*), (*p*), (*c*), (*u*), (*e*)[17]. O mesmo para os ditongos e tritongos que perdem vogal ou semivogal e as transformações inversas.

No acréscimo ou decréscimo de fonemas trata-se o espaço resultante no par oposto como um fonema substituído, logo $c = 1$. Podem ocorrer simultaneamente vários designantes para um só denominante, concatenados sucessivamente para alcançar a parofonia. Sempre que tal aconteça, contarão os do denominante pelo todo de designantes, consolidando-se as sobreposições e espaços entre os fonemas[18]. Ressalvamos ainda as excepções dos afixos conectivos, toponímicos, hagiográficos ou outros aproximados a expletivos. Exemplificam-se com: *Château _*, *_ville*, *_ou*, *Saint-Jean-de*, *_burg*, *_berg*, *_stein*, *Neu_*, *_shire*, *_land*, *_wall*, *_ford*, *_monte*, *_terra*, etc. Nestas ocorrências será usado $c = 0$ para os fonemas desconsiderados.

Julgámos irrelevante a mudança da sílaba tónica, equivalendo a um coeficiente $c = 0$, desde que os sons propriamente ditos permaneçam. A penalização nula também vale para os pares homófonos: (*rr,r*), (*ss,s*), (*ss,ç*), (*ss,c*), (*ss,sç*), (*ss,sc*), (*s,sc*), (*ç,sc*), (*ph,f*), (*th,t*), (*ee,é*), (*oo,ó*), (*aa,á*), (*ch,x*), (*cs,x*), (*bb,b*), (*dd,d*), (*ll,l*), (*mm,m*), (*nn,n*), (*im,in*), (*pp,p*), (*tt,t*), (*vv,v*), (*ç,s*), (*s,z*), (*i,y*), (*q,c*), (*g,j*), (*u,v*), (*s,c*), (*ç,c*) e semelhantes. Tratando-se de palavras em contiguidade, onde termine a primeira e comece a segunda com o mesmo som, valerá apenas por um fonema. O elemento de ligação de quaisquer palavras contíguas: espaços, apóstrofo, hífen, etc., não contará para a pontuação, devendo ser suprimido no início da comparação. Abreviaturas e reduções, escritas ou funcionais devem ser condensadas antes da análise, sem que isso suponha qualquer penalização.

---

[14] Ou metáteses.

[15] Naturalmente referimo-nos a fonemas expressos por um ou mais caracteres.

[16] Por simplificação, admissível neste contexto multidisciplinar e no objecto restrito, optámos por não introduzir aqui os símbolos da fonética, deixando ao bom senso a interpretação dos sons produzidos pelas formas escritas.

[17] O sentido de qualquer uma das transformações é indiferente.

[18] Como, por suposição, *Portugal – Porto o qual*, tratado como *Portugal – Portoqual*.

Deve-se levar em conta, ademais, o local da mudança no vocábulo de destino. Consideramos mais relevante a alteração no fonema inicial do designante, menor no último e regular nos fonemas interiores. Essa discrepância é tomada em conta através do *coeficiente de posição*: $p = 1,5$ no fonema inicial do denominante, $p = 0,5$ no fonema final do denominante e $p = 1$ no seu interior. Este p afecta o coeficiente anterior, c, por meio de uma operação multiplicativa, desaparecendo ao emparelharem-se fonemas equivalentes, porque então $c = 0$.

Junta-se-lhes outra parcela, que considera a alteração do fonema de uma posição para outra: o *coeficiente de transposição* t. Vale $t = 1$ para qualquer dessas trocas e $t = 0$ quando não as há. Os fonemas transpostos não devem influenciar o coeficiente de carácter senão aquando do seu reordenamento. Consideram-se, portanto, em primeiro lugar os coeficientes de transposição, para depois aplicar, se houver lugar a tal, quaisquer coeficientes de carácter.

Será indispensável tratar equilibradamente os designantes de extensão distinta[19]. Os extensos susceptibilizam-se à inclusão de um maior número de alterações. Por consequência incluiu-se na fórmula um factor inversamente proporcional ao número máximo de fonemas entre denominante e designante, $max(n_D, n_d)$. Quanto maior é a quantidade de fonemas, maior o efeito de redução no valor de k e vice-versa[20]. A constante 2, no numerador deste factor, ajusta o valor final do limiar admissível de k para a unidade, o que nos convém para simplificar as comparações[21]. Poderá ser modificada no futuro desde que haja necessidade de alterar a estrutura do modelo, ocasionando a mudança do índice de discrição.

Finalmente, o factor de correcção do parágrafo anterior pode não ser suficiente para os designantes mais curtos, por esse motivo acrescentou-se uma parcela subtractiva à fórmula. Consiste na divisão do número total de transformações ocorridas j, pelo quadrado do número máximo de fonemas entre denominante e designante, $max(n_D, n_d)$[22]. Em virtude do expoente 2 no denominador a correcção final terá um valor desprezável no caso de pares mais longos e o uso da fórmula completa será, então, facultativo:

$$k = \left[\frac{2}{max\,(n_D, n_d)} \sum_{i=1}^{j} (c \cdot p + t) \right] - \frac{j}{max\,(n_D, n_d)^2} \tag{3.1}$$

ESTABELECIMENTO DO LIMIAR

Na terceira etapa – estabelecer um limiar de comparação – o critério será sempre subjectivo, dependendo de como cada um interpreta o que ouve. Socorremo-nos da indiscutível autoridade de Pastoureau que considera razoável supor *sycomore* uma representação falante de *Sagremor*, em todo o caso de aceitação discutível, adequando-se, portanto, à função de limiar[23]. Em português *sycomore* e *Sagremor* traduzem-se respectivamente por sicómoro e Sagremor ou Sagramor, pouco alteradas em relação ao exemplo do francês. Além disso as transformações linguísticas são concordantes nos dois idiomas. Enfim, não foi possível encontrar em Portugal quaisquer enunciações que nos auxiliassem nessa tarefa.

[19] Por exemplo os Condados de *Eu* e de *Gloucestershire*.

[20] Exemplificamos com o par *Portugal*, $n_D = 3$, *Galo*, $n_d = 4$, desprezando-se, pois, o morfema *Portu*, resultará em $max(3, 4) = 4$.

[21] Ver a próxima secção: Estabelecimento do Limiar.

[22] Transformações apenas referidas aos coeficientes de carácter e de transposição, c e t, deixando de fora o coeficiente de posição p.

[23] Um dos cavaleiros da Távola Redonda: "*Pour doter Sagremor d'armoiries la solution la plus simple aurait été de lui donner une figure parlante, en occurence un sycomore*", ver (PASTOUREAU, 1986, p. 25).

Embora armas imaginárias, interessa-nos a apreciação de haver ou não semelhança suficiente para, segundo os critérios da Heráldica, considerar-se uma designação como falante. Escolhemo-la por contar com o mesmo número de caracteres da palavra *Portugal*, além de conservar o primeiro e os três últimos, exactamente como na nossa aproximação inicial ao problema: *Portugal – Pedregal*.

Aplicamos-lhes a expressão reduzida da Fórmula 3.1, denominada Fórmula 3.2, dada a dimensão do par *Sagremor – Sycomore*, cujo resultado nos dará uma aproximação que podemos considerar satisfatória. A Tabela 3.2, à p. 53, servirá, além disso, como exemplo do procedimento operacional:

$$k = \frac{2}{max\,(n_D, n_d)} \sum_{i=1}^{j} (c \cdot p + t) \tag{3.2}$$

k: índice de discrição;

c: coeficiente de carácter

(similaridade $\Rightarrow c = 0,5$, dissimilaridade $\Rightarrow c = 1$, igualdade $\Rightarrow c = 0$);

p: coeficiente de posição

(anterior $\Rightarrow p = 1,5$, interna $\Rightarrow p = 1$, posterior $\Rightarrow p = 0,5$);

t: coeficiente de transposição

(há transposição $\Rightarrow t = 1$, não há transposição $\Rightarrow t = 0$);

j: número total de transformações;

$max(n_D,n_d)$: maior nº de fonemas entre denominante e designante.

Propomos o símbolo $\overset{\pi}{\sim}$ para ligar o denominante ao designante parófonos, conjugando o símbolo matemático para a similaridade geométrica e a letra grega correspondente à inicial de parofonia; deverá ler-se "parófono a". A sequência de cálculo é descrita na Tabela 3.2:

O valor encontrado: $k = 1$, servirá como nosso limite máximo, a balizar as propostas futuras dos pares, por hipótese parófonos[24]. Logo, um índice de discrição k igual ou inferior a esse limite será tido como aceitável. Deverá verificar-se no desenvolvimento do cálculo se existem transformações contíguas de fonemas, cujas penalizações positivas somadas igualem ou excedam 3, caso em que, mesmo a obter-se um valor final de $k \leq 1$ não se poderá aceitar o designante proposto. Não nos esqueçamos que o modelo foi construído com uma arma falante particular, enquanto que alguns *rébus*, também admitidos no conceito de parofonia, poderão ser mais condescendentes às discrepâncias vocabulares, conduzindo à sua excepcional aceitação, apesar do índice de discrição superior à unidade. Deverão ser analisados caso a caso.

INDICAÇÕES PRÁTICAS

Enumeramos, de forma não exaustiva, algumas indicações práticas do procedimento a seguir para a análise de cada representação:

I. Inquirir as referências: iconografia[25], bibliografia, especialistas;

[24] $k = (2/8) \times 4 = 1$.

[25] As ocorrências dos brasões recolhidos devem estar presentes em cada etapa de avaliação.

Tabela 3.2: Cálculo do índice de discrição k para *Sagremor* $\overset{\pi}{\sim}$ *Sycomore*

$i=1$		$i=2$		$i=3$		$i=4$		$i=5$		$\longleftarrow j$	$=$	**5**
s	S	s	S	s	S	s	S	s	S	**S**		**S**
y	A	$\boxed{\text{y}}$	$\boxed{\text{A}}$	a	A	a	A	a	A	**A**		**A**
$\boxed{\text{c}}$	$\boxed{\text{G}}$	g	G	g	G	g	G	g	G	**G**		**G**
–	R	–	R	–	R	–	R	$\boxed{-}$	$\boxed{\text{R}}$	**R**		**R**
o	E	o	E	$\boxed{\text{o}}$	$\boxed{\text{E}}$	e	E	e	E	**E**		**E**
m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	**M**		**M**
o	O	o	O	o	O	o	O	o	O	**O**		**O**
r	R	r	R	r	R	r	R	r	R	**R**		**R**
e	–	e	–	e	–	$\boxed{\text{e}}$	$\boxed{-}$	–	–	–		–
8	8	$\longleftarrow$							max	(n_D,n_d)	$=$	**8**
$\times$	0,5	$\times$	1	$\times$	1	$\times$	1	$\times$	1	$\longleftarrow c$		
$+$	1	$+$	1	$+$	1	$+$	0,5	$+$	1	$\longleftarrow p$		
$=$	0	$=$	0	$=$	0	$=$	0	$=$	0	$\longleftarrow t$		
	0,5	$+$	1	$+$	1	$+$	0,5	$+$	1	$\longleftarrow \Sigma$	$=$	**4,0**

II. Definir os ambientes: linguístico, genealógico, cronológico, etc.;

III. Abandonar, caso exista explicação bem fundamentada do brasão;

IV. Recolher as denominações a comparar[26];

V. Identificar as partes que possam ser removidas da observação[27];

VI. Registar os desdobramentos dos denominantes[28];

VII. Examinar os hábitos associativos: toponímia, antroponímia, imitação, etc.;

VIII. Estabelecer as propostas de designantes a comparar[29];

IX. Isolar as que favorecem uma interpretação visual[30];

X. Desdobrar ou agregar os fonemas despenalizados[31];

XI. Enfileirar os caracteres segundo as correspondências manifestas[32];

XII. Verificar a necessidade de alterar o processo à luz da evolução do procedimento[33];

XIII. Aplicar a Fórmula 3.2 ou 3.1, conforme o número de caracteres envolvidos;

XIV. A conjunção de fenómenos será computada independentemente[34];

XV. Havendo conflito ou dúvida razoável, preferir a pontuação mais baixa[35];

[26] Como: *Portugal*, *Portucale* e *Portus Cale*.

[27] Como *Kronberg* $\overset{\pi}{\sim}$ *Krone*, ignorando-se *berg*.

[28] Como *Porta* e *Galha* de *Portugal*.

[29] Como: *Pedregal*, *Petra* + *Callum*, *Porta* + *Galha*, *Porto* + *Cal*, etc.

[30] Será necessário um bom conhecimento das linguagens adequadas; estas representabilidades imagéticas serão reavaliadas mais tarde. De qualquer modo, saiba-se de antemão, a inventiva medieval é surpreendente.

[31] Ou seja, os que não influenciem o valor final de k como (*ç,ss*) e (*ph,f*).

[32] Em *Portugal* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pedregal*, por exemplo, alinhar segundo (*p,p*), (*g,g*), (*a,a*) e (*l,l*). Incluir espaços, se necessário, de modo a evidenciar inserções.

[33] Reflexão que deve ser feita a cada passo, com relevo para os que aqui se enfatizam.

[34] Salvo quando estas indicações impliquem outra acção. Em *Portugal* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pedregal* os pares (*r,d*) – (*t,r*) contêm uma transposição (que evoluirá para (*r,r*) – (*t,d*)) e uma similaridade (*t,d*), pontuadas em separado.

[35] Que poderá ser modificada numa reavaliação.

XVI. Rejeitar os designantes com a soma $\Sigma \geq 3$ em fonemas contíguos;

XVII. Hierarquizar os designantes propostos segundo os valores de k;

XVIII. Rejeitar os designantes de valor $k > 1$;

XIX. Reavaliar a representabilidade da imagem;

XX. Se necessário, refazer todo o procedimento;

XXI. Examinar o(s) par(es) denominante(s) $\overset{\pi}{\sim}$ designante(s) que se segue(m);

XXII. Avaliar as interacções entre os pares denominante $\overset{\pi}{\sim}$ designante .

3.2.3 Estabelecimento da Hipótese

As modalidades falantes foram olhadas com desfavor por alguns, em especial no que se refere aos estratos sociais que nos interessam. De certa maneira talvez se julgasse inapropriado medir pelos mesmos padrões interpretativos nobres e plebeus, aldeões e guerreiros, eclesiásticos e pagãos, porque o fenómeno heráldico era de facto transversal. Existem aqueles casos em que a evidência dos factos é de tal modo forte que anula quaisquer contestações: Castela, Leão, Granada, Cardona, Salm, Ilhas Faroé, Orange, Bar, Rosenberg, Spiegelberg, Dannenberg, Florença, Rethel etc. Causa estranheza observar a latitude e importância das falantes "admitidas" e não consentir que se pudesse tratar de uma manifestação mais abrangente. Do contrário há uma barreira ideológica invisível que impede a racionalização desimpedida de condicionantes artificiais. Do outro lado da balança está a opinião de especialistas modernos como Michel Pastoureau que afirma sobre esse género de armas:

> "[...] *contrairement à ce qui a souvent été affirmé dans les traités de blasons des XVII*^{e} *et XIX*^{e} *siècles, il n'y a pas de catégories sociales chez qui elles soient plus fréquents*"[36].

Na primeira aproximação feita ao problema, antes de se decidir levá-la adiante como dissertação de mestrado, procedeu-se a um exame sucinto dos reinos peninsulares que pudesse justificar as nossas suposições. Tratava-se de uma interpretação falante das armas portuguesas, fundada em indicações que se mantém úteis neste trabalho, pela maior parte. A grande proximidade física e cultural de dois exemplos declaradamente do género: Leão e Castela, sugeriam uma busca naquele sentido. O maior obstáculo era que por um lado não só nunca, ao que se saiba, se ofereceu uma tal explicação para as armas de Portugal, como por outro também foi recusada explicitamente por autores como o Marquês de Abrantes[37]. Em compensação, a perplexidade de vários estudiosos e as deficiências das explicações oferecidas não poderiam senão estimular a curiosidade.

A nossa primeira tentativa, se bem que inovadora, vista de longe revela-se inadequada por várias razões. Os indícios que reunimos não eram suficientes e sólidos. Os mais resistentes tinham um âmbito que não permitia estender as conclusões além de um perímetro confinado de valores. O universo amostral era adequado no espaço e no tempo mas exíguo em número, invalidando as deduções subsequentes. A proposta de correlação fonológica com a designação territorial correspondente, por intermédio do índice de discrição, estava nos limites da aceitabilidade. Para concluir, a hipótese estava formulada incorrectamente, ao procurar respostas específicas num campo de conhecimento ainda mal estruturado.

Esses desacertos foram úteis para a reformulação do que se buscava, mas não foi senão tardiamente que nos demos conta da impropriedade da hipótese em si. Por felicidade, dada a ênfase na ordenação dos resultados analíticos, conseguiu-se, sem esforço, rectificar a inadequação,

[36] Ver (PASTOUREAU, 2003, p. 252).

[37] Ver a secção 6.1, p. 117.

aplicando-se o que foi assimilado no estudo do *corpus*. Da pergunta – Admite-se esta solução para o nosso problema? – passou-se a[38]:

- Hipótese – É possível admitir a existência de parofonia para a representação primitiva do escudo português[39].
- Hipótese nula – Não é possível admitir a existência de parofonia para a representação primitiva do escudo português.

Esta aproximação, que não atende de imediato ao nosso objectivo, assegurará ou invalidará, em contrapartida, uma modalidade explicativa, que julgamos ser a única viável para, ao menos, lançar novas luzes sobre o assunto. As restantes refugiam-se em motivações e rotinas intrínsecas, estéticas ou simbólicas, racionalizáveis com dificuldade; ou são alusivas, hereditárias e incidentais, adequando-se mais ao escrutínio quase exclusivo da História. Exaustivamente ensaiadas, podem vir a servir como hipóteses alternativas à enunciada.

Uma vez que os dados permitam definir a estruturação organizativa da modalidade parófona, ficaria implícita desse modo a sua admissibilidade existencial genérica e passaríamos à particularidade do caso português. Caso se encontrem uma ou mais resoluções satisfatórias enquadráveis nessa estruturação, será possível, em definitivo, aceitar a hipótese de trabalho e procurar na História os factos que justifiquem e testemunhem a explicação sugerida. A aceitação em nenhum caso poderá radicar em provas absolutas. Contudo, se a quantidade de indícios for grande e a sua complexidade supor improvável que se atribua ao acaso, ficará suficientemente demonstrada. A admissão da hipótese nula desenquadrará a tese, abreviando-lhe a extensão, permanecendo a metodologia como ferramenta para outros campos em que o Design possa contribuir com eficácia.

3.3 Procedimentos

3.3.1 Amostragem

Os dados disponíveis são muito limitados. Dentro da Península Ibérica seria impossível obter as quantidades que permitissem atingir um nível de significância seguro para eventuais conclusões. Seguindo-se a oportuna orientação que nos foi dada, estendemos o âmbito a todas as regiões europeias afectadas pelo fenómeno. Como fontes de consulta recorremos ao *corpus* heráldico dos primeiros armoriais existentes, disponíveis electronicamente sempre que possível, a facilitar validações externas, sem prejuízo da precisão, ver a Tabela 3.3 à p. 56.

Situámos em 1188, com segurança, o primeiro emblema heráldico conhecido de um rei de Portugal. Acontece que não existem armoriais dessa época. O *corpus* esfragístico permitiria abarcá-lo e aos seus contemporâneos, sem quaisquer esmaltes, o que não é de todo aceitável, dada a fundamental importância desta componente visual. Aceitamos assim como *terminus ante quem* os meados do século XIV, cientes de que grande parte das iluminuras ou descrições aludiam a armas mais antigas. Outros elementos poderão ser referidos, mesmo fora das fontes seleccionadas, quando disponham de notoriedade evidente, permitindo confirmar os resultados iniciais.

Ignorando os graus de aderência a um plano sócio-cultural comum, limitaremos os estudos aos territórios que possam de alguma maneira equivaler ou ultrapassar, em dimensão e prerrogativas, o Condado Portucalense; situação imediatamente anterior à génese do brasão do reino. Serão considerados, portanto, condados e reinos mas também ducados, impérios, margraviatos, principados,

[38] Ver (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, pp. 116 e ss.).
[39] Ou, na generalidade, para as representações primitivas dos escudos heráldicos.

Tabela 3.3: Alguns dos primeiros armoriais medievais

Ano	Nº Docs.	Abrª	Nome	País
1238	339	Com	*Rôle de Tournoi de Compiègne*	FRA
1254	297	Big	*Rôle d'Arms Bigot*	FRA
1258	218	Glo	*Glover's Roll*	REU
1259	75	Add	*Liber Additamentorum*	ALE
1269	112	Cam	*Rôle de Tournoi de Cambrai*	FRA
1270	256	Wij	*Armorial Wijnbergen I*	FRA
1275	185	Wal	*Walford's Roll*	REU
1279	697	Her	*Herald's Roll*	REU
1280	324	Der	*Dering Roll*	REU
1280	455	Cdn	*Camden Roll*	REU
1285	677	Geo	*St. George's Roll*	REU
1285	583	Cha	*Charles' Roll*	REU
1285	61	Cho	*Rôle de Tournoi de Chauvency*	FRA
1285	1056	Wij	*Armorial Wijnbergen II*	FRA
1294	39	Plo	*Rôle d'Armes de l'Ost de Ploërmel*	FRA
1296	720	Col	*Collins' Roll*	REU
1297	202	Ofl	*Rôle d'Armes de l'Ost de Flandre*	FRA
1298	115	Fal	*Falkirk's Roll*	REU
1300	580	Leb	*Armorial Le Breton*	FRA
1300	1076	Ver	*Armorial du Heraut Vermandois*	FRA
1300	259	Gal	*Galloway Roll*	REU
1300	106	Cae	*Caerlaverock's Roll*	REU
1304	102	Sti	*Stirling Roll*	REU
1310	588	Mar	*Lord Marshall's Roll*	REU
1332	36	Bal	*Balliol Roll*	REU
1340	135	Man	*Codex Manesse*	ALE
1345	550	Zur	*Züricher Wappenrolle*	ALE
1386	1755	Gel	*Codex Gelre*	BEL

viscondados, cantões, dependências e equiparados. Por norma, fora da análise estarão: cidades, repúblicas, domínios eclesiásticos, senhorios e outros de raiz toponímica ou designados por meio da antroponímia. Podem ser, contudo, utilizadas quando auxiliem o esclarecimento de questões específicas nas primeiras categorias.

Ao não existir uma recolha selectiva, descontando-se o expurgo de anacronismos evidentes, os limites fixados sofreram algumas adaptações à medida que o trabalho decorria. Alem disso, a modelização não se pode classificar com um critério longitudinal, já que nos interessa um padrão coerente no tempo. Tampouco será inteiramente transversal, uma vez que os limites de quase dois séculos são excessivos e desconhece-se a precisa origem cronológica dos eventos. À génese, é bem certo, sucede-se um quase imediato enriquecimento semiótico, provocado pelos receptores, eventualmente pelo próprio criador, que contamina a centelha original. Não sendo possível isolar de imediato esse *incipit*, resignamo-nos a acompanhar as suas consequências imediatas.

3.3.2 Colecta e Análise dos Dados

Obtiveram-se dados de setecentos e setenta e uma representações heráldicas. Para maior clareza separaram-se aquelas em que as interpretações se dividiam por mais de um significado completo. Também foi relativamente comum atestarem-se designantes distintos para a mesma denominação. Isso poderá ter acontecido por alterações na titularidade do território, com frequência através de armas herdadas. Nos armoriais resultariam da fantasia do iluminador, desconhecimento ou erro e às vezes por reinterpretação.

A análise dos dados foi construída através de inúmeras repetições das consultas. Enquanto aprendíamos novas facetas da linguagem falante da Heráldica, éramos obrigados a rever as conclusões iniciais, na verdade inseguras. A crítica externa, em particular a dos responsáveis pela orientação, patrocinou o equilíbrio das asserções. É difícil para o investigador, no entusiasmo de um novo achado, saber onde se encontrará a fronteira da razoabilidade.

Os capítulos seguintes são, em boa medida, um desdobramento desta sub-secção no que se refere à colecta e análise dos dados. Procura-se facilitar a sua leitura, permitindo a extensão adequada à abundância dos resultados. Terão a flexibilidade necessária para exercitar os tratamentos semióticos inerentes às nossas intenções.

Capítulo 4

Análise Sintáctica

4.1 Enquadramento

A representação em si não é garantia de fidelidade. Vários são os exemplos de óbvias inexactidões de orientações, cores e quantidades, já para não falar das representações fantasistas dos armoriais. Estas anomalias, envolvendo amiúde executantes estrangeiros, incorporam-se também no repertório nacional de todas as épocas: representar os castelos por torres, deitar os escudetes para o interior, alterar-lhes a quantidade, pô-los *em sautor*[1], etc[2]. Será necessário por conseguinte, antes de tudo, filtrar o que se pretende analisar com algum critério, especialmente em situações de abundância pragmática. Assentando a investigação semântica em grande parte sobre a sintáctica, será nesta que aplicaremos com maior rigor o que se estabeleceu na Introdução e no Estado da Arte.

Não fazemos apreciações específicas sobre a estética, ao entender que aparecerão estruturadas na análise qualitativa, confinando-se a características que podem ou não ser aceites como belas, um julgamento, como sempre, subjectivo e nunca intemporal. A beleza aqui é o desenlace da organização e do apreço selectivo, simbólico e apaixonado dos usuários. Aparecerá entretanto na semântica como factor essencialmente acessório à gestação das formas.

Pastoureau recomenda para a leitura de um brasão figurado, em primeiro lugar que se isole a área correspondente, investigando-lhe o perímetro. Feito isso passa-se à inspecção dos eixos, que caracterizam amiúde o seu modo de ser. A tarefa é realizada por planos, a começar pelo fundo, para cada um deles é preciso determinar a constituição figurativa: a sua própria existência, os esmaltes, atributos e particularidades. Se a figuração é múltipla deve-se enunciá-lo antes mesmo de tentar desvendar-lhe a natureza. Existindo no interior de um plano mais de uma figura, a leitura deve iniciar-se pela que ocupa o centro, seguindo-se a superior esquerda, a superior direita e, eventualmente, a inferior direita e a esquerda[3].

Alargamos alguns pontos e restringimos outros, até por tratarmos um tema específico, usando ferramentas talvez incomuns para a análise heráldica. Propomos uma nova metodologia de trabalho mas a estrutura básica das suas recomendações permanece.

---

[1] Disposição em $\times$, se cinco: 2–1–2.

[2] Refiram-se, entre outros, os que estão em (ALBUQUERQUE; SAMEIRO, 1985-1986, pp. 235–355) das peças 104, 185, 195, 197, 218, 251, 252, 283, 377, 394, 529, 532 e 554, por contraste com as peças 193 e 194 da Real Fábrica do Rato.

[3] Ver (PASTOUREAU, 1986, p. 120).

4.2 Análise

4.2.1 Figuras e Formas

A nomenclatura heráldica chama *móvel* a uma área esmaltada sobre o campo, composta no seu limite e internamente por linhas que imitam um modelo da natureza ou artificial. Móvel porque é "livre de se movimentar", não está *firmado*, não toca os bordos do escudo. Acrescenta chamar *peça* a uma área esmaltada sobre o campo, marginada por linhas puras da geometria, que não se pode distinguir, senão esquematicamente[4]. A evolução desta auxiliar da História levou a que algumas denominações se confundissem. Assim, besantes e escudetes, apesar de reproduzirem em nome e forma os objectos que designam, tornaram-se simples formas geométricas[5]. Os escudetes, aparentados inicialmente com um escudo *em abismo*[6], os besantes, círculos de esmalte metálico[7]; ambos indistinguíveis por si, na qualidade de contornos. Numa aproximação específica os besantes poderiam ser moedas, discos, medalhas, mesmo esferas; os escudetes: escudos, selos, ânforas, etc.

Móveis que devam libertar-se da bidimensionalidade às vezes desenham-se com tracejamentos ou sombreados, a simular profundidade. Essa é uma convenção tardia para os nossos estudos, ausente em leões, castelos, águias, e outras figuras, volumosas por natureza, mas facilmente identificáveis.

Sem inferir quaisquer conclusões, observamos que não são, a rigor, besantes o que se vê, por exemplo, sobre a porta do Mosteiro da Batalha mas semiesferas[8]. Em sentido inverso, as quinas são cavadas na pedra de armas que estava na Porta Nova da cidade do Porto (século XIV)[9]. O mesmo acontecia com a que estava na Casa da Alfândega Velha (século XV) da mesma cidade[10] e na torre do Castelo de Beja[11].

Por a nossa cultura convencionar serem moedas o que se designa como besantes, não deriva a necessidade de uma concepção que se inspirasse naquelas formas[12]. A própria terminologia vem auxiliar-nos. Na cultura inglesa, que talvez melhor tenha conservado os hábitos heráldicos primitivos, chama-se de *pomme* e *pellet*[13] às arruelas de cor verde e negra, elementos de cariz volumétrico, em contraste com a vocação bidimensional de *bezants* e *plates*[14]. Essas designações são mnemónicas, não implicam qualquer obrigatoriedade semântica, mas podem ter confundido os espíritos ao adoptarem-se os usos e nomenclaturas.

A forma dos besantes nas moedas e selos tende a ser mais convexa do que plana, salvo algum desgaste natural. Cunhos e matrizes era fabricados por remoção de material. Seria mais trabalhoso, em especial para vinte e cinco besantes, no mínimo, escavar cilindros em vez de semiesferas. Assim, se não é possível identificar, indesmentivelmente, inspirações geométricas bidimensionais, também não é factível excluí-las . . . nem às tridimensionais.

---

[4] Esclarece Pastoureau referindo-se a móveis e peças: "*L'armoirie est un concept. Elle peut se traduire par un texte [. . .] ou par une image. Dans ce dernier cas il s'agit plus d'une "structure d'image" que d'une image proprement dite. La taille et les proportions des figures, les nuances des couleurs, la nature du graphisme ne comptent pas*", ver (PASTOUREAU, 1986, p. 63).

[5] Antes, moedas bizantinas e pequenos escudos.

[6] Colocado no centro do escudo.

[7] Do mesmo modo que as arruelas, definidas como peças em círculo de esmalte colorido.

[8] Obra do Mestre Boitaca no século XVI (SACADURA; CUNHA, 1999-2000, p. 59).

[9] Actualmente no Museu Soares dos Reis.

[10] Ver (MATOS, 1953).

[11] Ver (LIMA, 1998, p. 34).

[12] Os ingleses, porém, baptizaram de *plates* aos círculos prateados e de *bezants* aos dourados, tendo nomes específicos para as outras cores, contrariamente ao nosso uso.

[13] Respectivamente francês para "maçã" e inglês para "bala" ou "pelouro".

[14] Ver (DICTIONARY OF HERALDRY, 1997, pp. 58–59).

Auxiliados pelos documentos que nos alcançaram, podemos ainda dizer que não há brasões semelhantes e contemporâneos que façam conjecturar a transmissão hereditária estrangeira, salvo na tardia bordadura de castelos. O que mais se lhe assemelha, as armas de Navarra, de facto, na linha genealógica de Afonso Henriques, com elos que poderiam ser deturpados como besantes e raios carbunculares, aparecem mais tarde na documentação[15]. Podemos, com alguma segurança, emitir a opinião de que os escudetes besantados são *armas assumidas*, isto é, inventadas propositadamente para o efeito[16]. Resta a possibilidade dos esmaltes pertencerem a outro contexto[17].

Já o tema dos escudetes exibe cinco unidades rigorosamente iguais, equidistantes, mas de orientação variável e dispostas em cruz. A forma inicial aproxima-se de um $\bigtriangledown$ alongado para baixo, com os lados mais ou menos convexos no exterior, o de cima arqueado, unindo-se entre si por concordância; numa palavra: amendoados. Normalizou-se depois em *escudo peninsular*, de chefe rectangular e ponta em semi-circunferência.

Derivações formais como os escudetes menos alongados da Condessa de Flandres devem atribuir-se a dificuldades de comunicação, execução, interpretação ou cópia, assumindo-se que D. Matilde estivesse bem ao corrente do brasonamento que herdou, caso contrário seria natural alguma incongruência. Os triângulos agudizados de algumas moedas da primeira dinastia seriam, de início, derivados das limitações de execução e ferramental, seguindo-se uma admissível variação estilística chegando a aparecer dois tipos distintos em simultâneo[18]. No último caso, a haver nexo semântico, necessariamente particular, deixaria de haver coerência formal com os restantes.

A noção do confuso relacionamento entre móvel e peça para os besantes, no início desta secção, é retomada para os escudetes. As conclusões são similares, agravadas pelo que foi discutido na sub-secção 2.2.3, à p. 37, sobre a acção conformadora substrato – elemento. Não podemos sugerir, apesar de tudo, que uma peça seja um móvel que não se sabe bem o que poderá vir a ser. As peças também podem ter uma função concreta, até falante, apesar da sua apresentação mais abstracta.

4.2.2 Configuração e Orientação

Nos modelos arcaicos os besantes são mais numerosos, congregam-se em conjuntos equidistantes, imitando o contorno do escudete contentor[19]. Cada grupo acha-se invariavelmente centrado, com distanciamento e margens menos regulares na região externa. Consequências inevitáveis dos empecilhos, por um lado técnicos, agindo sobre os testemunhos metálicos, por outro lado geométricos, ao tentar acompanhar as duas transições entre o flanco e a ponta dos escudetes, por meio do arranjo em quincôncio. É impossível, porém, ajustar este modelo idealizado aos selos, moedas, etc. e os modelos a seguir não são mais do que uma idealização, mais evidente, por exemplo, nos desenhos da *História Genealógica*, do que nas fotografias dos artefactos que se tentava reproduzir[20].

A ideia básica do arranjo quincuncial, seria entronizada definitivamente na simplificação levada a cabo no século XV. Os exemplos que não tentam obedecer a esse esquema aglomerativo podem ser atribuídos à dificuldade em representar um grande número de elementos numa superfí-

[15] Sem desencorajar investigações mais profundas.
[16] Com a generalidade dos investigadores deste assunto.
[17] Ver a sub-secção 4.2.5 à p. 66.
[18] Como sugere Armando de Matos: "É possível que a maior ou menor perícia dos abridores dos cunhos esfragísticos e numismáticos tivessem também sua responsabilidade na evolução da forma dos escudetes", ver (MATOS, 1939, p. 61).
[19] Neste capítulo remetemos à ilustração de Portugal Antigo no Anexo B à p. 205; incorrecta neste pormenor.
[20] Ver (SOUSA, 1946-1955).

cie muito pequena, reduzindo-os e dissimulando, como resultado, qualquer padronização[21].

Na vida prática, tridimensional, os lotes de frutas nas feiras podem ter servido de modelo para as camadas de besantes, desencontradas e não enfileiradas, única possibilidade física de estabilidade, transladada ao desenho do brasão[22]. A intenção configuracional parece clara: tratar os besantes como um todo, sem mesmo adentrarmos as considerações de simetria ou posicionamento.

A orientação, por sua vez, dá preferência à máxima legibilidade. A prática mostra que ler um texto de cabeça para baixo é muito difícil, mas trata-se apenas de uma convenção estabelecida. Para habituar-nos seria necessário reaprender o novo desenho de cada letra, inverter o sentido de leitura da direita para a esquerda e de baixo para cima, folhear o livro de trás para a frente. As figuras, quando imitativas, são mais condescendentes com a "anormalidade" da orientação, sem prejuízo do reconhecimento, conforme o contexto, por isso é mais fácil classificá-las daquele modo. Um leão virado para cima continua a ser um leão, rampante; mais difícil de imaginar seria um lago vertical. As formas abstractas, mesmo nas sociedades mais primitivas, são de um ou outro modo derivadas das concretas, seja por despojamento simbólico, seja por geometrização das técnicas construtivas[23].

Os escudetes, documentados com quatro orientações ortogonais distintas, permitem supor um universo desses sentidos perpendiculares para as cinco posições que lhe são tradicionalmente atribuídas. Um só escudete pode assumir quatro sentidos, do mesmo modo que todos os cinco escudetes, homólogos nas suas posições. Portanto, pelo *princípio fundamental da contagem*, há no total $4 \times 4 \times 4 \times 4 \times 4$, ou seja, excluindo-se o caso espúrio de zero escudetes, $4^5 - 1$ configurações, perfazendo 1023 conjuntos possíveis[24]. A esmagadora maioria dos casos organiza-se por assimetria, nunca considerados historicamente para *Portugal Antigo* e pouco usados noutras situações da armaria em geral[25]. Das mais de mil possibilidades restam apenas três disposições: a actual, a com os escudetes laterais voltados para fora e a com os escudetes laterais voltados para dentro. A causa dessas escolhas é tratada na sub-secção 4.2.8 à p. 71.

Rui de Pina esclarece-nos como se endireitaram os escudetes laterais no reino de D. João II:

> "[...] porque dos sinquo Escudos do meo do Escudo, que fazem cruz, os dous das ilhargas jaziam derribados, com as pontas atraves para a cruz, o que era contra regra direita de armas, e parecia significar alguma grande quebra ou rota recebida contra si em batalha campal, o que nom era: El-Rei outro si por tirar esta sospeita, e achaque mandou assentar todolos escudos inteiros, e com as pontas pera fundo, como devida e naturalmente devem andar [...]"[26].

Ainda que houvesse uma forte razão semântica para a manutenção do *status quo*, a crescente exposição do símbolo nacional à apreciação de estrangeiros, aqui ou no resto da Europa, pode ter sido suficiente para desencadear a mudança. O que mostraria uma incipiente preocupação com a imagem da marca portuguesa[27].

---

[21] Redução até a unidade em algumas moedas de D. Sancho II.

[22] Como afirma Rudolf Arnheim: "[...] *visually as well as physically, balance is the state of distribution in which all action has come to a standstill*", ver (ARNHEIM, 1974, pp. 10–12).

[23] Ver, por exemplo, (BOAS, 1955, pp. 186–202 e 289).

[24] Princípio Fundamental da Contagem: se n eventos ocorrem separadamente de $n_1, n_2, \ldots, n_j$ modos, estes eventos ocorrerão em simultâneo de $n_1 \times n_2 \times \ldots \times n_j$ modos. Ver (LIPSCHUTZ, 1975, p. 175).

[25] Chama-se Portugal Antigo às primeiras representações do tema heráldico português, antes da introdução da bordadura de castelos.

[26] Ver a crónica daquele Rei em (PINA, 1977).

[27] Francisco de Simas comenta a introdução da coroa real aberta: "É no tempo de D. Fernando [...] do consequente convívio internacional que explicará esta e outras inovações nos costumes heráldicos portugueses", ver (AZEVEDO,

A preferência por escudetes deitados para fora aparenta uma raiz sintáctica, para além do eventual e redundante motivo semântico. Permitiriam definir com rectas os lados, de modo similar ao topo. O braço inferior da cruz, até pela impraticabilidade da distribuição, como vimos, poderia destoar nesse pormenor. Há mais exemplos a fugir à simetria: Cruz de Sobrarbe, Cruz de Santiago, Cruz de Avis, etc[28].

As unidades elementares dispuseram-se primeiro numa simetria por reflexão com o eixo a passar pelo centro dos três escudetes verticais[29]. A modificação das armas imposta por D. João II levou à erecção dos escudetes laterais, mantendo a reflexão anterior e acrescentando agora a dos escudetes, num padrão de simetria plana simples de tipo $p1$, com translação bidireccional dos elementos[30]. Vê-se que a disposição inicial era menos simétrica do que a do século XV, embora esta última fosse mais evidente, concluindo-se que a construção poderia ter uma intencionalidade que ultrapassasse ou individualizasse a simples colocação em cruz.

4.2.3 Dimensão e Substrato

O material e o tamanho dos brasões, características estreitamente ligadas, parecem meros pormenores de execução, sem nenhum interesse para os nossos objectivos. Mas poderiam melhorar a compreensão do que devêssemos aceitar, rejeitar ou reinterpretar nos testemunhos e identificar possíveis legados culturais, de difícil explicação construtiva. Citamos Faustino Menéndez-Pidal:

> "[...] *il est très important de considérer les témoignages héraldiques conjointement avec leurs supports matériels. En les séparant, en les traitant comme des abstractions, on déracine ces témoignages, on les détache de la société qui les créa*"[31].

A dimensão absoluta das implementações do escudo português varia entre escassos milímetros nas moedas até perto de dois metros de extensão em edifícios públicos[32]. À medida que o tamanho abandona a escala manipulativa do Homem, aparecem dificuldades inerentes a cada caso. As moedas, feitas em materiais mais nobres, resistentes ao manuseamento, acarretam menores dimensões e maior dureza, embaraçando a transposição da ideia visual por um lado, permitindo a sobrevivência dos testemunhos até aos nossos dias, por outro. Os selos, usualmente de materiais mais frágeis ou deformáveis como a cera, o betume e o chumbo, salvam-se pelo carácter quase único dos diplomas que validam, pelo valor que representavam para os seus possuidores, fossem os proprietários e os enfiteutas de ontem, sejam as instituições e os coleccionadores de hoje.

No sentido contrário observamos que o material por excelência das grandes dimensões é a pedra. Os monumentos líticos estão sujeitos à disponibilidade local da matéria-prima, uma vez que a dificuldade de transporte é um factor capital. Empregada nas construções e destinando-se a mostrar, através dos escudos, a quem estas pertenciam, ficavam ao ar livre, sujeitos às intempéries e a outros poderosos agentes de desgaste ou destruição. A qualidade dos materiais é também muito variável: os efeitos do tempo são diferentes para o granito trasmontano, para o mármore do Alentejo e para a pedra de Ançã beiroa. As lajes tumulares, com frequência, por se acharem no pavimento de igrejas ou em residências que as vicissitudes dos séculos se encarregaram de abandonar, aparecem delidas ou fragmentadas.

1980).

[28] Ver (BANDEIRA, 1985, pp. 254–259).

[29] Descartámos sempre as simetrias de rotação completa por serem comuns a qualquer figura.

[30] Em conformidade com a notação cristalográfica simplificada. Sobre a abordagem matemática das simetrias consultar (DURBIN, 1992, pp. 49–52,196–200).

[31] Ver (NAVASCUÉS, 1997, p. 267).

[32] Um dos maiores encima a porta de entrada do Forte de Itamaracá no Brasil.

Pudemos observar algumas precedências nos planos de corte dos canteiros. Desde o singelo exemplar na Muralha de Estremoz, com dois planos, o baixo-relevo com besantes e legenda na bordadura, ver a Figura 4.1[33]; a outros planos de corte menos simples. Primeiro: castelos e besantes, segundo: bordadura, terceiro: envoltório e escudetes, quarto: campo. A complexidade poderá aumentar; primeiro: besantes, segundo: escudetes, terceiro: campo, quarto: castelos, quinto: bordadura[34]. A bordadura e o campo podem estar no mesmo plano, numa mistura de técnicas, diferenciando-se pela cor[35], ou marcando só o contorno dos besantes[36]. Estes planos são meramente de execução mas podem associar-se aos de brasonamento, vistos na sub-secção 4.2.4 à p. 65.

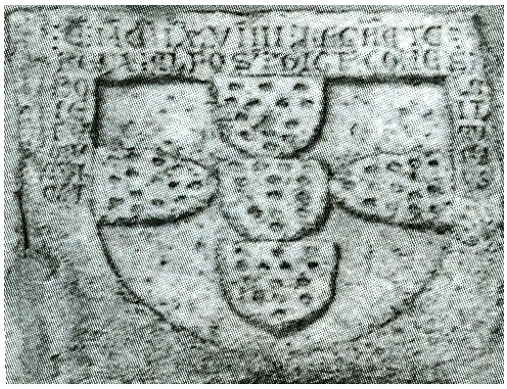


Figura 4.1: Pedra de armas de Portugal (1262)

Numa escala mais humana acham-se as pinturas interiores, as madeiras entalhadas e os mais fiéis testemunhos heráldicos: o papel e a tinta, descritivos ou representativos. Não é senão no fim do século XV que temos notícia de um armorial português[37]; as referências a Portugal no estrangeiro muitas vezes não são mais do que uma desinformada e delirante especulação[38]. Objectos com função acessória ornamental como jóias, vestimentas e utensílios portugueses dos séculos XII e XIII, não sobreviveram, excepto o pingente referido na secção 2.2.5 à p. 40. Estando as dimensões dependentes apenas de aspectos funcionais e sujeitas a grande variação, será impossível fazer quaisquer extensões semânticas independentes.

A avaliação, mesmo inconsciente, da dimensão relativa entre besantes e escudetes pode ter desempenhado um papel importante na reinterpretação dos significados. De facto uns e outros aparentam ser dimensionalmente conciliáveis. Trata-se de uma compatibilidade pictórica e não objectiva[39]. Procura-se saber, não se os objectos, escudo e moedas, possuíam a mesma proporção geométrica que tinham na vida medieval, mas se o desenho seria credível com aquelas proporções naquele período. É muito difícil substituirmo-nos a uma tal apreciação, mas beneficia a nossa asserção constatar que a *Lenda de Ourique* e as suas trinta moedas não parecem ter gerado, então, polémica de monta.

Lembramos que os mesmos objectos, na aparência ao menos, escudo e escudetes, vão representados com proporções diferentes. Os escudetes não passam de uma designação heráldica diminutiva, para distingui-los do escudo maior que os envolve, sem outra diferença formal que o tamanho de uns e de outros, apesar de o tempo se ter encarregado de especular abundantemente

[33] Adaptada de (BARROCA, 2000, Vol. III, Est. CVII, p. 406).
[34] Como a pedra de armas da antiga cadeia de Évora.
[35] Portal Sul do Mosteiro da Batalha.
[36] Túmulo de D. Pedro I no Mosteiro de Alcobaça.
[37] Livro Antigo dos Reis d'Armas, desaparecido, com outros no terramoto de 1755 (FREIRE, 1973, Vol. I, pp. 7–9).
[38] Ver (ADAM-EVEN; SÃO PAYO, 1960, pp. 46–61).
[39] Parece-nos, no caso objectivo, que as moedas seriam demasiado grandes.

com os segundos. No caso específico português introduz-se mais um obstáculo[40]. A qual dos escudos devemos dar a primazia, ponderado o padrão escalar? Sendo uma estilização do objecto escudo, a preferência deveria ir para os escudetes porque o escudo externo nada mais é do que uma convenção, com escassíssimo sentido identificador[41].

4.2.4 Planos

Trata-se de um conceito heráldico que pode ser estendido às épocas mais recuadas, se bem que a singeleza das armas mais antigas não o possa sempre mostrar. Não é evidente de imediato porque o escudo é bidimensional. Essa perspectiva permite acrescentar hierarquias de camadas, descritas apropriadamente pelos usos da Heráldica como nota Pastoureau:

> "[...] *les hommes du Moyen Âge lisaient et décrivaient les images d'une façon très différente de la nôtre (lecture en commençant par le fond de l'image et en travaillant plan par plan pour se rapprocher du plan le plus proche de l'oeil du spectateur; les armoiries, comme toutes les images médiévales, sont structurées en épaisseur)*"[42].

Para Portugal retomamos a leitura tradicional do brasonamento: "[...] de prata, cinco escudetes de azul em cruz, os dos flancos apontados ao do centro, e cada um carregado de onze besantes do campo, 3, 2, 3, 2 e 1" que a *Armaria Portuguesa* dá para os reis de Portugal desde 1185 a 1260[43]. A primeira camada, como sempre, é o campo do escudo, preenchido pela cor prateada, a segunda são os escudetes, a terceira os besantes e a quarta o arranjo em cruz.

Já que o primeiro dos planos é comum a qualquer situação, começamos por constatar a precedência dos escudetes face aos besantes. Essa hierarquia visual não implica maior importância significativa, podem estar integradas ambas as figuras numa mesma unidade semântica. Por exemplo, algumas interpretações dão-nos como sacos de moedas, referindo dois elementos distintos mas complementares. Tratando-se de elementos com significado independente, caso da interpretação tradicional, armas defensivas e moedas, não será possível juntá-los semanticamente, o que pode sugerir temas paralelos ou algum tipo de precedência: temporal, vassálica, social, etc.

Estarão os besantes sobre os escudetes ou dentro deles? A tendência mais conservadora diz que estão à frente, favorecendo a divisão em dois planos, desintegrando possíveis interdependências. Sendo interiores coloca-se a questão de saber se na Idade Média já seria possível e perceptível um desenho em corte, mostrando os conteúdos ocultos à visão por invólucros e revestimentos. A resposta é afirmativa: é possível mostrar não uma, mas duas dessas representações numa iluminura do *Apocalipse do Lorvão* em que nos deparamos com um lagar provido de tinas de prensagem e de pisa ambas "seccionadas" para mostrar as uvas e o bagaço, ver a Figura 4.2 à p. 66[44].

A descrição textual do brasão português, fazendo anteceder a cruz aos besantes, é enganosa. Na verdade, ao mencionarem-se os escudetes torna-se imperativo também referir a cruz, porque está composta daquelas figuras. Pospô-las resultaria numa repetição desnecessária, oposta aos hábitos simplificadores do brasonamento. É contudo possível supor que a cruz preceda os escudetes na hierarquia, a acreditar numa dissonância semântica, porque estes são os seus elementos construtivos e o todo, aqui, não poderia preceder a parte. A dúvida de existir uma cruz simples, precursora, não é considerada nesta análise dos planos, individual para cada representação; apenas se

[40] Lembramos os conflitos móvel – peça, substrato – elemento.

[41] Ressalvados os escudos em losango ou lisonjas, em princípio atribuídos às senhoras.

[42] Ver (PASTOUREAU, 1997, p. 16).

[43] Ver (FREIRE, 1989, pp. 407 e 627).

[44] Original na T.T., Ordem de Cister, Mº de Lorvão, Liv. 44, f. 172 v., adaptada de (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2009).

Figura 4.2: Pormenor de lagar medieval no *Apocalipse do Lorvão*

pode cotejar a evolução histórica dos dois. Note-se, ademais, que existindo consonância semântica escudete – besantes, resultaria ainda mais provável a cruz como primeiro plano da imagem.

Também a execução artesanal dos brasões, em particular sobre a pedra, considera os planos construtivos, opostamente às matrizes e cunhos metálicos, porque na primeira retira-se material do bloco para obter o resultado em positivo. Os planos são trabalhados de cima para baixo, desbastando-se a pedra após o alisamento de uma grande superfície que definirá as figuras mais salientes. Ver a sub-secção 4.2.3 à p. 63.

4.2.5 Cor

Os cromatismos em heráldica não permitem outras variações além dos esmaltes. Foram-se consagrando como merecedoras de designação própria e aceitação alargada as cores: vermelho, azul, *sinople* ou verde[45], *sable* ou negro, acrescendo-se os metais: *or*, dourado ou amarelo, e *argent*, prateado ou branco. O conceito é alargado para as peles: arminhos e veiros, no sentido de preencherem uma área definida do escudo. Usaram-se às vezes outras cores como: púrpura, carnação[46], o laranja, etc[47]. Os móveis representados na sua coloração natural dizem-se "na sua cor".

Destes, apenas o azul e o branco estão presentes no núcleo do escudo investigado. A mancha maior do campo em branco, os escudetes em azul, os besantes, dentro destes, em branco. O *argent* externo aos carregamentos ajuda a desanuviar o complexo arranjo interior. Sendo escudo e escudetes formalmente equivalentes, mesmo se representem identidades diferentes, poderíamos perguntar por quê não têm ambos os mesmos esmaltes. A composição impede-o, de facto, porque os primeiros circunscrevem os segundos. Do contrário iria contra uma das regras fundamentais do brasonamento e de qualquer bom senso visual: sempre o metal sobre a cor e a cor sobre o metal[48]. Diga-se a respeito dos esmaltes metálicos que não representam apenas materiais metálicos; são feixes de trigo (Chester), o Sol (Sonnenberg), garras e bico (Arnsberg) para os amarelos naturais; estrelas (Oxford), pedras (Thierstein) e arminhos (Bretanha), para os brancos.

[45] Sinople: inicialmente designação do vermelho e depois do verde.

[46] Cor da pele humana.

[47] Citamos Pastoureau: "*Cette double structure binaire blanc/rouge et blanc/noir n'était du reste que l'expression "colorée"de structures plus conceptuelles : pâle/brillant, clair/sombre, voire froid/chaud.* [...] *D'où la possibilité d'assimiler le jaune au blanc, et le vert ou le bleu au noir.* [...] *un règle d'emploi très stricte des couleurs. Celles-ci sont au nombre de six et sont réparties en deux groupes: d'un côté le blanc et le jaune, de l'autre le rouge, le noir, le bleu et le vert*", ver (PASTOUREAU, 1986, p. 19).

[48] Excepções as essa regra, os escudos de Jerusalém e da Santa Sé, no que aparenta ser uma licença heráldica baseada na relevância espiritual.

O azul de cada escudete quase obriga ao branco dos besantes, por identificação com a cor do campo. Isso não quer dizer que estes não tivessem uma cor ou metal próprio e que o campo, por oposição, derive do esmalte dos besantes. Supondo que as nossas cores tivessem intencionalidades autónomas do perímetro interno, poderiam existir apenas duas possibilidades, obedecendo-se às regras: campo branco, escudetes azuis e besantes brancos; campo azul, escudetes brancos e besantes azuis. Num escudo de tipo envolvente o campo cinge um conjunto de móveis interiores, como acontece para Castela, Leão ou Inglaterra. O campo do escudo português depende ou faz depender os seus esmaltes das componentes centrais. Escudo e campo são noções associadas mas vácuas de forma, não se lhes podendo dar mais sentido além das cores ou metais.

O *or* e o *argent* são esmaltes convenientes para o campo. Pela própria nobreza dos materiais metálicos, conferida por extensão aos portadores, e pelo contraste que o dourado e o prateado cedem às cores do interior[49]. Nem sempre isso bastava, atendendo às circunstâncias do conteúdo interno. Tratando-se de criação nova e deliberada, poderia ser feito um terceiro posicionamento dos esmaltes. Para que isso acontecesse seria necessário à parte intermédia que fosse metálica, forçando à coloração do campo. Neste ponto, podemos ter a impressão de que o racionalismo moderno deixaria escapar o omnipresente determinismo medieval. Contudo, o que é hoje obscuro, poderia então explicar-se. Cores preferidas por ancestralidades, casamentos, vassalagens, regionalismos, complementaridades e sentido estético. As mesmas considerações aplicam-se de baixo para cima nos planos do escudo.

Outra questão associada à cor é a disposição. Não seria mais fácil, a quem imaginou os escudetes em cruz, defini-la, em vez disso, como pala e faixa azuis sobre fundo branco? Alguns pretendem que o escudo inicial assim fosse, desprovido de escudetes e besantes. Seria possível destruir um símbolo de maior precedência, hipoteticamente a cruz, para dar lugar aos escudetes, que poderiam muito bem estar embebidos numa cruz completa, se fossem brancos como o escudo, o que até calharia bem? A modificação aludida transpõe, para mais, o azul da cruz para os escudetes, dando a entender uma dissociação entre a cor e esses dois carregamentos, porque serviria a ambos sem distinção. Teria sentido apenas se a cor dispusesse de algum significado próprio mas não se as figurações fossem complementares.

Dada a época em que se conceberam, apenas a varonia do nosso primeiro rei poderia explicar a conservação de uma tal legado através da proto-heráldica. Estamos de acordo com a admissibilidade da hipótese mas não com as consequências, como vimos na sub-secção 2.2.5 à p. 40. Numa composição, o que é acrescentado ajusta-se ao que já existe. Mesmo não se aceitando a existência de uma cruz afonsina ou henriquina, é inegável como intenção na escolha da disposição cruzada, implicando um surgimento simultâneo, ou ainda melhor, anterior aos escudetes.

Os besantes não herdaram a cor natural das moedas bizantinas que os nomeiam[50]. Mais ainda, a primeira moeda de prata não aparece senão com o tornês de D. Dinis, enquanto que D. Sancho I já cunhava morabitinos em ouro[51]. O bolhão, uma liga cobre-prata, usou-se nos dinheiros dos nossos primeiros reis, resultando numa cor entre o vermelho e o amarelo. Caso os besantes fizessem referência aos mouros, estes dispunham de farta numária no metal mais precioso, factor até apontado como causa do retardamento na amoedação nacional. Metáforas para riqueza, tributos ou resgates, estariam de igual modo melhor interpretados por moedas em ouro do que em prata.

[49] Acrescente-se por vezes o negro dentre os ametálicos, em infracção às regras.
[50] O vocabulário heráldico português, certamente por influência desses besantes, designa-os em *or* ou *argent*.
[51] Ver (VAZ, 1973, p. 41).

4.2.6 Posição

Os armoriais iluminados são os mais antigos brasonamentos sob a forma pictórico-cromática a usar neste trabalho. Ao apreciarmos o seu conteúdo uma coisa salta à vista. Nos brasões em que há um tema móvel ou peças assimiladas a móveis, invariavelmente, estes posicionam-se ao centro do(s) campo(s). Nada a estranhar, a visão humana reconheceria de imediato o desequilíbrio formal[52]. O próprio escudo é simétrico na vertical e seria de prever que os *carregamentos*[53] e *divisões*[54], privilegiassem o *abismo* do escudo[55]. Este centro, ou *coração* é, para além do mais, consagrado pelas normativas da heráldica como o mais importante e honroso, desde que não existam divisões. Se bem que no século XII os conceitos começassem apenas a existir nesse sentido restrito, são comuns às civilizações, pelo que têm o entendimento geral.

Não há no escudo português quaisquer divisões. Haverá portanto uma hierarquia no plano do escudo, dependente do centro e das combinações entre a centralidade geral e as particulares. O posicionamento de cada uma das partes indica no primeiro caso uma centralidade dos besantes, envolvidos por um escudete, por sua vez cercados por outros quatro elementos iguais ao do coração, abarcados ainda pelo escudo. Hierarquizam-se por ordem decrescente de dentro para fora. O que circunda dá destaque, protege, faz ressaltar. Não será fortuito o uso frequente de cinco elementos em vez de quatro na disposição em cruz: é necessário preencher o centro[56].

Assim sendo, alguns besantes encontram-se primariamente no centro do escudo e de um escudete particular e secundariamente no centro de outros quatro escudetes. Um dos escudetes também está centralizado em relação ao escudo, dispondo de uma ordem hierárquica inferior por comparação ao núcleo besantado. Se quisermos considerar por hipótese o discutível carbúnculo, mesmo esse enaltece o abismo e eleva a hierarquia das peças mencionadas por dispor de nove delas, pelo menos.

4.2.7 Número

No que se refere aos besantes, estes multiplicam-se nas quantidades, mantendo-as, salvo situações anómalas, em todos os escudetes acompanhantes. Anselmo Braancamp menciona cinco besantes (D. Dinis), dez (D. Dinis), onze (D. Sancho I), quinze (D. Pedro I) e dezasseis (D. Afonso III)[57], mas é possível acrescentar outros com um, dois, três e quatro besantes nos escudetes, todos testemunhados em moedas[58], seis (selo de D. Afonso III) ou nenhuns. Destes últimos rejeitamos apenas os de seis e o vazio de besantes, suspeito de existir em selos, obedecendo ao critério de fiabilidade das fontes. Existirão outras quantidades, em particular nos monumentos arquitectónicos, que nos eximimos de considerar, em virtude de uma inconstância muito própria: frequentemente têm quantidades distintas num mesmo escudo, fruto da incultura heráldica e ausência de supervisão régia, imaginamos. Armando de Matos resume os desacordos:

> "Desta diversidade do número de besantes, nada se pode concluir, senão uma coisa, e que é a sua dependência do espaço que havia a utilizar. Nos selos que eram maiores aparecem mais; nas moedas, por mais pequenas, em menor quantidade"[59].

[52] Ver (ARNHEIM, 1974, pp. 10–12).
[53] Carregamento: peças ou móveis colocadas sobre o campo.
[54] Divisão: dois ou mais campos separados no escudo.
[55] Abismo: ponto central do escudo.
[56] Ver (BANDEIRA, 1985, p. 88, Cruz-em).
[57] Ver (FREIRE, 1989, pp. 407–408).
[58] Ver (VAZ, 1973, pp. 21–39).
[59] Ver (MATOS, 1939, p. 68).

Dos primeiros exemplos que deveriam merecer-nos alguma atenção, acha-se mais uma vez o selo de D. Matilde, com outro desvio da normalidade coeva, cinco besantes, que atribuímos às mesmas causas das impropriedades anteriores, radicadas na distância que separava a condessa do reino português. Deve-se ter entendido o número como um semeado mínimo, adaptando-o à construção da matriz.

Outro selo atribuído a D. Afonso Henriques num documento de 1133[60], contendo inúmeros besantes, é dado como duvidoso por Frei Joaquim Viterbo e por João Pedro Ribeiro enquanto autores mais modernos, como o Conde de Tovar[61] e o Marquês de Abrantes[62], acham-no válido[63].

A argumentação do Marquês de Abrantes, dizendo que há referências posteriores à existência de um selo daquele rei, não dá qualquer informação sobre a sua natureza nem, a subsistirem selos soltos dos diplomas, poderão estar associados necessariamente ao primeiro dos Afonsos[64]. Temos também algumas dúvidas, quando diz que "existiram vários exemplares iguais", se esse "iguais" aludirá ao semeado de besantes e, em associação, se a "existência" diz respeito a D. Afonso Henriques[65].

Note-se que os besantes desse selo, a fiar na gravura da *História Genealógica* têm a mesma dimensão dos pontos que limitam a legenda. Simplificação ditada pelos meios construtivos? Contribuiria pouco para quaisquer interpretações, em todo o caso. Adição posterior por apagamento da cera abetumada? Talvez não, se existem outros semelhantes. Ou eram "lisos" os escudetes naquela altura e estes "besantes" nada mais seriam do que um relevo ou textura? Haveria algum significado que se alterou ou desenvolveu na génese?

O grande desvio qualitativo e quantitativo do semeado de 1133 em relação aos que aparecem depois com regularidade, a legenda inabitual e o interregno de mais de cinquenta anos entre aquele selo e os que lhe estariam seguramente mais próximos, tornam impraticável a sua aceitação, apesar da qualidade dos críticos favoráveis.

Recorremos ainda ao Padre Avelino da Costa que afirma: "*À présent, il n'existe aucun sceau authentique d'Alphonse 1.er, mais l'usage du sceau pendant est bien prouvé par des témoins contemporains et, sur un original de mai 1157, on trouve encore l'attache de ce sceau-là, expressément mentionné dans le texte* [...]"[66]. Estamos seguros, portanto, que D. Afonso Henriques usou um selo, pelo menos desde 1157. A natureza desse selo ou selos é que ainda parece ser duvidosa.

Observando-se agora as quantidades resultantes da soma de todos os escudetes não conseguimos vislumbrar quaisquer coerências numéricas, dentro dos limites da razoabilidade. Mesmo se fosse possível acrescentar outro escudete, como se tem feito para perfazer o total das moedas de Judas Iscariotes, deduz-se que nesse caso os besantes seriam de facto trinta, mas os escudetes, por força, passariam a seis. Implicaria uma sobreposição, desfazendo-se o encontro das hastes da cruz, que assim deixaria de o ser, verdadeiramente, no plano heráldico. Nenhuma das outras composições totalizaria os trinta besantes ao utilizar-se esse procedimento em exclusivo. Seria necessário mudar de critério a cada cálculo, o que é muito difícil de admitir.

---

[60] "[...] doação feita ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra do Couto de Quiayos, Lavaos, e Eymede, [...] feita no mez de Junho da Era 1171, que he anno de Christo de 1133", ver (SOUSA, 1946-1955, Tomo IV, p. 19 e Est. I).

[61] Ver (TOVAR, 1937, p. 571).

[62] Luiz Gonzaga de Lencastre e Távora.

[63] O Padre Avelino da Costa diz em nota: "*Ou ce document est mal daté ou le sceau a été apposé plus tard, parce qu'en 1133 Alphonse Henriques n'usait pas encore le tître de roi*", ver (COSTA, 1992, p. 164).

[64] Algo contraditória é a sua informação de que "Os selos heráldicos que se conhecem do nosso primeiro soberano – tanto aqueles por nós inventariados como outro, descoberto por Rui de Azevedo – já são posteriormente (*sic*) a 1180".

[65] Ver para este parágrafo (TÁVORA, 1982-1983, pp. 56–57).

[66] Ver (COSTA, 1992, p. 163).

Exemplificamos a obtenção de trinta besantes a partir de parcelas iguais de besantes para um total de cinco escudetes:

- De cinco: somar, no escudete central duas vezes;
- De seis: somar, simplesmente;
- De dez: somar, no escudete central duas vezes e dividir por dois[67];
- De onze: somar os besantes aos escudetes e dividir por dois;
- De quinze: somar nos escudetes periféricos e dividir por dois;
- De dezasseis: somar os ternos dos escudetes periféricos e dividir por dois[68].

Será sempre possível encontrar estratégias, diferentes em cada caso, mais ou menos complicadas, de modo a totalizar um número que nos seja conveniente. Quantos mais factores primos existirem, menor a complexidade dos critérios, o que beneficia sobremaneira o número trinta, divisível por dois, três e cinco. Menos fácil será encontrar uma combinação coerente, quando exista; existindo que seja consistente caso a caso e, por último, que haja um conteúdo que se lhe possa atribuir fundadamente.

Constata-se mais uma vez que as quantidades usadas de início não tinham a intenção de reforçar o besante singular, mas o seu conjunto. A escolha de várias quantidades, mantendo-se a mesma estrutura de construção aglomerativa e plural, indicam que os besantes devem representar algo como um todo, sem desprezar o que possam ser individualmente. As declinações históricas enfraquecem ou a coerência do número ou a transmissão do significado, não a ideia central.

Aceitando-se os dados da Tabela 4.1, coligidos na *Evolução Histórica das Armas Nacionais Portuguesas* observamos a aderência ao número de onze besantes nos selos dos primeiros reis portugueses[69].

Tabela 4.1: Número de besantes nos selos reais

Soberano	Nº de Besantes	Período
D. Afonso I	–	1180 ⇓
D. Sancho I	11	1185 ⇓
D. Afonso II	11	1211 ⇓
D. Sancho II	11	1223 ⇓
D. Afonso III	11, 16	1248 ⇓
D. Dinis	10	1279 ⇓
D. Afonso IV	10, 11	1325 ⇓
D. Pedro I	10, 15	1357 ⇓
D. Fernando I	5	1367 ⇓
D. João I	5, 10	1383 ⇓

Regressando aos escudetes e assumindo-se que estes e o escudo representem um só conceito, os primeiros, evidentemente, estarão em número superior. A maior superfície do escudo,

[67] Este "dois" poderia referir-se, por exemplo, às hastes.

[68] Referimo-nos a três besantes postos em linha e não à acepção em uso na heráldica.

[69] Dados adaptados de (MATOS, 1939, p. 69). Quanto aos selos de D. Afonso Henriques e de D. Matilde ver crítica às pp. 33 e 69.

descontando-se a sobreposição dos escudetes, é menos eloquente do que a proporção de um para cinco nas quantidades. Por outro lado o escudo não é uma escolha deliberada, tratando-se de uma imposição das regras de armaria, enquanto que os escudetes aparecem por decisão consciente. Resta-nos concluir que, se escudetes e escudo tentam reproduzir a mesma noção, esta será representada nos escudetes, nomeadamente no que se refere às cores.

4.2.8 Disposição

As disposições interiores no escudo de Portugal podem ser associados ao conceito matemático das *partições*, que procuram estudar as partes inteiras em que um número, também inteiro, pode ser dividido[70]. Assim a distribuição dos besantes conhecida modernamente, *2–1–2* [71], é apenas uma das partições do número cinco; existindo ao todo sete[72].

Verifica-se que para os nossos propósitos importa a ordem em que a partição é feita[73]. Um desenho com cinco besantes *2–1–2* é diferente de outros com arranjos *2–2–1* ou *1–2–2* . Estende-se assim o conceito de partição à chamada *composição*. Com cinco besantes são possíveis dezasseis dessas composições[74].

Esta é a situação mais simples, ignoraremos as quantidades inferiores a cinco besantes nos escudetes, que julgámos pouco representativas. O caso mais complexo, dezasseis besantes, chega a ultrapassar as trinta mil composições. Vejamos a seguir como estabelecer a lógica desses cálculos.

Na verdade, cada uma das linhas de besantes pode ser escrita como uma soma de unidades. Por exemplo, a referida disposição em três linhas, *2–1–2* , passaria à forma *1 + 1–1–1 + 1*, ao estudar-se a quantidade de composições possíveis para cinco elementos, Figura 4.3 *infra*[75].

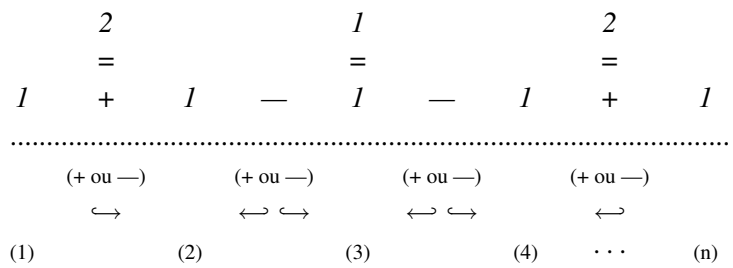


Figura 4.3: Composição em elementos inteiros

O mesmo valerá para qualquer número n de besantes e linhas de besantes possíveis; podem sempre ser construídos dessa maneira[76]. Fazemos simplesmente variar a colocação dos "+" e "–" entre os "*1* ", até se esgotarem todas as possibilidades de combinação. Ao terminar, atingimos o número total de composições realizáveis. Notamos a partir daí que existem $n - 1$ lugares para colocar os "–" ou "+" que estão a separar cada uma das n unidades. Logo, fazemos uma permutação com repetição dos dois símbolos em $n - 1$ lugares disponíveis, obtendo um total de 2^{n-1} composições. De facto há, para $n = 5$, $2^4 = 16$ e para $n = 16$ há $2^{15} = 32768$ composições.

[70] Ver (NIVEN; ZUCKERMAN; MONTGOMERY, 1991, pp. 446 e ss.).

[71] Notação usada no brasonamento.

[72] A saber: *1 + 1 + 1 + 1 + 1*, *2 + 1 + 1 + 1*, *2 + 2 + 1*, *3 + 2*, *3 + 1 + 1*, *4 + 1* e *5*.

[73] E para qualquer análise deste tipo.

[74] Que são: *1 + 1 + 1 + 1 + 1*, *1 + 1 + 2 + 1*, *1 + 1 + 1 + 2*, *2 + 2 + 1*, *2 + 1 + 2*, *1 + 2 + 2*, *3 + 2*, *2 + 3*, *3 + 1 + 1*, *1 + 3 + 1*, *1 + 1 + 3*, *4 + 1*, *1 + 4* e *5*.

[75] Lembramos que enquanto o símbolo "+" denota soma, o símbolo "–" denota separação e não subtracção.

[76] As linhas de besantes estão separadas por "–".

Por outro lado, ao tentarmos restringir as ocorrências, verificámos que essas composições ordenadas conhecidas da História, se apreciadas no seu conjunto, procuram acompanhar a cercadura dos escudetes, preenchendo os espaços da melhor maneira possível, num conceito incipiente de semeado, com as seguintes características gerais:

- Dois ou mais besantes a definir a horizontalidade superior;
- Dois ou mais besantes nos lados a definir as verticalidades laterais;
- Um decréscimo vertical de besantes a definir a convexidade inferior;
- A cada besante corresponde um espaço na fileira inferior e vice-versa.

Podemos ainda observar que a arrumação das filas de besantes obedece tendencialmente a mais alguns critérios enumerados a seguir:

- A fila superior apresenta a parte de maior valor;
  (e.g. *3 – 2 – 3 – 2 – 1*);
- A fila inferior apresenta a parte de menor valor;
  (e.g. *3 – 2 – 3 – 2 – 1*);
- As filas adjacentes são consecutivas;
  (e.g. *3 – 2 – 3 – 2 – 3 – 2*);
- As filas seguem a ordem decrescente-crescente até à penúltima parte;
  (e.g. *3 – 2 – 3 – 2 – 1*);
- Há no máximo três filas diferentes;
  (e.g. *3 – 2 – 3 – 2 – 1*);
- Há no máximo seis filas, repetidas ou não;
  (e.g. *3 – 2 – 3 – 2 – 3 – 2*);
- Há no mínimo quatro filas, repetidas ou não;
  (e.g. *2 – 1 – 2 – 1*);
- O número de filas aumenta em função do número de besantes.

Ao seguir estes critérios tentámos construir composições com *3, 2, 1* e *2, 1* elementos respectivamente, repetidos ou não, indicando ainda a (altura $\times$ largura) em besantes, nos casos possíveis:

- Dezasseis besantes: impossível, impossível;
- Quinze besantes: *3–2–3–2–3–2* (5×4), impossível;
- Catorze besantes: impossível, impossível;
- Treze besantes: impossível, impossível;
- Doze besantes: impossível, impossível;
- Onze besantes: *3–2–3–2–1* (4×4), impossível;
- Dez besantes: *3–2–3–2* (3×4), impossível;
- Nove besantes: impossível, *2–1–2–1–2–1* (5×2);
- Oito besantes: impossível, impossível;
- Sete besantes: impossível, impossível;

- Seis besantes: *3–2–1* (2×4), *2–1–2–1* (3×2);
- Cinco besantes: impossível, impossível.

Conclui-se que as quantidades de besantes não utilizadas, segundo os testemunhos mais credíveis: catorze, treze, doze, oito e sete, não obedeceriam aos critérios apontados, coerentemente. Outros possíveis mas também desaproveitados, como *2–1–2–1–2–1* ou *3–2–1* ostentam um grande desequilíbrio de proporções em relação aos escudetes, o primeiro no sentido vertical e o segundo no sentido horizontal.

Para dezasseis besantes, que aparecem como *3–3–3–3–3–1* no reinado de D. Afonso II e D. Afonso III, a única hipótese é enfileirá-los ao alto, conduzindo à desagregação do aglomerado pelos dois espaços verticais assim criados. A composição *3–2–1* forma um triângulo, perdendo-se a noção de paralelismo com os lados do escudete, enquanto que a composição *3–2* é inferior ao mínimo estabelecido e configuraria um trapézio. O limite superior é determinado pela dificuldade técnica. Daí deriva também o máximo de seis fileiras e três colunas, atendendo às proporções dos primeiros escudetes de forma alongada.

Por fim, a composição *2–1–2*, que veio a fixar o número de besantes, pertencerá a uma outra categoria. Prejudica-se a concordância que acompanha a ponta do escudo mas a adopção do escudo peninsular, menos alongado, tornou-a menos evidente porque o espaço vazio debaixo dos besantes diminuiu. Mantêm-se, com menos força, as definições lineares, aqui em benefício das diagonais[77]. A quantidade é tão pequena e a organização geométrica tão forte que não é possível juntá-los numa ideia única, de preenchimento, afastando assim o conceito inicial[78]. Remetem à representação externa dos cinco escudetes, por rotação de quarenta e cinco graus, também eles dentro de um escudo. Consegue-se em contrapartida um desenho mais simples e equilibrado, facilitando-se a reprodução e desanuviando de algum modo a excessiva complexidade visual.

Para os escudetes, dispostos sempre em cruz, herança ou não das anteriores, retém-se a disposição *1–3–1*, dentre todas a mais permanente das que se estudaram, descontadas as anomalias testemunhais comuns a todas. A presença de um escudete central é quase obrigatória, já que a cruz é um encontro de duas partes e ali está a sua essência construtiva. É a partir desse ponto do abismo que se definem as orientações, esteja ele ocupado por um escudete, um lis, um leão ou qualquer outra figura assimétrica. Dispondo-se de quatro braços iguais, o número de componentes será forçosamente o mesmo em todos eles.

Por haver um único elemento central, o total de escudetes de cada uma das duas hastes será sempre ímpar[79]. Escolher uma orientação lateral para o escudete do coração acarretará uma inevitável assimetria:

$$\leftarrow\leftarrow\leftarrow,\ \leftarrow\leftarrow\rightarrow,\ \rightarrow\leftarrow\rightarrow,\ \leftarrow\rightarrow\leftarrow,\ \leftarrow\rightarrow\rightarrow,\ \rightarrow\rightarrow\rightarrow$$

Cada elemento deverá, portanto, estar direito ou invertido, restando oito configurações obedientes ao equilíbrio desejável numa cruz heráldica:

$$\uparrow\uparrow\uparrow,\ \downarrow\downarrow\downarrow,\ \downarrow\uparrow\downarrow,\ \uparrow\downarrow\uparrow,\ \leftarrow\downarrow\rightarrow,\ \rightarrow\downarrow\leftarrow,\ \leftarrow\uparrow\rightarrow,\ \rightarrow\uparrow\leftarrow$$

[77] Que contam com três besantes contra dois de cada lado, paralelos aos escudetes.
[78] Identificamos de relance o número cinco.
[79] Cada haste formada pelo alinhamento de dois braços.

Na haste vertical deduz-se o mesmo: estando deitado o escudete do abismo impede-se a simetria, restando oito opções semelhantes às já ilustradas. Ao juntarmos essas dezasseis propostas vemos que não se podem combinar todas em harmonia, apenas restando oito, como se poderá constatar na Figura 4.4.

Excluímos dessas considerações os escudetes voltados para baixo porque são invulgares: aparecem em moedas ou através de ilustradores estrangeiros, provavelmente a partir de descrições textuais. Sabemos, além disso, que a inversão do escudo julga-se desonrosa, segundo a heráldica, mas este é um argumento menos forte porque ainda ignoramos tratarem-se ou não de escudetes no sentido restrito ou se tais regras estariam em uso na época analisada. Restam as três orientações já referidas na sub-secção 4.2.2 à p. 61.

$$\begin{array}{ccccccccccccc}
 & \uparrow & & & \downarrow & & & \uparrow & & & \downarrow & \\
\uparrow & \uparrow & \uparrow & \downarrow & \downarrow & \downarrow & \downarrow & \uparrow & \downarrow & \uparrow & \downarrow & \uparrow \\
 & \uparrow & & & \downarrow & & & \uparrow & & & \downarrow &
\end{array}$$

$$\begin{array}{ccccccccccccc}
 & \uparrow & & & \downarrow & & & \uparrow & & & \downarrow & \\
\leftarrow & \uparrow & \rightarrow & \leftarrow & \downarrow & \rightarrow & \rightarrow & \uparrow & \leftarrow & \rightarrow & \downarrow & \leftarrow \\
 & \uparrow & & & \downarrow & & & \uparrow & & & \downarrow &
\end{array}$$

Figura 4.4: Disposições simétricas de escudetes 1–3–1

4.3 Conclusões Preliminares

Devemos resumir o que foi sendo estruturado neste capítulo, segundo o nosso melhor julgamento. Algumas das propostas discutidas não são enunciadas e devem aguardar a análise semântica para melhor parecer.

- Consideram-se os besantes como a figuração mais representativa, devendo por isso desempenhar um papel importante, dentro da lógica heráldica possível no tempo de D. Afonso Henriques.
- Os besantes constroem-se em camadas horizontais mas agrupam-se e destacam-se sintacticamente como um todo coerente. O significado deverá fazer alusão a esse conjunto e não às partes. A decidir por uma quantidade será preferível adoptar a onzena original.
- Os escudetes, apesar de menos representativos quando isolados, suportam a disposição em cruz com grande expressão construtiva, talvez transmitida por outra, que a tenha antecedido.
- Os escudetes laterais deitados poderão ter algum sentido que ultrapasse a sintaxe, em todo o caso deverá ser acessório e não fundamental.
- O azul dos escudetes parece reflectir, através destes, um vigor de linguagem inexistente no branco do campo e dos besantes. Ou estará ligado à estrutura expressiva dos escudetes, ou pertencem-lhes por inerência ou, talvez com menor probabilidade, derivará da genealogia.
- As formas das peças, besantes e escudetes, não reproduzirão necessariamente o que é sugerido pelos seus perímetros. Nem mesmo a tendência à bidimensionalidade, imposta pelo substrato do escudo.

Capítulo 5

Análise dos Dados Amostrais

5.1 Enquadramento

As conclusões aqui obtidas são preliminares e não ambicionam a completa resolução do problema, antes procuram vislumbrar sistemas e códigos semióticos gerais, que possam ajudar-nos a resolver a questão das armas primitivas de Portugal. Estamos seguros de que os resultados encontrados para a amostra do *corpus* em análise são bastante fiáveis no seu conjunto. A validação rigorosa das propostas semânticas para cada um dos brasões reclamaria um estudo particularizado e multidisciplinar das hipóteses apresentadas, semelhante ao que levamos a efeito para o brasão português.

Examinámos um total de 771 entradas, das quais 65 (8,4%) eram armas de fantasia[1]. Essa variedade fabulosa de armas foi admitida ao espaço amostral em virtude da nossa aproximação essencialmente qualitativa. Trata-se de armas inventadas para territórios ou individualidades inexistentes, porque fictícios ou anteriores ao fenómeno heráldico, e ainda quando se desconheciam as armas efectivas. O estado de espírito dos criadores dessas armas estava, portanto, livre de alguns embaraços culturais. Por outro lado a presumível ignorância dos factores geográficos, que levariam a desenvolver um brasão ordinário, obrigava a que se usassem denominantes compreensíveis à cultura do inventor, se é que não seriam desprovidas de qualquer significado. Ao seguir a primeira aproximação, ficariam expostos processos racionais muito próprios, tanto à sociedade medieval como à heráldica primitiva, de grande utilidade para a investigação. E foi, de facto, o que aconteceu, de tal maneira que seleccionámos mesmo cinco deles para a nossa amostra.

Será sempre difícil estabelecer definições claras para alguns dos dados considerados. Ao examinarmos, por exemplo, o Reino de Leão, deparamos com a homonímia reino–cidade: não é possível saber a qual das duas o leão brasonado está a referir-se. Esta e outras dúvidas persistem quando desconhecemos a evolução fonética dos topónimos, desde a Idade Média até à época de adopção dos vocábulos que coligimos, nem sempre próximos no tempo e na similaridade da forma[2]. Os dados podem sobrepor-se e em alguns casos estar repetidos, com uma interpretação diferente. Por essas razões as estatísticas devem ser consideradas com uma tolerância diferente da usada nas ciências exactas.

No caso da utilização do latim, língua franca por excelência da Idade Média, não é o latim clássico, mas aquele já contaminado pelos romances ou línguas indígenas vivas nos séculos XII e XIII. O latim medieval sustenta grafias menos variáveis do que estas últimas, beneficiando da

[1] Ver as Tabelas A.1 a A.18, pp. 176 a 193.
[2] É o caso do rio Légis na cidade de Liège.

habitual redução a escrito e do uso erudito limitado aos indivíduos mais ilustrados. Como seria de esperar, constrói frequentemente denominantes e designantes.

Não teria sentido hierarquizar os dados por índices de discrição, mesmo na amostragem final. Fazê-lo por sistema exigiria um conhecimento razoável dos quarenta e oito idiomas que compunham a nossa população estatística[3]. Recordamos que o nosso modelo foi proposto apenas para o português, podendo eventualmente ser adaptado ao latim medieval caso apareçam situações particulares.

Ainda nestas considerações referimo-nos a territórios medievais que não coincidirão necessariamente com os nomes modernos. Além disso, esses territórios terão a denominação jurisdicional: reino, ducado, condado, etc., correspondente à suposta data de criação das armas correspondentes. Quanto à possessão das armas, dado que existiam contextos, hábitos e culturas diferentes, preferiu-se mencionar apenas o referente do território, comum a todos, sabendo-se que a maior parte se refere, num dado momento, a uma única pessoa, detentora do seu próprio brasão.

As exemplificações procuram basear-se nas fontes armoriais por nós citadas na Tabela 3.3 à p. 56. Outras aparecerão, fora daquela lista, a completá-las ou como amostras das variadíssimas declinações heráldicas. Trata-se porém de escudos bem conhecidos, aos quais, normalmente, não caberá fazer reparos de pormenor, interessados que estamos em desvendar-lhes o significado. Boa parte é anterior ao século XIV.

Usámos a convenção de registar em versalete o nome de cada entrada da amostra, associado à respectiva jurisdição, como em REINO DE PORTUGAL, quando desejamos indicar o comentário deste capítulo. Empregamos a mesma notação sublinhada, como em CONDADO DE BAR, quando se tratar de uma entrada ausente da amostragem mas utilizado como paradigma, o que se explica à p. 86.

5.2 Colecta de Dados

Procurámos, desde que possível, referir os armoriais primitivos da Tabela 3.3 à p. 56. Obtivemos no total 1322 citações, repartidas por 415 entradas, 53,8% do total de entradas, a cumprir esse critério. Algumas das existências pouco tinham a ver com as armas que buscávamos, primeiramente porque pertenciam a indivíduos, sujeitos à transmissão heráldica hereditária, depois porque a própria descrição ou o desenho poderiam estar incorrectos ou mal interpretados. Para essas citações, que se referem às mesmas armas da entrada, porém distintas no conteúdo[4], usámos então as abreviaturas da Tabela 3.3 em letra minúscula[5]. Apenas três das entradas contam com esse tipo de citação exclusivamente, pelo que as estatísticas não serão afectadas de forma significativa[6].

Não foi possível encontrar fontes secundárias que transcrevessem os originais dos armoriais listados nas bibliotecas portuguesas próximas. Recorremos por isso à sua consulta virtual, no todo ou em parte, através de várias páginas disponibilizadas na Internet:

- *Armorial Wijnbergen*: `http://perso.numericable.fr/∼ briantimms`
- *Armorial du Heraut Vermandois*: `http://perso.numericable.fr/∼briantimms`
- *Herald's Roll*: `http://perso.numericable.fr/∼briantimms`

[3] Contam-se o alemão e o francês antigos.
[4] Poderiam inspirar, por outro lado, emparelhamentos visuais ou semânticos indesejáveis.
[5] O *Armorial Wijnbergen*, por exemplo, aparecerá como (wij) e não como (Wij).
[6] Ver (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 375 e ss.).

- *Walford's Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Armorial Le Breton*: http://www.culture.gouv.fr
- *Camden Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Züricher Wappenrolle*: http://www.vikinganswerlady.com
- *Liber Additamentorum*: http://gallica.bnf.fr
- *Lord Marshall's Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Rôle de Tournoi de Compiègne*: http://lafleurdelys.org
- *St. George's Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Rôle d'Arms Bigot*: http://www.heraldique-europeenne.org
- *Charles' Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Glover's Roll*: http://www.heraldique-europeenne.org
- *Collins' Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Falkirk's Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Rôle d'Armes de l'Ost de Flandre*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Caerlaverock's Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Rôle de Tournoi de Cambrai*: http://gillesdubois.blogspot.com
- *Codex Manesse*: http://digi.ub.uni-heidelberg.de
- *Rôle de Tournoi de Chauvency*: http://www.armorial.dk
- *Dering Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Galloway Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Stirling Roll*: http://perso.numericable.fr/~briantimms
- *Rôle d'Armes de l'Ost de Ploërmel*: http://www.francegenweb.org
- *Balliol Roll*: http://www.heraldry-scotland.co.uk
- *Codex Gelre*: http://www.heraldique-europeenne.org

Uma vez que o universo amostral foi sendo construído a pouco e pouco e as nossas reverificações não foram sistemáticas, é natural que ficassem por mencionar algumas referências. Apresenta-se abaixo a lista dos armoriais com o número absoluto de citações, seguido do número de menções na amostragem, colocando-se ao lado as percentagens relativas ao total em ambos os casos[7]. Este esquema de organização dos dados será repetido nas listagens seguintes a esta:

- *Armorial Wijnbergen*: 158 × 44 - 12,0% × 12,3%
- *Armorial du Heraut Vermandois*: 143 × 27 - 10,8% × 7,5%
- *Herald's Roll*: 120 × 37 - 9,1% × 10,3%
- *Walford's Roll*: 114 × 39 - 8,6% × 10,9%
- *Armorial Le Breton*: 107 × 32 - 8,1% × 8,9%
- *Camden Roll*: 95 × 32 - 7,2% × 8,9%
- *Züricher Wappenrolle*: 83 × 21 - 6,3% × 5,8%

[7] Total de citações: 1322 para o universo amostral e 359 para as amostras.

- *Liber Additamentorum*: 59 × 23 - 4,5% × 6,4%
- *Lord Marshall's Roll*: 57 × 19 - 4,3% × 5,3%
- *Rôle de Tournoi de Compiègne*: 48 × 18 - 3,6% × 5,0%
- *St. George's Roll*: 44 × 10 - 3,3% × 2,8%
- *Rôle d'Arms Bigot*: 43 × 8 - 3,3% × 2,2%
- *Charles' Roll*: 41 × 6 - 3,1% × 1,7%
- *Glover's Roll*: 38 × 7 - 2,9% × 1,9%
- *Collins' Roll*: 26 × 4 - 2,0% × 1,1%
- *Falkirk's Roll*: 22 × 3 - 1,7% × 0,8%
- *Rôle d'Armes de l'Ost de Flandre*: 22 × 3 - 1,7% × 0,8%
- *Caerlaverock's Roll*: 20 × 3 - 1,5% × 0,8%
- *Rôle de Tournoi de Cambrai*: 20 × 5 - 1,5% × 1,4%
- *Codex Manesse*: 19 × 7 - 1,4% × 1,9%
- *Rôle de Tournoi de Chauvency*: 14 × 4 - 1,1% × 1,1%
- *Dering Roll*: 11 × 2 - 0,8% × 0,6%
- *Galloway Roll*: 7 × 3 - 0,5% × 0,8%
- *Stirling Roll*: 4 × 0 - 0,3% × 0,0%
- *Rôle d'Armes de l'Ost de Ploërmel*: 3 × 0 - 0,2% × 0,0%
- *Balliol Roll*: 2 × 2 - 0,2% × 0,6%
- *Codex Gelre*: 2 × 0 - 0,2% × 0,0%

5.3 Caracterização Amostral

Obedecendo ao que se expôs nos capítulos anteriores, no sentido de poder seleccionar judiciosamente a amostra de um universo de 771 entradas, propondo verificar a nossa hipótese de trabalho e a questão da origem semântica das armas de Portugal, estabelecemos os seguintes critérios[8]:

- Aproveitamento somente de brasões, excluindo-se bandeiras, emblemas, etc.;
- Exclusão de brasões ou suas partes com explicação tradicional satisfatória;
- Afastamento de armas eclesiásticas ou municipais;
- Rejeição das armas suspeitas de serem derivadas de outras já existentes;
- Diversificação geográfica e jurisdicional;
- Confiabilidade e disponibilidade dos dados existentes;
- Proximidade geográfica, cultural e familiar aos dois primeiros reis de Portugal;
- Inclusão nos armoriais referidos na Tabela 3.3;
- Pertinência ao período definido para os armoriais, até meados do século XIV;
- Exemplificação dos aspectos mais importantes na criatividade da parofonia;

[8] Ver (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, pp. 248 e ss.).

- Preferência às melhores propostas parófonas;
- Auxílio à justificação do escudo português;
- Limitar o total a cerca de oitenta brasões.

É possível verificar, ao somarem-se as estatísticas da secção anterior, à p. 77, um aumento importante na citação dos armoriais, que passou de 53,8%, no nosso universo amostral, para 72,4% na amostra, obedecendo a um dos critérios enumerados. Outro resultado da amostragem foi a exigência de um estudo mais aprofundado dos escudos do REINO DE FRANÇA, do DUCADO DE BORGONHA, do CONDADO DE SABÓIA, do REINO DE LEÃO, do REINO DE CASTELA, do REINO DE NAVARRA e do CONDADO DE BARCELONA, todos com ligações familiares ao REINO DE PORTUGAL no período em estudo.

Embora o número total de brasões distintos na amostra, oitenta e seis, tenha ultrapassado o nosso objectivo, alguns deles, aceites por razões didácticas, são muito semelhantes, admitindo uma abordagem integrada, como sejam: SACRO IMPÉRIO (dois), CONDADO DE GUELDRES (dois), REINO DE JERUSALÉM (dois, um de fantasia), CONDADO DA CORNUALHA (dois) e REINO DA INGLATERRA (três). Estaremos, portanto, próximos da quantidade estabelecida.

Cinco armas de fantasia foram admitidos por razões muito particulares: JERUSALÉM, por reforçar a nossa proposta para as suas armas verdadeiras; NORUEGA, a ilustrar erros de transcrição; dois de PORTUGAL, em auxílio do tema central desta tese e o PRINCIPADO DE SALERNO, por incluir um interessantíssimo designante de inspiração patológica.

As entradas variam bastante quanto ao número de características designadas e quanto à quantidade de vocábulos usados para expressá-las. Não é possível criar um critério coerente de separação dos significados que permita a contagem no contexto da lógica proposicional. As percentagens devem ser consideradas, por isso, apenas como aproximações.

5.4 Análise Quantitativa

5.4.1 Referente

A consequência da implementação dos critérios enunciados foi, ao que parece, deslocar e dispersar uma acentuada concentração do universo na região Nor-noroeste europeia. Algo expectável, porque ali residia o centro de gravidade da heráldica primitiva dos territórios. O acentuado desenvolvimento cultural dos estados que lhes sucederam permitiu, ademais, a sobrevivência de uma enorme quantidade de testemunhos, difícil de comparar com outras regiões europeias. Vemos ainda que a amostra aumentou a inclusão dos países menos representados.

Note-se que as armas de fantasia, apesar de referirem países específicos, quase sempre são propostas por estrangeiros. Optámos por mencionar a totalidade das línguas e países investigados, mesmo na primeira fase, de modo a despertar o interesse para outras investigações. Exceptuam-se os territórios extra-europeus, englobados em "Outros", seja por sofrerem a influência cultural das Cruzadas, seja por aparecerem nomeados em armas de fantasia. Uma vez que as fronteiras se alteraram com o correr dos anos, consideramos apenas a actual localização da capital ou sede do território no período considerado[9].

- Alemanha: 222 × 18 - 29,2% × 17,3%

[9] As percentagens referem-se às 759 e 104 entradas com países atribuídos.

- França: 171 × 25 - 22,5% × 24,0%
- Reino Unido: 83 × 15 - 10,9% × 14,4%
- Itália: 39 × 2 - 5,1% × 1,9%
- Espanha: 37 × 8 - 4,9% × 7,7%
- Suíça: 26 × 2 - 3,4% × 1,9%
- Outros: 23 × 2 - 3,0% × 1,9%
- Bélgica: 16 × 2 - 2,1% × 1,9%
- Polónia: 18 × 2 - 2,4% × 1,9%
- Áustria: 14 × 1 - 1,8% × 1,0%
- Holanda: 9 × 2 - 1,2% × 1,9%
- Irlanda: 7 × 3 - 0,9% × 2,9 %
- Dinamarca: 6 × 2 - 0,8% × 1,9%
- Luxemburgo: 6 × 2 - 0,8% × 1,9%
- República Checa: 6 × 3 - 0,8% × 2,9%
- Roménia: 6 × 1 - 0,8% × 1,0%
- Turquia: 6 × 1 - 0,8% × 1,0%
- Croácia: 5 × 0 - 0,7% × 0,0 %
- Grécia: 5 × 0 - 0,7% × 0,0%
- Suécia: 4 × 1 - 0,5% × 1,0%
- Chipre: 3 × 0 - 0,4% × 0,0%
- Eslovénia: 3 × 0 - 0,4% × 0,0%
- Montenegro: 3 × 0 - 0,4% × 0,0%
- Noruega: 3 × 2 - 0,4% × 1,9%
- Rússia: 3 × 0 - 0,4% × 0,0%
- Ucrânia: 3 × 0 - 0,4% × 0,0%
- Albânia: 2 × 0 - 0,3% × 0,0%
- Bielorrússia: 2 × 0 - 0,3% × 0,0%
- Bulgária: 2 × 1 - 0,3% × 1,0%
- Estónia: 2 × 0 - 0,3% × 0,0%
- Hungria: 2 × 1 - 0,3% × 1,0%
- Lituânia: 2 × 2 - 0,3% × 1,9%
- Portugal: 2 × 2 - 0,3% × 1,9%
- Sérvia: 2 × 0 - 0,3% × 0,0%
- Vaticano: 2 × 0 - 0,3% × 0,0%
- Liechtenstein: 1 × 1 - 0,1% × 1,0%
- Andorra: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Arménia: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Bósnia: 1 × 1 - 0,1% × 1,0%

- Eslováquia: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Finlândia: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Ilha de Mann: 1 × 1 - 0,1% × 1,0%
- Ilhas Faroé: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Islândia: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Letónia: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Macedónia: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Malta: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- Mónaco: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%
- São Marinho: 1 × 1 - 0,1% × 1,0%

Na verdade o conceito moderno de país está um tanto deslocado das fronteiras existentes no início da Baixa Idade Média. Por essa razão será mais proveitoso avaliar o alcance geográfico da nossa amostra através das línguas empregues nos denominantes e designantes do modelo proposto. Embora várias delas tenham hoje um âmbito muito reduzido, ainda é possível designar com alguma precisão o espaço cultural de origem, excepção feita ao uso local do latim.

As estatísticas estão fortemente condicionadas pela origem dos armoriais considerados, reflectindo ainda, embora parcialmente, o estado de desenvolvimento da heráldica primitiva nas diversas regiões. Só excepcionalmente se usaram duas línguas diferentes para denominante e designante numa mesma parofonização. Isso quando a forma denominante, habitualmente toponímica, não foi encontrada na mesma língua do designante. Considerámos então a língua mais próxima cultural ou geograficamente, como o inglês e o anglo-normando ou o francês antigo e o francês. Não referiremos, em todo o caso, as formas arcaicas das línguas, francês antigo e alemão antigo; aparecerão apenas como francês e alemão. Contabilizaremos as entradas linguísticas mistas pela metade do valor, explicando-se assim a existência de contagens fraccionárias.

A diminuição dos totais deve-se ao facto de nem sempre considerarmos os dados entrada a entrada. De facto, podem coexistir diversas entradas para um mesmo brasão; por exemplo, uma figura pode basear-se no nome do reino enquanto que um dos esmaltes pode ter a origem em outras armas, por transmissão. Será sempre necessário tratá-los separadamente, até porque se detectaram entradas para as mesmas armas com línguas de parofonização distintas[10].

- Alemão: 189,0 × 20,0 - 34,3% × 19,2%
- Francês: 122,5 × 17,0 - 22,2% × 16,3%
- Latim: 44,5 × 18,0 - 8,1% × 17,3%
- Anglo-normando: 40,5 × 11,0 - 7,4% × 10,6%
- Italiano: 19,0 × 2,0 - 3,4% × 1,9%
- Inglês: 18,5 × 4,0 - 3,4% × 3,8%
- Occitano: 15,0 × 0,0 - 2,7% × 0,0%
- Catalão: 11,0 × 1,0 - 2,0% × 1,0%
- Holandês: 9,0 × 3,0 - 1,6% × 2,9%
- Gaélico: 6,5 × 3,0 - 1,2% × 2,9%

[10] As percentagens referem-se às 551 e 104 entradas com língua atribuída.

- Checo: 6,0 × 3,0 - 1,1% × 2,9%
- Basco: 5,5 × 2,5 - 1,0% × 2,4%
- Bretão: 5,0 × 2,0 - 0,9% × 1,9%
- Galês: 3,5 × 1,5 - 0,6% × 1,4%
- Grego: 3,5 × 0,0 - 0,6% × 0,0%
- Dinamarquês: 3,0 × 2,0 - 0,5% × 1,9%
- Luxemburguês: 3,0 × 2,0 - 0,5% × 1,9%
- Sérvio: 3,0 × 0,0 - 0,5% × 0,0%
- Sueco: 3,0 × 1,0 - 0,5% × 1,0%
- Baixo-alemão: 2,5 × 1,0 - 0,5% × 1,0%
- Búlgaro: 2,0 × 1,0 - 0,4% × 1,0%
- Castelhano: 2,0 × 1,0 - 0,4% × 1,0%
- Croata: 2,0 × 0,0 - 0,4% × 0,0%
- Húngaro: 2,0 × 1,0 - 0,4% × 1,0%
- Irlandês: 2,0 × 0,0 - 0,4% × 0,0%
- Leonês: 2,0 × 1,0 - 0,4% × 1,0%
- Lígure: 2,0 × 0,0 - 0,4% × 0,0%
- Lituano: 2,0 × 2,0 - 0,4% × 1,9%
- Polaco: 2,0 × 1,0 - 0,4% × 1,0%
- Romeno: 2,0 × 0,0 - 0,4% × 0,0%
- Ucraniano: 2,0 × 0,0 - 0,4% × 0,0%
- Aragonês: 1,5 × 0,0 - 0,3% × 0,0%
- Manês: 1,5 × 1,0 - 0,3% × 1,0%
- Albanês: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Asturiano: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Bielorrusso: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Bósnio: 1,0 × 1,0 - 0,2% × 1,0%
- Galego: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Islandês: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Letão: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Normando: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Norueguês: 1,0 × 1,0 - 0,2% × 1,0%
- Romanche: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Sorábio: 1,0 × 0,0 - 0,2% × 0,0%
- Cazaque: 0,5 × 0,0 - 0,1% × 0,0%
- Finlandês: 0,5 × 0,0 - 0,1% × 0,0%
- Russo: 0,5 × 0,0 - 0,1% × 0,0%

Por fim, podemos verificar que as divisões jurisdicionais utilizadas na amostragem favoreceram os reinos, naturalmente por estarem mais de acordo com o estatuto do Portugal de Afonso Henriques. Note-se que, apesar disso, os condados continuam a estar em maior número, correspondendo ao estatuto detido anteriormente à independência do Condado de Leão.

- Condados: 385 × 35 - 49,9% × 33,7%
- Reinos: 96 × 32 - 12,5% × 30,8%
- Ducados: 63 × 14 - 8,2% × 13,5%
- Principados: 31 × 4 - 4,0% × 3,8%
- Senhorios: 30 × 3 - 3,9% × 2,9%
- Margraviatos: 22 × 2 - 2,9% × 1,9%
- Outros: 65 × 0 - 8,4% × 0,0%
- Referências toponímicas: 18 × 2 - 2,3% × 1,9%
- Viscondados: 14 × 2 - 1,8% × 1,9%
- Repúblicas: 10 × 1 - 1,3% × 1,0%
- Cidades: 11 × 0 - 1,4% × 0,0%
- Cantões: 9 × 1 - 1,2% × 1,0%
- Impérios: 7 × 3 - 0,9% × 2,9%
- Langraviatos: 8 × 4 - 1,0% × 3,8%
- Grão-ducados: 2 × 1 - 0,3% × 1,0%

5.4.2 Denominante

Conseguimos isolar vários conceitos, alguns deles insuspeitos, que ajudarão à construção da lógica semântica dos brasonamentos. A primeira fase é a determinação do motivo sobre o qual o brasão discorrerá. Embora se aceite que a heráldica seja fundamentalmente um fenómeno de representação pessoal e individual, pelo menos no nosso contexto cultural, a base em que assenta é inegavelmente geográfica. Supunha-se que a maior parte das representações devesse emanar do nome do território. Ao procurar uma construção parófona para, digamos, o Reino de Castela, deveríamos simplesmente tomar *Castilla* ou *Bardulia* como denominante, porque eram estes os nomes conhecidos para aquela região. Mas a nossa análise veio a revelar que o domínio das escolhas era bem mais vasto. Enunciamos sucintamente as diversas possibilidades de instituição do denominante.

- Territorial: conceito já mencionado acima, o nome do próprio território. Às vezes confunde-se com o nome da capital.
- Armas de transmissão: quando o brasão usado pelo senhor de um território tem a sua génese referida a outro território. É um dos pressupostos semânticos tradicionais. Neste tipo, na verdade, não há lugar à criação heráldica. Não terão outro interesse para nós senão avaliar a sua proporção relativa e excluir indeterminações.
- Capital: a condição de sede do governo, que pode ter dimensões muito diferentes, em razão do tipo de jurisdição e do poder do suserano. Têm vida relativamente independente, diferindo do conceito de moradia senhorial, a qual costuma estar ali situada. Podem-se admitir aqui, num conceito amplo, os locais de coroação ou inumação.

- Residencial: moradia do portador do brasão. Existem, como nas capitais, casos de mais de uma residência ou da sua eventual alteração, implicando às vezes a mudança do brasão correspondente[11]. Habitualmente é um castelo ou fortaleza mas também pode recorrer-se à oronímia, invariavelmente uma elevação do terreno.
- Hidronímia: extensões e correntes de água que banham a capital ou a moradia.
- Antroponímia: referem o nome ou alcunha de uma personagem real, usualmente o primeiro utilizador do brasão, em alternativa um seu antecessor.
- Etnonímia: utilizam o nome de povos e etnias, raríssimo nos brasões; de qualquer modo excluem as divisões jurisdicionais de dimensões reduzidas.
- Institucional: a única referência institucional registada referia-se às armas da Santa Sé. Constituirá um caso especial da Heráldica.
- Indeterminados: amiúde nas armas de fantasia.

O excesso relativo de hidrónimos e capitais, entre o universo e a amostragem, deve-se ao aprofundamento da análise após isolar-se a amostra, por comparação ao exame sucinto efectuado antes daquela selecção. À medida que desenvolvíamos os estudos iam aparecendo mais e mais hidrónimos. Naturalmente partimos sempre dos pressupostos já aceites, que dão preferência à denominação territorial. As armas de transmissão, apesar de constituírem a segunda mais importante do universo, são de interesse limitado para o tema da dissertação.

- Capital: 296 × 50 - 38,4% × 48,1%
- Armas de transmissão: 218 × 5 - 28,3% × 4,8%
- Hidronímia: 59 × 25 - 7,7% × 24,0%
- Residencial: 70 × 8 - 9,1% × 7,7%
- Territorial: 95 × 11 - 12,3% × 10,6%
- Antroponímia: 9 × 2 - 1,2% × 1,9%
- Etnonímia: 8 × 3 - 1,0% × 2,9%
- Indeterminados: 15 × 0 - 1,9% × 0,0%
- Institucional: 1 × 0 - 0,1% × 0,0%

5.4.3 Designante

Escolhido o denominante seria preciso encontrar um outro vocábulo de fonética assemelhada àquele, segundo a lógica da parofonia: o designante. Mas isso não seria suficiente, tendo em vista o objectivo final – as representações pictóricas – a associação inicial não poderia ir por diante se não fosse possível transformá-la em desenho. Para obtê-las recorreu-se a prodigiosos exercícios mentais, de tal maneira que têm escapado à compreensão dos estudiosos, pela maior parte.

Esta lista de temas designantes, reais ou fictícios, vivos ou extintos, não é exaustiva e foi construída especialmente para o estudo da amostragem final. Pensou-se em separar os artefactos dos "Outros substantivos", por constituirem a maior parte destes, mas isso levaria, pelo menos nesta fase, à desestruturação dos substantivos abstractos incluídos naquela classificação:

- Zoologia: reino animal excepto o Homem, incluem-se as partes – leão, carne, concha, etc.

[11] Ver o CONDADO DE SABÓIA I e II às pp. 111 e 99.

- Botânica: reino vegetal, incluem-se os seus constituintes naturais – flor, rosa, oliveira, etc.
- Astronomia: corpos e espaços celestes e os seus efeitos – estrelas, eclipse, mundo, etc.
- Meteorologia: fenómenos atmosféricos – chuva, vento, geada, etc.
- Materiais: matéria das coisas inanimadas – madeira, lã, bronze, etc.
- Arquitectura: edificações e os seus elementos – tijolos, janelas, castelos, etc.
- Geometria: tudo o que indique forma, posição, dimensão – listra, esfera, beira, etc.
- Notoriedades: individualização de pessoas e suas partes, mas também de animais, vegetais, regiões, etc. que conduzam a uma interpretação derivada dessa individualidade.
- Toponímia: acidentes geográficos terrestres e aquáticos – montanhas, oceanos, vias, etc.
- Outros substantivos: os restantes, concretos e abstractos – espada, lei, clarão, etc.
- Acções: verbos interpretados dinamicamente no brasão, mormente pelas atitudes.
- Numerais: tudo o que possa ser quantificado no brasão – muitos, um, igual, etc.
- Colorações: designações cromáticas que não incluam o sentido restrito de material – castanho, dourado, encarnado, etc.
- Sinais: toda imagem que explicite uma outra coisa – a letra "x", uma cruz, etc.

As análises quantitativas que se apresentam a seguir são relativas à amostragem, apenas. Uma primeira aproximação foi feita no universo, auxiliando aos desenvolvimentos posteriores; contudo, dada a diferença de aprofundamentos, a comparação resultaria demasiado heterogénea. Veja-se, porém, que as frequências não diferem grandemente do que já se conhecia anteriormente. Talvez porque, a partir do designante, é possível "ver" a ideia que se transmite, mesmo sem saber qual o sentido que o une ao denominante.

- Zoologia: 31 - 22,6%
- Outros substantivos: 21 - 15,3%
- Numerais: 17 - 12,4%
- Colorações: 15 - 10,9%
- Arquitectura: 11 - 8,0%
- Geometria: 10 - 7,3%
- Botânica: 7 - 5,1%
- Toponímia: 6 - 4,4%
- Notoriedades: 5 - 3,6%
- Acções: 4 - 2,9%
- Meteorologia: 3 - 2,2%
- Materiais: 3 - 2,2%
- Astronomia: 2 - 1,5%
- Sinais: 2 - 1,5%

5.4.4 Significante

A derradeira fase é a expressão dos conceitos, por meio de cromatismos e formas, sobre a superfície do brasão. Como vimos para os designantes, não há razão para que as estatísticas obtidas divirjam do habitual. O que surpreende, em alguma medida, é a riqueza da inventiva que associa os insípidos denominantes a conceitos significantes tão vivos e expressivos como a atitude e a localização. Mas isso será escalpelizado na análise qualitativa.

Não usaremos integralmente a nomenclatura heráldica nestas análises. Discordavam os conceitos de peças, móveis e divisões entre alguns autores que consultámos. Também seria necessário criar terminologia e conceitos que pudessem vir a adaptar-se, de futuro, em aplicações de organização semiótica semelhante, sem a inconveniência de alterá-los segundo o seu uso. Assim,

preferimos classificar como *separações* todas as divisões encostadas aos bordos do escudo, conceito semelhante à peça e às divisões. Chamámos de *figurações* aos elementos soltos no interior do escudo, qualquer que fosse a sua natureza, noção análoga aos móveis ou às figuras. Criámos também uma entrada para as localizações, que aparecem normalmente implícitas na terminologia heráldica; sabemos, por exemplo, que o *chefe* é uma peça que delimita o terço superior do escudo.

- Figurações: 54 - 34,4%
- Esmaltes: 39 - 24,8%
- Separações: 28 - 17,8%
- Número: 20 - 12,7%
- Atitudes: 6 - 3,8%
- Disposições: 4 - 2,5%
- Localizações: 3 - 1,9%
- Forros: 3 - 1,9%

Não utilizámos, inicialmente, o conceito de esmaltes metálicos, ouro e prata, chamando-os de amarelo e branco, de acordo com as etimologias encontradas no *corpus* para os designantes e algo de acordo com as práticas primitivas[12]:

- Vermelho: 11 - 28,2%
- Azul[13]: 6 - 15,4%
- Amarelo: 6 - 15,4%
- Ouro: 5 - 12,8%
- Prata: 5 - 12,8%
- Negro: 3 - 7,7%
- Branco: 2 - 5,1%
- Verde: 1 - 2,6%

Ao integrarem-se os brancos e amarelos nos metais obteremos quase a metade dos esmaltes:

- Ouro: 11 - 28,2%
- Prata: 7 - 17,9%

5.5 Análise Qualitativa

Acrescentámos vários paradigmas que darão consistência ao ineditismo de algumas das nossas proposições, fundamentando-as em conhecimento já dado como adquirido: CONDADO DE BAR, CONDADO DE ANTUÉRPIA, CONDADO DE SPIEGELBERG, CONDADO DE ZIEGENHAIN e CONDADO DE SCHAUENBURG. Acham-se sublinhados nesta discussão, para melhor distinção dos outros brasões, que provêm da amostragem. Todas as representações heráldicas desses cinco territórios já foram reconhecidos como armas falantes. O último, em particular, mais obscuro, por certo, terá um papel importante porque atesta, independentemente, um dos pontos-chave da nossa argumentação. O primeiro é um paradigma da normalidade heráldica falante, razão bastante para seleccioná-lo. Serão inseridos nos pontos que considerámos mais adequados para a argumentação, associados à discussão interpretativa que discorrerá caso a caso.

[12] Segundo Pastoureau: "*De même, dans les représentations en couleurs des armoiries, l'or commence, à la fin du XIIIe siècle, de ne plus être traduit par du jaune mais par du doré. Pour l'autre métal héraldique, l'argent, il faudra au contraire attendre au moins un siècle pour observer à grande échelle une semblable substitution : de l'argenté à la place du blanc*", ver (PASTOUREAU, 1986, p. 30).

[13] Supomos que estes números são coerentes, malgrado a dimensão da amostra, porque: "[...] *l'indice de fréquence de l'azur dans les armoiries européennes entre l'époque de leur apparition – le second tiers du 12e siècle – et le milieu du 14e. Cet indice n'est que de 5% vers 1200 ; mais il passe à 14% dès 1250, à 20% vers 1300 et à 25% vers 1350* [...] *Inversement l'indice de fréquence du gueules (rouge), qui est de 65% vers 1200, n'est plus que de 45% vers 1350 et de 35% à la fin du 13e siècle*", ver (PASTOUREAU, 1986, p. 16).

Quando a língua é consistente no denominante e no designante colocaremos a sua menção apenas na tradução do último, subentendendo-se que acompanhe o primeiro na verbalização, em todo o caso explicado em português na introdução de cada entrada. As ilustrações das armas tomadas como paradigma, bem como as referentes às amostras e à discussão principal, encontram-se por ordem alfabética no Anexo B à p. 195.

5.5.1 Referente

O referente liga-se à ideia a transmitir: o senhorio de um território. Representa o proprietário: rei, conde, senhor, etc., mas aparece ainda com outros matizes, a simbolizar a liderança dos bispos, a corporação das guildas, a ascendência, o matrimónio, etc. Nesta dissertação estudamos o referente Reino de Portugal como domínio de D. Afonso Henriques ou D. Sancho I.

A existência de denominantes antroponímicos leva a crer que também fosse possível a referenciação pessoal. O pequeno número detectado no universo amostral, 1,2% dos dados, leva a crer que seria um fenómeno restrito. O estudo mais minucioso da amostra confirma a sua existência. Seja como for, com a excepção do tipo institucional, muito específico, todos os restantes denominantes identificados provêm da geografia: capitais, hidrónimos, residências, territórios e etnónimos, perfazendo 68,5% da totalidade[14]. Os 28,3% das armas transmitidas terão necessariamente uma origem. Acreditando-se que as origens mantenham a mesma estruturação do universo amostral e juntando aquelas armas às indeterminadas, obteremos, para as armas de referente geográfico, a muito significativa parcela de 98,1% dos brasões[15].

5.5.2 Designação Directa e Armas de Transmissão

Designação Directa – CONDADO DE BAR: *Bar* $\overset{\pi}{\sim}$ *Bars* (fra. robalos), dois em pala. Note-se que o "s" final é mudo e que a duplicação dever-se-á às exigências da simetria. O referente aqui não sofre metonimização parófona, passando directamente à fase de verbalização. A dificuldade é que apenas justifica uma ínfima parte das armas falantes. Constituindo as de explicação mais fácil, não se levaram a cabo estudos sistemáticos que pudessem estender a ideia básica das armas falantes. Por isso, apesar de se reconhecerem parofonias menos prováveis, a ausência de um critério não permitiu o aprofundamento que autorizasse a análise tipológica. Neste trabalho, para as armas que se conseguiram apurar como prováveis parofonias, recorreram outros, anteriormente, a soluções míticas, místicas, estéticas, hereditárias ou, com mais verdade, atribuiram-se-lhes origens desconhecidas ou duvidosas[16].
(Add / Cae / Cam / Cdn / Cho / Fal / Gal / Her / Leb / Wal / Wij)

[14] Ver à p. 84.

[15] Porque 68,5% de $771 = 528,0$; 68,5% de $(218 + 15) = 159,6$; 68,5% de $159,6 = 48,2$; 68,5% de $48,2 = 14,6$; 68,5% de $14,6 = 4,4$; 68,5% de $4,4 = 1,3$; 68,5% de $1,3 = 0,4$; somando: $528,0 + 159,6 + 48,2 + 14,6 + 4,4 + 1,3 + 0,4 = 756,5$ e $756,5 \div 771 = 98{,}1\%$.

[16] "*Ce n'est qu'à la fin du Moyen Age que les hérauts d'armes ont commencé à donner aux autres figures, aux couleurs et même aux pièces et partitions des valeurs hiérarchiques et des sens cachés, sans aucun rapport avec l'héraldique primitive. Celle-ci, contrairement à ce qui est trop souvent affirmé, est relativement simple et toujours claire, et l'erreur des héraldistes modernes a probablement été de trop souvent suivre les hérauts d'armes dans la voie dangereuse et vaine d'un symbolisme plus ou moins hermétique. Aujourd'hui, l'historien doit renoncer à voir dans les armoiries médiévales une forêt de symboles difficilement déchiffrables. Dans les écus où elles ne sont ni parlantes, ni allusives, les figures héraldiques ne sont bien souvent liées qu'à des considérations de goût et non pas à des mystérieuses constructions ésotériques*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 255).

Armas de Transmissão – JOHN DE BALLIOL por referência toponímica a Bailleul (Somme): *Balliol* (ing. Bailleul) $\overset{\pi}{\sim}$ *Balla* (gae. muro). Este topónimo francês passou à Grã-Bretanha com as invasões normandas, onde tomou armas e o nome sob a forma Balliol. Expressou-se visualmente na orla que passou a integrar o brasão da Escócia depois de John de Balliol assumir o trono escocês, no final do século XIII. Em variadas situações a personagem portadora do brasão não tinha senão uma distante relação histórica com o referente toponímico, até sem possuir qualquer senhorio territorial. No caso de possuí-lo, poderá referenciar um facto distante, o que será difícil de descobrir, dada a obscuridade testemunhal dessas raízes. A transmissão dos brasões por via hereditária, por liberalidade de um suserano, por usurpação, etc., não é propriamente uma inspiração criativa, como já se viu. Mas pode ocorrer que não saibamos tratar-se de uma brasão criado com referentes alheios ao brasão investigado. Por isso deverá ser sistemática a dúvida sobre a localização do referente gerador. É nesse sentido que importa considerá-los; quanto ao mais são tratados exactamente da mesma forma que os demais tipos. Ver também os pares CONDADO DA CORNUALHA I e Condado de Poitou à p. 106 e CONDADO DO LUXEMBURGO com o Ducado de Limburgo à p. 95.
(Add / Bal / Cae / Cdn / Cha / Fal / Gal / Geo / Glo / Her / Mar / Ofl / Ver / Wal)

5.5.3 Metonímia do Referente

A primeira de todas as metonímias é aquela que une a pessoa, proprietária do território, ao próprio território. Quando há designação directa não é o território que está representado mas o seu senhor. As chamadas armas de Estado surgem numa fase posterior à aqui estudada[17]. O achado fundamental deste trabalho, se bem que transversal aos nossos objectivos, foi o de que as relações dos referentes territoriais com os significantes heráldicos fazem-se através de uma ou mais metonímias, acarretando a eventual obscuridade das metáforas que poderão daí resultar. A ênfase na designação directa, como referido mais acima, eclipsou a nossa compreensão posterior daquela relação. O facto de ser a primeira de outras metonímias foi capital para o processo de interpretação semiótica porque, ao elidir-se, inabilitou a admissão racional das demais. Seria, na verdade quase impossível, sem partir do pressuposto metonímico, atribuir, por exemplo, um significado a relações heráldicas como as lisonjas do DUCADO DA BAVIERA e os lises do REINO DE FRANÇA. Mas do ponto de vista da Semiótica, isto está longe de constituir uma novidade:

> "Pode-se fazer derivar cada metáfora de uma cadeia de conexões metonímicas subjacentes que constituem a estrutura do código, sobre a qual está baseada a constituição de qualquer campo semântico, seja parcial ou, em teoria, global. [...] A metáfora pode ser inventada porque a linguagem, no seu processo de semiose ilimitada, é uma rede multidimensional de metonímias, cada uma delas explicada por convenção cultural e não por uma semelhança natural. A imaginação seria incapaz de inventar (ou reconhecer) uma metáfora se a cultura, sob a forma de uma possível estrutura do Sistema Semântico Global, não o munisse com a rede subjacente de contiguidades arbitrariamente estipuladas"[18].

A metáfora, porém, não é um fim para a Heráldica mas um meio que nos ajuda a obter a identificação desejada. A relação metafórica, por ser mais ou menos conseguida, não influencia o "sucesso" e a sobrevivência da ideia heráldica primitiva. O mesmo se passa com a relação parófona, que não é senão uma componente dessa complexa metaforização.

[17] Ver (PASTOUREAU, 1986, pp. 63–64).
[18] Nossa tradução, ver (ECO, 1979, pp. 68 e 78).

Residencial – CONDADO DE SCHAUENBURG pelo topónimo casteleiro Nesselberg: *Nesselberg* $\overset{\pi}{\sim}$ *Nessel* (ale. urtiga). Philipp J. Spener (1635–1705), referenciado por Charles S. Perceval, advoga esta mesma solução, à qual chegámos, independentemente, mais de trezentos anos depois:

> "*That a conventionalised representation of one or more nettle-leaves (or possibly the flower of the dead-nettle, Taubnessel) was originally intended seems indeed highly probable, for the coat is referred to by a Latinising poet of the Middle Age as "in rubro candens urtica"; and Spener, from whom I take this quotation (Insignium Theoria, Pars Specialis, pp. 607–608.), gives the plausible suggestion that there is an allusion to a castle of Schauenburg, which was built on a hill called Nesselberg*"[19].

Enfatizamos o facto de que Nesselberg nada mais é do que o nome do monte sobre o qual se ergueu o castelo de Schauenburg. Temos assim sustentação autónoma para outras parofonias que recorram às metonímias toponímicas do referente. Este é um exemplo de metonímia residencial toponímica, veja-se também o CONDADO DE CALW à p. 95 para o tipo domiciliar.
(∅)

Capital – REINO DA POLÓNIA por sua capital Cracóvia: *Kraków* (pol. Cracóvia) $\overset{\pi}{\sim}$ *Krwawo* (pol. vermelho), inicialmente usou-se o campo pleno em vermelho. Notar a ocorrência da transposição, "ów" em "wo", e da síncope no "k". A águia, sublimação por excelência das aves, seria acrescentada posteriormente, inspirando-se no rio Vístula: *Vistula* (lat. Vístula) $\overset{\pi}{\sim}$ *Avis Thule* (lat. ave de Tule). A mítica ilha de Tule, no extremo norte do mundo, deveria associar-se às neves eternas e à presumível cor branca da ave, eventualmente inspirada num lagópode-escandinavo, *Lagopus lagopus*, espécie de faisanídeo, branco pelo Inverno. A capitalidade é um caso notável da metonímia toponímica pelo grande número de ocorrências que a atestam, assim como as metonímias hidronímicas, estas em menor número.
(∅)

Territorial – DUCADO DE LORENA[20]: *Lotharingien* $\overset{\pi}{\sim}$ *Latteaarinen* através de *Latte* (ale. ripa) + *Aarinen* (ale. águias-fêmea), com vocalização de "g" em "i". *Aarinen* parece ser uma construção artificial a partir de *Aar* (ale. águia) com o sufixo *-in* a denotar o feminino e o sufixo *-en* a indicar plural. Note-se que em alemão *Aar* é um substantivo masculino. Também seria possível usar o alto-alemão médio *Arn* com o sentido de *Aar*. A determinação do número de aguietas deve estar de acordo com a perceptibilidade, a largura e o preenchimento longitudinal da "ripa".
(Cdn / Cho / Her / Leb / Ver / Wal / Wij / zur)

Hidronímia – CANTÃO DE SCHWYTZ pelo rio Reuss: *Reuss* $\overset{\pi}{\sim}$ *Kreuz* (ale. cruz), com o acréscimo por prótese de "k". O Reuss, incluído o seu curso pelo lago de Lucerna, banha os três cantões originais da Suíça: Schwytz, Uri e Unterwald, devendo essa ser a razão para adoptar-se a cruz também como símbolo helvético.
(∅)

Antroponímia – REINO DE GALES pelo rei Llywelyn o Grande: *Llywelyn Fawr* (gls. Llywelyn o Grande) $\overset{\pi}{\sim}$ *Llew Four* através de *llew* (gls. leão) + *four* (ing. quatro). Llywelyn o Grande, a quem

[19] Ver (PERCEVAL, 1883, p. 252).
[20] *Lorraine* em francês.

se tem atribuído este brasão, era Príncipe de Gwynedd e governante de Gales. Exemplo de hibridismo linguístico, já que são utilizadas dois idiomas diferentes para construir a parofonia.
(Add / Cdn / Geo / Her / Mar / Wal)

Etnonímia – SENHORIO DA IRLANDA por seu povo irlandês: *Ireis* (ano. irlandês) $\overset{\pi}{\sim}$ *Treis* (ano. três). Ocorre polissemia com *Ireis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Reis* (ano. reis). As coroas estão pelos reis. Ver o restante do SENHORIO DA IRLANDA à p. 93.
(∅)

5.5.4 Denominante

O processo inicia-se pela fase de verbalização, em que é "escolhida" a língua, ou línguas, que expressarão o denominante e, mais tarde, o designante. Passa-se à acomodação, que fixa de forma passiva a categorização da passagem de denominante a designante, após uma busca iterativa. Uma forma rudimentar de avaliação parófona intervém para aceitar ou desprezar os resultados. A sematização actua activamente em simultâneo na escolha da melhor solução.

5.5.5 Verbalização

Caberá então à língua expressar a ideia escolhida que não será obrigatoriamente o idioma falado pela maioria da população. Pode tratar-se de uma língua de conquista, ignorada pelo vulgo, como o normando em Inglaterra; uma língua franca, como o latim; uma língua hoje minoritária ou desaparecida, como o occitano ou o manês; um dialecto local usado pelos cortesãos. Pode-se fazer recurso às flexões e declinações verbais, abreviaturas, transposições, sinonímias, tudo no melhor interesse da parofonia. Estamos longe de admitir que sempre fizemos as escolhas mais apropriadas.

Língua Franca – CONDADO DE KENT por sua capital Cantuária[21]: *Cantuaria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cantherius* (lat. rocim). Mesmo para regiões que não usavam os romances latinos, como a Inglaterra, o latim não se limitava à liturgia, era uma língua escrita de intercâmbio e fixação, documentando a justiça, a administração e a ciência.
(∅)

Língua Territorial – SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO II por sua capital Aquisgrana[22]: *Aachen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Aaren* (ale. águias)[23]. Adaptou-se o escudo anterior, verbalizado em latim, para outro com os mesmos esmaltes e a mesma águia, agora bicéfala, para justificar a verbalização em alemão. Ver a verbalização latina do mesmo denominante em SACRO IMPÉRIO I à p. 95.
(Add / Cdn / Her / Man / Mar / Wal / Wij / Zur)

Língua de Conquista – IMPÉRIO LATINO por sua capital Constantinopla: *Constantinopolis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Constantinoboli* através de *Constantino* (lat. Constantino) + *oboli* (lat. moedas). Os conquistadores cruzados substituem a língua grega pelo latim. A referência a Constantino vai metonimizar-se nas cruzes que são distribuídas pelo escudo como no REINO DE JERUSALÉM à p. 93.
(her /Mar / Wal / Wij)

[21] *Canterbury* em inglês.
[22] Designada em francês por *Aix-la-Chapelle*.
[23] O "ch" em *Aachen* soa como o "j" castelhano de *jamón*, símbolo IPA [χ].

Língua de Influência – CONDADO DE BORGONHA I pelo rio Saône: *Arar* (lat. Saône) $\overset{\pi}{\sim}$ *Aar* (ale. águia). Note-se que inicialmente, sob a influência do Sacro Império, o escudo exprime o designante em alemão, o que vai alterar-se, ao passar este condado para o valimento francês. Ver o escudo francófono do CONDADO DE BORGONHA II à p. 106.
(Her / Leb / Ver / Wij)

Língua de Fantasia – Para as armas de fantasia de JERUSALÉM: *Jerusalem* $\overset{\pi}{\sim}$ *Kriuzschilinc* através de *Kriuz* (ale. cruz) + *Schillinc* (ale. xelim). Só se justifica no contexto da criação de armas de fantasia pelo autor, em língua alemã, do *Züricher Wappenrolle*. As arruelas encarnadas representam, ademais, pedras preciosas engastadas numa cruz de ouro, que não é geométrica, uma vez que mostra o pé além das gemas.
(Zur)

Hibridismo Linguístico – Ver as verbalizações em latim e alemão do DUCADO DA BAVIERA à p. 108 e as verbalizações em gaélico e inglês do REINO DE GALES à p. 89.

5.5.6 Acomodação

Os sistemas de onde sairá a escolha sígnica definitiva são compostos, de uma parte por vocábulos, na maioria parófonos de topónimos, de outra parte por desenhos estilizados. As regras de associação entre os dois sistemas constituirão o código semântico da heráldica parofónica, núcleo investigativo desta tese[24]. Ambos possuem um número notável de elementos, limitados, não a montante pela criatividade, mas artificial e posteriormente, ao criarem-se as regras da armaria, edificadas sobre a constatação dos exemplares já existentes, passando a se falar a partir daí de um número restrito de peças e móveis.

As combinações possíveis desses sistemas vêem reduzido o seu número drasticamente com a escassa disponibilidade do referente; têm um ligeiro incremento de possibilidades com as metonimizações, aumentando bastante através da verbalização. É na estrutura resultante que o autor deve encontrar o seu brasão. O acto criativo, contudo, poderia não dar resultados satisfatórios de imediato, obrigando à repetição do processo. A alteração do foco metonímico e da verbalização oferecerão oportunidades suficientes para garantir a existência de uma ou mais hipóteses viáveis de parofonização. Aliás, o código teria eficiência reduzida caso não existisse essa viabilidade.

A conceptualização parofónica, inspirada nos conceitos metaplasmáticos da Fonologia, distingue-se destes em alguns pontos. Em primeiro lugar, não se estabelece através da lenta transformação linguística ao correr do tempo e das diversificações culturais. Depende, isso sim, da criatividade momentânea envolvida na génese de cada traço heráldico, condicionada pelas convicções culturais de agentes particulares. Por outro lado, em virtude de necessidades estruturais próprias, noções como a aglutinação, bem mais limitadas na fonética, são estendidas sobremaneira na parofonia heráldica, por imperativo da ideia subjacente. Também os processos de supressão, particularmente a aférese e a apócope, estão sujeitos à elisão preferencial de alguns prefixos e sufixos como já se viu à p. 50. Finalmente, a nomenclatura adoptada é a usual na fonética do português, enquanto que as vinte e seis línguas utilizadas na amostragem nem sempre coincidem na terminologia, para não mencionar o distinto repertório de fenómenos metaplasmáticos[25]. Alguns não estão incluídos porque escapam às penalizações no cálculo do índice de discrição[26].

[24] Ver (ECO, 2004, pp. 74–80).
[25] Ver (MATEUS; D'ANDRADE, 2000).
[26] Ver à p. 50.

Para o trocadilho, um aparentado da parofonia, Eco faz a distinção entre dois tipos, de acordo com as razões que fundamentaram a contiguidade dos termos: seja pela semelhança do significante (como em Portugal $\overset{\pi}{\sim}$ Pedregal), seja pela semelhança do significado, real ou virtual (como em Portugal $\overset{\pi}{\sim}$ *Portogallo*, no sentido toponímico de Porto dos gauleses)[27]. Estarão sempre condicionados pela similaridade fonética mas divergem no que se refere aos teores, na definição de Eco, porque, para a parofonia, só excepcionalmente ocorre a coexistência entre veículos e teores, aumentando a probabilidade de viabilizar uma construção[28].

CONJUNÇÃO

Deglutinação – CONDADO DE ANTUÉRPIA: *Antwerpen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Handwerpen* através de *hand* (hol. mão) e *werpen* (hol. lançar). Ver também o CONDADO DE LAUFFEN à p. 107. Esta deglutinação, paradigma de outras e também das aglutinações, mostra a viabilidade de juntar e separar palavras de modo a obter designantes parófonos.
(∅)

Aglutinação Ver o CONDADO DE BEAUMONT à p. 99.

Neologismos – CONDADO DE VERMANDOIS por sua capital Vermand: *Vermand* $\overset{\pi}{\sim}$ *Verrement*, onde *verrement* é uma palavra que não achamos no vocabulário medieval, podendo ser, entretanto, construída com *verre* (fra. vidro) e o sufixo *-ment*, obedecendo ao espírito da língua e dando a ideia de uma construção em vidro: um vitral[29].
(Leb)

ACRÉSCIMO

Prótese – Ver o REINO DE NAVARRA à p. 100 e o CANTÃO DE SCHWYTZ à p. 89

Paragoge – Ver o REINO DA NORUEGA à p. 113.

Epêntese – Ver o CONDADO DE RENNES à p. 98 e o REINO DA DINAMARCA à p. 103.

SUPRESSÃO

Abreviatura – REINO DE FRANÇA pelo rio Sena: *Sequana* $\overset{\pi}{\sim}$ *Sequena* através de *sequen(ti)a*. A multiplicação dos lises em semeado obedeceria a esse conceito de sequência, em que o designante *sequena* pode ser entendido como a abreviatura informal *sequen*^{a} do parófono *sequentia*

[27] Ver (ECO, 1979, p. 73).

[28] "O trocadilho é uma forma particular de metáfora, fundamentada em cadeias subjacentes de metonímias. Constitui-se numa contiguidade forçada entre duas ou mais palavras. É uma contiguidade feita de elisões recíprocas, cujo resultado é uma deformação ambígua; contudo, mesmo fragmentadas, existem palavras que, apesar de tudo, relacionam-se entre si. Esta *contiguidade forçada* deixa escapar uma série de leituras possíveis – e daí a interpretações – que levam à aceitação do termo como um *veículo* metafórico de distintos *teores*. Nesse ponto os lexemas (ou fragmentos lexemáticos), constrangidos em contiguidade forçada, adquirem um género de parentesco natural e amiúde tornam-se mutuamente substituíveis. Contudo, no trocadilho, a substituição metafórica assume um estatuto particular: veículos e teores coexistem – por exemplo, "*Jungfraud messonge*": "Jung" + "Freud" + "*young*" + "*fraud*" + "*Jungfrau*"; *message* + *songe* + *messonge*". Nossa tradução, ver (ECO, 1979, pp. 72–73).

[29] Sufixo existente em *empierrement* (fra. empedramento), equivalente ao português "-mento".

(lat. sequência). Poderia também usar-se *sequentiæ* (lat. sequências) mais adequado ao desenho, porém com pior parofonia.
(Add / Cam / Cdn / Com / Her / Leb / Wal / Wij / Zur)

Aférese – Ver o CONDADO DAS ILHAS ÓRCADES à p. 100.

Apócope – Ver o REINO DA SUÉCIA à p. 96 para apócope simples e o CONDADO DE KIRCHBERG à p. 98 para apócope e aférese simultâneas.

Síncope – Ver o REINO DA POLÓNIA à p. 89.

TRANSPOSIÇÃO

Deslocação – Ver as armas de fantasia para a NORUEGA à p. 110.

Permutação – REINO DA BOÉMIA pelo rio Moldava: *Vltava* $\overset{\pi}{\sim}$ *Lvídva* através de *lví* (che. leão) + *dva* (che. dois). O "v" e o "l" mudam de lugar, entre duas sílabas contíguas. O numeral não aparece como dois leões mas como duas caudas de um só leão. Por outro lado apresenta uma polissemia híbrida pela capital Praga: *Praha* $\overset{\pi}{\sim}$ *Práh* (che. soleira), a atitude do leão, rampante, dá a impressão de estar a bater a uma porta. É precisamente por este motivo que não se podem representar dois leões, passantes ou batalhantes, recorrendo-se a apenas um, com duas caudas, sem o que, esbanjar-se-ia a oportunidade semântica. Ver ainda, sobre isto, o CONDADO DO LUXEMBURGO à p. 95 e o REINO DA POLÓNIA à p. 89 quanto à permutação.
(Leb / Man / Mar / Ver / Wal / Wij / Zur)

TRANSFORMAÇÃO

Palatalização – REINO DE JERUSALÉM: *Gerusalem* $\overset{\pi}{\sim}$ *Gerscruchesjalnes* através de *gers* (ano. muitas) + *cruches* (ano. cruzes) + *jalnes* (ano. amarelas). O encontro consonantal "s + c" passa, por meio da palatalização, a um só fonema fricativo "sc" suavizando a oclusiva "c", inadequada à parofonia[30].
(Add / Cdn / Her / Leb / Ver / Wal / Wij)

Desnasalização – SENHORIO DA IRLANDA por sua capital Dublim: *Dublîn* $\overset{\pi}{\sim}$ *Dubliu* por *du bliu* (ano. algum azul). *Du* é uma excrescência que serve apenas à parofonia. Na verdade não nos é possível decidir se é uma referência à cidade ou ao hidrónimo Dubh Linn (irl. lit., Poça Negra), talvez na origem do nome da cidade e que estava junto ao castelo. Ver o restante à p. 90.
(∅)

Ensurdecimento – Ver o DUCADO DA BAIXA ÁUSTRIA à p. 111.

Sonorização – Ver o CONDADO DE BARCELONA à p. 102.

[30] O "s" final é mudo.

Assimilação – Ver o REINO DE FRANÇA à p. 101.

Monotongação – Ver o DUCADO DA BRETANHA à p. 105 e o CONDADO DE KENT à p. 90.

Apofonia – Ver o CONDADO DE BORGONHA II à p. 106.

Ditongação – Ver o CONDADO DE CHALON à p. 107 e o REINO DE INGLATERRA I, II e III às pp. 107 e 102.

Assibilação – Ver o PRINCIPADO ECLESIÁSTICO DE LIÈGE à p. 96 e o CONDADO DE WERDENBERG à p. 101.

Vocalização – Ver o DUCADO DE LORENA à p. 89.

Sobreposição – Ver o LANGRAVIATO DA TURINGIA à p. 98 e o DUCADO DE BORGONHA à p. 106.

AFINIDADE

Sinonímia – REPÚBLICA DE SÃO MARINHO: *Rocca* $\overset{\pi}{\sim}$ *Penna* (ita. A Rocha). La Rocca é a notável fortaleza do século XII. Talvez para evitar a camuflagem semântica do traço heráldico de uma rocha sob a torre, utilizou-se o termo afim *rocca*, sinónimo de *penna*, tirando proveito da acepção equivalente às plumas, que encimam as torres do brasão.
$(\emptyset)$

Hiponímia – Ver o REINO DA SUÉCIA à p. 96.

5.5.7 Sematização

Uma vez que o sistema heráldico aparece quase simultaneamente com o pensamento lógico escolástico, teria sentido averiguar se este exerceu alguma influência na sua evolução. De qualquer modo havia sempre uma racionalidade menos formal, inerente aos actos humanos medievais, num estádio racional muito mais avançado do que a do ser humano rudimentar que deu início ao uso da linguagem. Seria possível propor para a Heráldica uma lógica construtiva que parece faltar à linguagem[31]?

Apesar de acontecer durante quase todo o processo de criação heráldica, a atribuição de significados aos brasões pode ser subdividida em modalidades que actuam tipicamente. Estas significações não estão sempre isoladas, podendo coabitar com outras que lhe estão adjacentes ou até aninhadas no interior de um mesmo vocábulo ou imagem que lhe dá substância.

[31] Adequa-se o comentário de Eugenio Coseriu: "O erro logicista fundamental é o de considerar a linguagem como se fosse um objecto de natureza lógica: ou antes, como um produto do pensamento lógico [...] Trata-se pois de uma confusão de planos: a linguagem não é lógica, ela é anterior à lógica. Enquanto que a lógica é sempre necessariamente semântica (linguística), a semântica (linguística) não é sempre, nem essencialmente, lógica. A linguagem é a primeira manifestação específica do Homem enquanto tal – quer dizer, enquanto ser capaz de reconhecer o mundo e de se conhecer a si mesmo". Nossa tradução, ver (COSERIU, 2000, pp. 122 e ss.).

Tudo tem um significado através da interpretação, até numa arte acidental ou automatizada, porque o observador procura, mesmo inconscientemente, encontrar-lhe um sentido. A cultura tem o mesmo papel de um programa de computador , que é o que faz as actividades desta máquina terem um "sentido"[32]. Mas nós procuramos nesta dissertação o sentido do autor, a primeira das significações que assume, no plano histórico, um valor apreciável, comparável por associação aos feitos de armas e às idiossincrasias culturais que conduziram à nossa independência.

COMPOSIÇÃO

Monossemia Simples – Ver o CONDADO DE ANJOU à p. 102 e o LANGRAVIATO DA BAIXA ALSÁCIA à p. 101.

Monossemia Composta – CONDADO DE CALW pelo Castelo de Löwenstein, moradia dos condes: *Löwenstein* $\overset{\pi}{\sim}$ *Löwenstein* através de *Löwen* (ale. leão) + *Stein* (ale. pedra). A palavra aglutinada em alemão indica, mais precisamente, "pedra do leão" mas vemos a ambos no desenho e não só a pedra. Ver também o DUCADO DE BRABANTE à p. 102.
(Wal)

Polissemia Homonímica – SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO I por sua capital Aquisgrana: *Aquisgrani* $\overset{\pi}{\sim}$ *Aquila* através da homonímia *aquila* (lat. águia) e *aquila* (lat. escura) + *grandis* (lat. grande). *Aquila* serve ao mesmo tempo para as noções de "águia" e "escura", mesmo que se tenham de adaptar as declinações ao efeito desejado. *Grandis* está apenas como pleonasmo. Ver ainda as armas posteriores do SACRO IMPÉRIO II à p. 90[33].
(Add / Cdn / Her / Man / Mar / Wal / Wij / Zur)

Polissemia Heteronímica – DUCADO DE BORGONHA pelo rio Ouche: *Ouche* $\overset{\pi}{\sim}$ *Ouche* ou *Roux* através de *ouche* (fra. quintal murado) + *roux* (fra. vermelho). *Ouche* dá substância à bordadura como peça e também ao seu esmalte vermelho. Ver também o CONDADO DE MARCHE I e II à p. 113 e o SENHORIO DA IRLANDA à p. 90.
(Com / Her / Leb / Ver / Wal / Wij)

Polissemia Híbrida – CONDADO DO LUXEMBURGO: *Lëtzebuerg* $\overset{\pi}{\sim}$ *Leeschte* (lux. varão, tira), produz simultaneamente: *Lëtzebuerg* $\overset{\pi}{\sim}$ *Leíwzéng* através de *Léiw* (lux. leão) + *zéng* (lux. dez), talvez por influência de *Luxembourg* (fra. Luxemburgo). Trata-se de um hibridismo, pois as burelas, baseadas em *Leeschte* vão buscar o seu número a *zéng* a partir do denominante que faz ao mesmo tempo, numa segunda designação, referência a outro sentido. Após associarem-se os condados de Limburgo e Luxemburgo sob a mesma suserania, ambos com leões heráldicos, as caudas dos leões passaram a duas. Ver o REINO DA BOÉMIA à p. 93.
(Big / Cdn / Cho / Der / Leb / Ver / Wal / Wij)

Polissemia Icónica – CONDADO DE GUÎNES: *Guînes* $\overset{\pi}{\sim}$ *Guaïnes* (fra. bainhas). Aproveitou-se a forma do veiro para lembrar a bainha de uma arma branca e a conotação heráldica de forro

[32] Baseámo-nos em Pierre Jacob (JACOB, 1997, p. 12).

[33] Essa águia deve remontar pelo menos ao século VIII, em Aquisgrana, segundo informa Pastoureau: "*Nous savons par plusieurs témoignages qu'elle était l'insigne de Charlemagne et qu'il l'avait fait placer au sommet de son palais d'Aix-la-Chapelle*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 148).

para denotar o couro. Ver também o leão e os cotovelos do CONDADO DE KATZENELNBOGEN à p. 110 e o leão e a soleira do REINO DA BOÉMIA à p. 93.
(Cdn /Cdn / Com / Her / Wal)

METONIMIZAÇÃO

Metonímia Denominante – O mesmo que metonímia do referente, ver à p. 88.

Metonímia Designante – PRINCIPADO ECLESIÁSTICO DE LIÈGE pelo rio Légia: *Legia* $\overset{\pi}{\sim}$ *Legis* (lat. lei), com assibilação de "ia" em "is". O móvel que a tradição denominou *perron* (fra. escadaria), inicialmente com o sentido de local de assento do rei ou de ajuda à montaria, parece-nos uma espécie de *pilori* (fra. picota) para exercer-se justiça.
(∅)

Metonímia Simples – Para as armas de fantasia de PORTUGAL I: *Portegalien*[34]*?* (ale. Portugal?) $\overset{\pi}{\sim}$ *Portagalla* através de *porta* (lat. porta) + *galla* (lat. galha). Aproveitaremos estas armas para a discussão de Portugal. Ver também o CONDADO DE HESSE à p. 103.
(Zur)

Submetonímia – REINO DA SUÉCIA por sua capital Estocolmo: *Stockholm* $\overset{\pi}{\sim}$ *Holme* (sue. ilhota). O núcleo primitivo da cidade, incluindo o palácio real, foi instituído sobre três ilhotas. A palavra em sueco para ilha é *ö*, em afinidade com *holme* por hiponímia, porque são ambos termos incluídos no conceito de "terra cercada por água". Inspira uma submetonimização em que o trema é associado a uma coroa e o "o" a uma cabeça pela sequência: Reino da Suécia > *Stockholm* > *holme* > *ö* > cabeça coroada. A cidade adoptou no brasão esta imagem de uma cabeça coroada enquanto que o reino conservou apenas as três coroas, talvez referindo-se aos três reinos suecos, como diz a tradição e em sintonia com a cabeça coroada, ou, em alternativa, às três ilhotas da sua sede governativa. Repare-se que, especificamente para o Reino da Suécia, a segunda metonímia ocorre entre a acomodação e o designante; tal não impedirá que ocorram outras classes de submetonímia.
(∅)

Metonímia Composta – REINO DE MANN por sua capital Castletown: *Chastal* $\overset{\pi}{\sim}$ *Casstaillin* através de *cass* (mns. perna) + *staillin* (mns. aço). O aço não é determinante, sendo um material poderia denotar uma espada, uma armadura ou um elmo. É a outra componente, *cass*, que lhe dá a possibilidade de metonimizar por composição o denominante em pernas de armadura. O arranjo em tríscele deverá estar fundado no desejo de assegurar a simetria radial. Ver também o REINO DA DINAMARCA à p. 103.
(Cdn / Her / Mar / Wal / Wij)

5.5.8 Designante

Na transformação denominante-designante revela-se um potencial gerativo que irá alimentar a imaginação dos autores dos brasões. É aqui que, posto em acção pela cultura, este potencial vai ser condicionado pela sensibilidade à parofonia que nos propusemos medir impessoalmente, por meio do índice de discrição. Como é óbvio, tal índice, ao ser impessoal, não consegue levar em conta

[34] Ponto de interrogação na fonte por dúvida de leitura.

a cultura do autor do brasão: as suas vivências, conhecimentos e critérios. A essa impossibilidade contrapõe-se a exigência de um método de medida e, acreditamos, aquele será aceitável para os objectivos desta discussão.

A selecção e aglutinação tipológica do designante tiveram, no geral, o intento de fornecer ferramentas polivalentes para a investigação semiótica da Heráldica; no particular, de desdobrar tanto quanto possível as características de maior utilidade para o assunto principal da tese. Assim é que a exemplificação das cores e das quantidades foi consideravelmente alargada. O processo de resolução do problema das armas portuguesas pautou-se por vários avanços, recuos, recomeços e repetições, onde o esmiuçar classificativo auxiliou à fixação das conjecturas mais prometedoras.

Este esforço de organização percorre toda a nossa análise e busca sequencialmente e mais além, a classificação das classificações, detendo-se apenas no genérico derradeiro das imagens heráldicas. Não ambicionamos uma teorização absoluta da semiótica, apenas aplicá-la na prática do subsistema da Armaria; agregamos, contudo, a ilustrativa opinião de Göran Sonesson:

> "*Thus, in the case of pictures, we are not interested in studying particular pictures, as is art history, but of finding that which is generally valid for all pictures, in opposition to other kinds of signs, other varieties of roughly iconical signs, other visual vehicles, and so on; and also of determining the various categorical ways pictures may differ from each other, while still being pictorial signs* [...]"[35].

Mas o estudo do particular pode fornecer informações importantes para o genérico, como podemos apreciar mais abaixo ao discutir um zero pictórico, pleno de sentido cultural mas que não pode denotar senão indirectamente. É possível fazer-se aí a equivalência com o silêncio linguístico[36].

BOTÂNICA

Vegetais – Ver o cardo da ESCÓCIA à p. 108.

Fracções Vegetais – REINO DE FRANÇA toma-se o referente metonímico Île de la Cité, local do palácio real: *L'Ille* $\overset{\pi}{\sim}$ *Lille* (fra. lírio ou flor-de-lis). A forma lanceolada do elemento central, estranha a um lírio, *Lilium* sp., levou a que o lis heráldico fosse entendido como uma estilização do lírio-bastardo, *Iris pseudacorus*. Ver também os talos do DUCADO DE BORGONHA à p. 106 e a galha nas armas de fantasia para PORTUGAL I à p. 96.
(Add / Cam / Cdn / Com / Her / Leb / Wal / Wij / Zur)

ZOOLOGIA

Animais – Ver a zibelina do CONDADO DE WERDENBERG à p. 101 e o rocim do CONDADO DE KENT à p. 90, a falcoa ou águia do PRINCIPADO DA VALÁQUIA à p. 109 e os robalos do CONDADO DE BAR à p. 87.

Fracções Animais – Ver os cotos do CONDADO DE HOYA à p. 111, a carne do REINO DE NAVARRA à p. 100 e as penas da REPÚBLICA DE SÃO MARINHO à p. 94.

[35] Ver (SONESSON, 1993).

[36] Diz Eugenio Coseriu: "O silêncio tem evidentemente um sentido [...] contudo, não pode ser considerado como linguagem, uma vez que não possui significação própria", em (COSERIU, 2000, p. 14), nossa tradução.

Animais Fantásticos – CONDADO DE ZIEGENHAIN: *Ziegenhain* $\overset{\pi}{\sim}$ *Ziegehahn* através de *Ziege* (ale. cabra) e *Hahn* (ale. galo). A palavra aglutinada original é *Ziegenhain* (ale. lit. galo feito de cabra). Inspirou a invenção desta quimera, híbrida de cabra e galo. Paradigma da criatividade ilimitada, à vista desta representação podemos dizer, sem receio, que não há nada que não seja interdito pela cultura ou representável pelo desenho, que não se possa pôr num brasão.
(∅)

NOTORIEDADES

Personalidades – CONDADO DE KIRCHBERG: *Kirchberg* $\overset{\pi}{\sim}$ *Sheba* (ale. Sabá). Tradicionalmente dada como uma rainha moura, seria afinal a Rainha de Sabá metonimizada. Ocorrem apócope e aférese simultâneas, aproveitando-se apenas a porção central do denominante. Ver também o cavaleiro Vytis do GRÃO-DUCADO DA LITUÂNIA à p. 108.
(Zur)

Lugares – Ver a Ilha de Tule do REINO DA POLÓNIA à p. 89.

ARQUITECTURA

Edificações – Ver a picota do PRINCIPADO ECLESIÁSTICO DE LIÈGE à p. 96 e o castelo do REINO DE CASTELA à p. 101.

Fracções Arquitectónicas – CONDADO DE RENNES pelo rio Vilaine: *Gwilen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Gwiflenn* (bre. traves), estilizadas nas palas do brasão, com o acréscimo de "f" por epêntese. Ver também a trave do CONDADO DE BEAUMONT à p. 99, os adobes do CONDADO DE BORGONHA II à p. 106 e a porta das armas de fantasia para PORTUGAL I à p. 96.
(∅)

ASTRONOMIA

Astros – Ver o Sol das armas de fantasia para o PRINCIPADO DE SALERNO à p. 100.

Mecânica Celeste – LANGRAVIATO DA TURÍNGIA por sua capital Eisenach: *Eisenach* $\overset{\pi}{\sim}$ *Eisenacht* através de *Eisen* (ale. ferro) + *Nacht* (ale. noite), ocorrendo sobreposição de dois "n". A noite justifica o esmalte azul do céu, o ferro seria o responsável pelas faixas prateadas; as estrelas parecem ter sido acrescentadas tardiamente[37]. As mesmas burelas construídas no CONDADO DE HESSE pelo número dez, ver à p. 103, são aqui reduzidas a oito por *Eisenach* $\overset{\pi}{\sim}$ *Eisenacht* através de *Eisen* (ale. ferro) + *acht* (ale. oito).
(∅)

METEOROLOGIA

Precipitações – Ver a chuva do DUCADO DA BAVIERA à p. 108 e a neve do REINO DE LEÃO à p. 101.

[37] Existe em alemão a cor *nachtblau* (ale. lit. azul da noite), um tom azulado muito escuro.

Perturbações Atmosféricas – Ver o vento do DUCADO DA BAVIERA à p. 108.

Descargas Eléctricas – Ver o relâmpago do CONDADO DE TONNERRE à p. 112.

TOPONÍMIA

Extensões Terrestres – CONDADO DE ATHOLL por sua capital Blair Atholl: *Blàr* $\overset{\pi}{\sim}$ *Blàr* (gae. campo lavrado), a imitar os sulcos do arado no campo.
(Bal / Cdn / Cha / Geo / Her / Mar / Wal)

Extensões Aquáticas – CONDADO DA CORNUALHA II pelo rio Tamar: *Tamar* (ing. Tamar) $\overset{\pi}{\sim}$ *Tasmare* através de *tas* (ano. amontoado) + *mare* (ano. turfeira)[38]. Paul de característica cor negra, em razão dos hidrocarbonetos nele contidos[39]. O amontoado refere-se aos besantes do brasão anterior, que abandonam a bordadura e migram para o interior do escudo, ver o CONDADO DA CORNUALHA I à p. 106.
(∅)

Cursos de Água – Ver a ribeira do REINO DE MAIORCA à p. 106.

MATERIAIS

Madeiras – CONDADO DE BEAUMONT por sua capital Beaumont-sur-Oise: *Beaumont-sur-Oise* $\overset{\pi}{\sim}$ *Baumont sur Ois* através de *bau* (fra. trave) + *mont* (fra. sobe) + *sur* (fra. sobre) + *ois* (fra. vime), uma longa composição com quatro designantes, sendo que dois deles, *mont* e *sur*, são posicionais.
(Big)

Metais – Ver o ferro do LANGRAVIATO DA TURÍNGIA à p. 98 e o aço do REINO DE MANN à p. 96.

SINAIS

Símbolos – CONDADO DE SABÓIA II, com a capital em Saint-Jean-de-Maurienne, faz referência ao padroeiro, São João Baptista, através da cruz da Ordem de São João, provavelmente relacionada com as expedições em cruzada dos condes. São ainda armas de transmissão, mas ignoramos se havia qualquer assentimento para transplantarem o símbolo dos Hospitalários. A cruz é simbólica porque não remete ao artefacto de madeira ou metal mas à construção imagética do cruzamento cristão. Uma das características das denominações toponímicas de raiz religiosa é o afastamento do modelo habitual, optando pela metonimização sem intermediário parófono, frequentemente um atributo do seu orago, o que não acontece neste caso. Ver as armas iniciais em CONDADO DE SABÓIA I à p. 111. Ver também a cruz do CANTÃO DE SCHWYTZ à p. 89.
(Add / Glo / Leb / Mar)

[38] O "s" final é mudo.
[39] *Bog* em inglês.

OUTROS SUBSTANTIVOS

Artefactos – REINO DE NAVARRA por sua Capital Pamplona: *Pampilona* (lat. Pamplona) $\overset{\pi}{\sim}$ *Pampelina* (bas. campainha). Embora o sentido seja determinativo e o esmalte dourado combine bem com o objecto, falta saber se haveria uma construção campanular que pudesse ajustar-se ao que está nas armas navarras. Carrilhão? Campainha de igreja? Instrumento musical popular? Ver o restante do escudo do REINO DE NAVARRA à p. 100. Ver também o machado de guerra do REINO DA NORUEGA à p. 113, o cadinho do MARGRAVIATO DE MONFERRATO à p. 105 e a coroa de louros do DUCADO DA SAXÓNIA à p. 101.
(Cdn / Com / her / Mar / Ver / Wal / Wij)

Construções – CONDADO DAS ILHAS ÓRCADES por sua capital Kirkwall: *Kirkwall* (ing. Kirkwall) $\overset{\pi}{\sim}$ *Carak* (ano. nau). Três naus sobre um adequado campo azul.
(Ver / Wij)

Ocupações – Para as armas de fantasia de PORTUGAL II: *Portingale* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portingal* através de *port* (ano. traz) e *ingal* (ano. igual). Um brasão que traz quinas nas faces visíveis de três dados. Isso implica que o campo do brasão foi entendido excepcionalmente como visto de cima, a maneira mais simples e clara de representar o lance. O número de dados poderá referenciar-se a algum jogo popular naquela época e lugar.
(Her)

Degradações – Armas de fantasia para o PRINCIPADO DE SALERNO: *Salerno* $\overset{\pi}{\sim}$ *Solernia* por *sole* (ita. sol) + *ernia* (ita. hérnia), com fusão dos "e" comuns. Numa surpreendente parofonia composta inspirada numa patologia: um sol herniado!
(Wij)

Fenómenos – Ver o clarão do CONDADO DE CLARE à p. 106.

GEOMETRIA

Divisões – REINO DA HUNGRIA por sua antiga capital Székesfehérvár: *Székesfehérvár* $\overset{\pi}{\sim}$ *Csík-fehérvér* através de *csík* (hun. listras) + *fehér* (hun. branco) + *vér* (hun. sangue).
(Leb / Wal / Wij / Zur)

Distribuições Ver o amontoado do CONDADO DA CORNUALHA II à p. 99.

Direcções Ver o leão em pé do REINO DE INGLATERRA I à p. 107.

COLORAÇÕES

Vermelho – REINO DE NAVARRA pelo rio Arga: *Arga* $\overset{\pi}{\sim}$ *Haragia* (bas. a carne), com prótese de "h" e metonímia cromática a associar a carne ao encarnado. Em "*Haragia*" o "h" é fricativo e o "g" oclusivo. Ver o restante do escudo do REINO DE NAVARRA à p. 100.
(Cdn / Com / her / Mar / Ver / Wal / Wij)

Azul – REINO DE FRANÇA por sua capital Paris: *Paris* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pers* (fra. azulado), por assimilação de "ris" em "rs". Não se trata do azul-de-Paris[40], invenção moderna, nem do azul-da-Pérsia mas de uma cor que tende ao azul[41]. Esta associação aparece no campo das armas do Marquesado de Persan, também em Île-de-France. Ver ainda o SENHORIO DA IRLANDA à p. 93.
(Add / Cam / Cdn / Com / Her / Leb / Wal / Wij / Zur)

Verde – DUCADO DA SAXÓNIA por sua capital Lubeque: *Lübeck* $\overset{\pi}{\sim}$ *Luabäakraunz* (bxa. coroa de louros). Tradicionalmente entendido como uma coroa de arruda, implicando a cor verde, natural em ambos os casos. O Ducado estava bem mais a norte do que a actual Estado Federado alemão da Saxónia. Ver também as coroas do SENHORIO DA IRLANDA à p. 90.
(∅)

Negro – CONDADO DE WERDENBERG pelo rio Tobel: *Tobel* $\overset{\pi}{\sim}$ *Zobel* (ale. zibelina), ocorrendo assibilação de "t" em "z". Diz-se que este animal está na origem do termo heráldico "sable" por sua pelagem negra. Aqui, não resta dúvida de que é uma possibilidade de parofonia muito forte.
(Zur)

Prata – LANGRAVIATO DA BAIXA ALSÁCIA por sua capital Estrasburgo: *Argentina* $\overset{\pi}{\sim}$ *Argentina* (lat. prateada). Ver também o aço do REINO DE MANN à p. 96.
(zur)

Branco – REINO DE LEÃO pelo rio Bernesga: *Virnisga* $\overset{\pi}{\sim}$ *Enverniza* (leo. invernal) e daí para outra metonímia em que se associa o branco ao Inverno. Uma vez que a metonimização ou a parofonização do designante desfavorecem a equivalência heráldica entre metais e cores (ouro = amarelo, prata = branco), esta continuará a ter sentido, mesmo se adulterada, como complemento anódino, a favorecer aqueles metais por sua conotação com a nobreza.
(Add / Com)

Ouro – REINO DE CASTELA pelo rio Arlanza (ou pelo rio Arlanzón): *Arlantia* $\overset{\pi}{\sim}$ *Arantia* (lat. cor-de-laranja). Não se sabe bem qual dos rios é a continuação do outro, em todo o caso sempre poderia haver uma ligação remota com o Mosteiro de São Pedro de Arlanza, túmulo de Fernão Gonzalez, primeiro Conde de Castela. Quanto à transformação complementar da cor em metal, sequer passaria pelo amarelo na associação ao dourado. Permanece uma solução algo duvidosa, que vale mencionar pela proximidade a Portugal. Ver também o fulvo do CONDADO DA CORNUALHA I à p. 106 e as armas de fantasia para a NORUEGA à p. 110.
(Add / add / Cdn / Com / Her / Leb / Wal / Wij / Zur)

Amarelo – Ver o DUCADO DE BORGONHA à p. 106 e o REINO DE JERUSALÉM à p. 93.

Combinação de Cores – Ver o vermelho e branco do REINO DA HUNGRIA à p. 100 e o vermelho e prata do MARGRAVIATO DE MONFERRATO à p. 105.

---

[40] Ou azul-da-Prússia.

[41] O que, na terminologia heráldica vai dar sempre ao azul: "*Pour qualifier l'émail héraldique de couleur bleu, l'ancien français utilise, outre azur les termes bleu, bloi, inde et pers*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 103).

QUANTIDADES

Zero – Ver a ausência do diabo no GRÃO-DUCADO DA LITUÂNIA à p. 108.

Um – DUCADO DE BRABANTE por sua capital Lovaina: *Leuven* $\overset{\pi}{\sim}$ *Leeuween* através de *leeuw* (hol. leão) + *een* (hol. um).
(Add / Big / Cdn / Cho / Her / Leb / Man / Ofl / Wal / Wij)

Dois – Ver as duas caudas de leão do REINO DA BOÉMIA à p. 93 e do CONDADO DO LUXEMBURGO à p. 95 e também as duas cabeças de águia do SACRO IMPÉRIO II à p. 90.

Três – REINO DE INGLATERRA III por sua capital Londres: *Londres* $\overset{\pi}{\sim}$ *Leontreis* por *leon* (ano. leão) + *treis* (ano. tres). Os leões estão na horizontal, mantê-los erguidos prejudicaria irremediavelmente a simetria. As faces estão viradas para o observador, o que, na linguagem heráldica, configuraria três leopardos. Mas a sinonímia é evidente, em particular para épocas tão recuadas[42]. Parece que o rio Tamisa não desempenha qualquer papel visível nestes brasões, uma boa razão seria porque em normando chama-se simplesmente *Riviéthe dé Londres*, (à letra: Rio de Londres). Em todo o caso, admitindo que este hidrónimo pudesse aparecer naquela forma pode-se propor uma construção pleonástica: *Thames* $\overset{\pi}{\sim}$ *Tamez* (ano. temai), referindo a ferocidade leonina. Ver as armas iniciais em REINO DE INGLATERRA I e II à p. 107. Ver também as três coroas do SENHORIO DA IRLANDA à p. 90.
(Add / Cae / Cdn / Col / Com / Fal / Gal / Geo / Glo / Her / Mar / Wal / Wij / Zur)

Quatro – Ver o os quatro leões do REINO DE GALES à p. 89.

Cinco QUINCY por referência toponímica : *Quincy* (ing. Quincy) $\overset{\pi}{\sim}$ *Quinque* (lat. cinco). As cinco pétalas de uma flor. Outras armas de Quincy no CONDADO DE WINCHESTER estão na p. 106. Ver também as cinco águias do DUCADO DA BAIXA ÁUSTRIA à p. 111.
(Cdn / Der / Her)

Seis – CONDADO DE ANJOU por sua capital Le Mans: *Cenomanum* $\overset{\pi}{\sim}$ *Senum* (lat. seis de cada), ou seja seis da mesma natureza, no caso, leões.
(Her)

Oito – Ver as oito burelas do LANGRAVIATO DA TURÍNGIA à p. 98.

Nove – CONDADO DE BARCELONA por sua capital Barcelona: *Barcinona* $\overset{\pi}{\sim}$ *Parsnona* através de *pars* (lat. parte) + *nona* (lat. nona), ocorrendo a sonorização de "b" em "p". A nona parte não se pode exprimir senão com as outras oito. Para individualizar os nove elementos preferiu-se o contraste ouro – vermelho. E isso porque, simultaneamente, parece referenciar-se o rio Llobregat: *Rubricatus* $\overset{\pi}{\sim}$ *Rubricatus* (lat. vermelho), pelas quatro verguetas vermelhas que entremeiam outras cinco verguetas contrastantes em ouro. Por estarem as de ouro nos extremos, saltam para fora do

[42] O que é confirmado por Pastoureau: "*Il n'y a pas de doute possible: dans l'esprit des populations médiévales, le léopard héraldique est un lion. Ce sont probablement les hérauts d'armes qui, pour des raisons techniques ont progressivement accentué les différences graphiques entre les deux animaux*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 144).

desenho, subentendendo-se que o campo seria vermelho. Essa percepção deve ter levado a que as interpretassem como peças fundamentais do escudo, daí que predomine a denominação *cinco palos*.
(Ver)

Dez – CONDADO DE HESSE: *Hessen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Zehn* (ale. dez), que é o número total de burelas em vermelho e prata. Ver também o CONDADO DO LUXEMBURGO à p. 95.
(∅)

Dezasseis – Ver os dezasseis besantes do CONDADO DA CORNUALHA I à p. 106.

Inúmeros – Ver o semeado de lises do REINO DE FRANÇA à p. 92.

ACÇÕES

Verbos – REINO DA DINAMARCA por sua antiga capital Roskilde: *Roskilde* $\overset{\pi}{\sim}$ *Roseskille* através de *rose* (din. rosa) + *skille* (din. separar), com epêntese de "sk" em "sesk". Pétalas de rosa espalhadas pelo campo do escudo. Ver ainda os verbos encolher do CONDADO DE LAUFFEN à p. 107, marchar do CONDADO DE MARCHE II à p. 113 e caçar do CONDADO DE CHALON à p. 107.
(Ieb / Wij)

5.5.9 Significante

A expressão visual da Heráldica, como dissemos, não está reduzida de início a um potencial de poucas imagens. Essa é a impressão deixada pelos temas repetidos e pela estilização das figuras. A extraordinária multiplicação de armigerados terá contribuído ainda mais para a regularização dos brasões por parte dos oficiais de armas, responsáveis pelo seu estabelecimento. A nossa pesquisa posiciona-se antes dessa normalização, mas rememorámo-la para destrinçar hábitos que poderiam estar à parte do conteúdo.

A aposição do desenho sobre o brasão traz implícitos alguns dogmas próprios que actuam sobre a simplificação da forma, o contraste dos esmaltes, o arranjo das figurações. Limitados pelas condicionantes das possíveis metonímias do referente, da verbalização, da acomodação, da sematização e, finalmente, dos hábitos heráldicos, o autor do brasão tem escassa liberdade plástica para desenhar e colorir além do que lhe é permitido[43]. É talvez na ambiguidade figura – forma que a heráldica vai recolher o seu enérgico poder expressivo. E quanto maior a simplicidade, maior a autonomia interpretativa[44]. Partindo de pressupostos bem concretos, segundo o que se apresentou

[43] Rudolf Arnheim refere uma proposta de Ernest Mach bem ajustada à redução dos designantes à bidimensionalidade: "*The elementary task of depicting on a surface the main properties of an object's shape is a difficult one* [...] *One solution of the problem is best exemplified in the wall paintings and reliefs of the Egyptians and in the drawing of children. It consists in choosing for each part of an object or combination of objects the aspect that best suits the pictorial purpose* [...] *Ernest Mach* [...] *observed that the principle employed by the Egyptians might be best described by saying that their figures are pressed in the paper plane of the drawing like plants in an herbarium*". Ver (ARNHEIM, 1974, pp. 119 e ss.).

[44] Arnheim, ao explicar a diferença entre *shape* e *form*, menciona o exemplo dado por Wittgenstein: "[...] *the line drawing of a triangle can be seen as a triangular hole, a solid, a geometrical figure; as standing on its base or hanging by its top corner; as a mountain, a wedge, an arrow, a pointer, etc.*" Ver (ARNHEIM, 1974, p. 96).

anteriormente, alcança-se no ponto de chegada, particularmente na época primitiva, uma maioria de brasões que poderíamos classificar de abstractos.

O leitor do brasão, por sua vez, reforça o abstracto, que lhe está mais próximo, actuando segundo as regras do gestaltismo, que aponta para a simplificação também na componente perceptiva deste processo semiótico. Arnheim cita a lei básica da percepção visual segundo a teoria psicológica da forma ou *Gestalt*:

> "*Any stimulus pattern tends to be seen in such a way that the resulting structure is as simple as the given conditions permit*"[45].

E acreditamos que esse mecanismo redutor actue também, por simpatia, na interpretação racional da motivação original da imagem. Como compreender de outro modo que ainda se expliquem os arminhos da Bretanha, de designação directa, *Breizh* $\overset{\pi}{\sim}$ *Brizh*, ver à p. 105, pelo eventual uso daquela pele por Pierre Mauclerc?

O significante, determinado nas fases anteriores, será dividido no brasão em um ou mais traços significantes visuais, traços semânticos aplicados à representação heráldica, e em um ou mais traços não significantes, tratados e classificados como complementos à p. 111.

5.5.10 Traços Significantes

NÚMERO

Número – Ver a classificação dos designantes por quantidades, pp. 102 – 103.

ESMALTES

Cores – Ver a classificação dos designantes por coloração, pp. 100 – 101.

Metais – Ver a classificação dos designantes por coloração, pp. 100 – 101.

Esmaltes Naturais – Herdam do designante a característica cromática do significante, conceito expresso em heráldica com o qualificativo "de sua cor" ou "cor natural". Em virtude do que dissemos no REINO DE LEÃO sobre as equivalências das cores e metais à p. 101, alterámos o título acima para Esmaltes Naturais. Sobre esse conceito ver a ribeira azul do REINO DE MAIORCA à p. 106 e o cadinho prateado com o metal em fusão vermelho do MARGRAVIATO DE MONFERRATO à p. 105.

FORROS

Veiros – Ver os veiros do VISCONDADO DE ROCHECHOUART à p. 110 e as bainhas do CONDADO DE GUÎNES à p. 95.

[45] Ver (ARNHEIM, 1974, p. 53).

Arminhos – DUCADO DA BRETANHA: *Breizh* $\overset{\pi}{\sim}$ *Brizh* (bre. mosqueado), por monotongação de "ei" em "i". Este ducado nunca dispôs de capital efectiva, razão pela qual ter-se-ia optado por usar o denominante territorial.
(cae / fal / gal / Leb / Ver / wij)

LOCALIZAÇÕES

Assentamentos – DUCADO DE BORGONHA pelo rio Suzon: *Suzon* $\overset{\pi}{\sim}$ *Suzazon* através de *suz* (fra. sob) + *azon* (fra. azul). Análogo ao conceito de carregamento heráldico, apenas, este, sobrepõe móveis. Ver também o CONDADO DE BEAUMONT à p. 99.
(Com / Her / Leb / Ver / Wal / Wij)

DISPOSIÇÕES

Semeados – Ver o semeado do REINO DE FRANÇA à p. 92.

SEPARAÇÕES

Plenos – Ver o campo em vermelho, pleno do REINO DA POLÓNIA à p. 89.

Cheios – Ver o campo em vermelho, cheio, do REINO DE MANN à p. 96 e o campo em azul, cheio, do SENHORIO DA IRLANDA à p. 93.

Cortados – PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN por referência toponímica ao Castelo de Liechtenstein (Baixa Áustria): *Liechtenstein* $\overset{\pi}{\sim}$ *Lichtschein* (ale. clarão). A linha horizontal está para o horizonte e as cores devem indicar o fogo, suspeito que inspiradas nas fogueiras dos acampamentos militares, veja-se o clarão do CONDADO DE CLARE à p. 106 e o relâmpago do CONDADO DE TONNERRE à p. 112.
(man / Wij)

Chefes – MARGRAVIATO DE MONFERRATO por sua capital Casale Monferrato: *Casale* $\overset{\pi}{\sim}$ *Càzza* (ita. cadinho), o escudo e seu metal fazem de corpo do cadinho e o vermelho do chefe é o metal em fusão. Poderá haver associação etimológica do tema siderúrgico com Monferrato.
(Ver)

Burelas – Ver as tiras do CONDADO DO LUXEMBURGO à p. 95 e as listras do REINO DA HUNGRIA à p. 100.

Partidos – CONDADO DE RANTZAU: *Rantzau* $\overset{\pi}{\sim}$ *Rand* (ale. beira). A linha vertical indica um limite, definido pelos esmaltes. A adaptação desse conceito será usado mais adiante no estudo das armas de Portugal.
(∅)

Verguetas – Ver as partes do CONDADO DE BARCELONA à p. 102, as traves do CONDADO DE RENNES à p. 98 e o campo do CONDADO DE ATHOLL à p. 99.

Bandas – REINO DE MAIORCA pela torrente Sa Riera: *Sa Riera* $\overset{\pi}{\sim}$ *Riera* (cat. ribeira). Embora alguns pensem que seja uma introdução moderna, o facto é que as armas aparecem nos armoriais *Wijnbergen* e *Lord Marshal's Roll*. Reforça-o a nossa proposta de construção por metonímia e o esmalte azul do hidrónimo. Ver também o relâmpago do CONDADO DE TONNERRE à p. 112.
(Mar / Ver / Wij)

Bandas Múltiplas – DUCADO DE BORGONHA por sua capital Dijon: *Dijon* $\overset{\pi}{\sim}$ *Tigesjaunes* por *tiges* (fra. talos) + *jaunes* (fra. amarelos).
(Com / Her / Leb / Ver / Wal / Wij)

Xadrezados – MARGRAVIATO DA MORÁVIA pelo rio Olomouc: *Olomouc* $\overset{\pi}{\sim}$ *Úlomek* (che. fragmento). Usou-se o xadrezado para evidenciar a fragmentação cromática da águia. Semelhante ao despedaçamento da rosa no REINO DA DINAMARCA à p. 103.
(Leb / man / Zur)

Esquartelados – Ver o número quatro do REINO DE GALES à p. 89.

Asnas – CONDADO DE CLARE: *Clare* $\overset{\pi}{\sim}$ *Glare* (ing. clarão), em que as asnas seriam as achas de uma fogueira, desencadeadora do clarão, possivelmente associados aos esmaltes utilizados: vermelho sobre o campo em ouro, ver quanto a isso o PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN à p. 105.
(Add / Cdn / Cha / Col / Geo / Glo / Her / Mar / Wal)

FIGURAÇÕES

Bilhetas – CONDADO DE BORGONHA II pelo rio Doubs: *Doubs* $\overset{\pi}{\sim}$ *Adobes* (fra. adobes), tijolos de adobe a secar ao sol, vistos de cima. Ver o escudo germanófilo do CONDADO DE BORGONHA I à p. 91.
(Her / Leb / Ver / Wij)

Lisonjas – CONDADO DE WINCHESTER por referência toponímica a Cuinchy (Pas-de-Calais): *Quincy* (ing. Cuinchy) $\overset{\pi}{\sim}$ *Quinnes* (ano. cunhas). Estilizadas em maclas heráldicas.
(Add / Cdn / Cha / Geo / Glo / Her /Wal)

Cruzes – Ver as cruzes do REINO DE JERUSALÉM à p. 93 e a cruz do CONDADO DE SABÓIA II à p. 99.

Besantes – CONDADO DA CORNUALHA I por sua capital Launceston: *Launceston* $\overset{\pi}{\sim}$ *Launcessetan* através de *laun* (ano. leão) + *cesse* (ano. dezasseis) + *tan* (ano. fulvo). Esta cor é mais uma mistura de castanho e cor-de-laranja, explicitamente a cor do tanino adaptada ao mais próximo no espectro heráldico primitivo, o ouro[46]. Ver o REINO DE CASTELA à p. 101. O número efectivamente desenhado é variável antes da transformação do escudo, quando se fixou em quinze. Talvez possa entender-se que "dezasseis" fosse tomado livremente no sentido de "muitos". Ver o

[46] Mais tarde apareceria na heráldica, com este sentido, o *tenné*. Em Inglaterra, particularmente, aplica-se aos leopardos pelo que em espanhol também se lhe chama de *leonado*.

escudo que lhe sucedeu no CONDADO DA CORNUALHA II à p. 99.
(Add / Cdn / Cha / Cal / Geo / Glo / Her / Mar / Wal / Wij)

Orlas – Ver o muro do REINO DA ESCÓCIA à p. 108.

ATITUDES

Em Fuga – CONDADO DE CHALON por sua capital Chalon-sur-Saône: *Chaslon* $\overset{\pi}{\sim}$ *Chasselion* através de *chasse* (fra. caça) + *lion* (fra. leão), ocorrendo ditongação de "o" para "io". O leão, perseguido pelos caçadores, olha para trás, no que se convencionou designar na armaria por "leão em fuga"[47].
(cam)

Rampante e Batalhante – REINO DE INGLATERRA I por sua capital Londres: *Londres* $\overset{\pi}{\sim}$ *Leonadresce* através de *leon* (ano. leão) + *adresce* (ano. de pé). Este foi o primeiro escudo, usado por Henrique II. O brasão de Ricardo I, com dois leões batalhantes, sempre em pé, REINO DE INGLATERRA II, deve ter o mesmo sentido, acrescentado talvez de um elemento que poderia representar o Condado da Normandia.
(Add)

Recolhido – CONDADO DE LAUFFEN: *Lauffen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Laufein* por *lauf ein* (ale. encolher), as patas da águia estão encolhidas, porque não aparecem no desenho. Oportunamente ficou justificada uma águia semelhante à do SACRO IMPÉRIO I, à p. 95. *Einlaufen* é um verbo que, em alemão, pode desagregar-se, invertendo a ordem para *lauf*... *ein*.
(∅)

ORIENTAÇÃO

Voltado para – Todos os escudos da amostra possuem as orientações das figurações nas formas regulares, virados para a dextra do escudo ou, no caso de animais afrontados, ambos voltados para o centro. É uma noção frequentemente implícita nas atitudes, ver *supra* os leões batalhantes e o leão voltado para a dextra do REINO DE INGLATERRA I e II.

5.5.11 Interacção

Conquanto isoladamente possuam o seu próprio significado, a interacção das várias componentes do escudo estende a função semântica para sentidos menos restritivos ou ajuda a organizar o plano visual. De resto, isso sempre ocorrerá em maior ou menor grau para quaisquer significantes, sabendo-se que o brasão tem sempre, pelo menos duas componentes: a delimitação do escudo e um esmalte que lhe está sobreposto.

A ressonância, a ocultação, o arranjo e a intercalação, são apenas uma parte que foi possível extrair da amostragem. Só a ressonância apoiava-se em valores estéticos, enquanto que os restantes fortaleciam os significados e alargavam a vocação expressiva dos elementos abstractos, empobrecidos quando isolados.

[47] Este leão só é testemunhado mais tarde, no Condado de Charolais, propriedade dos condes de Chalon até meados do século XIII.

Ressonância – CONDADO DE SPIEGELBERG por: *Spiegelberg* $\overset{\pi}{\sim}$ *Spiegelberg* através de *Spiegel* (ale. espelho) + *Berg* (ale. monte). Como os montes são representados frequentemente em heráldica por três cumes arredondados, usaram-se outros tantos espelhos (*Spiegeln*), sacrificando-se a concordância de número em proveito da harmonia visual[48]. Note-se que também ficará satisfeito o princípio de preenchimento do espaço, em muita estima pela Armaria.
(Zur)

Ocultação – GRÃO-DUCADO DA LITUÂNIA por sua capital Vilnius: *Vilnius* $\overset{\pi}{\sim}$ *Velnias* (ltn. diabo). Talvez numa associação funcional com São Jorge, o cavaleiro que assume o nome de Vytis parece não estar sozinho, porque traz o cognome de Perseguidor[49]. Assume assim o papel principal, como metonímia designante, enquanto que o diabo é banido para o exterior, invisível no escudo, já que não conviria exaltá-lo, mesmo em se tratando do designante. Ver também o CONDADO DE HOYA à p. 111.
(Ver)

Arranjo – DUCADO DA BAVIERA por sua capital Ratisbona[50]: *Ratisbona* $\overset{\pi}{\sim}$ *Retis* (lat. rede) e supomos que também pelo rio Regen: *Regen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Regen* (ale. chuva). Teríamos deste modo uma adaptação das "malhas", referentes à rede, aos "pingos" da chuva, pelo preenchimento dos espaços interiores, alternando o branco com o azul, esta cor a representar a água. A isto se unirá a inclinação dos elementos do desenho, que imitam a chuva sob o vento[51]. Se esta conjunção for viável, manifestará uma outra, qual seja o hibridismo entre latim e alemão, em parofonias associadas.
(Big / cdn / Leb / Ver / Wal / Wij / Zur)

Intercalação – O emblema da ESCÓCIA por sua antiga capital Scone: *Sgain* $\overset{\pi}{\sim}$ *Ysgallen* (gae. cardo), emblema nacional escocês, que deverá também aplicar-se aos "lises" da orla do brasão do REINO DA ESCÓCIA, a fazer de espinhos, característicos daquela planta. Ver, sobre isso, JOHN DE BALLIOL à p. 87. Também poderia derivar de: *Scottish* (ing. escocês) $\overset{\pi}{\sim}$ *Sgaiteach* (gae. aguçado), mas este hibridismo linguístico parece menos crível. Presumo que o leão rampante tenha sido herdado de Galloway.
(Geo / Cdn / Her / Wij / Wal / Add / com / Mar / Leb)

5.5.12 Anomalias

Será útil arriscarmos um paralelo com a Física: Citamos Pierre Jacob: "A dilatação térmica de uma barra metálica não pode "mentir" quando nos informa sobre as variações da temperatura ambiente"[52]. Já o mesmo poderá acontecer, num contexto ligeiramente diferente, se pusermos uma escala associada à sua extensão, calibrada em graus Celsius que, inadvertidamente, esteja preparada para um coeficiente de dilatação linear diferente do metal que lhe deveria estar associado.

De maneira semelhante, nem sempre foi possível ao tempo guardar incólumes as ideias iniciais dos autores dos brasões[53]. Sujeitas ao esquecimento, a erros de interpretação, a favorecimentos

[48] São numerosos, em alemão, os topónimos de sufixo *-berg*.

[49] O mesmo cavaleiro, sob o nome de *Pahonia* já esteve no escudo da Bielorrússia.

[50] *Regensburg* em alemão.

[51] É possível também uma proposta através da antiga província da Récia: *Rætia* $\overset{\pi}{\sim}$ *Rete* (lat. rede), que achamos menos verosímil.

[52] Ver (JACOB, 1997, pp. 110–111).

[53] Foi o que se passou com alguns armoriais: "*Et lorsqu'ils ont aspiré à faire œuvre personnelle, ils y ont épuisé les informations concernant les régions et les marches d'armes pour lesquelles leurs propres connaissances étaient lacu-*

estéticos ou culturais, à possível ambiguidade semântica do brasonamento, podemos dizer que hoje, de acordo com os resultados desta análise qualitativa amostral, pouco terá restado ao entendimento interpretante das intenções heráldicas primitivas. Permanece a certeza de que a intencionalidade de cada traço heráldico era única e bem determinada, o que não se deve confundir com a interpretação a jusante no tempo, na pessoa e no ambiente. Enuncia Pierre Jacob:

> "[...] *le contenu sémantique d'un signal ne saurait prétendre avoir toutes les prérogatives du contenu représentationnel d'une croyance: une croyance a un et un seul contenu, alors qu'un signal peut avoir plus d'un contenu sémantique*"[54].

A significação está separada da informação, podendo dar lugar a interpretações muito diferentes das condicionadas pela intencionalidade, como veremos abaixo e é explicado por Pierre Jacob ao citar Jerry Fodor[55]. Conhecer os mecanismos das anomalias ajudará, seguramente, a desembaraçar-nos de impasses eventuais mas, sobretudo, poderá dar indicações preciosas dos motivos que conduziram à aparente hecatombe semiótica da Armaria.

TROCA

Profusão – REINO DE CASTELA por sua capital Burgos: *Burgos* (cas. Burgos) $\overset{\pi}{\sim}$ *Burgo* (cas. fortaleza). O desenho deve ter sido influenciado, quanto à flexão em número, pelo termo latino *burgus*, já que só aparece um castelo. Também influente ou possível pelo nome do território, a solução tradicional: *Castilla* $\overset{\pi}{\sim}$ *Castillo* (cas. castelo), ambos concorrendo para um único designante[56]. A resolução deste tipo será, por força, problemática. Caberia ainda perguntar se Burgos e Castela não estariam ligados pela etimologia semântica.
(Add / add/ Cdn / Com / Her / Leb / Wal / Wij / Zur)

Hesitação Designante – PRINCIPADO DA VALÁQUIA: *Valachia* $\overset{\pi}{\sim}$ *Falca* (lat. falcoa) ou *Valachia* $\overset{\pi}{\sim}$ *Albaquila* através de *alba* (lat. branca) + *aquila* (lat. águia) ou através de *bella* (lat. bela) + *aquila* (lat. águia)? Não é possível decidir, com base nestes dados e com alguma segurança, qual das três soluções corresponderia às intenções de quem a imaginou. Ver o CONDADO DE HOYA à p. 111 e também o conceito análogo de profusão, relacionado com o referente, no REINO DE CASTELA, ver *supra*.
(∅)

Hesitação de Espécie – REINO DA BULGÁRIA pelo rio Yantra: Янтра $\overset{\pi}{\sim}$ Пантера (bul. pantera). Na verdade o que nos aparece no escudo é um leão heráldico Лъв (bul. leão), contudo, as primeiras representações mostram um, de três leões, aleopardado. O Yantra é um rio que passava por Veliko Tarnovo, antiga capital do segundo Império Búlgaro. Ver também o PRINCIPADO ECLESIÁSTICO DE LIÈGE à p. 96.
(∅)

---

naires. De là proviennent des interpolations, des confusions, des anachronismes", ver (LES ARMORIAUX MÉDIEVAUX , 1997, p. 14).

[54] Ver (JACOB, 1997, p. 99).

[55] "*Le problème de la disjonction est au fond le problème de la différence entre la signification et l'information* [...]*À la différence de la signification, l'information est indissociable de l'étiologie. Si les exemplaires d'un symbole ont deux types d'étiologie, alors les exemplaires de ce symbole véhiculent deux sortes d'information* [...] *la signification d'un symbole est quelque chose que tous ses exemplaires ont en commun, quelles que soient leurs causes*", ver (JACOB, 1997, pp. 110–111).

[56] Ver (JAÉN, 2000, pp. 142 e ss.).

Hesitação de Número – Esta ambiguidade, que enuncia o plural sem quantificá-lo, é resolvida, de hábito, obedecendo aos critérios heráldicos de complementação, enunciados à p. 111, em particular às noções de preenchimento, simetria e proporcionalidade, condicionadas pelas significações. Ver as bainhas do CONDADO DE GUÎNES à p. 95 e os xelins das armas de fantasia para JERUSALÉM à p. 91.

Hesitação de Género – Ver o DUCADO DE LORENA à p. 89.

Hesitação Geométrica – VISCONDADO DE ROCHECHOUART pelo rio Vayres: *Vayres* $\overset{\pi}{\sim}$ *Vairs* (fra. veiros). Este rio passa por debaixo do castelo. Inicialmente deveriam ser veiros em onda, até por concordarem em forma com uma metonimização aquática, mais tarde passariam a faixas ondadas.
(Big / Cam / Com / Her / Leb / Ver)

Sublimação – CONDADO DE KATZENELNBOGEN: *Katzenelnbogen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Katzellbogen* através de *Katze* (ale. gato) + *Ellbogen* (ale. cotovelo). *Katze*, derivado de *cattus* (lat. gato, gato-bravo), designa também os felinos em geral. Dentre os felinos escolheu-se o que se considerava de maior estatuto, de acordo com a envolvente cultural. A atitude rampante do leão valoriza a dinâmica da acção dos cotovelos[57]. Ver também o REINO DA POLÓNIA à p. 89, o REINO DA BÓSNIA à p. 113, este para a sublimação de uma flor papilonácea em lis e o REINO DE CASTELA à p. 101 para uma sublimação cromática da cor-de-laranja em ouro[58].
(Wij)

Divergência – Armas de fantasia para a NORUEGA que deveriam aparecer como: *Norweye* $\overset{\pi}{\sim}$ *Enoriwe* através de *en or* (ano. em ouro) + *iwe* (ano. égua), ocorre deslocamento do "i". Passado a latim: *Norvegia* $\times$ *Equila Aurea* (lat. égua de ouro), que se deve ter tomado no *Herald's Roll* por: *Norvegia* $\times$ *Aquila Aurea* (lat. águia de ouro) ou em alternativa transcrever-se ou traduzir-se *equila* por *egle* (ano. águia), já que nesse armorial está representada uma águia de ouro. Aparece correctamente no *Wallford's Roll*.
(Her / Wal)

REDUÇÃO

Subtracção – Ver a supressão do leão do CONDADO DA CORNUALHA I e II às pp. 106 e 99.

Omissão – VISCONDADO DE LABOURD por sua capital Ustaritz: *Ustaritze* (bas. Ustaritz) $\overset{\pi}{\sim}$ *Usta* (bas. chicote), apresenta um leão a empunhar uma haste, mas a atitude do animal faz acreditar num açoitamento, em último caso poderiam estar haste e látego juntos. A razão da confusão deve estar na fraca espessura da linha correspondente ao látego que, num selo ou numa iluminura, poderia passar despercebida.
(∅)

[57] Ou um leopardo, segundo Pastoureau (PASTOUREAU, 1986, p. 143).

[58] Vale citar o adequado comentário de Pastoureau sobre o porco doméstico sublimado em javali: "*Le sanglier* [...]*Il est surtout employé comme figure parlante, le plus souvent d'ailleurs avec des patronymes évoquant le porc domestique et non le porc sauvage*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 146).

5.5.13 Complementação

O processo prossegue, às vezes, com o acrescento de idiossincrasias formais, oscilando de imponentes a insignificantes, apesar de, em nenhum caso, serem relevantes para a semântica parófona. Nesse particular, os complementos da heráldica diferem dos traços supra-segmentais da linguagem, mais expressivos, ou talvez melhor dominados pelo Homem. Por existir como sistema de fronteira entre a linguagem e os sistemas puramente pictóricos, a Heráldica conserva bastantes características daquela, é desprovida de complementaridades supérfluas, já que o espaço representativo está preenchido pela indispensável semantização[59]. As funções semióticas dos complementos abrangem o reforço pleonástico do designante pela justificação do enredo imagético, pela associação a outros brasões ou a convicções culturais e religiosas, pelo reconhecimento de pertença a uma linguagem própria através da normalização heráldica.

Deverão caber também aqui as características que permitam uma suficiente distinção entre brasões semelhantes. Independentemente da data em que se tenha estabelecido essa normalização, é uma regra ditada pelo bom senso e, certamente, posta em prática antes da sua formalização. Talvez a maneira mais fácil de fazê-lo, aproveitando a metodologia construtiva já revelada, seria por meio dos esmaltes, seguindo-se em importância as quantidades, disposições e atitudes, excluindo a hierarquia das diferenças heráldicas, actuantes ao nível familiar.

Pleonasmo – CONDADO DE SABÓIA I por sua primeira sede no castelo de Charbonières, em Aiguebelle: *Aiguebelle* $\overset{\pi}{\sim}$ *Aiglebelle* através de *aigle* (fra. águia) + *belle* (fra. bela). *Belle* está ali apenas como pleonasmo inócuo e, se não se omite da parofonia, a rigor, fica excluído do desenho. Este foi o primeiro brasão saboiano, substituído depois pela cruz argêntea em campo vermelho, ver o CONDADO DE SABÓIA II à p. 99. Ver *infra* "cotos fora" do CONDADO DE HOYA, "águia grande" do SACRO IMPÉRIO I à p. 95 e "temai leões" do REINO DE INGLATERRA III à p. 102.
(Cdn / Com / wij)

Adereços – CONDADO DE HOYA por referência toponímica a Stumpenhausen: *Stumpenhausen* $\overset{\pi}{\sim}$ *Stumpfenraus* através de *Stumpfen* (ale. cotos) e *raus* (ale. fora). A armadilha tem uma função justificativa para o corte das patas do urso. Na verdade o que se mostra não são os cotos mas o seu complemento, os membros decepados. Um urso amputado ou outro animal qualquer a brasonar, não remeteria aos cotos, que dizem respeito aos braços, unicamente. O *raus*, eventualmente pleonástico, poderá referir-se a: a) os cotos estão fora do escudo ou b) as patas estão "fora" do corpo.
(∅)

Imitação – DUCADO DA BAIXA ÁUSTRIA por sua capital Viena: *Wien* $\overset{\pi}{\sim}$ *Fünf* (ale. cinco) por ensurdecimento do "w" para "f". Sendo o designante um numeral, escolheu-se a águia do SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO I e II, às pp. 95 e 90, para personificá-lo. Compare-se também as armas do IMPÉRIO LATINO à p. 90 com o REINO DE JERUSALÉM à p. 93 e as armas de fantasia de JERUSALÉM à p. 91 com o REINO DE JERUSALÉM à p. 93.
(∅)

[59] Citamos Umberto Eco: "[...] podemos dizer que nos signos icónicos prevalece – e às vezes de maneira excessiva – o que na linguagem verbal chamaríamos de variantes facultativas e traços supra-segmentais. Mas reconhecer tal facto não significa afirmar que os signos icónicos escapem à codificação", ver (ECO, 2005, pp. 117–118).

Sacralização – DUCADO DE TRAKAI pelo lago Galve: Galv$\dot{e} \overset{\pi}{\sim}$ *Galva* (ltn. cabeça). O Galve é o lago mais importante da cidade de Trakai, dentro dele, numa ilha, estava o castelo dos duques. Não se optou por uma cabeça qualquer, adoptando-se o santo que se celebrizou por perdê-la às mãos de Herodes: São João Baptista.
$(\emptyset)$

Simetria – Busca a harmonia do desenho, geralmente através das quantidades, mesmo em contradição com o traço de número do designante. Ver os dois robalos do CONDADO DE BAR à p. 87 e as três pernas do REINO DE MANN à p. 96.

Preenchimento – Procura-se o equilíbrio entre a mancha do campo do escudo e as peças e móveis que se lhe sobrepõem. Ver o mosqueado do DUCADO DA BRETANHA à p. 105 e os espelhos do CONDADO DE SPIEGELBERG à p. 108.

Centralidade – A colocação do móvel no coração do escudo quando solitário ou, quando mais de um, simetrizados em relação ao ponto central; a mesma ideia aplica-se às peças. Ver o castelo do REINO DE CASTELA à p. 101 e o esquartelado do REINO DE GALES à p. 89.

Contraste – As cores heráldicas deverão estar sempre separadas por metais. As únicas excepções parciais a esta regra que encontrámos na amostra, são impossibilidades topológicas e semânticas para a combinação das cores naquela forma. Ver o negro e o verde do CONDADO DE KIRCHBERG à p. 98 e o azul e o vermelho do DUCADO DE BORGONHA à p. 95. Para o DUCADO DE TRAKAI, ver *supra*, o vermelho do campo sobre o negro dos cabelos e da barba deverá constituir uma traço semântico que nos escapou.

Simplificação – CONDADO DE TONNERRE: *Tonnerre* $\overset{\pi}{\sim}$ *Tonnerre* (fra. trovão). Associado à estilização de um relâmpago: uma banda em ouro sobre campo vermelho. Ver o horizonte transformado em escudo cortado do PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN à p. 105, as achas de fogueira representadas por asnas do CONDADO DE CLARE à p. 106 e as cunhas convertidas em maclas do CONDADO DE WINCHESTER à p. 106.
(Leb)

Proporcionalidade – As figuras e divisões assumem uma área relativa coerente com a semântica, o que poderá também afectar o seu número e a escolha das peças. Ver as traves do CONDADO DE RENNES à p. 98 e o cadinho do MARGRAVIATO DE MONFERRATO à p. 105.

5.5.14 Transmigração

É a passagem consistente das representações e conceitos denominantes ou designantes, no todo ou em parte, de um brasão para outro, excluindo-se as meras coincidências. Trata-se de um movimento extensional que age para fora de cada exemplar heráldico, levando-o a reproduzir-se ou a substituir os modelos anteriores. O número de descendentes, como na Biologia, tenderá a aumentar com o vigor dos progenitores.

As modificações podem ser muito pequenas, um pormenor invisível ao longe, ou tratar-se de um desenho inteiramente distinto. No primeiro caso somos tentados a dizer que o brasão é

o mesmo, no segundo que haverá criação e não transmigração. Adoptámos, porém, o critério das regras da Armaria que diferenciam os brasões no seio familiar, mesmo sem a intervenção da semântica parófona.

Quanto a armas completamente diferentes, entenda-se que só haverá transmigração quando o referente permanecer o mesmo e novas versões do escudo forem criadas com base naquela origem. Será persistência quando a jurisdição for a mesma, embora as dinastias governantes possam alterar-se. Os cursos de água, ao correr livremente por jurisdições diferentes, dão azo a que seja possível a um só referente coexistir em mais de um brasão. A essa transmigração chamámos abrangência.

Evolução – REINO DA BÓSNIA por sua antiga capital Bobovac: *Bobovac* $\overset{\pi}{\sim}$ *Bob* (bos. fava). A flor papilonácea tomada, como metonímia designante, tem uma geometria que pode lembrar vagamente o lis heráldico. A parte central associa-se ao estandarte, as laterais às asas e a inferior à quilha. Em alternativa pode ter sido tomado o lis, com o sentido genérico de flor, a sublimar a modesta faveira. Usou-se inicialmente *bob* (bos. fava), depois adoptou-se a mesma palavra para designar o feijão, que sugerimos ser anterior ao acréscimo de "gavinhas" ao brasão, órgãos características desta planta trepadeira americana e ausentes na faveira[60].
(∅)

Aperfeiçoamento – REINO DA NORUEGA por sua capital Oslo: *Oslo* $\overset{\pi}{\sim}$ *Øksløve* através de *øks* (nor. machado) + *løve* (nor. leão), com o acréscimo, por paragoge, de "øve". Inicialmente havia um leão simples, o acrescento do machado documenta-se numa fase posterior, ajudando a melhorar a parofonia.
(Cdn / Her / Leb / Wij)

Substituição – DUCADO DE GUELDRES I: *Gueldern* $\overset{\pi}{\sim}$ *Geld* (hol. dinheiro) representado por três besantes dourados a fazer de moedas. Mais tarde, DUCADO DE GUELDRES II, os besantes foram substituídos pela *Gelderse Roos* (hol. rosa-de-Gueldres), cuja variedade cultivada parece ter-se originado ali[61].
(∅)

Persistência – CONDADO DE MARCHE I por: *Marche* $\overset{\pi}{\sim}$ *Marches* (fra. degraus), uma ideia de fundamento geometrizante. O escudo é alterado depois mas persiste o mesmo denominante, passa a CONDADO DE MARCHE II: *Marche* $\overset{\pi}{\sim}$ *Marche* (fra. caminhada). Três leões, um atrás do outro, em marcha[62].
(Add / Com / Her / Leb / Ofl / Ver /)
(∅)

Abrangência – CONDADOS DE DIEZ, NASSAU e SOLMS pelo rio Lahn: *Laugana* (lat. Lahn) $\overset{\pi}{\sim}$ *Löwe* (ale. leão). O rio passa pelas sedes dos três condados, e todos parecem ter-se inspirado neste único denominante para executarem os seus brasões.
(Wij)

---

[60] A explicação tradicional é dada pela flor de uma espécie de lírio autóctone: o *Lilium carniolicum* var. *bosniacum*.
[61] Ou noveleiro, *Virbunum opulus*.
[62] Andantes, na terminologia heráldica.

5.6 Conclusões Preliminares

A maior surpresa dos resultados foi poderem justificar-se vínculos de parofonia para todos os escudos analisados, mesmo os incluídos a montante nos chamados brasões de transmissão. Tínhamos abandonado excelentes soluções parófonas no universo amostral, em virtude dos critérios apontados na caracterização amostral da p. 78. As seleccionadas com menor viabilidade de aceitação foram reexaminadas e conseguiu-se elevá-las a um patamar superior. Acreditamos que seja possível fazer o mesmo para outras, na mesma condição inicial, que permaneceram naquele universo amostral sucintamente analisado.

As conclusões abaixo referem-se, na maioria, aos dados amostrais. Apesar de não terem um tratamento puramente quantitativo, fazem inferir um comportamento semelhante para o universo. O que se desejava, mais do que nada, era fornecer ferramentas para o capítulo seguinte, em que aplicaremos as conclusões preliminares deste capítulo e do estudo sintáctico anterior.

Finalmente, ultrapassámos com sucesso a etapa que buscava um modelo estrutural organizador da parofonia, podendo dizer seguramente que podemos admitir, a partir de agora, a parofonia como método representativo da heráldica primitiva europeia[63]. Devemos procurar no próximo capítulo uma solução parófona satisfatória para o Reino de Portugal. Eis as conclusões:

- As jurisdições da amostra eram na maioria (66%) condados e reinos, coerentes com o Portugal do século XII.
- 72% dos dados amostrais achavam-se nos armoriais tomados como fontes.
- A amostra abrangeu os principais instrumentos construtivos do brasonamento.
- Existiu, de ordinário, metonimização do referente.
- Detectaram-se os seguintes modos de metonimização do referente: residencial, capital, territorial, hidronímia, antroponímia e etnomímia.
- Metade das metonimizações dos referentes deveram-se à capitalidade.
- A quarta parte das metonimizações dos referentes referiam-se à hidronímia.
- 98% dos denominantes originaram-se em pressupostos geográficos.
- A língua do próprio território e o latim eram dominantes na fase de verbalização.
- O fenómeno parófono percorreu toda a heráldica europeia.
- Todos os brasões admitiram construções parófonas.
- É possível admitir a existência de parofonia para a representação heráldica primitiva.
- Encontraram-se exemplos para vinte e seis variedades de acomodação.
- A sematização construiu-se nas dimensões disponíveis: palavra ou imagem, simples ou composta, homonímica, heteronímica ou híbrida.
- A metonimização ocorreu também no designante: uma ou mais vezes, simples, composta ou sucessiva.
- O designante referiu variadamente substantivos, adjectivos, numerais e verbos.
- Definiu-se o percurso organizativo da modalidade parófona: referente, metonímia do referente, verbalização, acomodação, sematização, significante, traços significantes.
- Determinaram-se as interacções: ressonâncias, ocultações, arranjos e intercalações.

[63] Ver o estabelecimento da hipótese à p. 55.

- Identificaram-se algumas anomalias: profusões, hesitações, sublimações, divergências, subtracções e omissões.
- Isolaram-se os processos complementares: pleonasmos, adereços, imitações, sacralizações incluindo-se os próprios ao brasonamento tradicional.
- Reconheceram-se vários meios de transmigração: evolução, aperfeiçoamento, substituição, persistência e abrangência.

Capítulo 6

Resolução do Problema

6.1 Enquadramento

A Heráldica veio a modificar-se progressivamente desde os seus inícios. As influências políticas e sociais, justapostas à plataforma geográfica, agiram no sentido de alterar o quotidiano e o modo de vida dos intervenientes no sistema[1]. Não terá sentido estabelecer a semântica como síntese, sem atender aos contextos, evoluções e lógicas dos significados nos casos particulares.

Quaisquer das componentes do brasão português, estudadas na sintáctica, têm um potencial de esclarecimento. Se estão associadas à elucidação que procuramos, seria impossível sabê-lo, com certeza, sem que se explicasse primeiro a natureza de cada uma, algo impossível de se obter, senão iterativamente. A proposição de que algumas delas ou todas não possuam qualquer significado no sentido restrito, afigura-se improvável mas difícil de esclarecer neste problema em particular[2]. Exige-se, pois, comedimento na mediação do perceber que não se sabe e o demonstrar que não há lugar à interpretação. O vácuo do sentido amplo deixa sempre mais espaço à opinião[3].

Um brasão desprovido de significado poderia ser aquele sem figuras, divisões ou esmaltes, talvez transparente para excluir o campo. Teria no último dos casos um sentido, a ausência absoluta: a armigeração do $X\alpha o\varsigma$ helénico. Caos depois entendido como excesso desordenado; por um lado em antítese, por outro em harmonia, porque, tanto num como noutro, não há organização. Haverá intencionalidade estruturada em todas as primeiras representações, ou chamaríamos de estrutura à melhor maneira de apreender o incompreensível, através das suas emulações, criadas ou observadas?

O processo inicia-se com o desejo de criar uma conexão entre desenho e indivíduo. Não é necessário que o traçado seja inédito nem que o indivíduo não possuísse outros recursos simbólicos. Restringe-se pela desejada singularidade pictórica, resultante das figuras e dos esmaltes, da combinação cromática, etc. Mesmo que, com o tempo, permaneçam a jusante apenas os significados *lato sensu*.

Faustino Menéndez-Pidal opina que há três grandes modos de semantização na Armaria, podendo concorrer em simultâneo[4]:

---

[1] Ver o que diz Manuel Norton (NORTON, 2004, p. 95).

[2] "Parece pouco possível a existência, nos signos heráldicos, de relações totalmente *arbitrárias* entre significante e significado", é o que diz Augusto Ferreira do Amaral (AMARAL, 1975, p. 31).

[3] "*Pero, evidentemente, unas armas cualesquiera, aunque su elección inicial obedezca a otro género de motivos – imitación, simplemente capricho,[. . .]– poseen siempre significados en el sentido más amplio*", ver (NAVASCUÉS, 1993, p. 38).

[4] Ver (NAVASCUÉS, 1993, pp. 38–40).

- Associação: o utilizador, pessoa natural ou jurídica, condição social, titularidade, linhagem, grupo social, qualidade, etc. Pelo simples uso do objecto brasão faz-se assinalar a sua distinção dos demais, permitindo também situá-lo no estrato correspondente.
- Transmissão: familiar, vassálica, jurídica, por usurpação, apropriação, etc. Mostra a pertença a um grupo mais alargado, ligado pela hierarquização política e genealógica, estima pessoal ou magnanimidade[5].
- Identificação: da propriedade, pessoa, poder, liderança, patrocínio, etc. Indica o nome, a propriedade, a personalidade, um evento assinalável.

Convirá então circunscrever o assunto que nos ocupará. Renunciámos ao primeiro modo, de associação, que não vai além do esclarecimento imediato. Não tenta explicar. Como na fotografia, é um meio de referência biunívoco. O segundo modo, de transmissão, por omitir a génese é, no máximo, um ajustamento: transfere um possível significado, mesmo desconhecido. Interessa-nos minimamente porque poderá excluir uma busca mais difícil ou infrutífera, num contexto desadequado. Do terceiro, a utilizar, não trataremos das armas ditas imaginárias, inventadas para entes já desaparecidos, de ficção ou quando se desconheçam as armas genuínas. Esses brasões não obrigam às exigências de uma semântica concreta; todavia, alguns deles, falantes, são instrutivos para os nossos desígnios[6]. Por fim, não veremos aqui as consequências da socialização das imagens, senão quando discorrermos sobre a pragmática. Interessa-nos, a montante, o que está por trás da causalidade geradora[7].

O ser humano arraiga-se aos usos, hábitos, e tradições: é condicionado energicamente pela cultura. Não sendo uma vocação de todo indesejável, inibe o avanço do conhecimento quando pouco se sabe, apesar de, nesta matéria, muito ter sido discutido. Escreveu o Marquês de Abrantes, ao falar da solução para o tema desta dissertação:

> "Na verdade, encontramo-nos neste caso perante um enigma muito mais perturbante e intrincado do que o suscitado pela bordadura, já por ele ter uma origem muito mais remota que a desta, já por os escudetes, os elementos básicos das armas de Portugal, não serem, ao contrário do que acontece com os de alguns outros reinos da Península, como os de Castela e Leão, «*móveis*» de índole «*falante*»"[8].

Rejeitou-se, assim, aprioristicamente, um método explicativo, sem que houvesse uma compreensão cabal e incontroversa, tanto da questão como do sistema.

Apesar da controvérsia existente sobre o assunto, acreditamos que a linguagem escrita seja um exemplo dos diversos compartimentos semióticos que recorrem à percepção visual. E mais aquém a linguagem fonética, sua predecessora, dependia fortemente do universo sensorial periférico, como nunca seremos capazes de imaginar. Contudo, não podem deixar de existir poderosas conexões com os restantes métodos de comunicação após a emergência, desenvolvimento e consolidação da supremacia das línguas. Em todos os fenómenos há um grau variável de redundância, sem que

[5] Pertença ou empenho em pertencer, aquando de uma usurpação.

[6] Ver as armas de fantasia do *Armorial de Zurique* para PORTUGAL I à p. 96. Para a imaginária portuguesa veja-se *Heráldica Imaginária Portuguesa: O Caso do Palmeirim* (BORGES; BORGES, 1989).

[7] De rejeitar, como ponto de partida absoluto, a opinião de Faustino Menéndez Pidal, que citamos por acompanhar a maioria das suas opiniões: "*La primera elección del emblema (la única significación que admite el más restringido concepto) parece que se apoyaría, en la mayor parte de los casos, en motivos no derivados de un razonamiento, de un encadenamiento lógico, sino simplemente en gustos, modas o costumbres, siempre guiados por la continuidad imitativa, como se ha dicho. Son emblemas desprovistos de significado en el sentido más restringido del término; ya dijimos que, junto a su valor como signos, el valor estético es otra de las bases del sistema heráldico*", ver (NAVASCUÉS, 1993, p. 40).

[8] Grifos originais.

tal implique a invariável precedência da comunicação verbal. Um recém-nascido conhece, talvez intrinsecamente, os conceitos de mãe e mama, porém aprende a reconhecer a chucha, a água e a escuridão sem que para isso necessite de estímulo linguístico[9].

Essa redundância aparece não só na relação interpretativa como também a montante, na criação dos escudos heráldicos falantes, em que uma palavra é traduzida por um desenho, justificado frequentemente a montante por uma denominação correspondente ao armigerado. Não obstante tratar-se de um sistema parcialmente misto imagem–linguagem, na verdade, não dispunha de uma gramática no verdadeiro sentido da palavra, pelo menos no estado actual do conhecimento. As regras, quando existem, são lacunares, deixavam por explicar muitos dos brasões, amiúde com definições dúbias, incoerentes ou sobrepostas.

Os brasões não se condicionam por um único tipo de código, como acontece com as línguas escritas, mas desenvolvem-se por vários, dependendo da ambiência cultural de cada interpretante. Todavia, quando nos limitamos à relação existente entre o conceito que se pretende transmitir e a concepção do conjunto visual a veicular, regressa-se à univocidade referência–referente. Apesar de podermos tomar o referente como predecessor imediato da representação armorial, este não terá, de facto, grande importância[10]. O animal leão, se não existia na fauna leonesa passeava-se pelas páginas do *Antigo Testamento*. Era um concreto virtual possível que servia ao abstracto, a figura de um leão, esta sim, significativa, a alegorizar o reino. Criou-se um símbolo que representava o pseudo-referente, o leão verdadeiro, através da sua ideia mental, o leão imaginado, a referência. Nem haveria necessidade de que fosse sequer real: a serpe alada do timbre heráldico português é fictícia mas imaginável, logo representável [11].

Por um lado, a linguagem falada nada mais é do que um código particular de sons, depois codificados em imagens escritas, e que assumiu um papel preponderante para o Homem. O logocentrismo seria, assim, uma manifestação comparável ao geocentrismo ou ao antropocentrismo, que recusavam ou abstraíam o papel do genérico em benefício eventual do que lhe era específico. A ser assim não fará sentido analisar as imagens por oposição à linguagem mas aos demais constituintes do universo perceptivo. Como fenómeno comunicativo audiovisual particular, a linguagem poderia confrontar-se mais facilmente com manifestações, naturais ou culturais, como a Zoosemiótica ou a Heráldica[12]. Já é possível, também, argumentar contra a exclusividade da nossa espécie, ao suspeitar-se das potencialidades expressivas do *Homo neanderthalensis*[13]. Por outro lado, o homem posterior à linguagem é muito diferente do que o antecedeu. Como consequência de usá-la preferencialmente para descrever o seu mundo, alterará os mecanismos sígnicos herdados e influenciará os posteriores à criação daquela ferramenta comunicativa.

Mas regressemos ao nosso tema principal. Após nascerem, as primeiras peças heráldicas vão construindo e fortalecendo códigos visuais próprios, até que se identifiquem completamente com a figura do utilizador ou com o território que representam, segundo pudemos observar nas associações amostrais mais evidentes. Umberto Eco propõe diversos desses códigos, passíveis de sobreposição[14]:

- Os *códigos perceptivos*: avaliam pela estimulação dos sentidos se é possível uma interpretação específica, antes de qualquer raciocínio icónico. Destrinçam o brasão do escudo clubís-

[9] Ver (SANTAELLA; NÖTH, 1998, pp. 42 e ss.).

[10] Ver (NAVASCUÉS, 1993, p. 41). Como vimos no capítulo anterior, este não será o referente real mas apenas um intermediário.

[11] Ver (ECO, 2005, p. 22).

[12] Ver (ECO, 2005, pp. 392 e ss.).

[13] Ver (KRAUSE; *et al.*, 2007).

[14] Adaptámos a tipologia de Eco (ECO, 2005, pp. 136–138) ao escudo de Leão, legível e culturalmente próximo.

tico, do logótipo, do emblema.

- Os *códigos de reconhecimento*: correlacionam as formas apresentadas e as habituações do interpretante. Concilia-se um leão, conhecido ou imaginado, com uma silhueta, pormenores e, eventualmente, uma cor que o evoquem sem ambiguidades.
- Os *códigos de transmissão*: descrevem exaustivamente a sintaxe da imagem. Está recodificado no brasonamento, pondo em contacto emissor e receptor independentemente da distância. No caso de Leão: "De prata, um leão de púrpura". Fica implícito no código, além do mais, que o leão é rampante, está no centro do escudo e voltado para a direita. Não é impossível que a necessidade da descrição escrita tivesse condicionado o desenvolvimento das simplificações visuais inerentes à heráldica.
- Os *códigos tonais*: dão preferência a determinadas representações que reforçam uma ideia coerente com o que está representado, tendo paralelo nos fonemas supra-segmentais como a entoação ou o ritmo da fala. Intervêm na geração heráldica, ali afins aos códigos estilísticos, ajudando a fixar a eloquência visual mais conseguida e útil, como simular a movimentação das patas do leão a esgadanhar, pelo simples traçado.
- Os *códigos icónicos*: figuras, signos e semas que têm fundamento na estrutura descrita pelo código de transmissão[15]:
  - As *figuras*: identificam-se com a segunda articulação linguística, os fonemas. Constroem a sintaxe do brasão por meio das cores (esmaltes), texturas (forros), linhas (divisões), posições (atitudes)[16]. Uma vez que alguns destes elementos podem desfrutar da capacidade semântica, lembremos os esmaltes falantes, devem ser então valorizados apenas pela componente perceptiva.
  - Os *signos*: compostos de figuras, são unidades elementares do entendimento visual. Equivalem à primeira articulação do código linguístico, os monemas. Expressam-se na cauda leonina e seu tufo, nas quatro patas, na juba. Voltando ao código de reconhecimento, a juba é tão característica do quadrúpede e rabilongo leão, que não se exigirá muito mais para o trazer à memória.
  - Os *semas*: reúnem os precedentes signos em enunciados mais completos, como o leão rampante.
- Os *códigos iconográficos*: agregam e refinam os códigos icónicos. Um leão associado à Estrela de David remete para o Leão de Judá, outro a lutar com um homem indica o Leão de Nemeia, aquele de cor púrpura e rampante no interior de um escudo com fundo branco refere-se ao Reino de Leão.
- Os *códigos do gosto e da sensibilidade*: funcionam no vasto campo das conotações. Nem sempre se pensou que o felino leonês proviesse directamente do animal. Propôs-se que estivesse ligado à força do rei, comparável à do leão, possivelmente numa derivação pragmática[17].
- Os *códigos retóricos*: reforçados pelas qualidades representativas do brasão, estiveram presente nas batalhas em que os guerreiros, agrupando-se à volta do senhor através dos símbolos comuns, lutavam com denodo a defender um companheiro, filho ou irmão, a lembrar talvez o antepassado já falecido sob o mesmo estandarte. Persuadia a matar, mas também a aceitar a morte com maior consolo.

[15] Da nomenclatura semiótica de Luís Prieto. Não se deverão confundir estas figuras com as figuras heráldicas, associadas às peças e móveis, nem com os signos de Peirce ou os semas da Semântica.

[16] Exemplificamos com a terminologia heráldica, entre parênteses.

[17] Ver o que diz Menéndez-Pidal: (NAVASCUÉS, 1982, pp. 25–26).

- Os *códigos estilísticos*: preferem soluções sintácticas que não parecem aproveitar à semântica heráldica, mas que podem condicionar os outros códigos por considerações de pormenor, organização ou execução. Uma iluminura bela e expressiva poderá ter servido de modelo às seguintes. A capacidade técnica dos artistas possibilitaria incluir minúcias como as garras e a língua do Rei dos Animais, que a partir daí passaria a mostrar-se *armado* e *lampassado*[18].
- Os *códigos do inconsciente*: fazem apelo ao conteúdo oculto da mente, indisponível para o nosso conhecimento imediato. A atitude ameaçadora das patas arreganhadas demanda o medo ancestral da ferocidade animalesca, incorporada aqui à noção de poder.

Supondo por absurdo que o leão de *León* fosse tomado por um gato a espreguiçar-se, está claro que perder-se-ia a componente de poder ou agressividade do signo. No caso de ser confundido com um leopardo já não se corromperia a mensagem principal. Para limitar a deriva do sentido recorreu-se posteriormente a determinativos. Neste caso consiste num leão armado (em cor distinta para melhor leitura do poder físico) e coroado (para melhor leitura do poder jurisdicional)[19]. O leão é quase sempre um animal adulto, em geral rampante ou passante, nunca sentado ou adormecido, jamais a constelação zodiacal.

A proposta desta dissertação tem por objectivo descobrir as razões semânticas que levaram à concepção do brasão português original. Trata-se portanto do significado *stricto sensu* sobre o qual, supostamente, se concentrou demasiada atenção no passado, em prejuízo do que poderia ter sido inferido a partir do que lhe foi aparecendo a jusante. Estamos conscientes de que a pragmática será um campo fértil para as nossas meditações. À medida que passa o tempo, as imagens do passado extinguem-se, minguam ou são aniquiladas, enquanto que as ulteriores geram-se, evoluem e reconstroem-se. Será pouco razoável atacar o problema do desconhecimento das causas ignorando os efeitos. No sentido inverso não se pode banir o papel fundamental do que está a montante sobre o estado final que, ao fim e ao cabo, resulta do primeiro estímulo. Não uma influência particular mas geral, de estrutura a estrutura, em larga medida desconhecidas.

A esse sentido restrito não aproveitou a persistente focalização na simbologia. O equívoco não estaria apenas sobre o que se estudava mas como se estudava. Mudados os métodos alterou-se o enquadramento, rejeitando-se uma fracção substancial do exercício indagativo. Faustino Menéndez-Pidal adverte sobre os primeiros:

> "*Las significaciones – término de muy variable alcance – quedan así reducidas a las que pueden atribuirse al momento de la inicial adopción de las armas, poco más que las fundadas en semejanzas fonéticas o conceptuales con un nombre; son excluidas todas las demás que llegarán a poseer esas mismas armas en sus representaciones plásticas posteriores*"[20].

Enquanto que José Mattoso acentua:

> "[...] a importância do estudo dos símbolos, das insígnias e dos rituais para compreender as convicções, as ideias e as representações mentais dos homens da Idade Média. Estes elementos, incompreendidos e até desprezados pela historiografia positivista dos séculos XIX e XX, revelam-se, afinal, altamente significativos"[21].

[18] Mas nem sempre gozou daquele estatuto: "*L'ours* [...] *son ancien rôle de roi des animaux une certaine vogue héraldique dans les pays germaniques et celtiques*", ver (PASTOUREAU, 2003, p. 146).

[19] Armado: com garras.

[20] Ver (NAVASCUÉS, 1993, p. 35).

[21] Ver (MATTOSO, 1987, p. 229).

As características fundamentais do brasão derivam dele como objecto físico e da sua funcionalidade como marca de posse. A indicação de titularidade, no primeiro nível, deve estar associada ao outro objecto assinalado de que se é titular. Estes objectos não são um vulgar artefacto em que se possa aplicar um sinal indelével. São plurais, dispersos e desmesurados: castelos, terras e reinos, além de incorpóreos: primogenituras, patronatos, jurisdições.

O fraccionamento do poder, característico do feudalismo, multiplica a utilidade e as ocorrências, transformando-o num sistema alargado. Vemos com algum cepticismo a atribuição isolada dos fundamentos da Heráldica às necessidades bélicas de identificação, até porque a proto-heráldica começa com os civis e pacíficos selos, que continuam a exercer a sua função nos séculos posteriores[22]. A oportunidade da extensão funcional dos brasões para além da guerra, talvez se relacionasse à dimensão física. Que fazer com os escudos quando ociosos, senão exibi-los pelas paredes?

A propriedade era, de facto, uma prerrogativa algo insegura. Conflitos sucessórios, religiosos e autonómicos, o direito de conquista ou a pura desfaçatez bastavam para alterar uma conjuntura territorial. Quando o vizinho começasse a assinalar, de maneira mais clara, a sua identidade e hegemonia sobre a matéria mas também, fundamentalmente, sobre os espíritos, não restaria muita escolha senão fazer o mesmo. Como é evidente, nada disso alterou a segurança fundiária mas obrigou à imitação, conduzindo ao restabelecimento progressivo do equilíbrio.

Assim como o fenómeno heráldico se organiza pela existência de variados paradigmas dentro da mesma superestrutura, cada fenómeno particular, ao repetir-se por brasões iguais ou muito semelhantes, dispõe-no à aceitação e fortalece a associação da titularidade.

Quanto ao tipos de leitura concorrem, ainda segundo Faustino Menéndez-Pidal, as seguintes[23]:

- Significados: mensagem do emissor aos receptores e suas interpretações;
- Estética: busca de valores aceites de beleza;
- Hábitos: conformidade aos usos sócio-culturais.

A componente comunicativa desejará que se compreenda aquilo que se planeia transmitir. Ainda não é possível assegurar se haveria apenas um canal comunicativo com os respectivos destinatários; se os canais seriam redundantes ou independentes e, caso independentes, se permaneceriam estanques à compreensão. O elemento estético tem potencial para influenciar desde um arranjo complementar até à escolha deliberada de temas, que poderão parecer mais convenientes sob esta óptica apenas. Os costumes, estilos, modas e tendências impedirão que a imagem transponha determinados limites, condicionados pelo ambiente cultural e pela sociedade.

A sintáctica do brasão português faz presumir um raciocínio construtivo bem ordenado. Evoluções posteriores poderiam ter motivos de ordem prática ou interpretativa, mas a origem simbólica parece ter um significado completo para a função almejada. Os autores dos escudetes besantados basearam-se numa tradição estabelecida, seguramente a mesma dos outros territórios europeus, e em evidências que talvez não chegassem a alcançar-nos. Depararam-se com a necessidade da simbolização visual do reino. Castelhanos e leoneses tiveram uma tarefa relativamente fácil mas os nossos estiveram obrigados a bem mais. Perguntámo-nos há já algum tempo – O que é um *portugal*? Como assegurar a sua abstracção imediata usando-se apenas a cor e a forma? Seria possível substantivá-lo para além da toponímia?

[22] Como afirmou Pastoureau: "*L'apparition des armoirires en Europe occidentale n'est en rien due ni aux croisades, ni a l'Orient, ni aux invasions barbares, ni à l'Antiquité romaine, mais qu'elle est liée d'une part aux transformations de la société féodale aprés l'an mille, dautre part à l'évolution de l'equipement militaire entre la fin du XIe siècle et les premières decennies du XIIe*", ver (PASTOUREAU, 1996, p. 16).

[23] Ver (NAVASCUÉS, 1993, p. 36).

Portucale representava de início não só o Condado Portucalense como também a cidade do Porto. O documento que nos apresenta pela primeira vez este topónimo do Baixo-Douro, é a *Crónica de Idácio*: "Ano de 457: Requiário que se encontrava refugiado numa localidade denominada Portucale, é conduzido como prisioneiro ao Rei Teodorico"[24]. Com significado regional o corónimo Portucale aparece já num documento do século X. Não seria o único, há outros Portugal em Santa Eulália, concelho de Fafe, uma Quinta de Portugal em Esmolfe, concelho de Penalva do Castelo, o lugar de Portugal em Montargil, concelho de Ponte de Sor, etc. Nada que se possa aproveitar de concreto, de acordo com os hábitos de brasonamento apreciados no capítulo anterior.

O que se conhece das chamadas "armas antigas" da cidade do Porto também não esclarece o essencial da nossa dúvida. Vasco Valente diz que eram constituídas por uma cidade amuralhada e não por torres, como hoje se vê, anexando por prova os ceitis cunhados na cidade, o foral manuelino e uma gravura nos *Tropheos Lusitanos*[25], Armando de Matos contrapõe atribuindo ao foral um castelo estilizado, Ceuta aos ceitis e as armas mais antigas de Portugal ao que está nos *Tropheos*[26]. Fosse como fosse, não parece haver qualquer relação entre este escudo e o nacional.

Nada mais nos resta, senão seguir diligentemente o processo construtivo apreendido com a análise das nossas oitenta e seis amostras, aplicando explicitamente a modelização proposta no capítulo Metodologia de Análise. Se em algumas partes alongámos o esmiuçar dos procedimentos, tal deveu-se ao desejo de clarificar a obtenção dos resultados finais.

6.2 Paralelos Geográficos e Jurisdicionais

A criação das armas portuguesas deverá, então, ter sofrido um processo semelhante ao dos outros reinos mas, em particular, deverá ser dada maior atenção aos seus correspondentes peninsulares. Não temos, contudo, razão para rejeitar os demais padrões estabelecidos nos equivalentes além-Península:

- Reino de Leão: uso de parofonia com metonímia para a sede do reino, León, bem como para o rio Bernesga, que passa pela capital, com traços heráldicos na figuração zoológica e no esmalte branco do campo, respectivamente. Em alternativa o nome do território substituirá a capital homónima por designação directa, com os mesmos efeitos.
- Reino de Castela: uso de parofonia com metonímia para a sede do reino, Burgos, bem como para o rio Arlanzón, que passa pela capital, ou o rio Arlanza, não se sabendo exactamente qual dos rios é a continuação do outro. Os traços heráldicos estão na figuração arquitectónica e no esmalte em ouro do campo, respectivamente. Em alternativa, o nome do território, Castilla, substituirá a capital por designação directa, mantendo-se o traço da figuração.
- Reino de Navarra: uso de parofonia com metonímia para a sede do reino, Pamplona, bem como para o rio Arga, que passa pela capital, com traços heráldicos na figuração em artefacto e no esmalte vermelho do campo, respectivamente.
- Reino de Aragão: transmitido pelo Condado de Barcelona que, por sua vez, usa a parofonia com metonímia para a sede do condado, Barcelona, bem como para o rio Llobregat, que passa pela capital, com traços heráldicos na separação em burelas bem como no seu número e ainda na cor vermelha de quatro delas, respectivamente.

[24] Ver a crónica em (CARDOSO, 1995).
[25] Ver (ALBERGARIA, 1632, p. 3).
[26] Ver (MATOS, 1936, pp. 123–131).

- Reino de Maiorca: uso da parofonia com metonímia para a torrente Sa Riera, que passa pela capital, com traço heráldico na separação em banda e no seu esmalte natural azul. O restante do escudo é transmitido pelo Condado de Barcelona.

Note-se que, para o resto da Europa, todos os reinos analisados anteriormente: Boémia, Bósnia, Bulgária, Dinamarca, Escócia, França, Gales, Hungria, Inglaterra, Mann, Noruega, Suécia e Polónia, obedecem a uma construção muito semelhante. Há uso de parofonia com metonimização em todos, a mais frequente, dez vezes, recorre às capitais dos reinos, quatro vezes aos hidrónimos, há um só caso de inspiração antroponímica, outro de etnomínia e dois referentes à moradia, nestes últimos equivalendo à sede da governação. As capitais e os rios que por elas corriam acompanham-se amiúde uns aos outros no mesmo brasão. Apesar dos exemplos acima não serem conclusivos, a nossa investigação já forneceu outros dados que apontam fortemente para aquele binómio, apesar de não os termos podido incluir no derradeiro conjunto amostral. Os traços heráldicos decorrentes por ordem decrescente de frequência são: as figurações, doze vezes, os esmaltes, sete vezes, o número, quatro vezes, as disposições, duas vezes, as separações e as atitudes uma vez cada.

6.3 Referentes e suas Metonímias

Não ficam muitas dúvidas de que o referente a considerar para o Reino de Portugal, em fins do século XII, com relação à sua representação heráldica, deverá ser do tipo locativo, em uma ou duas das suas acepções mais frequentes. Ao olhar os resultados preliminares obtidos no capítulo de Análise dos Dados Amostrais e os paralelos geográficos e jurisdicionais anteriores, aparentemente, teríamos mais probabilidades de sucesso se propusermos para metonímia do referente a cidade de Coimbra, capital do Reino e o rio Mondego que por ali passa. Outras possibilidades de metonímia poderiam ter sido consideradas, nomeadamente:

- Capital: a cidade do Porto ou Guimarães. A primeira há muito não estava ligada ao Condado Portucalense, ao qual baptizou, duvidando-se que pudesse influir de algum modo senão pela homonímia com o reino. A vila de Guimarães vai perdendo progressivamente a condição de sede do governo e é de Coimbra que o Reino é administrado no intervalo de tempo em que admitimos possa ter sido criado o brasão de Portugal.
- Residencial: a moradia ou o topónimo correspondente, no caso de Coimbra o palácio real, localizado na freguesia de São Bartolomeu, onde se construiu, mais tarde, a Universidade de Coimbra. Não conhecemos outros nomes específicos para aquela colina senão o da actual Alta coimbrã. O relevo acidentado e a precoce ocupação urbana podem ter levado a identificá-la com a própria cidade e daí um nome genérico de cariz citadino. Hábito metonímico inexistente para cá dos Pirenéus, segundo observámos.
- Territorial: o próprio nome do território, Portugal, pertencendo ao género quase universalmente aceite para as armas falantes, nunca se lhe ensaiou, ao que saibamos, uma proposta deste tipo. Foi a nossa primeira tentativa, *Portugal* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pedregal*, que abandonámos após aplicar racionalmente o processo semiótico entretanto revelado. Será, todavia, a hipótese alternativa mais forte às que enunciámos inicialmente.
- Antroponímia: eventualmente o nome do Rei Fundador ou, alternativamente, o de seu filho, D. Sancho I. Peca por não haver nenhum exemplo peninsular e, para o único dos reinos europeus da nossa amostra a utilizá-la, o País de Gales, há uma mistura anómala de língua territorial com língua de influência, ou talvez apenas esta última, o que faz suspeitar de construção tardia.

- Etnonímia: o nome do povo português, igualmente sem sustentáculo de monta, senão o Reino de Inglaterra e o Senhorio da Irlanda, que verbalizam em anglo-normando, a apontar, talvez, para hábitos próprios àquelas latitudes.

6.4 Verbalizações, Acomodações e Sematizações

6.4.1 Colimbria

VERBALIZAÇÃO

Só levaremos em conta a possibilidade de uso do latim, do romance português ou uma mistura das duas línguas, muito mais próximas naquela época. Seriam medíocres as justificações para o uso de línguas de influência, como o leonês ou o francês, e nenhumas para utilizarem-se línguas de conquista.

Tomamos em conta apenas o *Livro Santo* para determinar as formas escritas dos primeiros topónimos escolhidos. Primeiramente porque é um livro da cidade de Coimbra, menos atreito às versões deformadas de algum forasteiro. Em segundo lugar porque os documentos medievais nele transcritos, de 1095 a 1224, a maioria de 1130 a 1160, estão inseridos na janela temporal onde deveremos encontrar a génese das armas de D. Afonso I. Em terceiro lugar porque os monges crúzios cultivavam a palavra escrita com esmero e proficiência, voltando a garantir a coerência das denominações. Finalmente, o Mosteiro era particularmente acarinhado por D. Afonso Henriques e vários dos seus documentos têm a sua presença, mais um abono da qualidade do que ficou escrito[27].

Para a cidade de Coimbra encontrámos as seguintes formas: *Colimbria*, *Colimbriam*, *Colimbrie*, *Colimbriane*, *Colimbriensem*, *Colimbriensi*, *Colimbriensis*, *Colinbria*. Para o rio Mondego achámos: *Mondeci*, *Mondeco*, *Mondecum* e *Mondego*. Das verbalizações, muito semelhantes, quase todas em latim, como os documentos, sobressaem duas formas mais utilizadas: *Colimbria* e *Mondeci*, que escolhemos para prosseguir a nossa tarefa[28].

ACOMODAÇÃO

Passamos às tentativas de correlação para *Colimbria*. Nesta primeira aproximação cuidamos apenas do aspecto fonético, arregimentando os vocábulos mais semelhantes, começando pelas sílabas iniciais, verbos declinados entre parênteses:

cælamen: escultura; *cælebs*: solteiro; *cæles*: celestial; *cælo*: cinzelar; *cælum*: céu, ar; *cælum*: cinzel; *cæpa*: cebola; *cærula*: mar; *cærulus*: azul; *caio*: castigar; *calabrica*: atadura; *calami*: canas, flauta, pena; *caleo*: arder, ter calor; *calida*: água quente; *clabriæ*: ataduras; *calix*: cálice; *callens*: instruído; *calleo*: ter calos; *callis*: caminho, vereda; *callui*: (ter calos); *calo*: chamar, criado; *callum*: calo; *calpar*: vaso de barro; *calumnia*: calúnia, astúcia; *calva*: crânio; *calvaria*: crânio; *calx*: cal, limite; *calyx*: cálice floral; *cama*: cama; *cambio*: permutar; *camera*: abóbada; *camillum*: caixinha; *camus*: cabresto; *cani*: cabelo branco; *canis*: cão; *canna*: cana, flauta; *canum*: branco, de cabelos brancos, velho; *capra*: cabra; *caprea*: cabra-montesa, gomo de videira; *carbo*: carvão; *caulæ*: curral; *caulis*: caule; *cauma*: caloraça; *cavea*: cova, gaiola; *cavi*: buraco; *cavillor*: gracejar; *celer*: veloz; *celes*: navio, corcel; *cera*: cera; *cerebrum*: cérebro; *chelys*: tartaruga;

[27] Nesse último aspecto teríamos, sem dúvida, maior base documental nos *Documentos Medievais Portugueses*; após uma breve consulta não achámos diferenças significativas, pelo que, por amor à brevidade, resgatamos apenas as formas do primeiro.

[28] Ver (VENTURA; FARIA, 1990).

chors: pátio; *cilium*: cílio; *cinis*: cinza; *clare*: claramente; *clareo*: brilhar; *claro*: iluminar; *cleri*: cleros; *cliens*: protegido; *clima*: clima, região; *clino*: inclinar; *co*: co (prefixo); *coalui*: (aumentar); *cochlea*: caracol; *cochlear*: colher; *cœles*: celeste; *cœli*: céus, climas, regiões; *coii*: (aliar-se); *collabor*: cair; *collaboro*: colaborar; *collævo*: alisar; *collis*: colina; *collum*: pescoço; *colluo*: lavar; *collybum*: câmbio, ágio; *collyrium*: colírio; *colo*: filtrar, cultivar; *coluber*: cobra; *colubra*: cobra; *colum*: passador; *columba*: pomba; *columbarium*: pombal; *columbarius*: tratador de pombas; *columbor*: arrulhar; *columbus*: pombo; *columen*: cume; *columna*: coluna; *colymbus*: piscina; *coma*: cabeleira; *comburo*: queimar; *comis*: pródigo; *comma*: vírgula; *compar*: semelhante; *cooperio*: cobrir; *coprea*: bobo; *cor*: coração; *cora*: pupila; *corallium*: coral; *coram*: em frente; *corbis*: cesto de vime; *corium*: couro; *cos*: pedra de amolar; *culicis*: mosquitos; *culina*: cozinha; *culmen*: cume; *culminis*: cumes; *cum*: com; *cuma*: rebento; *cumera*: cesto de junco; *cuminum*: cominho; *cummis*: goma; *cunæ*: berço; *cunei*: cunhas; *cur*: por que?; *cura*: cuidado; *curia*: cúria; *curio*: pregoeiro; *curis*: lança; *curo*: cuidado; *cylindrus*: cilindro; *cymbium*: taça.

Destas seleccionamos as melhores, ainda a sentimento, com um critério fonético mais apertado, no todo ou em parte do denominante, recordando-nos das possibilidades de transformação oferecidas pelas declinações, conjugações, plurais, etc. A palavra *Colimbria* é bastante extensa pelo que é de suspeitar que a parofonia seja composta. Continuemos a procura, separando soluções completas, prontas para a comparação final; compostas, necessitando de mais componentes e intermédias, que tanto podem ser completas como compostas:

Completas – *clabriæ*: ataduras; *columbarium*: pombal; *columbarius*: tratador de pombas; *colubra*: cobra; *collyrium*: colírio;

Intermédias – *culina*: cozinha;

Compostas – *caulis*: caule; *cœli*: céus, climas, regiões; *collis*: colina; *collum*: pescoço; *co*: co (prefixo); *coii*: (aliar-se); *colum*: passador; *coma*: cabeleira; *comma*: vírgula; *cor*: coração; *cora*: pupila; *corium*: couro; *cos*: pedra de amolar; *culina*: cozinha; *culmen*: cume; *cum*: com; *cuma*: rebento; *cumera*: cesto de junco; *cummis*: goma; *cunæ*: berço; *cunei*: cunhas.

Inspeccionamos agora as figurações do brasão primitivo de Portugal e desprezamos as soluções que, à primeira vista, parecem não poder estar ali representadas. Naturalmente, poderemos voltar atrás se, ao termo de todo o processo, não encontrarmos soluções satisfatórias. Após a filtragem, restam:

Completas – *columbarium*: pombal, assumindo os escudetes como pombais e os besantes como buracos de entrada.

Compostas – *caulis*: caule, os besantes como caules cortados vistos de cima; *cœli*: céus; a amplidão do espaço dos escudetes, sendo os besantes constelações ou uma precipitação atmosférica; *co*: co (prefixo), ideia de associação dos besantes ou dos escudetes; *coii*: (aliar-se), o mesmo; *coma*: cabeleira; a constelação *Coma Berenices* nos besantes; *cum*: com, ideia associativa mais genérica do que as anteriores; *cumera*: cesto de junco, a forma dos escudetes; *cunæ*: berço, o mesmo, visto de frente; *cunei*: cunhas, o mesmo, visto de cima.

Voltamos a ler o escudo português, ao repassar a última filtragem, olhando agora às concepções que possuam um esmalte natural passível de ser representado pelo azul dos escudetes, no branco ou prata dos besantes e do campo. Sempre poderemos retornar, muitas representações heráldicas trazem cromatismos incoerentes:

Completas – *columbarium*: pombal, coerente com os buracos de entrada se considerarmos os besantes vazios da cor do campo, quanto à cor dos pombais em si, provavelmente seriam caiados ou da cor da pedra.

Compostas – *caulis*: caule, poderiam representar choupos ou outro vegetal de caule esbranquiçado; *cœli*: céus, o azul nos escudetes; *co*: co (prefixo), não interfere nos esmaltes; *coii*: (aliar-se), o mesmo; *coma*: cabeleira; a constelação de estrelas brancas no céu azul; *cum*: com, não interfere nos esmaltes.

Recorremos agora ao filtro de número, eliminando tudo o que seja incoerente sob esse ponto de vista. Como os esmaltes, poderá haver uma componente paralela que justifique a multiplicação das unidades singulares. O contrário será mais difícil de justificar:

Completas – Fica *columbarium*.

Compostas – Mantemos *cœli*, *co*, *coii*, *coma* e *cum*.

Passemos ao filtro de orientação, assumindo que nada possa aparecer numa posição diferente da que aparece normalmente na vida real:

Compostas – Continuam *cœli*, *co*, *coii*, *coma* e *cum*.

Poderia haver o recurso a outros filtros, de atitude, localização, etc. mas já não têm cabimento com o que nos restou. Continuemos com as soluções compostas. Temos quatro dessas possibilidades, veremos o que implicam quanto ao restante, sem esquecer o fenómeno da sobreposição.

- *Colimbria*: *cœli* = *(i)mbria*,
- *Colimbria*: *co* = *(o)limbria*,
- *Colimbria*: *coii* = *(i)mbria*,
- *Colimbria*: *coma* = *(m)bria*,
- *Colimbria*: *cum* = *(l)imbria*.

Voltamos a procurar vocábulos do latim medieval português, primeiro para *(i)mbria*, servindo também para os outros três radicais, se bem que truncados:

Para *(i)mbria* – *emporium*: empório; *imber*: chuva, neve, nuvem; *imbrex*: telha, telhado; *imbrica*: cobrir de telhas; *imbricus*: chuvoso; *imbuo*: embeber; *imperite*: desajeitadamente; *imperitia*: inexperiência; *imperium*: poder, autoridade, império; *impero*: ordenar; *impleo*: encher; *implico*: enlaçar, confundir, implicar; *impraægno*: impregnar, fecundar; *impresse*: profundamente; *imprimis*: sobretudo; *imprimo*: apertar, marcar; *in*: em, sobre, dentro de; *inebrio*: embriagar; *inibi*: nesse lugar; *innuba*: solteira; *innubilus*: desanuviado; *iris*: arco-íris; *membri*: membros; *uber*: fértil, rico, mama.

Para *(l)imbria*, incluindo-se as anteriores – *labarum*: lábaro; *labeo*: beiçudo; *labia*: lábios; *labium*: lábio; *laboro*: trabalhar; *labrum*: tina, bacia; *lambero*: rasgar, morder; *lea*: leoa; *lembus*: bergantim; *lemma*: tema; *leo*: leão; *libarius*: pasteleiro; *libens*: alegre; *libentia*: alegria; *liber*: livre, livro; *libere*: livremente; *liberi*: descendentes; *libero*: libertar; *libræ*: libras; *libro*: equilibrar, examinar; *lima*: lima, correcção; *limo*: limar; *lumbare*: cinto, ceroulas; *lumbricus*: minhoca; *luna*: Lua; *luo*: pagar; *lyra*: lira;

Para *(m)bria*– *beria* ou *beira*: beira; *baris*: pequeno barco a remos; *barrio*: barrir; *boo*: retumbar; *Boreas*: vento norte; *braca*: bragas; *bregma*: alto da cabeça; *me*: eu; *mi*: a mim; *par*: par, igual; *paries*: parede; *pario*: igualar, produzir; *per*: através de; *præ*: em frente de.

Para *(o)limbria* pouco mais descobrimos, além do que se achou acima – *hoc*: por isto; *olea*: oliveira, azeitona; *olens*: perfumado; *oleo*: cheirar a; *oleum*: azeite; *olim*: outrora; *olla*: panela.

A selecção fonética produzirá:

Completas para *(i)mbria – imber*: chuva, neve, nuvem; *imbrica*: cobrir de telhas; *imperitia*: inexperiência; *impero*: ordenar; *inebrio*: embriagar; *membri*: membros; para *(l)imbria – lemma*: tema; *liberi*: descendentes; *libero*: libertar; *libræ*: libras; *libro*: equilibrar, examinar; *lyra*: lira; para *(m)bria – beria*: beira.

Intermédias para *(i)mbria – imber*: chuva, neve, nuvem; para *(l)imbria – lima*: lima, correcção; para *(o)limbria – olla*: panela; *olea*: oliveira, azeitona; *olim*: outrora; *oleum*: azeite; para *(m)bria – beria*: beira.

Compostas para *(i)mbria – in*: em, sobre, dentro de; para *(l)imbria – lea*: leoa; para *(m)bria – boo*: retumbar.

Filtro de figurações:

Completas para *(i)mbria – imber*: chuva, neve, as gotas ou flocos seriam os besantes; para *(l)imbria – libræ*: libras, os besantes como moedas ou pesos; para *(m)bria – beria*: beira, a borda do escudo ou das figurações.

Intermédias para *(i)mbria – imber*: chuva, neve; para *(o)limbria – olea*: oliveira, azeitona; para *(m)bria – beria*: beira

Compostas para *(i)mbria – in*: em, sobre, dentro de.

O filtro de esmaltes elimina *olea* e, ao reunirem-se as parcelas, ficarão no seguinte estado:

cæliin, *cæliimber*, *cælilibræ*, *cæliberia*, *coin*, *coimber*, *colibræ*, *coberia*, *coiiin*, *coiiimber*, *coilibræ*, *coiiberia*, *comain*, *comaimber*, *comalibræ*, *comaberia*, *cumin*, *cumimber*, *cumlibræ*, *cumberia*.

Rejeitamos as inviáveis foneticamente e ficamos com:

Completas – *cæliimber*, *cælilibræ*, *cæliberia*, *coimber*, *colibræ*, *coiiimber*, *coiilibræ*, *coiiberia*, *comalibræ*, *cumlibræ*.

Compostas – *cæliin*, *coin*, *coiiin*

Que ao consolidarem-se as sobreposições dão:

Completas – *cælimber*, *cælilibræ*, *cæliberia*, *coimber*, *colibræ*, *coimber*, *coilibræ*, *coiberia*, *comalibræ*, *cumlibræ*.

Compostas – *cælin*, *coin*.

Uma análise de coerência retira: *coimber*: co + chuva, neve; *colibræ*: co + libras; *comalibræ*: Coma Berenices + libras; *coin*: co + dentro de. Juntamos então as parofonias completas de que dispomos:

cælimber, *cælilibræ*, *coiberia*, *cumlibræ*.

Continuamos com o único composto restante, *cælin* que subtraído de *Colimbria*, produz *(m)bria*, este já analisado mais acima e que, emparcelando os parófonos dele seleccionados, dará: *cælinberia*, *cælinimber*, *cælinlibræ*, dos quais só seleccionamos o primeiro. Obtemos assim as seguintes propostas completas de parofonia para *Colimbria*:

- *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cælimber*, céu + chuva (ou neve).
- *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cælilibræ*, céu + libras.
- *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Coiberia*, aliar-se + beira.
- *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cumlibræ*, com + libras.

◦ *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cœlinberia*, céu + dentro de + beira.

Devemos, por fim, aplicar a Fórmula 3.2, à p. 52 de modo a obter-se cada um dos respectivos índices de discrição, ajudando a posicionar quanto à parofonia estas cinco propostas iniciais. Incluímos o esquema abreviado de cálculo na Tabela 6.1 *infra*:

Tabela 6.1: Índices de discrição para *Colimbria*

	C	**O**	**–**	**L**	**I**	**–**	**M**	**B**	**–**	**R**	**I**	**A**
	C	**O**	**E**	**L**	**I**	**–**	**M**	**B**	**E**	**R**	**–**	**–**
c ⟶			0,5						1,0		1,0	
× p ⟶			1,0						1,0		0,5	
+ t ⟶												
= ⟶			0,5						1,0		0,5	
$\boxed{k = 0,44}$	$n_D = 9$			$n_d = 9$			$j = 3$			$\Sigma = 2,0$		
	C	**O**	**–**	**L**	**I**	**–**	**M**	**B**	**–**	**R**	**I**	**A**
	C	**O**	**E**	**L**	**I**	**L**	**I**	**B**	**–**	**R**	**A**	**E**
c ⟶			1,0			1,0	1,0					0,5
× p ⟶			1,0			1,0	1,0					0,5
+ t ⟶											1,0	
= ⟶			1,0			1,0	1,0				1,0	0,3
$\boxed{k = 0,77}$	$n_D = 9$			$n_d = 11$			$j = 5$			$\Sigma = 4,3$		
	C	**O**	**–**	**L**	**I**	**–**	**M**	**B**	**–**	**R**	**I**	**A**
	C	**O**	**–**	**–**	**I**	**–**	**–**	**B**	**E**	**R**	**I**	**A**
c ⟶				1,0			1,0		1,0			
× p ⟶				1,0			1,0		1,0			
+ t ⟶												
= ⟶				1,0			1,0		1,0			
$\boxed{k = 0,67}$	$n_D = 9$			$n_d = 8$			$j = 3$			$\Sigma = 3,0$		
	C	**O**	**–**	**L**	**I**	**–**	**M**	**B**	**–**	**R**	**I**	**A**
	C	**U**	**M**	**L**	**I**	**–**	**–**	**B**	**–**	**R**	**A**	**E**
c ⟶		1,0	1,0				1,0					0,5
× p ⟶		1,0	1,0				1,0					0,5
+ t ⟶											1,0	
= ⟶		1,0	1,0				1,0				1,0	0,3
$\boxed{k = 0,94}$	$n_D = 9$			$n_d = 9$			$j = 5$			$\Sigma = 4,3$		
	C	**O**	**–**	**L**	**I**	**–**	**M**	**B**	**–**	**R**	**I**	**A**
	C	**O**	**E**	**L**	**I**	**–**	**N**	**B**	**E**	**R**	**I**	**A**
c ⟶			0,5						1,0			
× p ⟶			1,0						1,0			
+ t ⟶												
= ⟶			0,5						1,0			
$\boxed{k = 0,27}$	$n_D = 9$			$n_d = 11$			$j = 2$			$\Sigma = 1,5$		

SEMATIZAÇÃO

Concluímos que a proposta mais favorável é *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cœlinberia*, através de *cœli* (lat. céu) + *in* (lat. dentro de) + *beria* (lat. beira)[29], longe da segunda melhor colocada, *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cœlimber*, através de *cœli* (lat. céu) + *imber* (lat. chuva ou neve). Digamos a propósito do ditongo *oe* que perdeu essa característica fonética no latim medieval passando a ser pronunciado como *e*[30]. Mantivemos, contudo, a penalização correspondente à ditongação de *o* em *oe* por preferência dos caracteres ao fonema, bem como nos outros designantes. Refira-se que não atribuímos penalizações ao par *im* – *in* por aparecer no *Livro Santo*, indistintamente, *Colimbria* ou *Colinbria*. Lembramos, como dito à p. 48, que esta modelização encontra-se numa fase incipiente, em especial no que se refere à influência da escrita sobra as armas falantes. É preciso ter sempre em mente as intenções dos criadores das parofonias. Não parece terem existido quaisquer regras expressas que lhes impusessem um limite de criatividade, apenas a íntima satisfação de obter uma correlação suficientemente boa.

Uma forma equivalente à proposta, *Beria*, é testemunhada por José Pedro Machado num documento de 1268: "*Petrus Iohannis terram de Beria*", que remete para os *Subsídios* de António Augusto Cortesão. O mesmo autor recua a 1228 para outro testemunho, proveniente das *Leges et Consuetudines*: "*Ego domnus Poncius tenens beiram et bayan*" e extrapola, talvez com alguma audácia, este outro de 1142, saído das *Chancelarias Medievais Portuguesas* de Abiah Reuter: "[...] *ad unam petram que ibi stat et de inde ad caput de baireiaes* [...]"[31]. José Machado adopta a explicação de Leite de Vasconcellos para a etimologia de beira, por redução de "rebeira".

O equivalente castelhano *vera* parece derivar-se de *viria*[32]. Algo semelhante é a posição de Joan Corominas ao contestar aqueles autores na sua extensa discussão, que principia:

> "*VERA, 'orilla', la grafía correcta es bera, probablemente tomado del port. beira, id., voz más viva en este idioma; de origen incierto, probablemente prerromano*"[33].

A palavra "Beira" já aparece no antropónimo Pedro Beira em Óis da Ribeira, concelho de Águeda, por volta de 1220[34]. Esta localidade está cercada por rios, excepto por uma parte, como acontece com a primitiva região da Beira, no Beira Côa, com a Vera de Almeria, chamada Baria pelos romanos, e as diversas Veras de Plasencia. Essa situação geográfica é semelhante à forma dos *torques* e *virias*, que não eram inteiramente fechados.

De qualquer modo já podemos fixar a nossa proposta para *cœli* no traço heráldico da cor azul dos escudetes. Apesar da pior pontuação de *Cœlimber*, não a abandonamos inteiramente, porque poderá servir de recurso a alguma incoerência que apareça no tratamento posterior de *Cœlinberia*. Neste ponto, *Cœlimber* refere-se aos escudetes completos, esmaltes e besantes, mas não interpreta com propriedade a presença destes escudetes. *Cœlinberia* parece explicar o esmalte e a escolha dos escudetes por constituir o limite, borda, ou beira, do campo heráldico, mas não justifica os besantes[35]. Retemos, então, *Cœlinberia*.

---

[29] *Beria*: romance português em textos latinos.
[30] Ver (GOULLET; PARISSE, 1996, p. 13).
[31] Ver (MACHADO, 1977, Vol. I, p. 411).
[32] "*Del celtolat. viria, anillo, círculo*" em (DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 1992, vera).
[33] Ver (COROMINAS; PASCUAL, 1983, vera).
[34] Ver (MADAHIL, 1959-1968, p. 70).
[35] O equivalente catalão *vora* (cat. beira) é usado no sentido heráldico de borda do escudo.

6.4.2 Mondeci

ACOMODAÇÃO

Uma vez que a verbalização correspondente já foi definida na subsecção anterior, passemos à segunda parte das nossas parofonizações, de modo a tratar *Mondeci*, que sugere:

macto: honrar, sacrificar; *madeo*: estar molhado; *madesco*: amolecer, embeber-se; *magicus*: mágico; *magni*: de grande valor; *magnum*: fortemente; *magnus*: grande; *magus*: mágico, mago; *mala*: queixada; *male*: mal; *maledico*: injuriar; *maledicus*: maldizente; *malum*: mal; *mancus*: manco; *mandatus*: mandato; *mando*: mandar, mastigar, comilão; *mandra*: estrebaria; *mandragora*: mandrágora; *manduco*: comer, comilão; *mane*: manhã; *manentia*: permanência; *maneo*: permanecer; *mango*: negociante de escravos, sedutor; *manis*: bom, favorável; *manna*: maná, parcela; *mano*: manar; *mannus*: cavalo pequeno; *mantica*: saco, alforge; *manus*: mão; *mas*: másculo; *mater*: mãe; *matercula*: mãezinha; *matta*: esteira; *mattea*: acepipe; *me*: eu; *medens*: médico; *medeo*: (cuidar de); *medico*: medicar; *medicus*: médico; *medie*: medianamente; *mei*: os meus; *mel*: mel; *menda*: defeito, mancha; *mendicus*: mendigo; *mendum*: erro; *mens*: mente; *menta*: hortelã; *mentum*: mento; *meo*: ir, caminhar; *meum*: o que me pertence; *mi*: a mim; *millium*: milho; *minimum*: o mínimo; *minium*: mínio; *minuo*: diminuir; *minute*: minunciosamente; *minutia*: minúcias; *mite*: meigamente; *mitesco*: amolecer; *mitigo*: amolecer; *moderor*: moderar; *modo*: há pouco; *modus*: medida, dimensão; limite, modo; *mœnia*: muralhas; *molendinum*: moinho; *momen*: movimento, esforço; *monacha*: monja; *monachus*: monge; *monarcha*: monarca; *monas*: ; mónade, unidade; *moneo*: advertir; *monitio*: advertência, conselho; *monitus*: advertido, advertência; *mons*: monte; *monticola*: montanhês; *montis*: monte; *morans*: demorado; *mors*: morte; *morsum*: bocado; *morum*: amora; *mos*: costume; *munda*: limpo; *munde*: limpamente, habilmente; *mundo*: limpar; *mundus*: firmamento, universo, mundo; *munero*: gratificar; *munia*: cargo público, obrigação; *munio*: fortificar, munir; *munis*: cumpridor dos deveres; *munite*: em segurança; *munitio*: fortificação, munição; *munitus*: fortificado, munido; *mutesco*: emudecer; *muto*: transformar; *mutue*: mutuamente; *mutum*: surdamente; *mutuum*: empréstimo monetário.

Seleccionando as mais viáveis para *Mondeci*:

Completas – *manis*: bom, favorável; *medens*: médico; *mendicus*: mendigo; *moneo*: advertir; *montis*: monte; *mundus*: firmamento, universo, mundo; *munis*: cumpridor dos deveres.

Intermédias – *mens*: mente; *monas*: mónade, unidade; *mons*: monte.

Compostas – *mando*: mandar, mastigar, comilão; *mane*: manhã; *me*: eu; *medie*: medianamente; *menda*: defeito, mancha; *meo*: ir, caminhar; *meum*: o que me pertence; *modo*: há pouco; *munde*: limpamente.

Segue-se a inspecção às figurações das armas de Portugal, que deixa:

Completas – *montis*: monte, a forma dos escudetes; *mundus*: firmamento, a amplidão do espaço dos escudetes.

Intermédias – *mons*: monte, a forma dos escudetes.

Compostas – *meo*: ir, caminhar, o cruzamento de escudetes; *meum*: o que me pertence, não interfere nas figurações; *munde*: limpamente, o esmalte branco do campo.

O exame quanto à orientação elimina *montis* e *mons*.

Restaram *mundus*, *meo*, *meum*, *munde*. O primeiro está completo e ficará a aguardar, os restantes carecem de complemento, que obtemos por subtracção a *Mondeci*.

- *Mondeci*: *meo* = *(o)ndeci*,
- *Mondeci*: *meum* = *(n)deci*,
- *Mondeci*: *munde* = *(e)ci*.

Voltamos a repetir a procura de vocábulos latinos:

Para *(o)ndeci – ob*: diante de, em frente de; *occido*: matar; *octies*: oito vezes; *odi*: odiar; *odiose*: odiosamente; *odos*: odor; *œcus*: salão; *omnis*: todo, tudo; *onus*: carga; *onyx*: ónix; *os*: osso; *ossis*: ossos; *otiose*: ociosamente; *ulna*: cotovelo; *umesco*: molhar-se; *una*: juntamente; *uncia*: onça; *undæ*: águas; *undatim*: formando ondas; *unde*: donde; *undecies*: onze vezes; *undecim*: onze; *undo*: ondular, flutuar; *unedinis*: medronheiros, medronhos; *unice*: particularmente; *unio*: união; *unxi*: (untar); *ut*: que, para que, como; *utens*: abastado.

Para *(n)deci – dati*: dons; *de*: de, de acordo com; *dea*: deusa; *decem*: dez; *decet*: convir; *decidi*: (sucumbir); *decies*: dez vezes; *decimo*: em décimo lugar; *descensio*: descer; *deseco*: separar; *deses*: ocioso; *desii*: abandonar; *Deus*: Deus; *dico*: dizer; *dies*: dia; *dis*: rico; *ditis*: rico; *discedo*: afastar-se, separar-se; *dissero*: semear; *ditio*: poder, autoridade; *ditius*: mais ricamente; *diu*: durante o dia, durante muito tempo; *dixi*: (proclamar); *do*: dar; *duo*: dois; *dux*: guia, soberano; *duxi*: (conduzir); *nascor*: nascer; *nasi*: narizes; *naxae*: armadilha, laço; *ne*: não; *nec*: nem; *necesse*: necessário; *nedum*: muito menos; *nescio*: ignorar; *nescius*: néscio; *nexio*: nexo; *nisi*: a não ser que; *nix*: neve, alvura; *nodo*: atar; *nosco*: saber; *num*: porventura?; *nunc*: agora; *nuntii*: mensageiros.

Para *(e)ci – e*: de, a partir de; *ea*: por aí; *ecce*: eis; *esca*: alimento; *et*: e; *etiam*: também; *etsi*: ainda que; *ex*: de, por causa de; *excio*: fazer sair; *exeo*: sair; *exsto*: elevar-se; *exuo*: despir; *x*: a letra "x";

Destas, ficamos com:

Intermédias de *(o)ndeci – undecim*: onze;

Compostas de *(o)ndeci – odiose*: odiosamente; *onyx*: ónix; *undæ*: águas; *undatim*: formando ondas; *unde*: donde; de *(n)deci – dati*: dons; *de*: de, de acordo com; *dea*: deusa; *decem*: dez; *decimo*: em décimo lugar; *deses*: ocioso; *desii*: abandonar; *dixi*: (proclamar); *ne*: não; *nec*: nem; de *(e)ci – e*: de, a partir de; *ecce*: eis; *et*: e; *etsi*: ainda que; *ex*: de, por causa de; *excio*: fazer sair; *x*: a letra "x".

Da análise às figurações, número, esmaltes etc., obtém-se

Intermédias de *(o)ndeci – undecim*: onze, o número de besantes em cada escudete, segundo a nossa análise sintáctica.

Compostas de *(o)ndeci – undæ*: águas; de *(n)deci – de*: de, de acordo com; de *(e)ci – e*: de, a partir de; *ecce*: eis; *et*: e; *excio*: fazer sair.

Estas últimas deveremos conjugar com os prefixos encontrados anteriormente, consolidando as sobreposições, resultando: *meoundæ*, *meumde*, *munde*, *mundecce*, *mundet*, *mundexcio undæecce*, *undæexcio*.

A análise de coerência retira: *meoundæ*: caminhar + águas; *meumde*: o que me pertence + de; *mundecce*: limpamente + eis; *mundet*: limpamente + e; *mundexcio*: limpamente + fazer sair; *undæcce*: águas + eis. Destas sobrou *munde*, que ao ser subtraída de *Mondeci*, deixará *(e)ci*, sufixo, recaindo na situação anterior e constituindo a nossa terceira parofonização, transformada para a situação mais favorável do presente do indicativo na segunda pessoa do singular *excis* (lat. sais): *undæxcis*: águas + fazer sair, por possível alusão aos escudetes virados. Não restando mais nada a

analisar, listamos as proposições de parofonia para *Mondeci*.

- *Mondeci* $\overset{\pi}{\sim}$ *Mundus*, firmamento,
- *Mondeci* $\overset{\pi}{\sim}$ *Undecim*, onze,
- *Mondeci* $\overset{\pi}{\sim}$ *Undæxcis*, águas + sais.

Como no primeiro caso, vamos submetê-las à Fórmula 3.2, obtendo a Tabela 6.2 seguinte:

Tabela 6.2: Índices de discrição para *Mondeci*

	M	**O**	**N**	**D**	–	**E**	–	**C**	**I**	–
	M	**U**	**N**	**D**	–	**U**	–	**S**	–	–
c ⟶		1,0				1,0		0,5	1,0	
× p ⟶		1,0				1,0		1,0	0,5	
+ t ⟶										
= ⟶		1,0				1,0		0,5	0,5	
$\boxed{k = 0,86}$			$n_D = 7$		$n_d = 6$		$j = 4$		$\Sigma = 3,0$	
	M	**O**	**N**	**D**	–	**E**	–	**C**	**I**	–
	–	**U**	**N**	**D**	–	**E**	–	**C**	**I**	**M**
c ⟶	1,0	1,0								1,0
× p ⟶	1,5	1,0								0,5
+ t ⟶										
= ⟶	1,5	1,0								0,5
$\boxed{k = 0,86}$			$n_D = 7$		$n_d = 7$		$j = 3$		$\Sigma = 3,0$	
	M	**O**	**N**	**D**	–	**E**	–	**C**	**I**	–
	–	**U**	**N**	**D**	**A**	**E**	**X**	**C**	**I**	**S**
c ⟶	1,0	1,0			0,5		0,5			1,0
× p ⟶	1,5	1,0			1,0		1,0			0,5
+ t ⟶										
= ⟶	1,5	1,0			0,5		0,5			0,5
$\boxed{k = 0,89}$			$n_D = 7$		$n_d = 9$		$j = 5$		$\Sigma = 4,0$	

SEMATIZAÇÃO

Não será possível tirar qualquer conclusão baseando-nos apenas nos índices de discrição, uma vez que são muito semelhantes. Devemos, pois, compará-los por outros meios.

Mondeci $\overset{\pi}{\sim}$ *Mundus*, firmamento, está associada ao azul dos escudetes e, como tal, se a aceitarmos, invalidará ou enfraquecerá bastante a solução que propusemos, *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cœlinberia*. Mas aquela solução obteve um excelente índice de discrição, $k = 0,27$, por comparação a esta proposta que obteve apenas um $k = 0,86$. Há também uma ligeira diferença nos sentidos porque o firmamento refere-se à abóbada celeste, onde se acreditava que as estrelas estivessem fixas, enquanto que o céu é a atmosfera vista da superfície terrestre.

Mondeci $\overset{\pi}{\sim}$ *Undæxcis*, águas + sais, é de interpretação problemática no brasão de Portugal. Se efectivamente representa a água a sair dos escudetes deitados, deixa por explicar os três "recipientes" que ficam de pé.

Mondeci $\overset{\pi}{\sim}$ *Undecim*, onze, é uma solução elegante de significado inequívoco a apontar com precisão e sem ambiguidades para o que está no traço heráldico correspondente, na sua forma primitiva mais disseminada[36]. Também importante é o facto de ser uma solução complementar a *Cœlinberia*, apenas referente à cor dos escudetes e às suas formas. Por fim, note-se que o carácter que sobra no início do denominante é o mesmo que sobeja no fim do designante. A pronúncia de *Mondeci* deveria ser *Mondequi*, acompanhando o latim clássico, por sua vez *undeci* já teria modificado a sua fonética de *undequi* para *undessi*, apesar disso, voltamos a opinar aqui pela precedência dos caracteres sobre os fonemas[37]. Para nós não haverá dúvidas de que, das três soluções parófonas para *Mondeci*, esta é a melhor.

6.4.3 Portucalis

VERBALIZAÇÃO

Aceite esta solução, ficaria por explicar o número, a disposição em cruz e a orientação dos escudetes. Passamos à procura de outro denominante e verifica-se que o mais provável será o nome do território, Portugal. A nossa impressão, como a de outros autores, é a de que esta solução para representar o território já poderia ter existido mesmo antes do primeiro escudo nacional. Apareceria na forma de sinal, a simples cruz, dois traços, um vertical outro horizontal, a definir na sua singeleza o nome do Condado. Teria a utilíssima conveniência de explicar os escudetes laterais deitados, que procurariam seguir, deste modo, a homogeneidade da cruz anterior. Se estivessem orientados como os escudetes centrais a cruz teria os braços mais grossos do que as hastes. Nada disso se poria caso a cruz fosse uma invenção contemporânea aos escudetes. A homogeneidade obrigaria então a regularizarem-se as orientações ao endireitar todos os escudetes.

Talvez não seja assim, talvez a cruz do último conde de Portucale e do nosso primeiro rei nada mais fosse do que um corriqueiro sinal de antiga raiz cristã, tantas vezes usado pela Europa afora. É impossível afirmar agora o que quer que seja, tanto contra como a favor, mas a nossa convicção interior inclina-se pela origem proto-heráldica. Adoptamos então a forma *Portucalis* sincrónica ao surgimento do Condado e ainda sobrevivente no século XIII[38]. Reconhecemos que muito há a estudar sobre o tema[39].

[36] Ver as Conclusões Preliminares à p. 74.

[37] Ver (GOULLET; PARISSE, 1996, p. 14).

[38] Ver (RIBEIRO, 1987, pp. 41, 101 e 121) e (INQUISITIONES, 1867- (1873), p. 1331).

[39] Para quem duvide da sobrevivência de sinais antigos na heráldica propomos o brasão da República de Ancona que transformou o vetusto $A\gamma\kappa o\nu$ (gre. cotovelo) também numa cruz, em paralelo com outros exemplos do universo

ACOMODAÇÃO

Procedamos agora à busca de parófonos para *Portucalis*.

hortor: exortar; *hortus*: horto; *oro*: orar; *ortus*: nascido, proveniência; *otus*: coruja; *par*: par, igual; *paratio*: preparação; *paratus*: preparado, aparato; *parcus*: parco; *pardus*: leopardo; *pars*: parte; *partior*: repartir; *partus*: parto; *pateo*: mostrar-se; *pator*: abertura, tolerar; *patro*: concluir; *pelta*: escudo; *per*: através de, por; *pera*: alforge; *pereo*: perecer; *peritus*: perito; *peto*: dirigir-se para; *petræ*: pedras; *petro*: carneiro velho; *pie*: piedosamente; *pio*: purificar; *porculus*: leitão; *porrectio*: extensão; *porrectus*: estendido, prolongado; *porro*: depois; *porrum*: alho-porro; *porta*: porta, passagem; *portio*: porção; *porto*: transportar; *portus*: porto, enseada, foz; *porus*: canal; *potius*: de preferência; *poto*: beber; *potor*: bebedor; *potui*: (ser capaz); *potus*: embriagado, bebida, acção de beber; *præ*: em frente de; *prætor*: pretor; *pretium*: preço; *pro*: para, em razão de, em frente de, a favor de, como; *puer*: menino; *pure*: puramente; *puro*: purificar; *purum*: céu sem nuvens; *puter*: podre; *puto*: limpar, calcular; *putus*: limpo, rapazinho.

Completas – *porculus*: leitão;

Compostas – *hortus*: horto; *ortus*: nascido, proveniência; *par*: par, igual; *partus*: parto; *pera*: alforge; *peritus*: perito; *petræ*: pedras; *petro*: carneiro velho; *porrectus*: estendido, prolongado; *porrum*: alho-porro; *porta*: porta, passagem; *portio*: porção; *porto*: transportar; *portus*: porto, enseada, foz; *porus*: canal; *potius*: de preferência; *potui*: (ser capaz); *potus*: embriagado, bebida, acção de beber; *pro*: para, em razão de, em frente de, a favor de, como; *puer*: menino; *putus*: limpo, rapazinho.

Após a filtragem dos traços heráldicos, sobram:

Compostas – *pro*: como; palavra aplicável a várias outras; *petræ*: pedras, os besantes; *porrectus*: estendido, prolongado; a disposição dos escudetes *portio*: porção, os besantes; *potus*: acção de beber, os escudetes deitados. Verifiquemos o que sobrará de *Portucalis* para prosseguirmos a busca:

- *Portucalis*: *pro* = *(r)tucalis*,
- *Portucalis*: *petræ* = *(u)calis*,
- *Portucalis*: *portio* = *(u)calis*.
- *Portucalis*: *potus* = *(u)calis*.

Para *(r)tucalis* – *peritus*: perito; *raptio*: rapto; *rapto*: raptar; *raptum*: roubo, presa; *ratio*: cálculo, raciocínio; *rato*: com certeza; *re*: para trás (prefixo); *rea*: ré; *reatus*: acusação; *recta*: a direito; *rectio*: governo; *rectus*: recto, justo, erguido, direito; *rete*: rede, teia de aranha; *retis*: rede, teia de aranha; *retro*: atrás; *reus*: réu, responsável; *rex*: rei; *rhetor*: orador; *ritus*: rito, modo; *rodo*: roer; *ros*: orvalho; *rota*: roda; *roto*: fazer rodar; *ructo*: arrotar; *ructus*: arroto; *rudo*: zurrar, rugir; *ruptus*: roto, quebrado; *rus*: campo, quinta; *ruta*: arruda, amargor; *rutrum*: enxada; *rutus*: (derrubar, impelir); *ter*: três vezes; *thos*: chacal; *thya*: cedro; *toculio*: usurário; *tot*: tantos; *trochlea*: guindaste, roldana; *tu*: tu, ti; *tum*: naquele tempo, por outro lado; *tunc*: nesse tempo, nesse caso; *tunica*: túnica; *turris*: torre; *tus*: incenso; *tusi*: (contundir); *tui*: os teus; *tuum*: a tua fortuna, os teus bens; *tuus*: teu.

Para *(u)calis* – *a*: afastado de; *ac*: e, e ainda; *accola*: vizinho; *ad*: para; *æqualis*: igual; *æque*: igualmente, indistintamente; *æquo*: igualar; *æquus*: imparcial; *aqua*: água; *aqualis*: púcaro, vaso

amostral que examinámos e a águia do SACRO IMPÉRIO I à p. 95.

de água; *aquila*: águia; *cælebs*: solteiro; *cæles*: celestial; *cælo*: cinzelar; *cælum*: céu, ar, cinzel; *cærulus*: azul; *caleo*: arder, ter calor; *calida*: água quente; *calix*: cálice; *callens*: instruído; *calleo*: ter calos; *callis*: caminho; *callum*: calo; *calo*: chamar, criado; *calx*: cal, limite; *calyx*: cálice floral; *caulæ*: curral; *caulis*: caule; *celes*: navio, corcel; *chelys*: tartaruga; *coalui*: (aumentar); *cæles*: celeste; *cæli*: céus, climas, regiões; *collis*: colina; *colum*: passador; *qualis*: qual, de que natureza, tal como; *ultus*: vingado; *ut*: que, para que, como; *utor*: servir-se de.

Seleccionamos as seguintes:

Compostas de *(r)tucalis – raptum*: roubo, presa; *re*: para trás (prefixo); *reatus*: acusação; *rectus*: recto, justo, erguido, direito; *roto*: fazer rodar; *ruptus*: roto, quebrado; *ruta*: arruda, amargor; *rutus*: (derrubar, impelir); *thos*: chacal; *toculio*: usurário; *tu*: tu, ti; *tum*: naquele tempo, por outro lado; de *(u)calis – a*: afastado de; *ac*: e, e ainda; *æqualis*: igual; *æque*: igualmente, indistintamente; *æquo*: igualar; *aqua*: água; *aqualis*: púcaro, vaso de água; *cæles*: celestial; *calix*: cálice; *callis*: caminho; *calx*: cal, limite; *calyx*: cálice floral; *caulis*: caule; *chelys*: tartaruga; *cæles*: celeste; *cæli*: céus, climas, regiões; *collis*: colina; *qualis*: qual, de que natureza, tal como.

Após a filtragem dos traços heráldicos subsistem:

Compostas de *(r)tucalis – rectus*: direito, as duas direcções da cruz de escudetes; *rutus*: (derrubar), os escudetes virados; de *(u)calis – a*: afastado de, aplicável a várias outras; *ac*: e, e ainda, aplicável a várias outras; *æqualis*: igual, a igualdade dos escudetes; *aqua*: água, o conteúdo azul dos escudetes; *aqualis*: vaso de água, a forma dos escudetes; *cæles*: celestial, o azul dos escudetes; *calix*: cálice, a forma dos escudetes; *callis*: caminho, o alinhamento de escudetes; *calx*: cal, o branco do campo.

Agregando e sobrepondo as partes em parofonias parciais viáveis damos origem a:

Completas – *petræqualis*, *petraqualis*, *petræcæles*, *petræcalix*, *petræcallis*, *petræcalx*, *portioæqualis*, *portioaqualis*, *portiocæles*, *portiocalix*, *portiocallis*, *portiocalx*, *potusæqualis*, *potusaqualis*, *potuscæles*, *potuscalix*, *potuscallis*, *potuscalx*.

Compostas – *prorectus*, *prorutus*, *petræc*, *portioac*, *portioaqua*.

O estudo de coerência elimina: *petraqualis*: pedra + vaso de água, *petræcallis*: pedras + caminho, *portioaqualis*: porção + vaso de água, *portiocæles*: porção + celestial, *portiocalix*: porção + cálice, *portiocallis*: porção + caminho, *potusæqualis*: beber + igual, *potuscæles*: beber + celestial, *potuscalix*: porção + cálice, *potuscallis*: porção + caminho; *prorutus*: como + derrubar; *petræa*: pedras + afastado de; *portioac*: porção + e. Resultam daí:

Completas – *petræqualis*: pedras + igual, a mesma quantidade de besantes; *petræcæles*: pedras + celestial, os besantes dentro do azul dos escudetes; *petræcalix*: pedras + cálice, os besantes dentro dos escudetes; *petræcalx*: pedras + cal, os besantes brancos; *portioæqualis*: porção + igual, a mesma quantidade de besantes ou escudetes; *portiocalx*: porção + cal, os vários besantes brancos; *potusaqualis*: beber + vaso de água, os escudetes deitados e a sua cor azul.

Compostas – *prorectus*: como + direito, a direcção da cruz de escudetes; *portioaqua*: porção + água, os vários escudetes de cor azul.

Subtraímos estes radicais de *Portucalis*:

- *Portucalis*: *prorectus* = *(u)calis*,
- *Portucalis*: *portioaqua* = *(a)lis*.

A primeira já foi estudada, as composições possíveis são todas completas: *prorectuscæles*: como + direito + celestial, que rejeitamos; *prorectuscalix*: como + direito + cálice, também recu-

sada; *prorectuscalx*: como + direito + cal, igualmente inaceitável; *prorectuscallis*: como + direito + caminhos, que admitimos com a mesma ideia inicial de cruzamento dos escudetes.

A segunda fornecerá:

aclys: dardo pequeno; *ad*: para; *ala*: asa, ala; *alce*: alce; *aleo*: jogador; *ales*: alado, veloz, ave; *alia*: por outro lado; *alias*: noutro tempo, algures; *alio*: para outro lugar; *alius*: outro, restante; *allex*: dedo grande do pé; *allisi*: quebrar; *allium*: alho; *allix*: camisola; *aloes*: aloés; *alsi*: (sentir frio); *aulici*: escravos duma corte; *lex*: lei, contrato; *lexis*: palavra, expressão; *lili*: lírios; *linis*: (untar); *linxi*: (sugar); *lio*: emboçar, cobrir; *lis*: litígio; *lix*: cinza, lixívia; *luis*: doenças, flagelos; *luo*: pagar, remir; *lux*: luz; *lynx*: lince.

Dos quais são resgatados foneticamente:

alce: alce; *ales*: alado, veloz, ave; *alias*: noutro tempo, algures; *alius*: outro, restante; *allisi*: quebrar; *allix*: camisola; *lis*: litígio; *lix*: cinza, lixívia; *luis*: doenças, flagelos; *lynx*: lince.

Ficando da depuração através dos traços heráldicos apenas *alius*: outro, restante. Este, unido à raiz *portioaqua* dará: *portioaqualius*: porção + água + outro, que rejeitamos. Listamos, então, as proposições de parofonia para *Portucalis*:

- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræqualis*, pedras + igual,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcaeles*, pedras + celestial,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcalix*, pedras + cálice,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcalx*, pedras + cal,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portioæqualis*, porção + igual,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portiocalx*, porção + cal,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Potusaqualis*, beber + vaso de água,
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Prorectoscallis*, como + direitos + caminhos.

Após submetê-las ao cálculo do índice de discrição, obtemos os resultados na Tabela 6.3, p. 138, Tabela 6.4, p. 139, e Tabela 6.5, p. 140.

SEMATIZAÇÃO

Ordenamos as propostas pelo índice k de discrição:

- $k = 0,29$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portioæqualis*
- $k = 0,35$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portiocalx*
- $k = 0,50$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræqualis*
- $k = 0,50$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcalix*
- $k = 0,58$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Potusaqualis*
- $k = 0,67$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcaeles*
- $k = 0,73$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Prorectoscallis*
- $k = 0,75$: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcalx*

Tabela 6.3: Índices de discrição para *Portucalis* (I)

	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**E**	–	–	–	–	**T**	**R**	**A**	**E**	–	**Q**	**U**	**A**	**L**	–	**I**	**S**
c ⟶		1,0							0,5				0,5					
× p ⟶		1,0							1,0				1,0					
+ t ⟶			1,0															
= ⟶		1,0	1,0						0,5				0,5					
$k = 0,50$							$n_D = 10$			$n_d = 12$			$j = 4$			$\Sigma = 3,0$		
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**E**	–	–	–	–	**T**	**R**	**A**	**E**	–	**C**	**A**	**E**	**L**	–	**E**	**S**
c ⟶		1,0							0,5				0,5				1,0	
× p ⟶		1,0							1,0				1,0				1,0	
+ t ⟶			1,0															
= ⟶		1,0	1,0						0,5				0,5				1,0	
$k = 0,67$							$n_D = 10$			$n_d = 12$			$j = 5$			$\Sigma = 4,0$		
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**E**	–	–	–	–	**T**	**R**	**A**	**E**	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**X**
c ⟶		1,0							0,5									0,5
× p ⟶		1,0							1,0									0,5
+ t ⟶			1,0															
= ⟶		1,0	1,0						0,5									0,3
$k = 0,50$							$n_D = 10$			$n_d = 11$			$j = 4$			$\Sigma = 2,8$		

Tabela 6.4: Índices de discrição para *Portucalis* (II)

	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**E**	–	–	–	–	**T**	**R**	**A**	**E**	–	**C**	–	**A**	**L**	–	–	**X**
c ⟶		1,0							0,5								1,0	0,5
× p ⟶		1,0							1,0								1,0	0,5
+ t ⟶			1,0															
= ⟶		1,0	1,0						0,5								1,0	0,3
$k = 0,75$							$n_D = 10$			$n_d = 10$			$j = 5$			$\Sigma = 3,8$		
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**I**	**O**	**A**	**E**	**Q**	**U**	**A**	**L**	–	**I**	**S**
c ⟶								0,5		1,0			0,5					
× p ⟶								1,0		1,0			1,0					
+ t ⟶																		
= ⟶								0,5		1,0			0,5					
$k = 0,29$							$n_D = 10$			$n_d = 14$			$j = 3$			$\Sigma = 2,0$		
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**I**	**O**	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	–	**X**
c ⟶								0,5								1,0		0,5
× p ⟶								1,0								1,0		0,5
+ t ⟶																		
= ⟶								0,5								1,0		0,3
$k = 0,35$							$n_D = 10$			$n_d = 10$			$j = 3$			$\Sigma = 1,8$		

Tabela 6.5: Índices de discrição para *Portucalis* (III)

	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**O**	–	–	–	–	**T**	**U**	**S**	–	**A**	**Q**	**U**	**A**	**L**	–	**I**	**S**
c ⟶			1,0					1,0		1,0			0,5					
× p ⟶			1,0					1,0		1,0			1,0					
+ t ⟶																		
= ⟶			1,0					1,0		1,0			0,5					
$k = 0,58$							$n_D = 10$			$n_d = 12$			$j = 4$			$\Sigma = 3,5$		
	P	**O**	**R**	–	–	–	**T**	**U**	–	–	–	**C**	–	**A**	**L**	–	**I**	**S**
	P	**R**	**O**	**R**	**E**	**C**	**T**	**O**	**S**	–	–	**C**	–	**A**	**L**	**L**	**I**	**S**
c ⟶		1,0		0,5	1,0	1,0		1,0	1,0									
× p ⟶		1,0		1,0	1,0	1,0		1,0	1,0									
+ t ⟶																		
= ⟶		1,0		0,5	1,0	1,0		1,0	1,0									
$k = 0,73$							$n_D = 10$			$n_d = 15$			$j = 6$			$\Sigma = 5,5$		

Apesar dos melhores resultados de duas das propostas isso não chega para uma conclusão. Apenas as soluções: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portioæqualis* e *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Prorectoscallis* não contradizem as nossas propostas de parofonia anteriores: *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cœlinberia* e *Mondeci* $\overset{\pi}{\sim}$ *Undecim*, pelo que será necessário abandonar as demais. Por outro lado, existe a repetição do denominante nas duas soluções viáveis e, ainda nestes, alguma justaposição dos traços heráldicos:

- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portiocalx*, porção + cal; a quantidade, neste caso indeterminada, de besantes brancos, diferenciando-se de *Undecim*, solução que deixamos de parte.
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræqualis*, pedras + igual; a repetição de besantes, resultado semelhante a *Portioæqualis* mas com pior parofonia, que abandonamos.
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcalix*, pedras + cálice; os besantes dentro dos escudetes, tomados por cálices; às quais renunciamos ao confrontá-la com *Cœlinberia*.
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcaeles*, pedras + celestial; os besantes dentro do azul dos escudetes; solução algo redundante com *Cœlinberia* que também recusamos.
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Potusaqualis*, beber + vaso de água; os escudetes deitados e a sua cor azul; contradizendo o céu de *Cœlinberia*.
- *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Petræcalx*, pedras + cal, recusadas pelo mesmo motivo de *Portiocalx*.

Analisemos agora as duas soluções restantes. *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portioæqualis* refere-se à repetição dos escudetes e besantes, para haver concordância, deveriam estar no plural: porções + iguais, ou seja, *portionis* + *æqualis* ou *portionisaequalis*, levando a uma parofonia irremediavelmente inviável.

Portucalis $\overset{\pi}{\sim}$ *Proectoscallis* refere-se à disposição dos escudetes em cruz e a concordância em número é adequada[40]. Seria também possível abreviar *rectos* em *rtos*, produzindo *Prortoscallis*[41]. Poderíamos comparar *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pror(ec)toscallis* com *Sequana* $\overset{\pi}{\sim}$ *Sequen(tia)a* do REINO DE FRANÇA à p. 92. Com a transformação resultaria um índice de discrição $k = 0,62$.

Este *pro* poderia ter sido substituído por *per* (lat. por), com traço heráldico equivalente, mas pior concordância fonética. Está em redundância com a primeira proposta porque, para desenhar-se uma cruz seriam necessários pelo menos quatro escudetes. Estaria também muito próximo do uso do romance português *por*, documentado já em 1197, mas isso é difícil de avaliar porque *per*, *pro* e *por* vêm invariavelmente abreviados[42].

Como dissemos à p. 134, o pressuposto da cruz proto-heráldica explicará os escudetes deitados. Mas o mais natural seria formar uma cruz de quatro escudetes, todos orientados de modo a definir as quatro arestas exteriores. Com os desenvolvimentos desta última discussão, *Prorectoscallis* exigiria a continuidade visual intrínseca à ideia de caminho. Para isso é necessário um escudete no centro, que faça o nexo com os demais, preenchendo o espaço que interromperia aquela percepção. Outrossim *cœli* está no plural, céus, o que também justifica a pluralidade dos escudetes, completando, porventura, o que falta explicitamente a *Prorectoscallis*. *Portioæqualis* é de facto mais pobre, não define a forma da cruz, apenas afirma que há muitos do mesmo.

Dentre todas as propostas de parofonia do capítulo anterior, houve apenas um caso em que se detectaram quatro traços heráldicos. Isso ficou a dever-se à situação particular da capital do Ducado de Borgonha, Dijon, pela qual passam, excepcionalmente, dois rios principais[43]. Todos os

[40] Quanto ao uso de *pro* no sentido de identidade ou "como" ver (GAFFIOT, 1934, p. 1240).

[41] Ver *recti* em (CAPPELLI, 1999, p. 335).

[42] Numa cantiga de amor de Paio Soares de Taveirós: "*No mundo non m'ei parella, mentre me for como me uay, ca ia moiro por uos, e ay!*", ver (OLIVEIRA; MACHADO, 1974, pp. 21–22).

[43] Ver às pp. 95 e 105.

demais terão no máximo três traços heráldicos e nunca ocorre a repetição do denominante, como se poderia propor a partir dos nossos resultados para *Portucalis*. Como resultado, estamos obrigados a abandonar uma das soluções que usam o mesmo denominante *Portucalis*. Tendo em vista o que se disse anteriormente, adoptamos *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pror(ec)toscallis*.

Notamos que um dos traços mais evidentes na definição heráldica, o esmalte do campo, está ausente dos argumentos avançados. Um exame às armas do conjunto amostral recolhido indica que, apesar de não constituir-se em regra absoluta, a parofonia assume maior importância nos campos de tipo cheio, como o que agora tratamos. Na Península Ibérica há exemplificação no REINO DE NAVARRA e no REINO DE LEÃO, à p. 101. E é justamente no Reino de Leão que vamos encontrar exactamente o mesmo campo cheio da cor branca. Teria D. Afonso Henriques, que se ufanava de ser "*gloriosissimi Hispaniae Imperatoris nepos*", de quem herdou o nome, o sangue e, indirectamente, o território, concebido imitar ou sugerir a cor do brasão leonês? Pensamos que a resposta deverá ser positiva.

6.5 Conclusões Preliminares

Dispomos agora de uma proposição completa de parofonia para as primeiras armas de Portugal:

REINO DE PORTUGAL por sua capital Coimbra: *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Cœlinberia* através de *cœli* (lat. céus) + *in* (lat. dentro de) + *beria* (lat. beira), usando o esmalte que enche os escudetes como a cor dos céus e a forma dos próprios escudetes, ou escudos, como o limite derradeiro na representação heráldica. Pelo rio Mondego: *Mondeci* $\overset{\pi}{\sim}$ *Undecim* (lat. onze), representando a quantidade de besantes dentro dos escudetes. Por transmissão do CONDADO DE PORTUCALE: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Pror(ec)toscallis* através de *pro* (lat. como) + *r(ec)tos* (lat. direitos) + *callis* (lat. caminhos), referindo-se à construção da cruz com os escudetes. Por transmissão do REINO DE LEÃO o esmalte do campo, obrigando à concordância do esmalte dos besantes.
(Leb / Wij)

Resumimos as correspondências dos traços heráldicos nas armas primitivas de Portugal:

- Besantes: de *undecim* por *undecim* > número > conta > besante;
- Dimensão dos besantes: traço complementar;
- Esmalte dos besantes: traço complementar;
- Localização dos besantes: traço complementar;
- Número de besantes: de *undecim*;
- Disposição dos besantes: traço complementar;
- Escudetes: de *beria* por *beria* > borda > escudo > escudete;
- Dimensão dos escudetes: traço complementar;
- Esmalte dos escudetes: de *cœli* por *cœli* > azul;
- Localização do esmalte dos escudetes: de *cœli in beria*;
- Separação dos escudetes: de *cœli* por *cœli* > amplo > cheio;
- Localização dos escudetes: traço complementar;
- Número de escudetes: de *cœli*, pelo Condado de Portucale e traço complementar;

- Orientação dos escudetes: pelo Condado de Portucale e traço complementar;
- Disposição dos escudetes: pelo Condado de Portucale;
- Esmalte do campo: pelo Reino de Leão;
- Separação do campo: pelo Reino de Leão.

Fica assim ultrapassada mais uma fase da nossa investigação. Podemos aceitar a particularidade da nossa hipótese: é possível admitir a existência de parofonia para a representação primitiva do escudo português[44]. Mas para os objectivos da dissertação isso não é suficiente. É preciso saber se existem na História factos a jusante da criação do escudo que confirmem ou infirmem uma hipótese mais ousada. A de que as propostas semânticas que enunciámos acima, a explicar a sintáctica do brasão de Portugal, encontram ressonância e prova na sua pragmática. Esse é o assunto que nos ocupará durante o próximo capítulo.

[44] Ver o Estabelecimento da Hipótese à p. 55.

Capítulo 7

Pragmática e Justificações

7.1 Enquadramento

A pragmática dedica-se a ampliar as fronteiras do explícito. Incluímos nesse conceito as justificações encontradas para as nossas hipóteses iniciais, bem como para os numerosos desenvolvimentos que delas derivaram. Para isso, a ideia de pragmática necessita de alguma amplitude e fazemo-lo de modo a abarcar tudo o que suceda à invenção. A própria etimologia de "brasão", ao não anteceder o objecto, pode ser assim considerada.

Algo do que segue, de fácil identificação, não passará de pura exuberância imaginativa. Terá a utilidade de mostrar que, por mais verosímeis ou inverosímeis que sejam as suposições, nenhum valor terão se não estiverem confirmadas por base documental segura. Acrescentos e alterações são, de certo modo, deturpações da primeira ideia, influenciados pela cultura.

7.2 A Etimologia de Brasão

Tomando em conta a extensão dos resultados que apresentámos e a alteração de perspectiva no que se refere à caracterização da semântica heráldica, caberia também investigar a própria palavra que anima o objecto heráldico, o brasão. Entramos, portanto, no campo da Linguística pura, arriscando-nos à desaprovação dos linguistas, a quem pedimos desde já indulgência por estas nossas aventuras semânticas.

Ao deduzir-se que a parofonia é responsável pela maioria das representações territoriais do nosso *corpus*, somos tentados a transportar esse conceito à própria origem do fenómeno, ou seja, os primeiros brasões seriam, provavelmente, parófonos. Se assim fosse, como parece, é natural admitirmos que o nome "brasão" pudesse descrever o processo intelectual usado para construí-lo. Esse método, afinal a parofonia, nada mais é do que transformar ou deformar, por troca de fonemas ou letras, uma denominação em outra visualizável.

Existe um adjectivo latino de sentido muito afim, nas formas *blæsus*, *blæsa* ou, repare-se, *blæsum*, que poderia, inegavelmente, dar origem ao francês *blason*[1]. É na língua francesa, pela segunda metade do século XII, que aparecem as formas medievais *blason*, *blazon* e *blezon* e daí migram para as outras línguas europeias, dentre as quais o português[2].

[1] Definido como: "blæsus, a, um, adj. Gago; que confunde as letras" em (TORRINHA, 1945, p. 105).
[2] Ver (ATILF: CNRS, 2009, *blason*).

7.3 Correlações Heráldicas

Um dos motivos que nos guiaram para escolher as amostras investigadas foi a semelhança que pudesse existir com o brasonamento de Portugal. Numa fase em que já possuíamos o significado geral deste, auxiliando ao espírito crítico da selecção, conseguiu-se ainda aperfeiçoar o conhecimento semântico daquelas, muito útil no entendimento das interacções mútuas. Dividimos então essas correlações pelas propriedades comuns:

- Esmalte azul: LANGRAVIATO DA TURÍNGIA por sua capital Eisenach: *Eisenach* $\overset{\pi}{\sim}$ *Eisenacht* através de *Eisen* (ale. ferro) + *Nacht* (ale. noite), à p. 98. Neste exemplo a ideia de noite é definida pelo céu azul, com a cor escura, *Nachtblau*, característica. É uma ideia que também parece estar no escudo da cidade de Calais, através da forma latina *Calesium* $\overset{\pi}{\sim}$ *cœlestium* (lat. celestial).
- Besantes numerosos: CONDADO DA CORNUALHA I por sua capital Launceston: *Launceston* $\overset{\pi}{\sim}$ *Launcessestan* através de *laun* (ano. leão) + *cesse* (ano. dezasseis) + *tan* (ano. fulvo), à p. 106. Como em Portugal, a quantidade inicial de besantes não é precisa, deveriam ter sido entendidos no brasonamento como muitos, analogamente aos semeados. Remetemos ainda à observação de Jorge Preto quanto às dez estrelas dos Dias ou Díez, se bem que de índole familiar[3].
- Escudo: MARGRAVIATO DE MONFERRATO por sua capital Casale Monferrato: *Casale* $\overset{\pi}{\sim}$ *Càzza* (ita. cadinho), à p. 105. É a própria forma do escudo e a divisão superior vermelha, indicando o conteúdo fundido, que serve à imitação do cadinho.
- Beira: CONDADO DE RANTZAU: *Rantzau* $\overset{\pi}{\sim}$ *Rand* (ale. beira), à p. 105. O escudo inicial consistia apenas na divisão vertical, um conceito de beira distinto da borda de *Colimbria* já que está confinado ao interior do escudo. Talvez associada ao traço de um dos esmaltes, vermelho ou branco, por uma parofonia que ainda desconhecemos.

7.4 A Lenda de Ourique

Estamos agora em condições de poder oferecer uma explicação racional à tão debatida questão da Lenda de Ourique, ora ressuscitada através de um entendimento mais abrangente do que se poderá ter passado. A mentalidade medieval vivia num mundo que compreendia à sua maneira e, uma vez que se passasse do testemunho presencial à narração dos factos, a fantasia tinha um grande potencial de exacerbação. A delimitação entre a mentira, a interpretação enganosa, o juízo equivocado e a versão pode tornar-se confusa. O seguinte episódio da expedição para a tomada de Lisboa ilustra-o perfeitamente:

> "Mas eis que, ao entrarmos aí, observámos no céu um prodigioso sinal[4]. Foi o caso de vermos umas grandes nuvens brancas [...] irem ao encontro de outras grandes nuvens negras [...] como exércitos em linha de batalha [...] lutarem entre si com fogosa impetuosidade [...] depois de varrer toda a impureza do ar, deixando atrás de si um azul puríssimo [...] a grande nuvem, que viera do nosso lado, ficou como vencedora [...] Então entramos de clamar. «*Venceu a nossa nuvem! Deus está connosco!*»"[5].

[3] Ver (PRETO, 1989, pp. 457–494).
[4] Na barra do Tejo.
[5] Grifo original, ver (OLIVEIRA, 1936, pp. 57–58).

Entende-se um corriqueiro fenómeno meteorológico como fruto da acção divina, a entusiasmar as almas para um ousado empreendimento. A esse respeito diz Luís Carmelo que: "[...] a própria noção de realidade, na Idade Média, se confunde com a dimensão mágico-misteriosa do significado"[6].

Recapitulamos a estrutura da Lenda[7]:

- Afonso Henriques tem uma revelação: a revelação foi descobrir interiormente, supomos que durante a oração, o que vem a seguir.
- Cristo aparece-lhe no céu: já decidida anteriormente a configuração das suas armas, onze besantes no azul do céu, rememora em surdina – "xj, cœli; XI, Cœli; $\overset{\iota}{\chi}$, Cœli, Christi, Cœli!!". A descoberta deve tê-lo alvoroçado. Se umas simples nuvens deslocadas pelo vento eram motivo de admiração, somos capazes de imaginar que o Rei de Portugal encontrou justificativa mais do que suficiente para ver ali a mão de Deus, relembrando talvez o episódio da visão da cruz de Constantino, ver a Figura 7.1[8].
- Reis mouros apresentam-se ao combate: as hostes portuguesas, inflamadas pela arenga preliminar, que lhes relata, certamente, a revelação. Serão imbatíveis.
- A batalha termina e o rei sai vitorioso: a vitória era uma certeza dos homens e um desígnio de Deus, comunicada pelo sinal do Rei.
- As armas são adoptadas em função disso: os circunstantes não saberiam que o brasão precedia a revelação.
- O brasão traz cinco escudos em cruz e moedas dentro deles: descrevem então o que vêem, os traços heráldicos mais perceptíveis. Daqui para a frente ... é a Lenda.

Figura 7.1: Mosaico da cúpula do Mausoléu de Galla Placida (séc. V)

A abreviatura *XI* para *Christi* aparece em alguns documentos, próximos aos testemunhos do escudo português e referidos por António Cruz na *Paleografia Portuguesa*. O primeiro é uma venda de Onega Soares, de 1183, referida ao cartório do Mosteiro de Vairão que, na opinião do autor, é uma cópia figurada. Isso ainda não nos dará a certeza absoluta de que a abreviatura também tenha sido copiada. Mas para o segundo, de 1213, do mesmo mosteiro e trazendo idêntica abreviatura, não é feito qualquer comentário pelo autor, de onde presumimos tratar-se do original [9]. Maria José Azevedo Santos enumera também documentos anteriores que empregam esta abreviatura, entre 1054 e 1172:

[6] Ver (CARMELO, 1999, p. 9).
[7] Ver à p. 43.
[8] Adaptada de (ALTET, 1998, p. 83), mosaico da cúpula do Mausoléu de Galla Placida em Ravena.
[9] Ver (CRUZ, 1987, pp. 316–319, 321–322).

> "Temos por fim o emprego da letra *x* com valor de *khi* grego. A forma $\overset{\iota}{\chi}$ equivale a *Christi* e foi encontrada pela primeira vez em 1106 Agosto, 5 (T.T. – Pendorada, m. 4, doc. 24); em Moreira no ano de 1120 Fevereiro, 23 (T.T. – Moreira, m. 6, doc. 17); na Sé de Coimbra em 1133 Dezembro (T.T. – Sé de Coimbra, m. 4, doc. 21); em Santa Cruz em 1135 Janeiro, 26 (T.T. – Santa Cruz, m. 1, doc. 25) e finalmente na Sé de Braga em 1156 Julho, 8 (A.D.B. – Gav. de Prazos do Cabido, doc. 1). Constitui caso isolado o uso da abreviatura $\overset{o}{\chi}$ equivalente a *Christo* (T.T. – Pendorada, m. 8, doc. 15)"[10].

Mas não teria decorrido demasiado tempo entre estes factos, a 25 de Julho de 1139, e o testemunho consistente do brasão de Portugal, após 1188? D. Afonso Henriques declara-se vassalo da Santa Sé em 1143, facto que se deverá talvez ligar à própria associação do brasão à figura de Cristo. Imaginamos que, nesse contexto, as armas do Reino só poderiam existir publicamente após o reconhecimento do senhor a quem prestavam vassalagem: o Papa. Isso só acontece em 1179. Mas permanece a possibilidade de que a associação lendária só ocorra muito mais tarde embora, sinceramente, já não acreditemos nisso.

7.5 Duas Estátuas de D. Afonso Henriques

Existem duas estátuas de D. Afonso Henriques, que se crêem de feitura próxima ao seu reinado. Uma, mais antiga e legendada, estava na Igreja de Santa Maria da Alcáçova, em Santarém, a outra no Mosteiro de Rates, mais insegura na atribuição da personagem esculpida. Ver a primeira à direita e a segunda à esquerda na Figura 7.2[11]. Ademais de uma representação realística na primeira, talvez por relato directo de quem viu o Rei pessoalmente, as duas têm outra característica intrigante. Um colar com grossas contas, visível em ambas, que desce pelo peito abaixo em diagonal, dando a impressão de alcançar a cintura. De que se trataria?

Figura 7.2: Estátuas medievais de D. Afonso Henriques

As estátuas apresentam os atributos reais mais importantes: a coroa na cabeça, a espada erguida numa das mãos e, na mais antiga das duas, uma cruz na outra mão. Não seria possível que os

[10] Ver (SANTOS, 1994, p. 227 e Quadro IV-12).

[11] Figuras adaptadas de (MATTOSO, 2007, Est. 16) à direita, original no Museu Arqueológico do Carmo em Lisboa, e de (MATTOSO, 1987, p. 230) à esquerda, original no Núcleo Museológico da Igreja Românica de São Pedro de Rates.

escultores se dessem ao trabalho de cinzelar na pedra, por duas vezes, algo de inútil. Nem sequer constituía um adereço comum, que se possa ver com maior detalhe nas iluminuras coloridas dos reis peninsulares que chegaram até nós. Calculámos aproximadamente a sua extensão, pelo ângulo de caimento, pelo perímetro presumível do tórax, usando o diâmetro e espacejamento médio das contas visíveis. Chegámos a um total aproximado entre cinquenta e sessenta contas.

Após alguma procura, só encontramos um adereço que poderia ajustar-se àquela conformação. Trata-se de um paternoster, objecto devocional antecedente do rosário. Eram de facto usados na altura em algumas congregações religiosas, particularmente naquela tão fortemente ligada a D. João Peculiar, a Ordem de Cister. Tinham comprimentos variáveis, chegando a ultrapassar uma centena de contas, fixando-se a partir do século XIII por São Domingos de Gusmão. Utilizava-se como método de contagem para os Pai-Nossos que iam sendo repetidos sucessivamente, daí o seu nome[12]. Existiam modelos de viagem, a tiracolo, permitindo a oração enquanto se conduzia a montada.

Terá sido um paternoster desse último género o representado naquelas estátuas. Possuirão algo em comum com o nosso tema? A resposta é afirmativa, como não podia deixar de ser. Apenas não podemos assegurar em que ponto vai encaixar-se exactamente. Em qualquer caso talvez tenha sido presenteado por D. João Peculiar. Se anterior a Ourique, como pensamos, podemos imaginar o Fundador a passar as contas antes da batalha e deter-se surpreendido ao repetir – *Pater Noster, qui es in cœlis*. Poderia já ter as cinquenta e cinco contas dos escudetes, que decerto traria se posterior aos eventos daquele dia memorável.

Ter-se-ia D. Afonso Henriques apercebido daquele verdadeiro Milagre de Ourique ao rezar o *Pater Noster*? Teria havido indução à descoberta, com a hábil oferta de um paternoster, e a fé de que se resolveria a integração daquelas armas novas nas armas antigas de Portucale, a cruz[13]? Admitindo que tudo o que dissemos anteriormente fosse verdade, o Pai-Nosso seria, indubitavelmente, a prece favorita do nosso Rei e talvez de todos que soubessem o significado particular que estava por detrás dela. Se bem que baseado numa pequena dificuldade: Cristo é o Filho enquanto que a oração é dirigida ao Pai. Abstendo-nos da espinhosa tarefa de justificar teologicamente o dogma trinitário, admitimos apenas que uma ideia possa ter influenciado livremente a outra por analogia.

7.6 O Nome do Infante

O filho e sucessor de D. Afonso Henriques nasceu a 11 de Novembro de 1154. Naturalmente, este facto e os onze besantes de *Mondeci* não devem ter outra razão comum que uma feliz coincidência. Nasceu, pois, no dia de São Martinho. A mudança do nome de Martinho para Sancho deveu-se ao falecimento de Henrique, o irmão mais velho e herdeiro do trono, em Junho de 1155[14]. Um nome que não está senão muito longe na ascendência navarra por Sancho III Garcês "O Maior", seu trisavô, distante no tempo e no espaço[15].

Explica-se o novo nome do Infante pelas responsabilidades que assumiu com o infortúnio do irmão. Admitidas as ressonâncias simbólicas do progenitor, este nada mais fez do que obedecer ao que a oração lhe ditava: "*sanctificetur nomen tuum*". Isto através da semelhança do substantivo gerador daquele verbo, *Sanctus*, com o então bem conhecido antropónimo *Sancius*.

[12] Ver (D'ALLEMTEJO, 2003).

[13] O Ermitão da Lenda seria, possivelmente, D. João Peculiar, fundador do mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, que recolheu como monges os ermitões dos arredores.

[14] Ver (MATTOSO, 2007, p. 226).

[15] Ver (SÃO PAYO, 2002, Arv. XXIIb).

7.7 Os Morabitinos de D. Sancho I

Os morabitinos ou maravedis de D. Sancho I saltam à vista, não só pela beleza plástica e por serem a primeira moeda portuguesa em ouro conhecida. São mencionados no seu testamento de 1188 pelo que já deveriam existir antes dessa data. Mostram os grupos de quatro besantes em cruz envolvidos por uma espécie de crescente quase fechado, fugindo ao tradicional escudo de cercadura completa, que o próprio D. Sancho I usou em outras cunhagens, ver a Figura 7.3[16]. Crescente de composição numária, como os besantes, frequentes em numerosas moedas, escudete deformado ou decoração inconsequente?

Figura 7.3: Morabitino de D. Sancho I (séc. XII)

A pertinência a um estrito esquema numismático, na qualidade de crescente, deve-se afastar porque a orientação e a composição são muito evidentes, dispostas exactamente como os escudetes heráldicos portugueses. O mesmo argumento tem ainda mais força contra uma envolvente decorativa sem nenhum propósito de significado ou de tradição. Seriam os crescentes escudetes? Não nos parece, nem à vista nem à razão. O escudete é mais fácil de executar do que o crescente, ainda mais facilmente cunhados na maleável liga aurífera. Além disso é uma envolvência, cerca o campo, e esta moldura é muito forte como linguagem formal pois, apesar de conhecermos diversos feitios de escudos heráldicos, estes não deixam de ser o que são. A supor que se trate de uma vista de perfil, a figura perderia a natureza de escudete, por isso mesmo damos-lhe o nome de crescente.

Estes morabitinos foram usados como referência monetária para pagar-se o censo devido à Santa Sé, em virtude da vassalagem solicitada por D. Afonso Henriques. Seria muito natural que também fossem empregues fisicamente para quitação da dívida. O censo anual era, no princípio, de quatro onças de ouro, mais tarde foi aumentado, entendemos que da maneira referida por Viterbo: "[...] as epístolas de Inocêncio III, que fazem menção das *duas marchas d'ouro*, que el-rei D. Afonso Henriques acrescentou às quatro onças do mesmo metal, que prometera em feudo, à Sé Apostólica"[17].

Vemos então que a quantidade a pagar em cada ano era de dois marcos e quatro onças, isto é, um total de vinte onças[18]. Como em cada um dos cinco "escudetes" estão quatro besantes, perfazem precisamente a mesma quantidade. Quanto aos crescentes, deverão representar as sacas que transportaram os morabitinos para Roma, num *pastiche* aos escudetes.

[16] Figura adaptada de (VAZ, 1960, p. 21).
[17] Grifo original, ver (VITERBO, 1983-1984, Vol II, p. 391).
[18] Ver (LOPES, 2005).

7.8 O Escudo de Santa Cruz de Coimbra

Os chamados paveses conservados em Coimbra no Mosteiro de Santa Cruz foram durante muitos anos considerados das mais antigas imagens das armas primitivas de Portugal a nos alcançar. Apesar da nossa crítica às suas incongruências no Estado da Arte, pensamos que poderão ainda fornecer informações valiosas sobre o passado[19].

O escudo ainda visível no cadeiral do mosteiro, copiado daqueles paveses no século XVI, poderá ser parofonizado em *Vimaranes* $\overset{\pi}{\sim}$ *Viaranis* através de *via* (lat. estrada) + *aranis* (lat. aranha). O caminho por onde segue a aranha, ou seja, a teia, veja-se a Figura 7.4[20]. Talvez fosse uma tentativa gorada de associar a antiga capital à nova ou um modelo já existente para Guimarães. Projecto desfavorecido em razão do mais forte apelo da cruz para quem se propunha como vassalo da Santa Sé. De qualquer maneira haveria um número excessivo de componentes, alguns de pequena espessura, especialmente problemáticos nos selos[21].

Figura 7.4: Escudo do cadeiral de Santa Cruz de Coimbra (séc. XVI)

7.9 Dois Documentos de Santa Cruz de Coimbra

As armas nacionais aparecem numa letra inicial dum saltério de Santa Cruz de Coimbra cujo *incipit* é: "*Dixi: custodiam vias meas*"[22]. Como referimos, estes desenhos terão sempre alguma ligação ao tema que se copia. *Vias* está em sentido figurado, a tradução literal seria "estrada", muito de acordo com o tema da cruz portucalense: por (como) caminhos direitos.

Ao redor do escudo uma Estrela de David, autor dos Salmos e personagem do capítulo bíblico ilustrado. Ao fundo um céu estrelado, os escudetes em cruz são apenas quatro e contém três ou dois besantes, a bordadura traz dez castelos. Tudo está iluminado em azul, a outra cor usada no desenho é o vermelho e o fundo amarelado do substrato. Poderia ser esta a razão das estrelas já que o céu de *Colimbria* deixa de ter sentido no esmalte dos escudetes, usado indistintamente para castelos e linhas, ver a Figura 7.5[23].

---

[19] Ver à p. 38.

[20] Figura adaptada de (MATTOSO, 2007, Est. 22), original no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

[21] Ver também o látego desaparecido do CONDADO DE LABOURD à p. 110.

[22] "Eu disse: vou vigiar a minha conduta" (Sl 38,2).

[23] *Cântico de David*, Salmo 38. Original na Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 24 (nº geral 114), Santa Cruz de Coimbra, f. 39 r., adaptada de (SANTA CRUZ DE COIMBRA, 2001, p. 163).

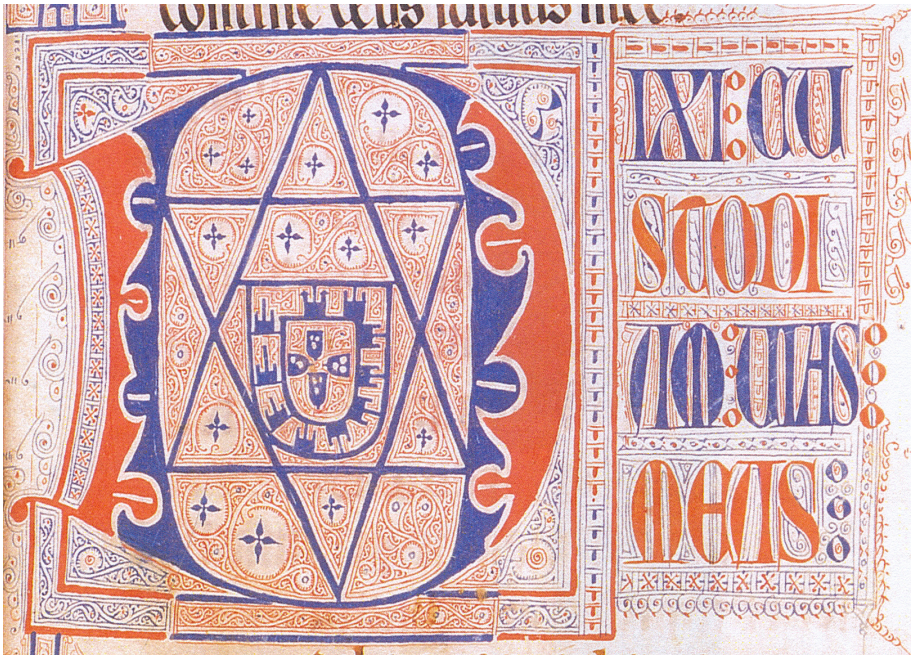


Figura 7.5: Inicial D iluminada com as armas de Portugal (séc. XIII)

É provavelmente possível atestar outra interpretação num documento de Santa Cruz de Coimbra. Traz na inicial do *incipit* outro desenho do escudo de Portugal. Repetimos que os desenhos das letras iniciais, especialmente se complexos, trazem sempre alguma forte ligação com o conteúdo do parágrafo que principia. Neste caso discute-se a condição do Juízo Final: "*Incipit vii pars q*(*uod*) *e*(*st*) *de statu final*(*is*) / *juditii. H*(*abe*)*ns c*(*aus*)*a*(*e*) *vii quor*(*um*) *primu*(*s*) *e*(*st*) / *de iuditio n*(*ostr*)*i a*(*ni*)*mam. Post quam breviter* [. . .]"[24].

Figura 7.6: Inicial P iluminada com as armas de Portugal (sécs. XV-XVI)

[24] "Começa a sétima parte que é a da condição do juízo final. / Tem sete questões a primeira das quais é o julgamento das nossas almas. / Após (haver) brevemente [. . .]".

Ilustraria a segunda vinda de Cristo, aquela que prenuncia o Juízo Final, para constituir o Reino de Deus. Neste Juízo derradeiro serão constituídos doze tronos para julgar as Doze Tribos de Israel e um décimo-terceiro trono será destinado a Cristo como Juiz Supremo[25]. A correlação poderá ser é feita pela bordadura de treze castelos. As duas torres laterais de cada um deles seriam os braços e a torre central o espaldar dos tronos, ver a Figura 7.6 à p. 152[26].

7.10 Os Selos Reais

Duas peculiaridades da sigilografia real portuguesa eram a ausência de contra-selo e a forma em amêndoa. Pinoteau diz que:

> "*Les rois de Portugal sont les seuls rois de l'Occident chrétien à avoir conservé durant des siècles un sceau sans contre-sceau et qui plus est un sceau épousant par sa forme le* ***contour*** *du seul écu royal, ce qui est souligner l'importance de cet écu, véritablement sacré*" [27].

Aqui também opinamos que a ausência de desenho no verso não seria ingénua, uma vez que, está conforme aos traços parófonos significativos do coração do reino, *Colimbria*: a cor azul, impossível de representar num selo, limitada por uma inevitável beira ou borda. Para obter *Cœli in beria* bastaria deixar o reverso liso. Donde também se pode inferir que esse entendimento das armas não poderia ter origem num selo proto-heráldico. Podemos aproximar esta representação à proposta para o Caos primordial, à p. 117.

Será possível agora ligar aquele verdadeiro culto do escudo à conexão falante com a capital do reino, o que ademais explica a fidelidade à forma original. Mas essa forma amendoada não será a da adarga de Santa Cruz de Coimbra[28]. Era a forma dos escudos que se usavam em batalha, alterada funcionalmente com o tempo, imutável no brasão, em respeito ao elevado significado que lhe atribuíam[29]. O contentor da amplidão dos céus e do nome da capital beirã, o limite físico do brasão.

7.11 O Sistema de Medidas

A possível interpretação do "M" de *Mondeci* como *modium* (lat. moio) tem a potencialidade de transformar o número de besantes em referência fixa de contagem. Dom Afonso Henriques criou um moio de jugada, dividido em cinquenta e seis alqueires, muito próximo aos cinquenta e cinco besantes. A razão de não se adoptarem os segundos na quantidade exacta deverá ter a ver com as possibilidades de divisão inteira em quartos e oitavas partes, bastante simplificada no primeiro caso[30].

Mais tarde ocorreu uma alteração do sistema de medida dos sólidos no tempo de D. Pedro I, entretanto os besantes de cada escudete usados pelo Justiceiro eram uma dezena. O moio de jugada

[25] "Jesus disse-lhes: Eu vos garanto: no mundo novo, quando o Filho do Homem sentar-se no trono da sua glória, vós que me seguistes, também vos sentareis em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel" (Mt 19,28).

[26] *Brevilóquio sobre a Sagrada Escritura* de Boaventura de Bagnoregio. Original na Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 57 (nº geral 825), Santa Cruz de Coimbra, f. 101 v. Adaptada de (SANTA CRUZ DE COIMBRA, 2001, p. 278).

[27] Grifo nosso. Ver (PINOTEAU, 1989, Nota 3, p. 422).

[28] Ver a p. 39.

[29] "*La forme primitive est soit celle d'une amande, soit celle d'un coeur*". Ver (PASTOUREAU, 2003, p. 91).

[30] Ver (LOPES, 2005, pp. 42–48).

de D. Afonso Henriques equivalia a cinquenta alqueires do moio instituído nas Cortes de Elvas de 1361 por aquele rei, ou seja o total de besantes do seu brasão[31].

Algum tempo depois, os besantes reduziram-se a cinco e os escudetes ou os besantes entendiam-se como as chagas de Cristo. Estas chagas, com o sangue de Jesus transformado em vinho eucarístico, determinaram, a nosso ver, a mudança da referenciação do sistema de medida de sólidos para o de líquidos. Passam a representar: vinte e cinco almudes, cinco puçais, um quinal, ou seja, vinte e cinco besantes, cinco escudetes, um escudo [32].

7.12 A Heráldica Familiar

Um dos enigmas do nosso universo heráldico é a abundância relativa de estrelas e crescentes nos apelidos familiares portugueses de maior antiguidade[33]. Outro mistério é a escassez do que se entenderia como móveis nacionais, besantes e escudetes, nas mesmas famílias quando, a seguir as tendências encontradas noutras regiões, deveriam usar este meio como apanágio da sua nacionalidade e da proximidade ao poder real. Podemos agora verificar que uma e outra questão se complementam numa só e, ao aceitarem-se as nossas conclusões, estarão ambas bem encaminhadas, ao contrário do que se cria.

As estrelas e a Lua são outra maneira de referenciar os céus, elemento básico da simbologia nacional. É possível que a cor celeste num móvel também pudesse ter a mesma interpretação. Não se recorreria ao campo cheio de azul porque, na sua condição de cor, de tudo ou nada, ao usá-lo copiar-se-ia o símbolo heráldico régio na integralidade em vez de sugerir tão só uma associação[34].

Dentre as famílias que adoptaram estrelas e crescentes estão: Abul, Águeda, Aguiar, Alardo, Alpoim, Alvelo, Amaral, Avelar, Azevedo, Azurara, Barbedo, Barbosa, Barbudo, Barros, Bem, Bocarro, Borralho, Bragança, Cabedo, Caldeira, Calheiros, Carvalho, Carrasco, Chamusca, Chanoca, Cirne, Clemente, Coelho, Coimbra, Coutinho, Fidalgo, Fonseca, Frade, Freitas, Fróis, Gago, Garcês, Gato, Gatucho, Góis, Homem, Leal, Lemos, Lopes, Macedo, Magro, Meireles, Miguéis, Moniz, Mouzinho, Parada, Pessoa, Pinto, Queirós, Raposo, Reis, Ribafria, Ribeira, Robalo, Sacoto, Soromenho, Sousa, Taborda, Tavares, Tojal, Touregão, Ulveira, Varejão, Vilarinho, Zagalo, etc[35]. Estes brasões familiares, salvo os mais antigos, referem-se a uma ou mais personalidades distintas. Devem-se excluir, compreensivelmente, as armas de origem estrangeira, as tardias e as transmitidas. Não sendo possível nem desejável enveredar por uma análise extensa e desenquadrada, escolheu-se apenas examinar as cinco linhagens principais do nosso horizonte cronológico, segundo o *Livro Velho de Linhagens*[36].

7.12.1 Sousa

Assim é que o Sousões, associados ao parófono *chousa*, terreno fechado sobre si, usam uma cercadura de crescentes para concretizarem uma dupla associação, ver a Figura 7.7[37]. A explicação

[31] Ver (LOPES, 2005, pp. 42–48).

[32] Ver (VITERBO, 1983-1984, p. 508).

[33] Pastoureau chega a considerá-los móveis indesejáveis, o que não acreditamos que se possa aplicar ao contexto português: "*Parmi les petits meubles du blason, deux surtout servent à exprimer le mal: l'étoile et le croissant, au reste fréquement associés. La raison en est de nouveau culturelle: l'étoile rappelle l'Orient et le croissant, l'Islam*". Ver (PASTOUREAU, 1986, p. 204).

[34] Lembramos o que se disse sobre as estrelas na subsecção Dois Documentos de Santa Cruz de Coimbra à p. 151.

[35] Ver (ZÚQUETE, 1961) e (NORTON, 2004).

[36] Ver (SOUSA, 1946-1954, Vol. I).

[37] Claustro do Silêncio do Mosteiro de Alcobaça. Adaptada de (BARROCA, 2000, Vol. III, Est. XCVIII, p. 397).

tradicional, semelhante a outras nestes casos, é a de que foram adoptadas pelas vitórias nas lutas contra os mouros. Mas estes só passaram a usar o crescente após a tomada de Constantinopla, sendo raro ver quaisquer gravuras figurativas nas bandeiras do Islão medieval. Saliente-se a proximidade dos Sousões com a família real, cujos monumentos heráldicos, os nossos mais antigos brasões familiares, estão em Alcobaça, panteão dos nossos primeiros reis[38].

Figura 7.7: Armas dos Sousa (1243)

7.12.2 Bragança

Do mesmo modo os Braganções, segunda das linhagens principais atrás dos Sousas, conforme o *Livro Velho de Linhagens*, com os casamentos dos dois Fernão Mendes, um com uma filha, outro com uma neta de Afonso VI, por sua vez avô de Afonso Henriques, passaram a dispor de laços de parentesco real[39]. Umas armas já tardias dos Barvanças, possível deturpação destes Braganças, mostram nada mais do que cinco escudetes em aspa, se bem que vermelhos num campo em ouro[40].

Além do nome, também os móveis poderiam se ter deturpado. A única referência antiga semelhante é um selo que se atribui a Pedro Garcia (de Bragança), com cinco crescentes em aspa, ver a Figura 7.8 à p. 156[41]. Se desprezarmos as conotações com o céu de *Colimbria*, seria possível construir uma parofonia incompleta com *gancha*, uma espécie de foice trasmontana. Talvez se tenham desprezado no desenho heráldico os cabos da ferramenta em benefício da semelhança. Seja como for os crescentes lá estão.

7.12.3 Maia

Os Maias entraram rapidamente em decadência no período crucial do nascimento da heráldica. Pero Pais "Alferes" deixa de o ser em 1169 e, após o *Desastre de Badajoz* emigra para Leão onde passa a servir Fernando II no mesmo cargo. A descendência deixa de exercer quaisquer funções na corte[42]. Em todo o caso a nossa análise preliminar da águia presente nas suas armas revelou uma construção parófona arcaizante, que esperamos aprofundar no futuro.

[38] Ver (TÁVORA, 1981).
[39] Ver (PIZARRO, 1999, Vol. I, pp. 227–228).
[40] Ver (TÁVORA, 1982-1983, pp. 86–87).
[41] Adaptada de (MACHADO, 2004, Fig. 18, p. 219), desenho de Franca Ribeiro. Ver ainda (MACHADO, 2004, Fig. 12–15 e pp. 218–219) e (TÁVORA, 1982-1983, pp. 102–103).
[42] Ver (PIZARRO, 1999, Vol. 1, p. 255).

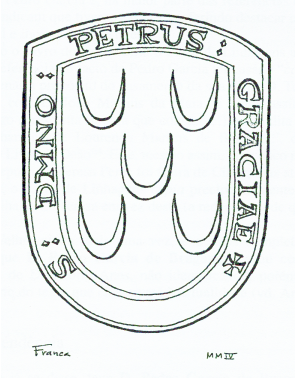


Figura 7.8: Desenho do selo de Pedro Garcia

7.12.4 Baião

Para os Baiões a nossa abordagem, muito incipiente, ainda não deu frutos. Como é natural, não se vislumbram quaisquer ligações entre as "*cabras*" heráldicas dessa linhagem e o escudo português, como no caso dos da Maia. Os cargos parecem ter sido, a maior parte, fora da corte, nas tenências que lhes iam sendo confiadas[43].

7.12.5 Riba Douro

Fechando as cinco linhagens principais do *Livro Velho* estão os de Riba Douro. A linhagem mãe desapareceu precocemente, mas ainda ocupou alguns lugares de destaque e realizou matrimónios com filhas ilegítimas de D. Afonso Henriques e D. Sancho I. Não existindo, a bem dizer, armas dessa família, o Marquês de Abrantes tentou atribuí-las a partir da sua suposta descendência linhagística: Alvelo, Carvalho, Coutinho, Fonseca, Moniz e Tavares[44]. Baseou-se em inferências antroponímicas, geográficas, matrimoniais e parcialmente no *Nobiliário do Conde D. Pedro*. Todas estas famílias possuem armas com cinco estrelas em aspa, à excepção dos Carvalho, com apenas uma dentro duma caderna de crescentes.

Vê-se na investigação de José Augusto Pizarro que apenas os Fonseca estão incluídos nas primeiras gerações dos de Riba Douro, o que poderia explicar a constância das estrelas do parágrafo anterior pelos casamentos que, invariavelmente, envolveram Fonsecas. Mas o que dizer dos Coelho, Magro, Frade, Alvarenga, Lumiares, Bezerra e Mós, também egressos daquela linhagem? Como conciliar o assumir de armas derivadas dos Riba Douro e a ramificação dos Fonseca, documentados no início do século XIII, quando a primeira representação heráldica dos Sousa só aparece em Alcobaça depois de 1243[45]?

7.13 Afinidades Municipais

Se a parofonia serviu ao escudo nacional, poderíamos ter a suspeição de que o exemplo fosse seguido nas unidades administrativas de que era composto. Limitamo-nos às quatro cidades principais do Reino, cidades que assumiram a capitalidade da Nação ou deram-lhe o nome. Não pormenorizaremos a investigação semiótica, como no capítulo anterior, apenas os resultados serão

[43] Ver (PIZARRO, 1999, pp. 295–309).
[44] Ver (TÁVORA, 1984, pp. 39–60).
[45] Ver (PIZARRO, 1999, Vol. I, pp. 449–451 e 496–504) e (TÁVORA, 1981, p. 60).

apresentados. As idades das representações são variáveis, mas todas as quatro terão a origem de pelo menos um dos seus traços heráldicos na Baixa Idade Média.

7.13.1 Cidade do Porto

Cidade do Porto por seu nome: *Portucalis* $\overset{\pi}{\sim}$ *Portæquales* através de *portæ* (lat. portas) + *æquales* (lat. iguais). Antigamente o brasão da cidade era uma cidade de prata, com várias portas, que presumimos iguais, ao longo do perímetro. Cidade do Porto pelo rio Douro: *Durius* $\overset{\pi}{\sim}$ *Durus* (lat. duro); usou-se o esmalte em prata da cidade, na representação antiga, de modo a metonimizar-se através de: duro > aço > prateado. As armas foram depois simplificadas em duas torres com portas, ver a Figura 7.9[46]. Supomos, que pela importância afectiva da cidade, por homonímia com a Nação, muitas outras cidades portuguesas adoptaram torres ou castelos nos seus brasões.

Figura 7.9: Armas da Cidade do Porto (1813)

Desta parofonia poderá ter surgido a exótica denominação Portingal, usada com frequência para denominar o país no estrangeiro, em particular nas Ilhas Britânicas[47]. Isso ocorreria pela tradução da forma latina *Portæquales*, mencionada acima, para *Portingal* através de *port* (ano. porta) + *ingal* (ano. igual)[48]. A sustentar essa ideia, algumas representações das armas portuguesas aparecem com o título Portugal Antigo ou Portingal mostrando torres[49]. Haveria reminiscência ou confusão com a cidade, na forma Portucale Castro Antigo e as respectivas armas[50]?

7.13.2 Cidade de Guimarães

Cidade de Guimarães por seu nome: *Vimaranes* $\overset{\pi}{\sim}$ *Vismarianis* através de *vis* (lat. força) + *Marianis* (lat. de Maria). Esta força é a força bruta, também traduzida no plural, com a mesma forma *vis*, como força militar, a força que conduz à vitória militar, simbolizada no ramo de oliveira que a Senhora traz nas mãos, como bem entendeu D. João I ao homenagear Santa Maria da Oliveira após a decisiva vitória na Batalha de Aljubarrota, ver a Figura 7.10[51].

[46] Desenho a lápis, armas da Cidade do Porto, segundo o decreto de 13 de de Maio de 1813, original na Biblioteca Municipal do Porto, ms. 1269. Adaptada de (REIS, 1984, Vol. I, p. 47).

[47] Forma ainda perceptível em irlandês, *Phortaingéil*, e córnico, *Portyngal*.

[48] Outra possibilidade seria a extensão das já mencionadas armas de fantasia para PORTUGAL II à p. 100. Ou seja, *Portingal* através de *port* (ano. traz) e *ingal* (ano. igual) pelos cinco escudetes besantados iguais.

[49] Ver (MATTERN, 1989, pp. 349–356) e (CERNOVODEANU, 1989, pp. 187–225).

[50] Na verdade Gaia.

[51] Imagem em prata dourada, relevada, cinzelada e esmaltada. Original no Museu de Alberto Sampaio. Adaptada de (MUSEU DE ALBERTO SAMPAIO, 1999, Colecções).

Figura 7.10: Imagem de Nossa Senhora da Oliveira (séc. XIV)

7.13.3 Cidade de Coimbra

Cidade de Coimbra pelo rio Mondego: *Mondego* $\overset{\pi}{\sim}$ *Mon(acha)dego* através de *monacha* (lat. monja) + *dego* (lat. consumido, gasto) em que há interferência do parófono *dego* (lat. gasto) sobre a parte inicial *monacha*. O verbo corresponde a gastar ou passar o tempo, mas deve ter sido extrapolado de modo a obter-se a parofonia. "Apaga-se" literalmente o final do vocábulo *monacha*, restando apenas *mon*, que unido a *dego* dará o pretendido "Mondego". A monja deveria pertencer ao Mosteiro do Lorvão, a mais antiga instituição religiosa conimbricense. Não será possível que fosse uma clarissa porque existem selos com aquele motivo anteriores a 1283, ano do estabelecimento dessa ordem em Coimbra. Por isso, no caso de usar o hábito, o facto da figura sigilar estar coroada não a identificaria com a Rainha Santa Isabel; ver a Figura 7.11[52].

Figura 7.11: Selo do Concelho de Coimbra (1291)

Supomos que só possa tratar-se de D. Teresa, filha de D. Sancho I – natural da cidade de Coimbra, Rainha de Leão e fundadora da obediência cisterciense feminina naquele cenóbio – qualidades certamente merecedoras da reverência coimbrã e adequadas aos selos em discussão. O plano de "corte" do busto feminino passa exactamente pelo véu do hábito, ver a Figura 7.12[53]. Ficaria assim explicada de outra forma a Rainha Branca do *Livro do Armeiro-Mor*, identificada no Brasão de Coimbra pelo Marquês de Abrantes, uma vez que era essa a cor do hábito de Cister[54].

Cidade de Coimbra por seu nome: *Colimbria* $\overset{\pi}{\sim}$ *Colubra* (lat. cobra), que aparece na parte

[52] O segundo de dois selos em cera vermelha a autenticar documentos de 1275 e 1291. Originais na T.T., Cabido da Sé de Coimbra, m. 88, nº 3250 e m. 16, nº 732, respectivamente. Figura adaptada de (TÁVORA, 1983, Exemplar nº 249).

[53] Escultura na portaria do Mosteiro do Lorvão, figura adaptada de (BORGES, 2002, Vol. II, p. 192). Ver ainda (BORGES, 2002, Vol. I, pp. 99 e ss.).

[54] O Marquês explica-a através da Alquimia, bem como o Marquês de São Payo, ver (TÁVORA, 1983, p. 216) e (SÃO PAYO, 1975, pp. 159-164).

Figura 7.12: Estátua da Rainha Santa Teresa

inferior. Posteriormente adicionou-se o leão à serpe que ainda hoje se vêem a ladear uma taça. O felino deverá simbolizar o reino vizinho, por ter D. Teresa desposado D. Afonso IX de Leão. O réptil passou a estar em simetria com o leão e a taça, que parece já existir nos selos, deverá constituir uma parofonia antroponímica com D. Teresa, através das formas *Tarasia* $\overset{\pi}{\sim}$ *Tassia*.

7.13.4 Cidade de Lisboa

Cidade de Lisboa por seu nome: *Olissipus* $\overset{\pi}{\sim}$ *Ulscippus* através de *uls* (lat. do outro lado) + *cippus* (lat. lápide). Ocorre a metonimização: lápide > túmulo > defunto. Procurou-se representar a morte pela metáfora de dois corvos pousados na barca, o defunto não se vê, nem teria a mesma força expressiva, ver a Figura 7.13[55]. Do outro lado, em Lisboa, significará a outra margem do Tejo, carecendo-se por isso de um meio de transporte fluvial, para o lugar onde estivesse a lápide. Note-se a congruência com a interpretação do transporte desde o Algarve do corpo de São Vicente, uma sacralização[56].

Figura 7.13: Brasão da Cidade de Lisboa (1336)

7.14 As Alcunhas

Há razões para acreditar que os brasões, como símbolos territoriais, estendam as consequências desses atributos para os seus habitantes. E tal não seria limitado à mera rixa entre vizinhos ou adversários políticos, como ocorreria sob uma mesma bandeira. É na guerra medieval, antes da batalha em que a pólvora não tinha ainda alterado as distâncias das confrontações e o ruído de

[55] Chafariz do Largo do Andaluz em Lisboa. Adaptada de (BARROCA, 2000, Vol. III, Est. CLXXVIII, p. 479).
[56] Ver este conceito à p. 111.

fundo dos palcos bélicos, que os impropérios irrompiam violentamente – um precedente da guerra psicológica. Usar os adjectivos do vocabulário normal não adiantava de muito porque não eram caracterizadores. Bem à vista estavam os estandartes, escudos e gonfalões que devem ter inspirado os espíritos a caracterizar depreciativamente o que se via. Alguns dos que pudemos recolher sugerindo uma associação seguem abaixo[57]:

- *Rosbifs*: dado pelos franceses aos ingleses. O campo vermelho e os leopardos passantes. O primeiro fazendo de braseiro e os segundos de animais no espeto. Daí a *rosbif* (fra. rosbife). Esta forma vocabular parece ser moderna, sem invalidar o seu tema pragmático, talvez pudesse haver um seu antecessor, que desconhecemos.
- *Frogs*: dado pelos ingleses aos franceses. O campo azul e a forma dos lises. O primeiro fazendo de água e os segundos de rãs, uma associação que não é inédita. Daí a *frogs* (ing. rãs).
- *Gabachos*: dado pelos espanhóis aos franceses. O semeado de lises e as suas pétalas laterais. Associado o primeiro pela grande quantidade de crias e as segundas assemelhadas às avantajadas orelhas das lebres. Daí por *gabatos* (cas. lebrachos) a *gabachos*.
- *Polacos*: chamam em Espanha aos catalães. Os *palos* (cas. palas) do escudo catalão. Daí por similaridade fonética e talvez pela língua diferente a *polacos* (cas. polacos).

Figura 7.14: Brasão de Aragão

- *Maños*: apodo dado aos aragoneses. Quatro cabeças de mouros nas armas de Aragão. Daí a *maños* (ara. irmãos), pela semelhança de feições, ver a Figura 7.14[58].
- *Páparos*: chamavam os portugueses aos castelhanos, ou talvez melhor aos leoneses, na Batalha de Toro (1476). O leão em cor púrpura que os representava. Daí por *paparrón* (leo. papão) a *páparos*[59]. Talvez houvesse um vocábulo castelhano ou português semelhante[60].
- *Torrezneyros*: talvez torresmeiros em português, também em Toro, dado pelos portugueses aos castelhanos. O castelo das armas de Castela e suas três torres. Daí por *torrezno* (cas. torresmo) a *torrezneyros*[61].
- *Sebosos*: os castelhanos aos portugueses em Toro. O esmalte branco do campo do escudo. Daí por *sebo* (cas. sebo) a *sebosos* pela cor branca daquela substância[62].
- *Chamorros*: dado aos portugueses pelos castelhanos ao tempo de Aljubarrota (1385). Embora seja atribuído ao corte curto dos cabelos, supomos que a cabeça fosse coberta nas batalhas. Sem discutir a validade do adjectivo neste caso particular, poderia também ser por causa dos besantes alinhados nos escudetes, por similaridade com espigas de trigo curtas.

[57] Consultar as ilustrações no Anexo B à p. 195.
[58] Adaptada de (HARTEMINK, 2009).
[59] "*Animal fantástico con que se asusta a los niños*", ver (RODRÍGUEZ, 1998, p. 531).
[60] Ver (BARROS, 1994, pp. 27–39).
[61] Ver (BARROS, 1994, pp. 27–39).
[62] Ver (BARROS, 1994, pp. 27–39).

Daí a *chamorro* "*Especie de trigo mocho, con la espiga pequeña y achatada y el grano blando y de poco salvado*"[63].

- *Tos*: alcunha dos portugueses segundo os franceses, entendido como síncope de *portos*. Poderia ter uma influência meridional por *tos* (occitano para tina ou tinas), em lembrança dos escudetes e da sua cor azul.
- Tripeiros: a explicação tradicional, como sabemos, passa pela oferta da carne à expedição de Ceuta em 1415; sem pôr em causa o facto, a alcunha poderá permitir outra explicação. Deveria saber-se que a cruz de escudetes estava por Portucale, o Condado, mas que podia igualmente associar-se à cidade de Portucale. Já se acreditava que os besantes fossem moedas e os escudetes laterais deviam estar erguidos. Assim, aos escudetes, pela forma, chamaram-se caldeiros, o esmalte azul lembrava a água e as moedas dobras, não pela cor, porque eram de ouro, mas por se usarem como unidade de avaliação. Das panelas, água e dobras, naturalmente, passou-se à dobrada e da dobrada aos tripeiros.
- Basófias: nem só os homens têm alcunha. A do Mondego, Bazófias, pode ter a mesma origem de tripeiros porque "bazófia" é um guisado feito com sobras de comida. Significa também fanfarronice ou prosápia[64]. Pensa-se actualmente que chamar Bazófias ao Mondego derive da sua falta de água no Verão por oposição às cheias do Inverno. O assentimento à etimologia italiana leva a admitir que o sentido figurado português venha do alimento ensopado. Olhando aos escudetes besantados, à ideia de representarem Coimbra e o Mondego e ao facto da cidade ter perdido a condição de capital do Reino, embora ainda a mantivesse no escudo, uma coisa terá levado à outra.

7.15 Os Pelourinhos

O poder municipal começou a erigir estes monumentos em finais do século XII[65]. Apesar de ser em Portugal que aparecem com mais frequência, concentrados na metade norte do país e na Estremadura, estão espalhados um pouco por toda a Europa, com variados nomes, se bem que, fora da Península, mais no sentido de local de castigo judicial, as picotas. Somente nas nossas maiores localidades parecem ter coexistido pelourinhos e picotas, servindo, na maior parte do tempo, uma só coluna para as duas funções ou então desapareceriam os testemunhos das segundas por fazerem-se em madeira.

No que diz respeito aos remates Luís Chaves distinguiu os tipos de bola, gaiola, roca, pinha, bloco, tabuleiro, chapa rasa e bragançano, cada um bem determinado[66]. Se observarmos outros símbolos de propriedade, poder, jurisdição, patrocínio, homenagem, devoção sob a forma de marcos, padrões, cruzeiros, colunas, é muito frequente achar-se no seu topo algum simbolismo daquelas prerrogativas. Compreende-se porque estará mais a descoberto e ao abrigo de depredações. Assim como estão cruzes no topo das igrejas, o poder municipal necessitaria de uma forma simples que evidenciasse ao longe o seu poder. Se esse símbolo fosse tomado do escudo nacional, nada mais simples e representativo do que uma esfera. A esfera seria, portanto, não o besante, mero

[63] Ver (DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 1992, trigo chamorro).

[64] A palavra derivará do termo italiano *bazzoffia* e este do alemão *saufer*, com o sentido de beber, que se relaciona com *sûf* e *sauf*, caldo ou ensopado, dando *besaufen*, embriagar-se e submergir. Outros dão-lhe a origem em *basola*, *batíola* ou *batiòca*, a que se aplicou o sufixo *òcchia* depois mudado em *òffia*, o que não acreditamos. Em qualquer caso o sentido italiano é o de "*Vivanda quasi liquida composta di cose rozza e molto abbondante, che altrimenti direbbesi Beverone, Broda. Fig. in scherzo dicesi a Femmina grassa, contegnosa e vana; ed applicato ad uomo si usa piú comunemente dire "Basoffione", che vale anche "Divoratore"* ". Ver (PIANIGIANI, 1942, bazzoffia).

[65] Ver (SERRÃO, 1961-1971, Pelourinho).

[66] Ver (CHAVES, 1930).

traço heráldico bidimensional da conta, mas o seu traço arquitectónico em três dimensões. Ademais daria a ideia de um concelho específico, aquele que erigiu o monumento, por associação com os outros cinquenta e quatro besantes que, juntos no brasão, simbolizariam todos os municípios. Aparecem em várias partes do pelourinho.

O tipo mais frequente de ornato cimeiro é, de longe, uma esfera no cimo do monumento, ver a Figura 7.15[67]. Não é, de hábito, uma semiesfera mas uma bola de pedra desbastada do resto da coluna. Deste tipo e arcaicos há muitos: os de Pinheiro da Bemposta, Cabeçais, Lalim, Pinhorêlo, Carvalho, Arraiolos, Vale de Coelha, Casal do Monte, Barbacena, Penafiel, Águas Belas, Paialvo, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Ladario, Sabugosa, Môco, Alhães, Magueijinha, Canas de Sabugosa. Com os séculos passaram por terramotos, tufões, saraivadas, geadas, sincelos, chuvas, choques térmicos e físicos, deslocações, desalinhamentos, conflitos, reerecções. A introdução dos ferros junto à parte superior, expostos à corrosão pelas intempéries, aliada à carga que sobre eles era exercida, também deverá ter sido a causa de algumas desagregações. Muitas foram as solicitações a que estiveram sujeitos, não seria de admirar que algumas tivessem caído sem que depois as repusessem ou lembrassem de copiar o que já lá não estava.

Figura 7.15: Pelourinho do Ladário (séc. XVII)

Observa-se ainda que há decoração, mesmo desgastada, em quase todos os pelourinhos, e é possível relacioná-la à hipótese que fizemos; as chamadas meias-laranjas, contas e besantes, numa concordância terminológica quase perfeita com o tema das armas portuguesas. A peça de Elvas é instrutiva porque expõe nas espirais do fuste, lado a lado, ornamentos em meia-laranja e besantes. Estes são de igual diâmetro, inseridos no mesmo motivo, de distribuição irregular. Só é possível acreditar no desgaste das meias-laranjas, talvez devido à heterogeneidade do material ou das solicitações. Associamos sem dificuldade este motivo ornamental complementar às cinquenta e cinco contas tridimensionais que se metonimizaram em besantes, ver a Figura 7.16 à p. 163[68].

Pelourinhos como os de Alverca do Ribatejo mostram um outro tipo de ornamento nos intervalos das espirais, a que se tem chamado de florão, ver a Figura 7.17[69]. Trata-se de uma pequena semiesfera cercada por quatro fólios de bordos irregulares. Não deverá ser um arroubo de fantasia artística, o mesmo motivo aparece em distritos muito afastados, inclusivamente em construções de outro tipo. A tentativa de encontrar na botânica portuguesa uma inflorescência semelhante foi inútil. O que achámos, combinando bem com as formas esculpidas, foi o fruto da aveleira, *Corylus avellana*, ainda dentro do invólucro coriáceo característico. A semente interior, como sabemos, é aproximadamente esférica. As flores femininas, agrupadas, têm um perianto simples de quatro

[67] Adaptada de (MALAFAIA, 1997, p. 242).
[68] Adaptada de (MALAFAIA, 1997, p. 196).
[69] Adaptada de (MALAFAIA, 1997, p. 96).

Figura 7.16: Pelourinho de Elvas (séc. XVI)

sépalas que, unidas ao fruto, nos fazem lembrar remates como os de Coja, Óbidos ou Batalha[70].

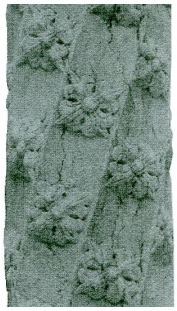


Figura 7.17: Pelourinho de Alverca do Ribatejo (séc. XVI)

7.16 A Torre de Belém

É possível observar ainda hoje na Torre de Belém o que nos parece ser uma das mais eloquentes homenagens arquitectónicas aos besantes de Portugal. Nos pontos de maior altura, em cada um dos planos da construção manuelina e sobre algumas das guaritas, achamos, com o esperado destaque, a esfera armilar. Mais significativo é o que está por baixo de cada uma dessas esferas – quatro outras – de dimensão semelhante e inteiramente lisas. A disposição, vista de cima, é a mesma dos besantes, salvo pela compactação que evoca as pilhas de munições, ver a Figura 7.18 à p. 163[71].

Figura 7.18: Três guaritas da Torre de Belém (séc. XVI)

No pátio da construção, cuja forma faz lembrar um escudo, estão seis destas guaritas, dispostas no seu perímetro por razões funcionais, ver a Figura 7.19 à p. 164[72]. O total dará os trinta besantes,

[70] Ver (COUTINHO, 1939) e (SAMPAIO, 1988).
[71] Adaptada de (SACADURA; CUNHA, 1999-2000, p. 125).
[72] Adaptada de (SACADURA; CUNHA, 1999-2000, p. 124).

ou moedas de Judas, como se acreditava ao tempo. Quererá isto dizer que ainda haveria, no século XVI, quem admitisse um outro significado para os besantes? Se aceitarmos a coerência com as nossas proposições, deveremos responder afirmativamente. A mesma configuração aparece no pelourinho de São João de Areias, com cinco bolas ou botões, sabendo-se que aquela vila teve foral de D. Manuel I em 1514[73].

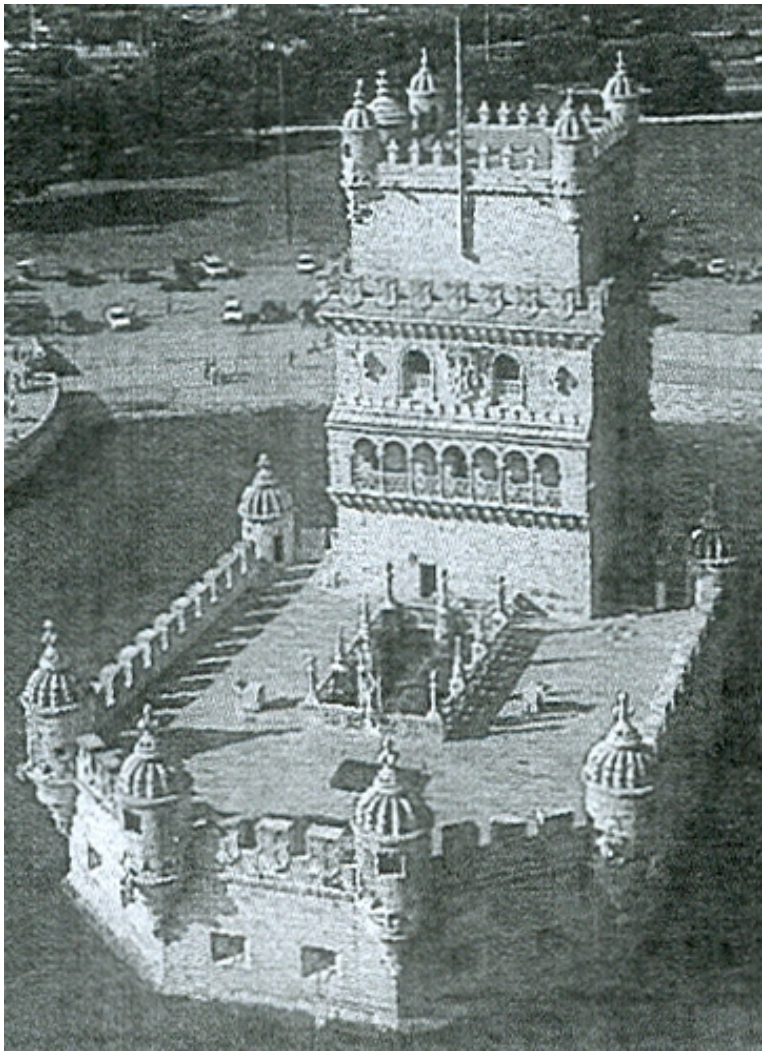


Figura 7.19: Pátio da Torre de Belém (séc. XVI)

[73] Ver (MALAFAIA, 1997, p. 374).

Capítulo 8

Conclusões

Durante estes capítulos tentámos analisar em pormenor a problemática do primitivo escudo de armas português, de modo a obter uma solução para o significado da sua expressão plástica. Além da importância, sempre relativa, que este conhecimento possa vir a ter para cada um dos portugueses, procurou-se, como indica o título da dissertação, oferecer uma base sólida de identificação visual, favorável à estruturação de uma política consistente para a imagem do país.

Como não havia um conhecimento seguro da organização semiótica que pudesse influenciar a criação dos elementos heráldicos, vimo-nos obrigados a aprofundar em primeiro lugar a sua generalidade, para aplicar depois o conhecimento adquirido ao nosso problema específico. Tomámos o cuidado de apenas limitar o método às idiossincrasias do brasão quando isso fosse estritamente necessário. Assim, será possível utilizar com proveito o que aqui se estudou, em campos de actuação similares, estabelecendo alicerces seguros que permitam o avanço progressivo na evolução da Semiótica aplicada ao Design.

Como resultado principal estabeleceu-se, com a devida fundamentação, uma proposta inédita para a semântica primitiva das armas nacionais, fazendo corresponder os escudetes à cidade de Coimbra, os besantes ao rio Mondego, a cruz de escudetes ao Condado de Portucale e o esmalte branco do campo ao Reino de Leão. Além do resultado principal, a nossa aproximação produziu muitos outros frutos:

- Criou-se um modelo para a validação do conceito inovador de parofonia, aqui utilizado para os objectivos particulares da dissertação que, com adaptações, poderá aproveitar-se em outros trabalhos investigativos semelhantes.
- Enfatizou-se a importância da capitalidade e da hidronímia bem como da quase absoluta referenciação geográfica nas representações heráldicas da Baixa Idade Média, bem como o favorecimento do uso do latim e das línguas regionais.
- Confirmou-se a metonimização como um instrumento fundamental da transformação do referente, assumindo por vezes complexidades surpreendentes.
- A sematização teve a capacidade de ocupar todas as dimensões que lhe estavam disponíveis: palavra ou imagem, simples ou composta, homonímica, heteronímica ou híbrida.
- Definiu-se o percurso organizativo da parofonia heráldica: referente, metonímia do referente, verbalização, acomodação, sematização, significante e traços significantes.
- Detectaram-se numerosos fenómenos na interface linguística-imagística: ressonâncias, ocultações, arranjos, intercalações, pleonasmos, adereços, imitações, sacralizações, profusões,

hesitações, sublimações, divergências, subtracções, omissões, evoluções, aperfeiçoamentos, substituições, persistências e abrangências.

- Admitiu-se a existência de parofonia para a representação heráldica primitiva europeia.
- Foi melhorada significativamente a compreensão da Heráldica para numerosos estados europeus medievais, grande parte ainda viva nos respectivos símbolos nacionais ou regionais.

No campo da Semiótica aplicada ao Design espera-se que, ao compreendermos melhor a maneira como as línguas e as imagens construíram as suas inter-relações na Heráldica, seja possível não só isolar os fenómenos dependentes da linguística, como detectar os efeitos dessas dependências nas modernas representações bidimensionais do Design. Os passos seguintes: o entendimento das superfícies, dos volumes e das funcionalidades deverão depender das fases anteriores.

Em terreno estritamente heráldico, se algumas perguntas antigas já têm uma resposta mais satisfatória, muitas outras apareceram ou serão inevitavelmente reformuladas. É possível aplicar esta metodologia à Heráldica Municipal e Familiar? Dentro do próprio brasão as conclusões obtidas serão válidas para os timbres? A alternância entre cores e metais poderá ser explicada analiticamente? A parofonia era utilizada nas bandeiras e insígnias? Qual a lógica das armas eclesiásticas?

A História de Portugal poderá também suscitar inúmeras interrogações daqui derivadas. Para além de validar as propostas avançadas, ficaria ainda muito por fazer, em especial no que se refere à pragmática. Como as nossas propostas são maioritariamente inéditas, a serem confirmadas, exigirão a releitura de todas as fontes disponíveis, de modo a verificarem-se os pontos de contacto com o novo ambiente semântico da questão.

Para a História da Europa ficam por completar os processos iniciados neste trabalho para o universo amostral. Não era esse o nosso objectivo principal, nem dispúnhamos de conhecimentos ou recursos adequados para tão ambicioso desiderato. A coesão europeia depende em larga medida da compreensão das suas origens, das características comuns que são capazes de agregar uma diversidade linguística a ultrapassar meia centena de idiomas, e tantos outros aspectos culturais distintos. A Linguística terá a capacidade de aperfeiçoar o modelo exposto, aplicando-o às especificidades de cada cultura, época e estratos sociais.

Como consequência das nossas proposições, se vierem a ser bem aceites, abre-se a oportunidade de permanecer à frente numa aplicação inovativa que ainda muito tem por desenvolver. A imediata aplicação no estudo da marca de Portugal poderá beneficiar tanto o país como os seus vectores internacionais. A colaboração interdisciplinar será imprescindível para a boa consecução de um tal projecto, potencializando, ademais, a liderança da inovação nesse domínio. Os eventuais desenvolvimentos poderão ser financiados internamente por estudos de imagem e de semântica heráldica ou simbólica: pública, particular ou empresarial. A cooperação no estudo da Heráldica europeia poderá gerar novas iniciativas, com vantagens para todas as partes envolvidas.

As oportunidades abrem-se não só no campo investigativo a montante. A análise das representações actuais e prospectivas no domínio da imagem poderá até apresentar-se mais atractiva. A passagem aos patamares superiores do projecto exigirá mais esforço investigativo. Talvez seja possível estudar dentro de alguns anos as aplicações da Semiótica na esfera da comunicação visual tridimensional, seguidas do seu desenvolvimento no âmbito das funcionalidades e da interface mais próxima à Engenharia do Produto. Essa extensão conceptual trará, decerto, benefícios para aplicações noutros campos muito distintos da Engenharia como a manutenção preditiva por análise de vibrações, a análise metalográfica e a previsão de terramotos[1].

[1] Ver (NADIN, 1993).

Lista de Referências

ADAM-EVEN, P.; SÃO PAYO, M. de - Études d'Héraldique Médiévale: Armoiries Portugaises dans les Armoriaux Français du Moyen Âge - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, II Série - Tomo II (Set.-Dez.), nº 1, pp. 46–61, 1960.

ALBERGARIA, A. S. - *Tropheos Lusitanos* - Lisboa: Impresso por Jorge Rodrigues, 1632.

ALBUQUERQUE, A. M. S. de - As Armas do Senhor D. Affonso Henriques e a Jornada d'África: Apontamentos Históricos - *Prelúdios Literários*, Coimbra, Vol. II, nº 11, 1886.

ALBUQUERQUE, M. de; SAMEIRO, P. - Heráldica em Portugal: Catálogo de uma Exposição que se não fez - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, V Série - Tomo VI (Jan.-Dez.), nº 1, 2 e 3, pp. 235–355, 1985–1986.

ALTET, X. B. - *A Alta Idade Média* - Colónia: Taschen, 1998.

AMARAL, A. F. do - Ensaio duma Teoria Semiológica da Heráldica Portuguesa - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, III Série - Tomo IV (Jan.-Mar.), nº 1, pp. 25–36, 1975.

ARNHEIM, R. - *Art and Visual Perception: A Psychology of the Creative Eye* - Berkley: University of California Press, 1974.

ATILF: CNRS - *Université Nancy 2: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales - Le Trésor de la Langue Française Informatisé* - 2009 : Acedido a 12 de Junho de 2008, disponível em: <http://atilf.atilf.fr>.

AZEVEDO, F. de Simas Alves de - Heráldica Portuguesa no Museu do Instituto de Valência de D. Juan (Madrid) - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, II Série - Tomo III (Set.-Dez.), nº 3, pp. 181–183, 1962.

AZEVEDO, F. de Simas Alves de - Expressivo Emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal - in *SHIP,* Lisboa: [s.n.], 1980.

BANDEIRA, L. S. S. M. - *Vocabulário Heráldico* - 4ª. ed. , Lisboa: Edições Mama Sume, 1985.

BARROCA, M. J. - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)* - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, C. - La Frontera Medieval entre Galicia y Portugal - *Medievalismo*, Madrid, nº 4, pp. 27–39, 1994.

BÁRTOLO, J. - *Corpo e Sentido: Estudos Intersemióticos* - Covilhã: Labcom, 2007.

BAUBETA, P. A. O. de - Some Early English Sources of Portuguese History - *Estudos Medievais*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, nº 9, pp. 201–210, 1988.

BOAS, F. - *Primitive Art* - Nova Iorque: Dover Publications, 1955.

BORGES, M. L. C.; BORGES, J. G. C. - Heráldica Imaginária Portuguesa: O Caso do Palmeirim - *Raízes e Memórias*, Associação Portuguesa de Genealogia, Lisboa, nº 4, pp. 73–88, 1989.

BORGES, N. C. - *Arte Monástica em Lorvão, Sombras e Realidade: Das Origens a 1737* - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

BUNEL, A. - *Héraldique Européene* - 2008 : Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.heraldique-europeenne.org>.

CALAFATE, P.; CARDOSO, J. L. - *Portugal como Problema* - Lisboa: FLAD-Público, 2006.

CAMÕES, L. V. de - *Os Lusíadas* - Lisboa: António Gonçalves Impressor, 1572.

CAPPELLI, A. - *Dizionario di Abbreviature Latine ed Italiane* - 6ª. ed. , Milão: Ulrico Hoepli, 1999.

CARDOSO, J. - *Crónica de Idácio* - 2ª. ed. , Braga: Livraria Minho, 1995.

CARMELO, L. - *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: O Milagre de Ourique ou um Mito Nacional de Sobrevivência* - 1999 : Acedido a 17 de Setembro de 2008, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carmelo-luis-Ourique.pdf>.

CENTRE HISTORIQUE DES ARCHIVES NATIONALES - *ARCHIM: Les Collections du Musée de l'Histoire de France: AE/I/25/6 (Armorial Le Breton)* - Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/Wave/image/archim/Pages/03082.htm>.

CERNOVODEANU, D. - Les Armoiries des Souverains du Sud-est Europeen dans les Rôles d'Armes Français, Anglais et Allemands du XIII.e au XV.e Siècles - in *Genealogia e Heráldica: Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica* Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1989 , Vol II, pp. 187–225.

CHAVES, L. - *Os Pelourinhos Portugueses* - Vila Nova de Gaia: Edições Apolino, 1930.

CHRISTIN, A.-M. - *A History of Writing: From Hieroglyph to Multimedia* - Paris: Flammarion, 2002.

CLEMMENSEN, S. - *Armorial.dk: Tournaments: The Tournament Held at Chauvency in October 1285* - Acedido a 10 Novembro de 2008, disponível em: <http://www.armorial.dk>.

COELHO, J. F. T. - *Manual Político do Cidadão Portuguez* - 2ª. ed. , Porto: Empresa Litterária e Typographica, 1908.

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. - *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* - Madrid: Editorial Gredos, 1983.

COSERIU, E. - *L'Homme et son Langage* - Lovaina: Peeters, 2000.

COSTA, A. de Jesus da - La Chancellerie Royale Portugaise jusqu'au Millieu du XIIIe Siècle - in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos* , Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.

COUTINHO, A. X. P. - *Flora de Portugal (Plantas Vasculares)* - 2ª. ed. , Lisboa: Bertrand (Irmãos), 1939.

CRUZ, A. A. F. da - *Paleografia Portuguesa: Ensaio de Manual* - Porto: Universidade Portucalense, 1987.

CUNHA, M. C. A. e - *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)* - Corunha: Editorial Toxosoutos, 2005.

CUNHA, R. da - *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* - Braga: [s.n.], 1989 , fac-simile da edição de 1634-1635.

CYTÛN - *Llandudno's Churches Together: Saint Tudno's Church* - Acedido a 15 de Outubro de 2008, disponível em: <http://www.llandudnochurches.org.uk>.

D'ALLEMTEJO, M. R. - *Historical Paternosters and Rosaries* - [s.l.]: [s.n.], 2003.

DEMAY, G. - *Inventaire des Sceaux de la Flandre recueillis dans les Dépôts d'Archives, Musées et Collections Particulières du Département du Nord* - Paris: Imprimerie Nationale, 1873.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA - 21ª. ed. , Madrid: Espasa Calpe, 1992.

DICTIONARY OF HERALDRY - Londres: Brockhampton Press, 1997.

DIPLOMATA ET CHARTAE - *Portugaliae Monumenta Historica: A Saeculo Octavo post Christvm usque ad Quintumdecimum* - Lisboa: Academia das Ciências, 1867– (1873).

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS - *TT Online* - 2009 : Acedido a 10 Novembro de 2008, disponível em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>.

DU BOIS, G. - *Les Chevaliers Français au Tournoi de Cambrai en 1269* - Acedido a 10 Novembro de 2008, disponível em: <http://gillesdubois.blogspot.com/2006/12/les-chevaliers-au-tournoi-de-cambrai-en.html>.

DURBIN, J. R. - *Modern Algebra: An Introduction* - 3ª. ed. , Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1992.

ECO, U. - *The Role of the Reader: Explorations in the Semiotics of Texts* - Bloomington: Indiana University Press, 1979.

ECO, U. - *O Signo* - 6ª. ed. , Lisboa: Presença, 2004.

ECO, U. - *A Estrutura Ausente* - 7ª. ed. , São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

EVEN, J.-C. - *Banque des Blasons* - 2009 : Acedido a 15 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.marikavel.org/blasons>.

FILGUEIRAS, O. L. - Àcerca das Siglas Poveiras - *Lvcerna*, Porto, Vol. V, 1966.

FRANCE GENWEB - *Les Armoriaux d'Héraldique GenWeb: Nouvel Armorial: Le Rôle d'Armes de l'Ost de Ploërmel, Rennes, 1294* - Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.francegenweb.org/blog/?2007/08/22/296-les-armoriaux-d-heraldiquegenweb-nouvel-armorial>.

FREIRE, A. B. - *Brasões da Sala de Sintra* - 2ª. ed. fac-simile, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.

FREIRE, A. B. - *Armaria Portuguesa* - Lisboa: Cota d'Armas, 1989.

GAFFIOT, F. - *Dictionnaire Illustré Latin-Français* - Paris: Hachette, 1934.

GANDRA, M. J. - *A Cristofania de Ourique: Mito e Profecia* - Lisboa: Fundação Lusíada, 2002.

GOULLET, M.; PARISSE, M. - *Apprendre le Latin Médieval* - Paris: Picard, 1996.

GUERRA, A. J. R. - *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII: Gestos e Atitudes de Rotina dos seus Autores Materiais* - Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

HARTEMINK, R. - *International Civic Arms* - 2009 : Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <www.ngw.nl>.

HEIMER, Z. - *Heraldry and the Origin of the Bosnian Fleur-de-Lis* - 2008 : Acedido a 15 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.fahnenversand.de/fotw/flags/ba-1992.html>.

INQUISITIONES - *Portugaliae Monumenta Historica: A Saeculo Octavo post Christvm usque ad Quintumdecimum* - Lisboa: Academia das Ciências, 1867– (1873).

JACOB, P. - *Pourquoi les Choses ont-elles un Sens?* - Paris: Odile Jacob, 1997.

JAÉN, J. M. A. - *Estudios sobre el Liber Sancti Jacobi: La Toponimia Mayor Hispana* - Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000.

KRAUSE, J.; *et al.* - The Derived FOXP2 Variant of Modern Humans was Shared with Neandertals - *Current Biology*, Elsevier, Vol. 17, nº 21, pp. 1908–1912, November 6, 2007.

LA FLEUR DE LYS - *Le Tournoi de Compiègne en 1238* - Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://lafleurdelys.org/flds01.html>.

LANGHANS, F.-P. de A. - A Heráldica Portuguesa, seus Estilos e Semiótica - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, III Série - Tomo III (Jan.-Mar.), nº 1, pp. 9–33, 1974.

LES ARMORIAUX MÉDIEVAUX - *Actes du Colloque International «Les Armoriaux Médiévaux» (Paris, 21-23 mars 1994)* - Paris: Le Léopard d'Or, 1997.

LILLIOS, K. - *Engraved Stone Plaque Registry and Inquiry Tool* - 2008 : Acedido a 5 de Junho de 2008, disponível em: <http://research2.its.uiowa.edu/iberian>.

LIMA, J. P. A. - *Armas de Portugal : Origem, Evolução, Significado* - Lisboa: INAPA, 1998.

LIPSCHUTZ, S. - *Matemática Finita* - São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

LOPES, L. S. - A Cultura da Medição em Portugal ao longo da História - *Educação e Matemática*, Associação de Professores de Matemática, Lisboa, nº 84, pp. 42–48, 2005.

MACHADO, J. C. L. S. - *Os Bragançãos: História Genealógica de uma Linhagem Medieval (Séculos XI a XIII)* - Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, 2004.

MACHADO, J. P. - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* - Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MADAHIL, A. G. da R. - *Milenário de Aveiro: Colectânea de Documentos Históricos* - Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1959–1968.

MALAFAIA, E. B. de A. - *Pelourinhos Portugueses - Tentâmen de Inventário Geral* - Lisboa: INCM, 1997.

MATEUS, M. H.; D'ANDRADE, E. - *The Phonology of Portuguese* - Oxford: Oxford University Press, 2000.

MATOS, A. de - Ainda as Armas da Cidade do Porto - *Brotéria*, Lisboa, Vol. XXIII - Fasc. 2, 3 (Ago.-Set.), 1936.

MATOS, A. de - *Evolução Histórica das Armas Nacionais Portuguesas* - Porto: Livraria Fernando Machado, 1939.

MATOS, A. de - *As Pedras de Armas do Porto* - Porto: Câmara Municipal do Porto, 1953.

MATTERN, G. - Les Armoiries sur la Tapisserie de l'Abbaye de Wienhausen (Allemagne) - in *Genealogia e Heráldica: Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica* , Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1989 , Vol. II, pp. 349–356.

MATTOSO, J. - *Fragmentos de uma Composição Medieval* - Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MATTOSO, J. - *D. Afonso Henriques* - Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007.

MISCHKE, C. R. - *Construção de Modelos Matemáticos em Engenharia* - Lisboa: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

MUSEU DE ALBERTO SAMPAIO - *Colecções* - 1999 : Acedido a 10 de Março de 2009, disponível em: <http://www.geira.pt/MAlbertoSampaio>.

NADIN, M. - Semiotics in Action: The Pragmatic Level - in *Handbuch Pragmatik: Sprachphilosophie, Sprachpragmatik und formative Pragmatik* , Hamburgo: Felix Meiner, 1993 , Vol. IV.

NASCIMENTO, A. A. - *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra* - Lisboa: Edições Colibri, 1998.

NAVASCUÉS, F. M.-P. de - *Heráldica Medieval Española. I: La Casa Real de León y Castilla* - Madrid: Hidalguía, 1982.

NAVASCUÉS, F. M.-P. de - *Los Emblemas Heráldicos: Una Interpretación Histórica* - Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

NAVASCUÉS, F. M.-P. de - Armoriaux et Décor Brodé au Milieu du XIIIe Siècle - in *Les Armoriaux Médievaux: Actes du Colloque International «Les Armoriaux Médiévaux» (Paris, 21-23 mars 1994)* , Paris: Le Léopard d'Or, 1997 pp. 259–272.

NIVEN, I.; ZUCKERMAN, H. S.; MONTGOMERY, H. L. - *An Introduction to the Theory of Numbers* - Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1991.

NORTON, M. A. - *A Heráldica em Portugal* - Lisboa: Dislivro Histórica, 2004.

OLIVEIRA, A. C. de; MACHADO, L. S. - *Textos Portugueses Medievais* - 5ª. ed. , Coimbra: Francisco Franco, 1974.

OLIVEIRA, J. A. de - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147): Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cêrco* - Lisboa: S. Industriais da C. M. L., 1936.

PARIS, M. - *Matthaei Parisiensis: Monachi Sancti Albani: Chronica Majora (Vol. VI Liber Additamentorum)* - Londres: Longman, 1882.

PASTOUREAU, M. - *Figures et Couleurs: Études sur la Symbolique et la Sensibilité Médiévales* - Paris: Le Léopard d'Or, 1986.

PASTOUREAU, M. - *Figures de l'Héraldique* - Évreaux: Gallimard, 1996.

PASTOUREAU, M. - Présentation - in *Les Armoriaux Médievaux: Actes du Colloque International «Les Armoriaux Médiévaux» (Paris, 21-23 mars 1994)* , Paris: Le Léopard d'Or, 1997.

PASTOUREAU, M. - *Traité d'Héraldique* - 4ª. ed. , Paris: Picard, 2003.

PERCEVAL, C. S. - Thursday, February 22nd, 1883 - *Proceedings of the Society of Antiquaries of London*, The Society of Antiquaries, Londres, Vol. IX (2nd Series), pp. 249–262, 1883.

PIANIGIANI, O. - *Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana* - Milão: Casa Editrice Sonzogno, 1942.

PINA, R. de - *Crónica de Dom Afonso V e Crónica d'El-Rei Dom João II* - Porto: Lello e Irmão, 1977.

PINOTEAU, H. - Nouvelles Recherches sur les Origines des Armes de Portugal - in *Genealogia e Heráldica: Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica* , Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1989 , Vol. II, pp. 421–442.

PIZARRO, J. A. de S. M. - *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogia e Estratégias (1279-1325)* - Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999.

PRETO, J. - Des Armoiries qui Parlent: Propos sur la Science du Blason et la Linguistique - in *Genealogia e Heráldica: Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica* , Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1989 , Vol. II, pp. 457–494.

REGNIER, M. - Deux «Armoriaux Occasionnels» au XIVe Siècle - in *Les Armoriaux Médievaux: Actes du Colloque International «Les Armoriaux Médiévaux» (Paris, 21-23 mars 1994),* Paris: Le Léopard d'Or, 1997 pp. 71–124.

REIS, H. D. S. - *Apontamentos para a Verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto* - Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1984.

RIBEIRO, O. - *A Formação de Portugal* - Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

RODRÍGUEZ, E. M. - *Diccionario de las Hablas Leonesas* - 2ª. ed. , León: Monte Casino, 1998.

SACADURA, J. P.; CUNHA, R. - *Património da Humanidade em Portugal* - Lisboa: Editorial Verbo, 1999–2000.

SAMPAIO, G. - *Flora Portuguesa* - 3ª. ed. , Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. - *Metodologia de Pesquisa* - 3ª. ed. , São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTA CRUZ DE COIMBRA - *A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média* - Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. - *Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia* - São Paulo: Iluminuras, 1998.

SANTOS, M. J. A. - *Da Visigótica à Carolina: A Escrita em Portugal de 882 a 1172* - Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

SÃO PAYO, L. de Mello Vaz de - Um Artigo Magistral sobre «El Nacimiento de las Armas de León y Castilla» do Engº D. Faustino Menendez Pidal de Navascués: Ainda a Bordadura dos Castelos nas Armas Nacionais - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, III Série - Tomo II (Out.-Dez.), nº 3, pp. 213–234, 1973.

SÃO PAYO, L. de Mello Vaz de - *A Herança Genética de D. Afonso Henriques* - Porto: Centro de Estudos de História da Família da UMP, 2002.

SÃO PAYO, M. de - A Bordadura nas Armas do Infante Dom Henrique - Esclarece-se de vez a Origem dos Castelos nas Armas Nacionais - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, II Série - Tomo I (Jan.-Abr.), nº 2, pp. 101–106, 1960.

SÃO PAYO, M. de - Em Defesa e Louvor da Presumível Cruz no Escudo e Bandeira de El-Rei D. Afonso Henriques - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, II Série - Tomo XII (Abr.-Jun.), nº 2, pp. 117–122, 1971.

SÃO PAYO, M. de - A Misteriosa «Rainha Branca» do Livro do Armeiro-Mor - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, III Série - Tomo IV (Abr.-Jun.), nº 2, pp. 159–164, 1975.

SERRÃO, J. - *Dicionário da História de Portugal* - Lisboa: Iniciativas Económicas, 1961–1971.

SHANNON, C. E. - A Mathematical Theory of Communication - *Bell System Technical Journal*, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October 1948.

SÍLFRAHÁRR, G. - *The Viking Answer Lady (Zurich Roll)* - 2009 : Acedido a 3 de Junho de 2008, disponível em: <http://www.vikinganswerlady.com/ZurichRoll>.

SILVA, A. B. M. da; ARAÚJO, A. F. - Para uma Mitanálise da Fundação Sagrada do Reino de Portugal em Ourique - in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias* , Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006 , Vol. 1, pp. 177–208.

SONESSON, G. - Die Semiotik des Bildes: Zum Forschungsstand am Anfang der 90er Jahre - *Zeitschrift für Semiotik*, Stauffenburg Verlag, Tübingen, Vol. 15 - Fasc. 1-2, pp. 131–164, 1993.

SOUSA, A. C. de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* - Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946–1954.

SOUSA, A. C. de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* - Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946–1955.

SOUSA, M. de Faria e - *Epitome de las Historias Portuguesas* - Lisboa: Na Officina de Francisco Viliela, 1673.

SPÍNOLA, I. J. - Da Necessidade de Restituir às Armas de Portugal os seus Verdadeiros Símbolos - *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, Vol. LXX, nº 3-4, pp. 468–484, Jul.-Dez. 1960.

TÁVORA, L. G. de Lancastre e - Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa VII: Da Origem das Armas de Portugal (à Guisa de Recensão) - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, V Série - Tomos III e IV, pp. 49–97, 1982–1983.

TÁVORA, L. G. de Lancastre e - *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa* - Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

TÁVORA, L. G. de Lancastre e - Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa X: Armas dos de Riba-Douro? - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, V Série - Tomo V (Jan.-Dez.), nº 1, 2 e 3, pp. 39–60, 1984.

TÁVORA, L. G. de Lancastre e - Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa XII: Os Reis de Portugal e o Sangue Capetíngeo - *Raízes e Memórias*, Associação Portuguesa de Genealogia, Lisboa, nº 3, pp. 67–77, 1988.

TÁVORA, L. G. de Lencastre e - Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa III: A Heráldica dos Sousões no Claustro do Silêncio de Alcobaça - *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, V Série - Tomo I (Jan.-Dez.), nº 1, 2 e 3, pp. 54–72, 1981.

THE HERALDRY SOCIETY OF SCOTLAND - *Balliol Roll* - Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.heraldry-scotland.co.uk/Mitchell/balliol.html>.

TIMMS, B. - *Studies in Heraldry* - 2005 : Acedido a 3 de Junho de 2008 disponível em: <http://perso.numericable.fr/ briantimms>.

TORRINHA, F. - *Dicionário Latino-Português* - 3ª. ed. , Porto: Edições Marânus, 1945.

TOVAR, C. de - Esfragística Medieval Portuguesa - *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, Vol. II, 1937.

UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK HEIDELBERG - *Cod. Pal. germ. 848: Große Heidelberger Liederhandschrift (Codex Manesse)* - Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, disponível em: <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/cpg848>.

VALOIS, N. - Discours prononcé le 14 Juillet 1380, en Présence de Charles V, par Martin, Évêque de Lisbonne, Ambassadeur du Roi de Portugal - *Bibliothèque de l'École des Chartes*, Paris, Vol. LII, nº 52, pp. 485–516, 1891.

VASCONCELLOS, J. L. de - *Opúsculos: Dialectologia* - Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1928.

VAZ, J. F. - *Numária Medieval Portuguesa: 1128-1383* - Lisboa: Edição do Autor, 1960.

VAZ, J. F. - *Livro das Moedas de Portugal* - Braga: Edição do Autor, 1973.

VENTURA, L.; FARIA, A. S. - *Livro Santo de Santa Cruz: Cartulário do Séc. XII* - Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

VITERBO, F. J. de Santa Rosa de - *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se usaram* - Porto: Civilização, 1983–1984.

ZÚQUETE, A. E. M. - *Armorial Lusitano* - Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

Anexo A

Universo Amostral

Tabela A.1: Universo amostral (I)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Abensberg	Geografia	Ale	Ale	º
Principado	Acaia	Geografia	Fra	Fra	§
Outros	África	Geografia	Fra	Fra	Z Z
Viscondado	Agde	Geografia	Oci	Oci	I
Condado	Ahlten	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Aichelberg	Geografia	Ale	Ale	G
Outros	Albânia	Transmissão	=	=	=
Outros	Albânia Veneta	Geografia	Ser	Ser	Z
Condado	Albret	Geografia	Oci	Oci	Z
Condado	Alençon	Transmissão	=	=	=
Outros	Alexandria	Geografia	Lat	Lat	Z V
Reino	Almeria	Geografia	Fra	Ano	U
Condado	Alta Alsácia	Geografia	Ale	Ale	S U
Principado	Alta Áustria	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Alta Lusácia	Geografia	Ale	Ale	U
Ducado	Alta Silésia	Transmissão	=	=	=
Condado	Altena	Transmissão	=	=	=
Margraviato	Altenburg	Geografia	Ale	Ale	B
República	Amalfi	Geografia	Ita	Ita	§
Condado	Amiens	Geografia	Fra	Fra	C
Condado	Ampúrias	Geografia	Cat	Cat	S
República	Ancona	Geografia	Ita	Gre	H
Condado	Andechs-Meranien	Transmissão	=	=	=
Outros	Andorne	Outros	Fra	Ano	B N
Principado	Andorra	Transmissão	=	=	=
Condado	Angoulême	Geografia	Fra	Fra	G
Ducado	Anhalt	Transmissão	=	=	=
Principado	Anhalt-Bernburg	Geografia	Ale	Ale	Z U
Condado	Anjou	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Anjou	Geografia	Lat	Lat	#
Condado	Anjou II	Transmissão	=	=	=
Principado	Antióquia	Geografia	Ano	Ano	S
Principado	Antióquia II	Geografia	Lat	Lat	B
Outros	Antoris	Outros	Fra	Fra	Z G
Condado	Antuérpia	Geografia	Ale	Ale	H V
Condado	Antuérpia II	Transmissão	=	=	=
Ducado	Aquitânia	Transmissão	=	=	=
Outros	Aquitânia II	Geografia	Fra	Fra	Z
Outros	Arábia	Geografia	Lat	Lat	S
Reino	Aragão	Transmissão	=	=	=
Reino	Aragão II	Geografia	Cat	Cat	H Z
Reino	Aragão II	Geografia	Cat	Cat	H
Reino	Aragão II	Geografia	Ara	Cat	G

Tabela A.2: Universo amostral (II)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Are	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Aremberg	Geografia	Ale	Ale	B
Senhorio	Arenfels	Geografia	Ale	Ale	Z
Reino	Arles	Geografia	Oci	Oci	T
Condado	Armagnac	Transmissão	=	=	=
Condado	Armagnac II	Transmissão	=	=	=
Senhorio	Armansperg	Geografia	Ale	Ale	Z
Reino	Arménia	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Arnsberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Arnstein	Geografia	Ale	Ale	Z T
Condado	Artois	Transmissão	=	=	=
Condado	Arundel	Geografia	Ing	Ano	Z
Condado	Arundel II	Transmissão	=	=	=
Condado	Astarac	Geografia	Oci	Oci	G
Principado	Astúrias	Geografia	Ast	Ast	P
Condado	Atholl	Geografia	Gae	Gae	T
Condado	Auersperg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Aumale	Geografia	Fra	Fra	C S
Condado	Aumale II	Transmissão	=	=	=
Condado	Aumale II	Geografia	Fra	Fra	G
Outros	Aumerrie	Outros	Fra	Fra	S
Condado	Aunis	Geografia	Fra	Fra	C
Condado	Aunis	Geografia	Fra	Fra	Z
Ducado	Auschwitz	Transmissão	=	=	=
Margraviato	Áustria	Transmissão	=	=	=
Condado	Auvergne	Geografia	Fra	Fra	S
Outros	Auvergne II	Geografia	Fra	Fra	P H
Outros	Auvergne II	Outros	Fra	Fra	Z
Condado	Auxerre	Transmissão	=	=	=
(Toponímia)	Avaugour	Geografia	Bre	Bre	U
Senhorio	Babenberg	Geografia	Ale	Ale	T
Outros	Babilónia	Geografia	Fra	Fra	Z
Outros	Babilónia II	Geografia	Fra	Ano	G
Margraviato	Baden	Geografia	Ale	Ale	T
Langraviato	Baixa Alsácia	Geografia	Ale	Ale	T
Langraviato	Baixa Alsácia	Geografia	Lat	Lat	C
Langraviato	Baixa Áustria	Geografia	Ale	Ale	#
Margraviato	Baixa Lusácia	Geografia	Sor	Sor	Z
Ducado	Baixa Saxónia	Geografia	Ale	Ale	Z
Ducado	Baixa Silésia	Geografia	Che	Che	U
Condado	Ballenstedt	Geografia	Ale	Ale	S
(Toponímia)	Balliol	Geografia	Gae	Gae	U
(Toponímia)	Baluun	Geografia	Fra	Ano	C Z

Tabela A.3: Universo amostral (III)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Outros	Bandars	Outros	Fra	Fra	Z C
Outros	Bandas	Outros	Fra	Fra	S G
Condado	Bar	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Barcelona	Geografia	Lat	Lat	G #
Condado	Barcelona	Geografia	Lat	Lat	C
Condado	Barcelona	Geografia	Cat	Lat	S
Ducado	Baviera	Geografia	Lat	Lat	S
Ducado	Baviera	Geografia	Lat	Lat	S
Ducado	Baviera	Geografia	Ale	Ale	I
Viscondado	Béarn	Geografia	Oci	Oci	Z
(Toponímia)	Beauchamp	Geografia	Fra	Ano	S
Viscondado	Beaumont	Geografia	Fra	Fra	T
Condado	Beaumont (Condado)	Geografia	Fra	Fra	U G G N
Viscondado	Beaumont II	Transmissão	=	=	=
Condado	Beauvais	Geografia	Fra	Fra	U
Condado	Beilstein	Transmissão	=	=	=
Condado	Bentheim	Geografia	Ale	Ale	B
Condado	Berg	Transmissão	=	=	=
Condado	Berg II	Transmissão	=	=	=
Cantão	Berna	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Berry	Geografia	Fra	Fra	B
Condado	Besalú	Geografia	Cat	Cat	B
Viscondado	Béziers	Geografia	Oci	Oci	B
Outros	Bielorússia	Transmissão	=	=	=
Outros	Bielorússia	Geografia	Bie	Bie	C
Condado	Bigorra	Transmissão	=	=	=
Senhorio	Biscaia	Transmissão	=	=	=
Condado	Blâmont	Transmissão	=	=	=
Condado	Blankenburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Blankenheim	Geografia	Ale	Lat	Z
Condado	Blois	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Blois	Geografia	Lat	Fra	C
Condado	Blois	Geografia	Fra	Fra	C
Condado	Blois II	Transmissão	=	=	=
Reino	Boémia	Geografia	Che	Che	Z #
Reino	Boémia	Geografia	Che	Che	U
Reino	Boémia II	Geografia	Ano	Ano	S
Condado	Bogen	Transmissão	=	=	=
(Toponímia)	Bohun	Geografia	Ing	Ano	G
Condado	Bolonha	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Bolonha II	Transmissão	=	=	=
Condado	Borgonha (Condado)	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Borgonha (Condado)	Geografia	Ale	Ale	C

Tabela A.4: Universo amostral (IV)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Borgonha (Condado) II	Geografia	Fra	Fra	U
Condado	Borgonha (Condado) II	Transmissão	=	=	=
Ducado	Borgonha (Ducado)	Geografia	Fra	Fra	G
Ducado	Borgonha (Ducado)	Geografia	Fra	Fra	B C
Ducado	Borgonha (Ducado)	Geografia	Fra	Fra	T U
Ducado	Borgonha (Ducado)	Geografia	Fra	Fra	C
Ducado	Borgonha (Ducado)	Geografia	Fra	Fra	G C
Ducado	Borgonha (Ducado) II	Transmissão	=	=	=
Reino	Bósnia	Geografia	Bos	Bos	B
Outros	Bougie	Geografia	Fra	Fra	Z
Senhorio	Bourbon	Geografia	Fra	Fra	Z
Ducado	Brabante	Geografia	Hol	Hol	Z #
Senhorio	Braine	Geografia	Fra	Fra	U
Principado	Brandenburgo	Geografia	Ale	Ale	S
Ducado	Braunschweig	Transmissão	=	=	=
Condado	Bregenz	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Brehna	Geografia	Ale	Ale	S
Ducado	Breisgau	Transmissão	=	=	=
Principado	Bressanone	Geografia	Ita	Ita	I Z
Ducado	Bretanha	Geografia	Bre	Bre	G
Senhorio	Breteuil	Geografia	Fra	Fra	G
Condado	Brienne	Transmissão	=	=	=
Condado	Broyes	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Bruchhausen	Geografia	Ale	Ale	G
Ducado	Brzeg	Geografia	Pol	Pol	# S
Condado	Buchan	Geografia	Ing	Ano	B
Reino	Bulgária	Geografia	Bul	Bul	Z
Reino	Bulgária II	Geografia	Bul	Bul	Z
Ducado	Bulhão	Geografia	Fra	Fra	U
Margraviato	Burgau	Geografia	Ale	Ale	T
Outros	Burgie	Geografia	Fra	Fra	C
Viscondado	Cabrières	Geografia	Fra	Fra	Z
(Toponímia)	Calais	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Calw	Geografia	Ale	Ale	Z T
Outros	Candia	Geografia	Fra	Fra	Z
Viscondado	Cardona	Geografia	Cat	Cat	B
Ducado	Caríntia	Transmissão	=	=	=
Reino	Castela	Geografia	Cas	Cas	U
Reino	Castela	Geografia	Lat	Lat	C
Condado	Castell	Geografia	Ale	Ale	G
Outros	Cavaleiros Teutónicos	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Celje	Geografia	Lat	Lat	T
Condado	Chalon	Geografia	Fra	Fra	V Z

Tabela A.5: Universo amostral (V)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Champanhe	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Champanhe	Transmissão	=	=	=
Condado	Charolais	Transmissão	=	=	=
Senhorio	Châtillon	Geografia	Fra	Fra	Z V
Condado	Cheshire	Geografia	Ano	Ano	B #
Condado	Chiny	Transmissão	=	=	=
Reino	Chipre	Transmissão	=	=	=
Reino	Chipre II	Geografia	Ano	Ano	S
Reino	Chipre III	Outros	-	-	-
Condado	Clare	Geografia	Ing	Ing	S
Margraviato	Clavesana	Geografia	Ita	Ita	S
Condado	Clermont-en-Beauvais	Transmissão	=	=	=
Ducado	Cleves	Geografia	Ale	Ale	S
Ducado	Cleves	Geografia	Ale	Ale	S
Principado	Coligny	Transmissão	=	=	=
Cidade	Colónia	Geografia	Ale	Ale	N
Condado	Comminges	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Cornualha	Geografia	Ing	Ano	Z # C
Condado	Cornualha	Geografia	Ing	Ano	Z # S
Condado	Cornualha	Geografia	Ing	Ano	Z S S
Condado	Cornualha (França)	Geografia	Bre	Bre	Z
Reino	Cornualha	Geografia	Ano	Ano	G G
Condado	Cornualha II	Geografia	Ing	Ano	G T
Reino	Córsega	Geografia	Ita	Ita	H
Senhorio	Coucy	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Couserans	Geografia	Fra	Fra	S
Outros	Cracóvia	Geografia	Fra	Ano	S S
Reino	Croácia	Geografia	Lat	Lat	S
Reino	Dalmácia	Geografia	Cro	Cro	H H
Condado	Dammartin	Transmissão	=	=	=
Condado	Dammartin	Transmissão	Fra	Fra	Z
Outros	Danit	Outros	Fra	Fra	C
Condado	Dannenberg	Geografia	Ale	Ale	B T
Condado	Dassel	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Delmenhorst	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Derby	Transmissão	=	=	=
Condado	Devon	Transmissão	=	=	=
Condado	Diepholz	Geografia	Ale	Ale	P
Condado	Diepholz	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Diessen	Transmissão	=	=	=
Condado	Diez	Geografia	Lat	Ale	Z
Condado	Dill	Geografia	Ale	Ale	U
Condado	Dillingen	Geografia	Ale	Ale	Z

Tabela A.6: Universo amostral (VI)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Reino	Dinamarca	Geografia	Din	Din	B V
Reino	Dinamarca	Outros	-	-	-
Reino	Dinamarca	Geografia	Din	Din	Z
Reino	Dinamarca (Bandeira)	Geografia	Din	Din	S
Reino	Dinamarca II	Geografia	Ano	Ano	S
Reino	Dinamarca III	Geografia	Ano	Ing	P
Condado	Dreux	Transmissão	=	=	=
Condado	Dreux	Transmissão	=	=	=
Reino	Duklja	Geografia	Lat	Lat	C
Condado	Ebersberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Eberstein	Geografia	Ale	Ale	B
Condado	Egloffstein	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Elsgau	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Embs	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Engern	Transmissão	=	=	=
Condado	Erbach	Geografia	Ale	Ale	B
Condado	Eschenlohe	Transmissão	=	=	=
Reino	Escócia	Geografia	Ing	Gae	G
Reino	Escócia	Transmissão	=	=	=
Reino	Escócia	Transmissão	=	=	=
Reino	Escócia (Bandeira)	Geografia	Gae	Gae	T
Reino	Escócia (Bandeira)	Geografia	Gae	Gae	§ C
Reino	Escócia (Emblema)	Geografia	Gae	Gae	B
Reino	Escócia II	Geografia	Lat	Lat	T V
Reino	Escócia III	Geografia	Fra	Fra	Z
Reino	Eslavónia	Geografia	Cro	Cro	Z
Reino	Eslováquia	Geografia	Hun	Hun	S
Condado	Essex	Transmissão	=	=	=
Reino	Essex II	Geografia	Ing	Lat	#
Reino	Essex II	Geografia	Ing	Ing	Z G
Margraviato	Este	Geografia	Ita	Ita	Z
Ducado	Estíria	Geografia	Ale	Ale	Z
Outros	Estónia	Transmissão	=	=	=
Condado	Étampes	Transmissão	=	=	=
Condado	Eu	Transmissão	=	=	=
Condado	Everstein	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Évreux	Geografia	Lat	Lat	C
Condado	Falkenburg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Feldkirch	Transmissão	=	=	=
(Toponímia)	Ferrers	Geografia	Ing	Ano	Z
Condado	Ferrete	Transmissão	=	=	=
Condado	Fezensac	Transmissão	=	=	=
Margraviato	Finale	Transmissão	=	=	=

Tabela A.7: Universo amostral (VII)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Outros	Finlândia	Transmissão	=	=	=
Condado	Flandres	Transmissão	=	=	=
Cidade	Florença	Geografia	Ita	Ita	B
Condado	Foix	Geografia	Oci	Oci	S
Condado	Forcalquier	Geografia	Oci	Oci	S
Condado	Forez	Transmissão	=	=	=
Condado	Formbach	Geografia	Ale	Ale	Z
(Toponímia)	Forz	Geografia	Ing	Ing	Z #
Reino	França	Geografia	Fra	Fra	B
Reino	França	Geografia	Fra	Fra	C
Reino	França	Geografia	Lat	Lat	#
Ducado	Francónia	Geografia	Lat	Lat	U
Condado	Freiburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Friesland	Geografia	Hol	Hol	Z
Principado	Fritzlar	Transmissão	=	=	=
Margraviato	Friuli	Geografia	Lat	Lat	Z
Condado	Frontenhausen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Fürstenberg	Geografia	Ale	Ale	U
Condado	Fürstenberg	Transmissão	=	=	=
Outros	Galat	Geografia	Fra	Fra	P
Outros	Galeby	Outros	Fra	Fra	º
Reino	Gales	Antroponímia	Gls	Gls	Z
Reino	Gales	Antroponímia	Gls	Ing	#
Reino	Gales (Bandeira)	Geografia	Gls	Gls	Z
Reino	Gales (Emblema)	Geografia	Ano	Ano	B
Reino	Gales II	Geografia	Lat	Lat	Z
Reino	Gales III	Geografia	Ing	Ano	Z
Principado	Galícia	Geografia	Ucr	Ucr	Z
Condado	Galiza	Geografia	Lat	Lat	S
Condado	Galiza II	Geografia	Glg	Glg	C
Senhorio	Galloway	Geografia	Gae	Gae	Z
(Toponímia)	Gante	Geografia	Lat	Lat	U
Senhorio	Garlande	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Genevois	Geografia	Fra	Fra	S #
República	Génova	Geografia	Lig	Lig	S
Condado	Gévaudan	Transmissão	=	=	=
Condado	Gleichen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Gloucestershire	Transmissão	=	=	=
Condado	Goëllo	Transmissão	=	=	=
Condado	Gorizia	Geografia	Ita	Ita	U
Condado	Görlitz	Transmissão	=	=	=
Condado	Gradisca	Geografia	Ita	Ita	S
Reino	Granada	Geografia	Cas	Cas	B

Tabela A.8: Universo amostral (VIII)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Reino	Granada II	Geografia	Fra	Fra	T
Condado	Grandpré	Transmissão	=	=	=
Outros	Grécia	Geografia	Gre	Gre	C
Outros	Grécia II	Geografia	Ano	Ano	Z
Condado	Greifenstein	Geografia	Ale	Ale	Z
Senhorio	Grumbach	Geografia	Ale	Ale	H
Condado	Gruyères	Geografia	Fra	Fra	Z
Ducado	Gueldres	Geografia	Hol	Hol	S
Ducado	Gueldres II	Geografia	Hol	Hol	B
Ducado	Gueldres III	Transmissão	=	=	=
Condado	Guînes	Geografia	Fra	Fra	S
Outros	Gurren	Antroponímia	Ale	Ale	Z
Condado	Haag	Transmissão	=	=	=
Condado	Habsburgo	Geografia	Ale	Ale	Z
Margraviato	Hachberg	Transmissão	=	=	=
Condado	Hadmersleben	Geografia	Ale	Ale	S V
Condado	Hainaut	Geografia	Fra	Fra	T
Condado	Hainaut II	Transmissão	=	=	=
Condado	Hals	Geografia	Ale	Ale	S
Cidade	Hamburgo	Geografia	Lat	Lat	C
Condado	Hanau	Geografia	Ale	Ale	S
Senhorio	Haro	Geografia	Bas	Bas	Z
Condado	Heiligenberg	Geografia	Ale	Ale	G T
Condado	Helfenstein	Geografia	Ale	Ale	Z T
Condado	Henneberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Hereford	Transmissão	=	=	=
Condado	Hertford	Transmissão	=	=	=
Condado	Hesse	Transmissão	=	=	=
Condado	Hesse	Geografia	Ale	Ale	#
Condado	Hirschberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Margraviato	Hohenberg	Geografia	Ale	Ale	C
Condado	Hohenembs	Transmissão	=	=	=
Condado	Hohenlohe	Geografia	Ale	Ale	Z
Senhorio	Hohenstaufen	Transmissão	=	=	=
Condado	Hohenzollern	Geografia	Ale	Ale	U
Condado	Hohnstein	Geografia	Ale	Ale	C T
Condado	Holanda	Transmissão	=	=	=
Condado	Holstein	Transmissão	=	=	=
Cidade	Homberg	Transmissão	=	=	=
Condado	Homberg (Suíça)	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Homburg	Geografia	Ale	Ale	C
Condado	Horn	Geografia	Hol	Hol	S
Outros	Hospitalários	Transmissão	=	=	=

Tabela A.9: Universo amostral (IX)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Hoya	Geografia	Ale	Ale	Z
Reino	Hungria	Geografia	Hun	Hun	G C Z
Reino	Hungria II	Geografia	Ano	Ano	Z
Outros	Ilhas Faroé	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Ilhas Órcades	Geografia	Ing	Ano	S
Império	Império Latino	Geografia	Lat	Lat	P S
Império	Império Romano do Oriente	Geografia	Gre	Gre	Z
Império	Império Romano do Oriente II	Antroponímia	Gre	Gre	S
Outros	Índia	Geografia	Fra	Fra	# P
Outros	Índia II	Geografia	Fra	Fra	V
Reino	Inglaterra	Transmissão	=	=	=
Reino	Inglaterra	Geografia	Ano	Ano	Z G
Reino	Inglaterra (Bandeira)	Geografia	Lat	Lat	C
Reino	Inglaterra (Bandeira)	Geografia	Ano	Ano	G
Reino	Inglaterra II	Transmissão	=	=	=
Reino	Inglaterra II	Geografia	Ano	Ano	C
Reino	Inglaterra III	Geografia	Ano	Ano	Z #
Reino	Inglaterra IV	Geografia	Ano	Ano	Z #
Senhorio	Irlanda	Geografia	Ano	Ano	C
Senhorio	Irlanda	Geografia	Ano	Ano	P
Senhorio	Irlanda	Geografia	Ano	Ano	#
Reino	Irlanda (Bandeira)	Outros	-	-	-
Senhorio	Irlanda (Emblema)	Geografia	Irl	Irl	B
Senhorio	Irlanda (Emblema) II	Geografia	Irl	Mns	S
Senhorio	Irlanda (Emblema) II	Geografia	Irl	Lat	S
Condado	Isenburg	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Isenburg II	Transmissão	=	=	=
Condado	Islândia	Geografia	Isl	Isl	G C
Margraviato	Ístria	Geografia	Ita	Lat	Z
Principado	Jawor	Transmissão	=	=	=
Reino	Jerusalém	Geografia	Ano	Ano	# S C
Reino	Jerusalém	Geografia	Ano	Ano	C
Reino	Jerusalém II	Geografia	Fra	Fra	S G
Reino	Jerusalém III	Geografia	Ale	Ale	S S
Condado	Joigny	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Jülich	Transmissão	=	=	=
Condado	Käfernburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Katzenelbogen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Kent	Geografia	Lat	Lat	Z
Principado	Kiev	Geografia	Ucr	Ale	S
Principado	Kiev II	Geografia	Caz	Ucr	S
Condado	Kirchberg	Geografia	Ale	Ale	P
Condado	Klodzko	Transmissão	=	=	=

Tabela A.10: Universo amostral (X)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Kraiburg	Transmissão	=	=	=
Reino	Kraina	Transmissão	=	=	=
Condado	Kranichfeld	Geografia	Ale	Ale	Z
Ducado	Krnov	Geografia	Che	Che	S
Condado	Kronberg	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Kyrburg	Transmissão	=	=	=
Viscondado	Labourd	Geografia	Bas	Bas	S
(Toponímia)	Lacy	Geografia	Fra	Ano	S
(Toponímia)	Lacy II	Geografia	Fra	Ano	C
Senhorio	L'Aigle	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Lancashire	Transmissão	=	=	=
Margraviato	Landsberg	Geografia	Ale	Ale	T
Condado	Lara	Geografia	Lat	Lat	S
Condado	Lauffen	Geografia	Ale	Ale	C Z
Condado	Lauffen	Geografia	Ale	Ale	V
Condado	Lauterberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Reino	Leão	Geografia	Leo	Leo	Z
Reino	Leão	Transmissão	=	=	=
Reino	Leão	Geografia	Leo	Leo	I
Condado	Lechsgemünd	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Leicestershire	Geografia	Ano	Ano	B
Condado	Leicestershire II	Transmissão	=	=	=
Condado	Leicestershire III	Transmissão	=	=	=
Condado	Leiningen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Lenzburg	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Léon	Geografia	Bre	Bre	Z
Outros	Letónia	Geografia	Let	Let	U
Langraviato	Leuchtenberg	Geografia	Ale	Ale	I
Condado	Leyen	Geografia	Ale	Ale	N
Condado	Lichtenberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Liebenau	Transmissão	=	=	=
Principado	Liechtenstein	Geografia	Ale	Ale	S
Ducado	Liechtenstein (Ducado)	Transmissão	=	=	=
Principado	Liège	Geografia	Lat	Lat	S
Cantão	Liga Cinzenta	Geografia	Ale	Ale	C
Cantão	Liga da Casa de Deus	Geografia	Rmc	Rmc	Z
Ducado	Limburgo	Geografia	Fra	Fra	Z
Viscondado	Limousin	Transmissão	=	=	=
Viscondado	Limousin	Transmissão	=	=	=
Condado	Limpurg	Geografia	Ale	Ale	N V
Condado	Lincoln	Transmissão	=	=	=
Condado	Lippe	Geografia	Ale	Ale	B
Grão-Ducado	Lituânia	Geografia	Ltn	Ltn	P

Tabela A.11: Universo amostral (XI)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Outros	Livónia	Transmissão	=	=	=
Condado	Loon	Geografia	Hol	Hol	G
Ducado	Lorena	Geografia	Ale	Ale	U Z
Condado	Lovaina	Transmissão	=	=	=
Cantão	Lucerna	Geografia	Ale	Ale	V
Condado	Lüchow	Geografia	Ale	Ale	S
Outros	Ludowinger	Antroponímia	Ale	Ale	Z
Ducado	Lüneburg	Geografia	Ale	Lat	Z
Condado	Lupfen	Geografia	Ale	Ale	V
Senhorio	Lusignan	Transmissão	=	=	=
Condado	Lutterberg	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Luxemburgo	Geografia	Lux	Lux	S
Condado	Luxemburgo	Geografia	Lux	Lux	#
Condado	Luxemburgo	Geografia	Lux	Lux	Z #
Condado	Luxemburgo	Transmissão	=	=	=
Outros	Macedónia	Transmissão	=	=	=
Condado	Mâconnais	Transmissão	=	=	=
Condado	Maine	Transmissão	=	=	=
Outros	Mainz	Geografia	Ale	Ale	H
Reino	Maiorca	Transmissão	=	=	=
Reino	Maiorca	Geografia	Cat	Cat	T
Condado	Malsch	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Manderscheid	Geografia	Ale	Ale	T
(Toponímia)	Mandeville	Geografia	Fra	Ano	G G
Reino	Mann	Geografia	Mns	Mns	Z N
Condado	Mansfeld	Transmissão	=	=	=
Condado	Mansfeld	Geografia	Ale	Ale	T
Ducado	Mântua	Transmissão	=	=	=
Condado	Marche	Geografia	Fra	Fra	U
Condado	Marche II	Geografia	Fra	Fra	V
Outros	Marek	Outros	Fra	Fra	C G
Condado	Mark	Geografia	Ale	Ale	S
Senhorio	Marly	Geografia	Fra	Fra	Z
Outros	Marrocos	Geografia	Ale	Ale	S
Outros	Marshall	Geografia	Fra	Ano	Z
Ducado	Masovia	Transmissão	=	=	=
Condado	Meaux	Geografia	Fra	Fra	G
Condado	Mechelen	Geografia	Hol	Hol	Z S
Ducado	Mecklenburg	Geografia	Bxa	Bxa	Z
Margraviato	Meissen	Transmissão	=	=	=
Senhorio	Mello	Geografia	Fra	Fra	Z
Viscondado	Melun	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Meulan	Transmissão	=	=	=

Tabela A.12: Universo amostral (XII)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Meulan II	Geografia	Fra	Lat	Z
Ducado	Milão	Transmissão	=	=	=
Ducado	Modena	Transmissão	=	=	=
Condado	Moers	Geografia	Ale	Ale	S
Principado	Moldávia	Geografia	Rom	Rom	Z
Principado	Mónaco	Geografia	Lig	Lig	G
Margraviato	Monferrato	Geografia	Ita	Ita	S
Condado	Monschau	Transmissão	=	=	=
Condado	Montbéliard	Transmissão	=	=	=
Principado	Montenegro	Transmissão	=	=	=
Condado	Montfort	Transmissão	=	=	=
Condado	Montfort (França)	Geografia	Fra	Lat	Z
Senhorio	Montlezun	Geografia	Oci	Oci	Z
Ducado	Montmorency	Transmissão	=	=	=
Condado	Moosburg	Geografia	Ale	Ale	B
Margraviato	Morávia	Geografia	Che	Che	G
Senhorio	Mortimer	Geografia	Fra	Fra	N
Margraviato	Namur	Transmissão	=	=	=
Cidade	Nápoles	Geografia	Ita	Ita	S
Condado	Nassau	Geografia	Lat	Ale	Z
Reino	Navarra	Geografia	Lat	Bas	S
Reino	Navarra	Geografia	Bas	Bas	Z
Condado	Nellenburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Neuchâtel	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Neuenahr	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Neunburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Nevers	Transmissão	=	=	=
Condado	Nice	Geografia	Oci	Oci	S
Condado	Nidau	Transmissão	=	=	=
Ducado	Niederbayern	Transmissão	=	=	=
Outros	Nocar	Outros	Fra	Fra	S
Condado	Norfolk	Antroponímia	Ing	Ing	P
Condado	Norfolk	Geografia	Ing	Ano	C
Ducado	Normandia	Geografia	Ano	Ano	N
Reino	Noruega	Geografia	Nor	Nor	S Z
Reino	Noruega II	Geografia	Ano	Ano	N Z
Reino	Noruega III	Geografia	Ano	Ano	N Z
Outros	Núbia	Geografia	Fra	Fra	I
Margraviato	Nuremberga	Transmissão	=	=	=
Ducado	Oberbayern	Transmissão	=	=	=
Condado	Oldenburg	Geografia	Ale	Ale	C
Ducado	Opole	Transmissão	=	=	=
Principado	Orange	Geografia	Oci	Oci	B

Tabela A.13: Universo amostral (XIII)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Principado	Orange	Antroponímia	Fra	Fra	S
Outros	Orient	Geografia	Ano	Ano	H N U
Condado	Orlamünde	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Orlamünde	Transmissão	=	=	=
Ducado	Orléans	Transmissão	=	=	=
Outros	Ortanie	Outros	Fra	Fra	CS
Condado	Ortenau	Transmissão	=	=	=
Condado	Ortenburg	Geografia	Ale	Ale	C
Condado	Ortenburg II	Transmissão	=	=	=
Condado	Öttingen	Transmissão	=	=	=
Condado	Öttingen	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Oxford	Transmissão	=	=	=
Cidade	Pádua	Transmissão	=	=	=
Reino	País Basco	Geografia	Bas	Bas	# G
Reino	País Basco	Transmissão	=	=	=
Reino	País Basco	Geografia	Bas	Bas	C
Condado	Palatinado	Transmissão	=	=	=
Condado	Pallars-Sobirà	Geografia	Cat	Cat	B
Condado	Pallars-Sobirà	Geografia	Cat	Cat	Z
Condado	Pardiac	Transmissão	=	=	=
Condado	Pardiac	Geografia	Oci	Oci	Z
Cidade	Paris	Geografia	Fra	Fra	S
Ducado	Parma	Transmissão	=	=	=
Outros	Pays de Retz	Geografia	Fra	Fra	G
Condado	Pembrokeshire	Transmissão	=	=	=
Condado	Pembrokeshire	Geografia	Gls	Gls	Z
Condado	Perche	Geografia	Fra	Fra	T
Condado	Périgord	Geografia	Fra	Fra	Z C
Margraviato	Persan	Geografia	Fra	Fra	C
Outros	Perse	Geografia	Fra	Fra	Z
Cidade	Perwez	Transmissão	=	=	=
Cidade	Piacenza	Geografia	Ita	Ita	U
Condado	Piemonte	Transmissão	=	=	=
República	Pisa	Geografia	Lat	Lat	B
Condado	Plauen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Poitou	Geografia	Fra	Fra	B
Condado	Poitou II	Transmissão	=	=	=
Reino	Polónia	Geografia	Pol	Pol	C
Reino	Polónia	Geografia	Lat	Lat	Z P
Reino	Polónia II	Geografia	Fra	Fra	Z
Ducado	Pomerânia	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Ponthieu	Transmissão	=	=	=
Reino	Portugal II	Geografia	Ale	Lat	U B

Tabela A.14: Universo amostral (XIV)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Reino	Portugal III	Geografia	Ano	Ano	#
Outros	Preste João	Geografia	Ano	Ano	S C
Condado	Provença	Transmissão	=	=	=
Ducado	Prussia	Transmissão	=	=	=
Condado	Pyrmont	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Quedlinburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Quercy	Geografia	Oci	Oci	U
Senhorio	Querfurt	Geografia	Ale	Ale	G
(Toponímia)	Quincy	Geografia	Ing	Ano	S
(Toponímia)	Quincy II	Geografia	Ing	Lat	#
Ducado	Racibórz	Geografia	Ale	Ale	S
República	Ragusa	Transmissão	=	=	=
Condado	Rantzau	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Rapperswil	Geografia	Ale	Ale	B
Principado	Rappoltstein	Transmissão	=	=	=
Condado	Raugrafen	Transmissão	=	=	=
Condado	Ravensberg	Geografia	Ale	Ale	T
(Toponímia)	Redvers	Transmissão	=	=	=
Condado	Regenstein	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Rennenberg	Geografia	Ale	Ale	U
Condado	Rennes	Geografia	Bre	Bre	U
Condado	Rethel	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Reuss	Transmissão	=	=	=
Condado	Richmond	Transmissão	=	=	=
Condado	Rieneck	Transmissão	=	=	=
Condado	Rietberg	Transmissão	=	=	=
Viscondado	Rochechouart	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Roden	Geografia	Ale	Ale	Z
Viscondado	Rodez	Transmissão	=	=	=
Condado	Rodez II	Transmissão	=	=	=
Cidade	Roma	Geografia	Ita	Ita	N
Condado	Rosenberg	Geografia	Che	Che	B
Condado	Ross	Geografia	Ing	Ano	C
Condado	Rostock	Transmissão	=	=	=
Condado	Rotenhan	Geografia	Ale	Ale	C B
Condado	Roucy	Antroponímia	Fra	Fra	C
Condado	Roucy	Transmissão	=	=	=
Condado	Roucy	Transmissão	Fra	Fra	N
Condado	Rouergue	Transmissão	=	=	=
Condado	Ruão	Geografia	Nrm	Nrm	Z
Ducado	Rügen	Geografia	Ale	Ale	U
Grão-Ducado	Rússia	Transmissão	=	=	=
Outros	Ruténia	Geografia	Fin	Rus	P

Tabela A.15: Universo amostral (XV)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Outros	Ruténia II	Geografia	Ale	Ale	S
Condado	Saarbrücken	Transmissão	=	=	=
Condado	Saarwerden	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Sabóia	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Sabóia II	Geografia	Fra	Fra	§
Império	Sacro Império	Geografia	Lat	Lat	Z C
Império	Sacro Império	Geografia	Ale	Lat	N
Império	Sacro Império II	Geografia	Ale	Ale	Z #
Condado	Saintonge	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Saint-Pol	Transmissão	=	=	=
Principado	Salerno	Geografia	Lat	Lat	º S
Condado	Salisbury	Transmissão	=	=	=
Condado	Salm	Geografia	Ale	Ale	Z
Outros	Salónica	Geografia	Ale	Ale	# G
Condado	Sancerre	Transmissão	=	=	=
República	São Marinho	Geografia	Ita	Ita	Z
Reino	Sardenha	Transmissão	=	=	=
Condado	Sargans	Geografia	Ale	Ale	S
Outros	Satrapia	Geografia	Lat	Lat	S
Ducado	Saxónia	Geografia	Bxa	Bxa	S
Condado	Sayn	Geografia	Ale	Ale	Z
Cantão	Schaffhausen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Schauenburg	Geografia	Ale	Ale	B
Condado	Schellklingen	Geografia	Ale	Ale	S S
Condado	Schleiden	Geografia	Ale	Ale	Z
Ducado	Schleswig	Transmissão	=	=	=
Condado	Schwalenberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Schwarzburg	Transmissão	=	=	=
Cantão	Schwytz	Geografia	Ale	Ale	§
Reino	Sérvia	Geografia	Ser	Ser	S
Reino	Sicília	Geografia	-	-	-
Reino	Sicília	Geografia	Ano	Ano	# T
Reino	Sicília II	Transmissão	=	=	=
Reino	Sicília III	Transmissão	=	=	=
República	Siena	Geografia	Ita	Ita	S
Condado	Sigmaringen	Transmissão	=	=	=
Outros	Síria	Geografia	Ale	Fra	S
Condado	Sírmia	Geografia	Ser	Ser	Z
Condado	Sobrarbe	Geografia	Ara	Ara	G B
Condado	Soissons	Transmissão	=	=	=
Condado	Solms	Geografia	Lat	Ale	Z
Condado	Sonnenberg	Geografia	Ale	Ale	º T
Viscondado	Soule	Geografia	Fra	Fra	Z

Tabela A.16: Universo amostral (XVI)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Condado	Spanheim	Transmissão	=	=	=
Condado	Spanheim II	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Spiegelberg	Geografia	Ale	Ale	S
Margraviato	Steiermark	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Sternberg	Geografia	Ale	Ale	º
Condado	Stolberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Stolzenberg	Transmissão	=	=	=
Condado	Strassberg	Geografia	Ale	Ale	T
Condado	Strijen	Geografia	Hol	Hol	§ #
Ducado	Suábia	Transmissão	=	=	=
Reino	Suécia	Geografia	Sue	Sue	T
Reino	Suécia	Geografia	Sue	Sue	Z
Condado	Suffolk	Transmissão	=	=	=
Condado	Sulz	Geografia	Ale	Ale	N
Condado	Surrey	Transmissão	=	=	=
Principado	Swidnica	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Tarragona	Geografia	Cat	Cat	B
Outros	Tarso	Geografia	Ale	Ale	Z
Ducado	Teck	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Tecklenburg	Geografia	Ale	Ale	B
Condado	Tengen	Geografia	Ale	Ale	Z
Ducado	Teschen	Transmissão	=	=	=
Condado	Tettnang	Transmissão	=	=	=
Condado	Thierstein	Geografia	Ale	Ale	Z T
Condado	Thurgau	Transmissão	=	=	=
Condado	Tirol	Geografia	Ita	Ita	B
Condado	Toggenburg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Tonna	Transmissão	=	=	=
Condado	Tonnerre	Geografia	Fra	Fra	I
Condado	Toulouse	Geografia	Lat	Lat	# G
Condado	Toulouse	Geografia	Oci	Oci	Z C
Condado	Toulouse	Geografia	Oci	Oci	U
Condado	Touraine	Transmissão	=	=	=
Condado	Touraine	Geografia	Fra	Fra	G
Ducado	Trakai	Geografia	Ltn	Ltn	Z
Outros	Tramesen	Geografia	Fra	Fra	Z
República	Trani	Geografia	Lat	Lat	U
Ducado	Transilvânia	Geografia	Ale	Ale	# U
Império	Trebizonda	Geografia	Fra	Fra	U #
Outros	Trentino	Transmissão	=	=	=
Cidade	Trieste	Geografia	Ita	Ita	# S
Condado	Tripoli	Transmissão	=	=	=
Condado	Truhendingen	Geografia	Ale	Ale	S

Tabela A.17: Universo amostral (XVII)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Outros	Tübingen	Geografia	Lat	Lat	V
Margraviato	Turim	Transmissão	=	=	=
Langraviato	Turíngia	Geografia	Ale	Ale	N º
Langraviato	Turíngia	Geografia	Ale	Ale	#
Langraviato	Turíngia	Geografia	Ale	Ale	G C
Langraviato	Turíngia	Transmissão	=	=	=
Outros	Turquia	Geografia	Fra	Fra	H
Senhorio	Ufford	Geografia	Ing	Ing	Z #
Cantão	Unterwalden	Geografia	Ale	Ale	V
Condado	Urach	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Urgel	Geografia	Cat	Cat	S
Cantão	Uri	Geografia	Ale	Ale	Z
Ducado	Urslingen	Geografia	Ale	Ale	S #
Condado	Uznach	Transmissão	=	=	=
Condado	Valais	Geografia	Fra	Fra	V
Principado	Valáquia	Geografia	Rom	Rom	N
Principado	Valáquia	Geografia	Lat	Lat	Z
Principado	Valáquia II	Geografia	Ale	Ale	S
Principado	Valáquia III	Geografia	Ale	Ale	V Z
Reino	Valência	Transmissão	=	=	=
Condado	Valentinois	Geografia	Fra	Fra	B G
Condado	Valkemburg	Transmissão	=	=	=
Condado	Valois	Transmissão	=	=	=
Outros	Vasa	Geografia	Sue	Sue	B
Condado	Vasaborg	Transmissão	=	=	=
Outros	Vaticano	Outros	Lat	Fra	S
Outros	Vaticano	Geografia	Fra	Fra	S
Condado	Vaudémont	Geografia	Fra	Fra	T T
Condado	Veldenz	Transmissão	=	=	=
Condado	Venaissin	Transmissão	=	=	=
Condado	Vendôme	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Vendôme	Geografia	Fra	Fra	S
República	Veneza	Geografia	Ita	Ita	Z
República	Veneza II	Geografia	Ing	Ing	U
(Toponímia)	Vere	Geografia	Ing	Ano	U
Condado	Veringen	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Vermandois	Geografia	Fra	Fra	U
Condado	Vermandois	Geografia	Fra	Fra	N G
Ducado	Vestfália	Transmissão	=	=	=
Condado	Vianden	Transmissão	=	=	=
Condado	Vianden II	Geografia	Fra	Fra	Z
Condado	Vicenza	Transmissão	=	=	=
Condado	Vienne	Transmissão	=	=	=

Tabela A.18: Universo amostral (XVIII)

Jurisdição	Nome	Denominante	Verbalização		Designante
Outros	Viennois	Outros	Fra	Fra	Z
Outros	Viennois	Geografia	Fra	Fra	B P
Condado	Virneburg	Geografia	Ale	Ale	S
Senhorio	Visconti	Geografia	Ita	Ita	Z Z V
Senhorio	Vorarlberg	Transmissão	=	=	=
Condado	Waldeck	Geografia	Ale	Ale	S §
(Toponímia)	Warenne	Geografia	Fra	Fra	U
Condado	Warwick	Geografia	Ing	Ing	P B
Condado	Warwick II	Transmissão	=	=	=
Condado	Weilnau	Transmissão	=	=	=
Condado	Weimar	Transmissão	=	=	=
Outros	Welfen	Antroponímia	Ale	Bxa	Z
Condado	Werdenberg	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Werdenberg	Transmissão	=	=	=
Condado	Werdenfels	Transmissão	=	=	=
Condado	Werl	Transmissão	=	=	=
Principado	Werle	Transmissão	=	=	=
Condado	Wernigerode	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Wertheim	Geografia	Ale	Ale	P
Margraviato	Wettin	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Wied	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Wildgrafen	Transmissão	=	=	=
Condado	Wildgrafen II	Geografia	Ale	Ale	G
Condado	Winchester	Transmissão	=	=	=
Condado	Wittgenstein	Transmissão	=	=	=
Ducado	Wolfenbüttel	Geografia	Ale	Ale	Z B
Condado	Wolfskeel	Transmissão	=	=	=
Condado	Wolfstein	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Wolkenstein	Geografia	Ale	Ale	I
Condado	Wölpe	Geografia	Ale	Ale	B
Condado	Württemberg	Transmissão	=	=	=
Ducado	Yorkshire	Geografia	Ing	Ing	B
Ducado	Yorkshire	Geografia	Ing	Ing	C
Ducado	Zähringer	Geografia	Ale	Ale	Z
Condado	Zeeland	Geografia	Hol	Hol	T
Principado	Zeta	Geografia	Alb	Alb	Z
Condado	Ziegenhain	Geografia	Ale	Ale	Z
(Toponímia)	Zouche	Geografia	Ano	Ano	B
Cantão	Zurique	Geografia	Ale	Ale	C G
Condado	Zweibrücken	Transmissão	=	=	=

Anexo B

Brasões

(Página em branco)

Tabela B.1: Brasões referidos na análise dos dados (I)

Anjou
(TIMMS, 2005)

Antuérpia
(HARTEMINK, 2009)

Atholl
(TIMMS, 2005)

Baixa Alsácia
(SÍLFRAHÁRR, 2009)

Baixa Áustria
(HARTEMINK, 2009)

Balliol
(TIMMS, 2005)

Bar
(TIMMS, 2005)

Barcelona
(TIMMS, 2005)

Baviera
(EVEN, 2009)

Beaumont
(TIMMS, 2005)

Boémia
(BUNEL, 2008)

Borgonha C^{o} I
(BUNEL, 2008)

Borgonha C^{o} II
(TIMMS, 2005)

Borgonha D^{o}
(TIMMS, 2005)

Bósnia
(HEIMER, 2008)

Brabante
(EVEN, 2009)

(Página em branco)

Tabela B.2: Brasões referidos na análise dos dados (II)

Bretanha
(EVEN, 2009)

Bulgária
(EVEN, 2009)

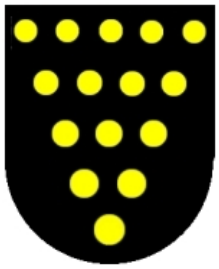
Calw
(TIMMS, 2005)

Castela
(TIMMS, 2005)

Chalon
(HARTEMINK, 2009)

Clare
(TIMMS, 2005)

Cornualha I
(TIMMS, 2005)



Cornualha II
(Autor)

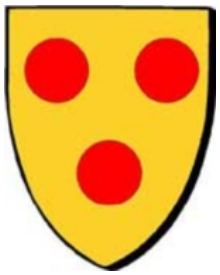
Diez
(HARTEMINK, 2009)

Dinamarca
(TIMMS, 2005)

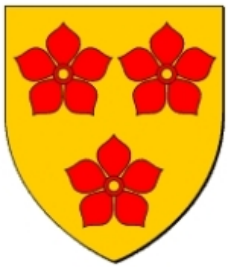
Escócia
(BUNEL, 2008)

França
(EVEN, 2009)

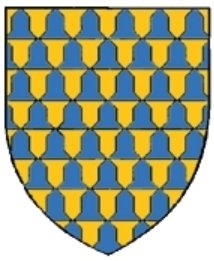
Gales
(TIMMS, 2005)



Gueldres I
(EVEN, 2009)



Gueldres II
(BUNEL, 2008)



Guînes
(TIMMS, 2005)

(Página em branco)

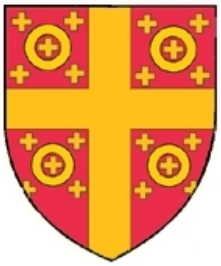
Tabela B.3: Brasões referidos na análise dos dados (III)

Hesse
(BUNEL, 2008)

Hoya
(HARTEMINK, 2009)

Hungria
(TIMMS, 2005)

Ilhas Órcades
(TIMMS, 2005)



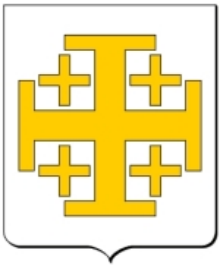
Império Latino
(TIMMS, 2005)

Inglaterra I
(BUNEL, 2008)

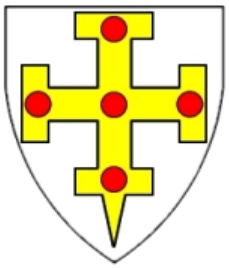
Inglaterra II
(BUNEL, 2008)

Inglaterra III
(BUNEL, 2008)

Irlanda
(EVEN, 2009)



Jerusalém
(BUNEL, 2008)



Jerusalém F^{a}
(SÍLFRAHÁRR, 2009)

Katzenelbogen
(HARTEMINK, 2009)

Kent
(EVEN, 2009)

Kirchberg
(HARTEMINK, 2009)

Labourd
(HARTEMINK, 2009)

Lauffen
(HARTEMINK, 2009)

(Página em branco)

Tabela B.4: Brasões referidos na análise dos dados (IV)

Leão
(BUNEL, 2008)

Liechtenstein
(BUNEL, 2008)

Liège
(BUNEL, 2008)

Lituânia
(HARTEMINK, 2009)

Lorena
(BUNEL, 2008)

Luxemburgo
(BUNEL, 2008)

Maiorca
(TIMMS, 2005)

Mann
(TIMMS, 2005)

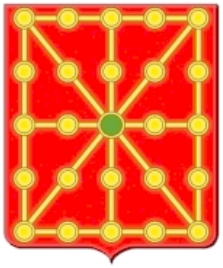
Marche I
(TIMMS, 2005)

Marche II
(HARTEMINK, 2009)

Monferrato
(BUNEL, 2008)

Morávia
(BUNEL, 2008)

Nassau
(BUNEL, 2008)



Navarra
(BUNEL, 2008)

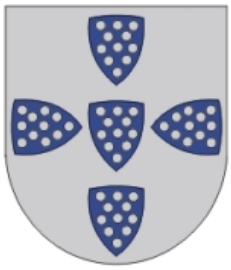
Noruega
(EVEN, 2009)

Noruega Fª
(TIMMS, 2005)

(Página em branco)

Tabela B.5: Brasões referidos na análise dos dados (V)

Polónia
(BUNEL, 2008)



Portugal
(HARTEMINK, 2009)

Portugal Fª I
(SÍLFRAHÁRR, 2009)

Portugal Fª II
(TIMMS, 2005)

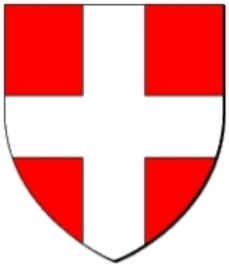
Quincy
(TIMMS, 2005)

Rantzau
(HARTEMINK, 2009)

Rennes
(HARTEMINK, 2009)

Rochechouart
(TIMMS, 2005)

Sabóia I
(BUNEL, 2008)



Sabóia II
(BUNEL, 2008)

Sacro Império I
(TIMMS, 2005)

Sacro Império II
(TIMMS, 2005)

Salerno
(TIMMS, 2005)

São Marinho
(HARTEMINK, 2009)

Saxónia
(BUNEL, 2008)

Schauenburg
(HARTEMINK, 2009)

(Página em branco)

Tabela B.6: Brasões referidos na análise dos dados (VI)

Schwytz
(HARTEMINK, 2009)

Solms
(BUNEL, 2008)

Spiegelberg
(SÍLFRAHÁRR, 2009)

Suécia
(BUNEL, 2008)

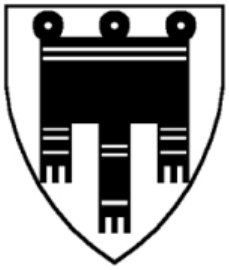
Tonnerre
(BUNEL, 2008)

Trakai
(HARTEMINK, 2009)

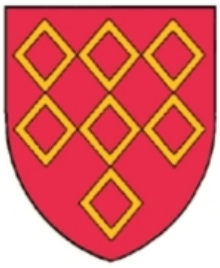
Turíngia
(HARTEMINK, 2009)

Valáquia
(BUNEL, 2008)

Vermandois
(BUNEL, 2008)



Werdenberg
(SÍLFRAHÁRR, 2009)



Winchester
(TIMMS, 2005)

Ziegenhain
(HARTEMINK, 2009)

(Página em branco)

Índice Remissivo

Abrangência, 113
Abreviatura, 92
Acções, 84, 103
Acréscimo, 92
Adereços, 111
Aférese, 93
Afinidade, 94
Aglutinação, 92
Alcunhas, 159
Amarelo, 101
Amostra, 78, 83
Amostragem, 55
Análise dos dados, 57, 75
Análise qualitativa, 86
Análise quantitativa, 79
Animais, 97
Animais fantásticos, 98
Anjou, 102
Anomalias, 108
Antroponímia, 84, 89
Antuérpia, 86, 92
Aperfeiçoamento, 113
Apócope, 93
Apofonia, 94
Armas de fantasia, 75, 79
Armas de transmissão, 83, 87
Armas falantes, 46
Arminhos, 104
Armoriais, 55
Arquitectura, 84, 98
Arranjo, 108
Artefactos, 100
Asnas, 106
Assentamentos, 105
Assibilação, 94
Assimilação, 93
Astronomia, 84, 98
Atholl, 99
Atitudes, 86, 107
Azul, 100

Baixa Alsácia, 101
Baixa Áustria, 111
Balliol, 87
Bandas, 105
Bar, 86, 87
Barcelona, 79, 102
Baviera, 108
Beaumont, 99
Besantes, 32, 60, 106
Bilhetas, 106
Boémia, 93
Borgonha (Condado), 91, 106
Borgonha (Ducado), 79, 95, 106
Bósnia, 113
Botânica, 84, 97
Brabante, 102
Bragança, 155
Branco, 101
Brasão, 145
Bretanha, 105
Bulgária, 109

Calw, 95
Campo, 67
Caracterização dos fenómenos, 48
Carbúnculo, 38
Castela, 79, 101, 109
Centralidade, 112
Chalon, 107
Clare, 106
Coeficiente de carácter, 50
Coeficiente de posição, 50
Coeficiente de transposição, 51
Coimbra, 158
Colecta de dados, 57, 76
Colimbria, 125
Colorações, 84, 100
Combinação de cores, 101
Complementação, 111
Composição, 95
Conclusões, 74, 114, 142, 165
Configuração, 61
Conjunção, 92

Construções, 100
Contraste, 112
Cor, 66
Cor natural, 104
Cornualha, 79, 99, 106
Cruz, 35, 67, 73
Cruzes, 106

De sua cor, 104
Deglutinação, 92
Denominante, 83, 90
Denominante capital, 83
Denominante institucional, 84
Denominante residencial, 83
Denominante territorial, 83
Designação directa, 87
Designante, 84, 96
Deslocação, 93
Desnasalização, 93
Diez, 113
Dimensão, 63
Dinamarca, 103
Direcções, 100
Disposição, 67, 71, 86, 105
Distribuição, 100
Ditongação, 94
Divergência, 110
Divisões, 68, 100

Emblemas, 28
Ensurdecimento, 93
Epêntese, 92
Escócia, 108
Escrita medieval, 25
Escudetes, 32, 60
Escudo, 37, 70
Esmalte natural, 104
Esmaltes, 40, 86, 100, 104
Esquartelados, 106
Estátuas, 148
Etnonímia, 84, 90
Europa, 79
Evolução, 113

Factor de correcção, 51
Fenómenos, 100
Figurações, 86, 106
Figuras, 60
Filipe da Alsácia, 31
Fontes, 55, 76, 77
Formas, 60
Forros, 86, 104
Fracção vegetal, 97
França, 79, 92, 97, 101

Gales, 89
Geometria, 84, 100
Gueldres, 79, 113
Guimarães, 157
Guînes, 95

Heráldica, 27, 29
Heráldica familiar, 154
Hesitação de espécie, 109
Hesitação de género, 110
Hesitação de número, 109
Hesitação designante, 109
Hesitação geométrica, 110
Hesse, 103
Hibridismo linguístico, 89, 91
Hidronímia, 84, 89
Hiponímia, 94
Hipótese, 54
Hoya, 111
Hungria, 100

Idiomas, 81, 90
Ilhas Órcades, 100
Imagem, 25
Imitação, 111
Império Latino, 90
Índice de discrição, 50–52
Inglaterra, 79, 102, 107
Interacção, 107
Irlanda, 90, 93

Jerusalém, 79, 91, 93
Jurisdições, 83
Justificações, 145

Katzenelbogen, 110
Kent, 90
Kirchberg, 98

Labourd, 110
Lauffen, 107
Leão, 79, 101
Lenda de Ourique, 41, 64, 146
Liechtenstein, 105
Liège, 96
Limiar de aceitação, 51, 52

Língua de conquista, 90
Língua de fantasia, 91
Língua de influência, 90
Língua franca, 90
Língua territorial, 90
Linguagem, 25
Lisboa, 159
Lisonjas, 106
Lituânia, 108
Localizações, 86, 105
Lorena, 89
Luxemburgo, 95

Madeiras, 99
Mafalda de Sabóia, 31
Maia, 155
Maiorca, 106
Mann, 96
Marca, 29
Marche, 113
Materiais, 84, 99
Matilde de Flandres, 31, 61, 69
Medidores, 47, 50
Metáfora, 88
Metais, 99
Meteorologia, 84, 98
Metonímia antroponímica, 89
Metonímia capital, 89
Metonímia composta, 96
Metonímia denominante, 96
Metonímia designante, 96
Metonímia do referente, 88
Metonímia etnonímica, 90
Metonímia hidronímica, 89
Metonímia residencial, 89
Metonímia simples, 96
Metonímia territorial, 89
Metonimização, 96
Modelo de investigação, 45
Modelo fonético, 49
Mondeci, 131
Monferrato, 105
Monossemia composta, 95
Monossemia simples, 95
Monotongação, 94
Morabitinos, 150
Morávia, 106

Nassau, 113
Navarra, 79, 100
Neologismos, 92
Noruega, 79, 110, 113
Notoriedades, 84
Numerais, 84
Número, 86, 102

Ocultação, 108
Ocupações, 100
Omissão, 110
Orientação, 61, 107
Oronímia, 89
Ouro, 101
Outros substantivos, 84

Palatalização, 93
Paradigmas, 76, 86
Paragoge, 92
Partes de animal, 97
Pelourinhos, 161
Permutação, 93
Persistência, 113
Personalidades, 98
Planos, 65
Polissemia heteronímica, 95
Polissemia híbrida, 95
Polissemia homonímica, 95
Polissemia icónica, 95
Polónia, 89
Portingal, 100
Porto, 157
Portucalis, 134
Portugal, 96, 100
Posição, 68
Pragmática, 145
Prata, 101
Preenchimento, 112
Profusão, 109
Proporcionalidade, 112
Prótese, 92

Quincy, 102, 106

Rantzau, 105
Rébus, 46
Redução, 110
Referente, 79, 87
Rennes, 98
Ressonância, 107
Riba Douro, 156
Rochechouart, 110

Rodados, 27

Sable, 101
Sabóia, 79, 99, 111
Sacralização, 111
Sacro Império, 79, 90, 95
Salerno, 79, 100
Sancho I, 31, 149, 150
Santa Cruz de Coimbra, 151
São Marinho, 94
Saxónia, 101
Schauenburg, 86, 89
Schwytz, 89
Selos, 27, 153
Semântica, 75
Sematização, 94
Separações, 85, 105
Significante, 85, 103
Símbolos, 99
Simetria, 112
Simplificação, 112
Sinais, 27, 84, 99
Síncope, 93
Sinonímia, 94
Sintáctica, 59
Sistema de medidas, 153
Sobreposição, 94
Solms, 113
Sonorização, 93
Sousa, 154
Spiegelberg, 86, 108
Sublimação, 110
Submetonímia, 96
Substituição, 113
Substracto, 63
Subtracção, 110
Suécia, 96
Supressão, 92

Tonnerre, 112
Toponímia, 84, 88, 99
Torre de Belém, 163
Traços significantes, 104
Trakai, 111
Transformação, 93
Transmigração, 112
Transposição, 93
Troca, 109
Turíngia, 98

Valáquia, 109
Variáveis, 46
Vegetais, 97
Veiros, 104
Verbalização, 90
Verde, 101
Vermandois, 92
Vermelho, 100
Vocalização, 94

Werdenberg, 101
Winchester, 106

Xadrezados, 106

Ziegenhain, 86, 98
Zoologia, 84, 97